INSTITUTO HISTÓRICO da Ilha Terceira

BOLETIM

N.os 23/24

1965-1966

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Patrocinado e subsidiado pela Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo

---

SEDE

Edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo — Angra do Heroísmo

---

DIRECÇÃO (1964-1965—1966-1967)

Presidente — *Tenente-coronel José Agostinho*
Tesoureiro — *Francisco Coelho Maduro Dias*
Secretário — *Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima*

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA À DIRECÇÃO DO INSTITUTO

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, ideias ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art. 17.º do Regulamento do Instituto)

Composto e impresso na Tipografia Andrade, Rua Lisboa, 99
Angra do Heroísmo

Boletim

do

Instituto Histórico da Ilha Terceira

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

(31 de Dezembro de 1966)

Presidente honorário: O Ex.mo Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, Dr. Agnelo Ornelas do Rego.

Sócios efectivos:

Dr. Cândido Pamplona Forjaz.
Arquitecto Fernando de Sousa
Francisco Coelho Maduro Dias, *Tesoureiro.*
Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior.
Tenente-Coronel Frederico Lopes Júnior.
Governador do Castelo de São João Baptista.
Henrique Vieira de Borba.
Padre Inocêncio Enes.
João Dias Afonso.
Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral.
Tenente-Coronel José Agostinho, *Presidente.*
Cónego Dr. José Enes Pereira Cardoso.
Dr. José Leal Arruas.
Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, *Secretário.*
D. Maria Francisca Bettencourt.
Dr. Rafael Valadão dos Santos.
Dr. Teotónio Machado Pires.

Sócios honorários:

Sua Ex.ª Rev.ma o Sr. D. José Pedro da Silva, Bispo de Viseu.
Prof. Dr. António de Medeiros Gouveia, Secretário do Instituto para a Alta Cultura.
Dr. Armando Cortes-Rodrigues, Professor do Liceu de Ponta Delgada.
Dr. João Hickling Anglin, Professor e Reitor do Liceu de Ponta Delgada.
Presidente da Casa dos Açores do Rio de Janeiro, Ex.mo Sr. João Soares de Medeiros.
Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, Escritor e Etnógrafo.
Prof. Dr. Vitorino Nemésio, Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Prof. Dr. Wilhelm Giese, Catedrático da Universidade de Hamburgo.
Prof. Dr. Aurélio Quintanilha.
Prof. Artur Álvaro dos Santos Correia de Sousa, Professor do Conservatório de Lisboa.
Dr. Walter F. M. Piazza, Presidente da Sub-Comissão Catarinense de Folclore.
Prof. Dr. Dante de Laytano, Director do Museu do Estado do Rio Grande do Sul.
Dr. João Bernardo de Oliveira Rodrigues, Professor do Liceu de Ponta Delgada.

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM

Vol. XXIII-XXIV **1965-1966**

ANGRA DO HEROÍSMO
Tipografia Andrade

FREDERICO LOPES
(JOÃO ILHÉU)

DA PRAÇA ÀS COVAS

MEMÓRIAS DE UMA VELHA RUA

— «Os documentos históricos são mil, as interpretações um milhão. — O primeiro merecimento de um autor é ser verdadeiro ; ser eloquente é apenas o segundo.»

(d'Alembert)

Da Praça às Covas

Disse Hernani Cidade em *«Pensamento e Acção na Expansão Portuguesa»* (1), que *«A aderência à terra natal, sendo, por seu calor, a mais grata ao coração que ama, nem sempre é a que, ao cérebro que julga, melhor pode garantir a claridade necessária»*.

Palavras sem dúvida ponderadas, merecem, por seu conceito e comprovada veracidade, a mais cabal aprovação, sobretudo quando, como agora, se consultam os historiógrafos em demanda de esclarecimentos seguros sobre determinada época, bastante conturbada e já distante alguns séculos daquela em que vivemos. Os que, coevos ou não, deixaram escritas apreciações ou notas acerca de acontecimentos que viveram ou os antecederam apenas alguns anos, sendo do lugar naturais ou a êle presos por laços afectivos, não raro deixam transparecer excessos ou deturpações, propositadas ou filhas simplesmente dum estado de alma ocasional, que escondem a verdade e não são, porisso, espelho fiel do que a História exige para ser, como sempre deve, verdadeira e justa.

Assim, não raro os erros se acumulam pelos tempos, mantendo-se como certo e seguro o que não passa afinal de emotivo, observado por determinado prisma que lhe deformou a imagem, conservada, através gerações, pelo que dela nos vão deixando

outros que a aceitaram sem reservas, confiantes na honestidade e boa fé dos críticos e narradores iniciais.

Sempre que surge porém um documento cuja autenticidade é incontroversa, capaz, por seu conteúdo, de alterar os princípios em que assentavam as ideias feitas sobre tal ou tal facto ou época, logo a dúvida ressalta e, com ela, os considerandos capazes de mudar a face ao panorama pelo qual tinham passado apenas olhares distraídos, de incauto exame, como se de coisa por demais sabida se tratasse. Assim tem acontecido sempre, e a demonstrá-lo estão aqueles problemas que, de há séculos, procuram solução, sem que até hoje, apesar do muito que sobre eles se há escrito, possamos dá-la por encontrada em definitivo.

Portanto, para que se obtenha a verdade, acima de fáceis conjecturas, há que dispender trabalho insano, a começar, bastas vezes, na gênese dos acontecimentos, desprezando o que a tradição nos diz ou mesmo se encontra escrito, por nem sempre poder tomar-se como fonte segura a apreciação de uns tantos, aceite muito embora a legitimidade e os bons desejos de acerto, que os animavam, ao escrevê-lo. E como, no dizer do Dr. Pires de Lima «... nada se perde na história, e todos os dados, por insignificantes que pareçam, têm importância: a verificação duma data pode derrubar dezenas de castelos feitos no ar; o descobrimento de um nome pode lançar luz abundante sobre qualquer problema delicado, o sentido exacto de um certo termo pode ser de grande transcendência», assim ficarão as obras sujeitas a futuras correcções, como esta cujo fraco mérito somos o primeiro a reconhecer.

Ora, se a História Pátria está repleta de erros, em muitos campos verificados, menos admira que a das pequenas parcelas desse todo esteja deles imbuída tambem. E ao propormo-nos estudá-la, ainda que em detalhes mínimos, de pouca ou nenhuma influência nas linhas gerais que a informam, nem por isso julgamos menos digna de cuidados a atenção que ao estudo consagrarmos, ainda que, com tais propósitos, corramos o risco de não atingir seu termo, por excessiva morosidade nas pequizas. Mas ainda, neste caso, consideramos que valerá a pena, porque o

que fica poderá servir de base a outro que, com mais saber e maior perseverança, entenda por dever continuá-la.

Foi o erudito e saudoso consócio do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Dr. Henrique Brás, quem, com o seu excelente trabalho «*Ruas da Cidade*», nos sugeriu a ideia de iniciar o estudo a que, só muito depois da sua infausta morte, nos propusemos, versando a «*história*» da principal artéria citadina, embora sob ângulo diferente, porque, enquanto na magnífica obra que nos legou, o erudito investigador se dedicara sobretudo à toponímia, desvendando a origem dos nomes e a sua correspondência às designações actuais, tivemos apenas em mira principalmente fazer reviver, em cada casa, os factos mais importantes que lhe estão ligados, presos umas vezes às pessoas que as habitaram e lhes deram *vida*, outras a acontecimentos de que foram teatro, atribuindo-lhes valor histórico e merecido realce.

O título escolhido, «*DA PRAÇA ÀS COVAS*», nome por que primitivamente era designada a Rua da Sé, por começar na «*Praça Velha*» e terminar no «*Alto das Covas*», implica necessàriamente a descrição e estudo destes dois pontos extremos, englobados assim por direito próprio, nas «*Memórias de uma Velha Rua*» que é sub-título da obra, embora tivesse constituído, em boa verdade, seu principal objectivo.

Ora a rua da Sé, uma das mais extensas (cerca de 300 m.) e sem dúvida a de maior importância na vida da cidade desde os tempos primevos da fundação, deve ter tido, com pequenas diferenças, um número de prédios que excede os quarenta, contando com aqueles que, fazendo esquina com as ruas adjacentes, têm por estas entrada. A fachada porém, entendemos que deve contar para o efeito, mais que o número da porta, e porisso os incluimos no todo apontado.

Nem todas as casas terão «*história*», é certo, mas a grande maioria pelo menos marca um centro de actividades que, antanho ou na era actual, serão de considerar num meio como o nosso, que mais não seja pela parte, pequena ou vultosa, que tiveram ou têm num conjunto de tamanha importância para a vida local, como

sempre o foi, e continua a ser, a velha rua da Sé. Tão grande que ultrapassa por vezes os acanhados limites do burgo para integrár-se na vida do Arquipélago e da própria Nação.

Teatro de acontecimentos relevantes, não podia deixar de reflecti-los na «*história*» das suas casas, muitas das quais — transformadas pelo camartelo do progresso e, diga-se de passagem, pela benevolência com que têm sido permitidas as reconstruções, sem respeito pela traça primitiva, muito mais bela e característica — assinalam ainda, com nobre convicção, o papel que desempenharam seus moradores, no decorrer dos quase cinco séculos que já conta a existência da formosa artéria, tal como hoje se apresenta, larga e direita, desbancando, em concepções urbanísticas, todas as das demais cidades da sua época.

A rua da Sé merece, em boa verdade, que sobre ela nos debrucemos, contemplando-a e analisando-a com minúcia de cuidados, para que, aqueles que apenas a conhecem por nela terem orientado seus passos descuidados, atentem um pouco no que ela pode contar-nos de emocional, preso a um passado de grandeza e magnânimo esforço a que o sacrifício não foi estranho e a morte bastas vezes coroou. Pedras que falam e muito podem dizer do que viram e escutaram, quer nos dias de triunfo e glória, quer nas noites soturnas em que a intriga e a vingança, o ódio político e a traição rondavam a porta a deshoras, conturbando a paz do lar e conspurcando a honra das famílias. A paz e a guerra — mais esta do que aquela — iluminaram e obscureceram essas janelas de rótulas e postigos, essas portas chapeadas que, ora se abriam de par em par, umas e outras, à passagem solene das procissões, dos cortejos cívicos e das fidalgas cavalhadas, ora se trancavam, com mãos trementes, mal surgiam os levantamentos da populaça e o desfilar ameaçador da milícia no estertor das revoluções ou, pior ainda, na eminência do saque pela soldadesca inimiga, embriagada pela vitória e pelos sórdidos apetites da pilhagem, sob as vistas complacentes dos chefes, tambem cegas pelo ódio. Enquanto os pelouros do Castelo rebentavam no adro da Sé, ameaçando a tudo e todos, aclamava-se o rei na rua, cantava-se Te Deum no vasto templo e rezava-se com fervor portas a

dentro das casas, de joelhos frente ao oratório, mãos erguidas ao céu implorando a graça divina para as nossas armas, bem poucas afinal, comparadas ao poderio imenso da guarnição castelhana, ao abrigo de muralhas inexpugnáveis.

Era ali, na rua da Sé, limpa e cuidada como todas as mais (2) que decorriam todos os sucessos com que Angra exteriorizava a vida citadina, e é ainda ali que continua a palpitar, em toda a sua mais alta expressão, a vida social, espiritual e cívica da velha urbe açoreana (3).

Solenes procissões, cortejos históricos e patrióticos, paradas imponentes com descargas de mosquetaria, vistosas «*encamisadas*», funerais e casamentos faustosos, ruidosas manifestações populares, batalhas de flores e deslumbrantes iluminações, arcos triunfais, colgaduras nas janelas e festões de verdura — tudo ali animava o normal bulício da primeira grande artéria até o avultado número de vendilhões que nela circulavam e que, ainda nos fins do século XIX, lhe pejavam os largos «*ladrilhos*» com estendais de quinquilharias, peixe seco, guloseimas e milhos torrados.

Não há dúvida pois, de que ela merece este avivar de recordações, êste preito de veneração que as «*Memórias*» não traduzirão completamente, porque para fazê-lo teríamos de repetir quase toda a História a que Angra se prende e grossos volumes rememoram. Mas procuraremos, em seu conjunto, assinalar tudo que possa revelá-la com verdade, desfiando seu casario como a um rosário de lembranças, para que, ao atravessá-la, *da Praça às Covas*, lancemos uma por outra vez às casas velhas e às remoçadas, aquele olhar amigo e respeitoso a que todas tem jus, quer pelo que ainda valem, quer pelo que já valeram em matéria de Tradição e Vida.

E como a História, para alguns, tem sabor a velharias que não agrada, e a muitos aborrece por monótona e insípida, pensei juntar ao texto da obrinha, em a-propósitos que julgo não descabidos, certos ditos e episódios pitorescos, ligados às pessoas e

aos lugares em que viveram, lembrando-me ainda dos leitores que, sem coragem talvez para afirmá-lo, poderão pensar como Prosper Merimée, o célebre escritor do Século XIX: — «*Não gosto, na História, senão das anedotas*».

Por tal aqui as encontrareis, na certeza de que, sendo *autênticas*, satisfarão o requesito essencial a uma *Memória histórica*, embora outros possam falrar na feitura desta, que o autor, mais que ninguem, desejaria ver presentes.

---

(1) — Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, n.º 4, de Junho de 1964.

(2) — «*...até de noite, sem necessitarem de outros alimpadores, porque das janellas não se lança na rua cousa alguma, e assim nunca se ouve, «Agua vai», porque não ha casa, que por detraz não tenha seu quintal, e algumas muito grande; e muitas tem da fonte agua dentro, e nunca nas ruas se vê despejo humano algum, o que tanto se estranha em outras terras*». — como diz Cordeiro na «*História Insulana*» (Liv.º VI - Cap.º X - pág. 47). A requintar o gosto pelo aceio, quer nas ruas quer nas moradias, o angrense tinha o cuidado de manter sempre caiadas as frontarias das casas, o que mais fazia realçar o aspecto da cidade, à qual Oldemiro César chamava «*Angra — a cidade branca*» e neste particular se impunha tambem à consideração dos visitantes. E dizemos «*impunha*» porque ao presente tal costume se adulterou bastante, infelizmente, tirando-lhe mais uma de tantas características que lhe davam realce.

(3) — À medida que o velho burgo se ia alargando, assim a sua principal artéria, crescendo com êle, ia tomando designações diversas. O troço da Praça até à Sé era designado como «*Da Praça à Sé*», sem qualquer nome a ilustrá-lo. O troço a seguir observava a mesma singeleza de designação: — «*Da Sé às Covas*». E o mais curioso é que na primitiva numeração dos prédios que a ladeavam, podia ver-se o mesmo n.º 1 na primeira porta à esquerda, quer na esquina para a Praça quer na da rua dos Cavalos, ou seja, a que hoje tem o nome de «*Rio de Janeiro*». Assim apareciam duas ruas constituindo a mesma artéria, que era, e continua a ser, a principal. A que primeiro encontramos até, designada pròpriamente por *Rua da Sé*, não é, como pareceria mais lógico,

o troço «*Da Praça à Sé*», mas sim o «*Da Sé às Covas*». Os mais antigos Livros de Notas no-lo revelam a cada passo, com surpreza. A Praça, como o largo que limita a rua para o Poente, não tinham tambem qualquer designação especial: — «*Fulano morador à Praça*», «*Cicrano, morador às Covas*», tal como um «*morador da Praça à Sé*» e outro «*da Sé às Covas*».

Do Povoamento da Parte de Angra

A Ilha Terceira, segundo Gaspar Frutuoso, foi doada pelo Infante D. Henrique, por volta de 1450 (1), ao mercador flamengo Jácome de Bruges que começou a povoá-la pela parte Leste, com aposentadoria no lugar da Praia, distribuindo «datas» de terra para Norte e Sul, pelos nobres ou abastados lavradores que o acompanharam. As mais distantes eram, junto à costa Sul, a que se situava entre a Grota do Vale e o Porto de Pipas, (2) e a Norte desta a que tinha por limite Vale de Linhares e a encosta da Serra da Ribeirinha (3). Para além desta zona o terreno estava coberto de mato, de tal modo impenetrável que, ainda nos começos do Século XVI, era proibido saír para Norte do «*Outeiro das Pedras*» sem licença, pelo perigo de poderem perder-se aqueles que tentassem atravessar o matagal sem as necessárias cautelas.

Quando, em 1461, chegou à Terceira Álvaro Martins Homem, portador de cartas do Infante D. Fernando, sucessor de D. Henrique no mestrado, para que lhe fossem distribuídas terras, deu-lhe Jácome de Bruges as que se situavam imediatamente a Oeste do limite indicado, isto é, Vale de Linhares—Porto de Pipas, compreendendo a pequena mas abrigada enseada (angra) entre o

Monte Brasil e o lugar das Águas, assim chamado por nas proximidades desaguarem as que, em grande caudal na época das chuvas, desciam pelas grotas do Vale e S. Bento até ao mar.

A enseada foi desde logo reconhecida como excelente porto para assegurar as comunicações marítimas, não só com a Praia e os pequenos desembarcadoiros da parte já povoada, que não dispunha de caminhos suficientemente acessíveis, mas tambem com o próprio Continente, donde e para onde, num futuro que se antevia próximo, as trocas comerciais deviam manter-se com um mínimo de segurança. Junto dela resolveu pois Álvaro Martins construir a primeira povoação, logo denominada Angra, aproveitando para sua implantação a pequena chã coberta de árvores frondosas e compreendida entre as alturas que a rodeiam por Norte, Leste e Oeste.

Era atravessada por uma ribeira que, nascendo nas faldas da serra do Morião (Nasce Água), vinha desaguar no mar.

A cerca de 200 m. a Norte da foz, uma depressão do terreno obrigava-a a formar uma pequena lagoa ou charco, antes de atingir a linha de água.

Foi na margem direita desta ribeira que Álvaro Martins Homem mandou edificar a sua casa, no sopé de uma verdejante encosta, coroada por môrro altaneiro que dominava todo o vale adjacente (alto do Castelo de S. Luis ([4]) ou dos Moinhos e, mais tarde, da MEMÓRIA).

Depois de iniciada a construção ou já construido o magestoso edifício que destinava a sua aposentadoria (CASA DO CAPITÃO), logo determinou voltar ao Continente, a fim de trazer dali, além dos familiares de sua casa e respectiva criadagem, outros fidalgos e lavradores bem como o maior número possível de operários especializados que procurou recrutar nas diferentes províncias, para proçederem às obras de arroteamento dos terrenos onde pretendia edificar a povoação e outros que muito importariam às culturas, como garantia segura para o sustento da população, dado que nessa altura ainda as áreas cultivadas na ilha não tinham atingido grande desenvolvimento.

Iniciado o corte do arvoredo de harmonia com o traçado dos principais arruamentos projectados, logo surgiria a ideia de proceder ao desvio e regularização da ribeira, não só para acabar com o charco que seria estorvo a uma regular implantação do povoado, mas tambem para permitir aproveitar o débito da corrente como força motriz, estabelecendo algumas azenhas ao longo do percurso, capazes de garantirem a farinação de cereais para alimentação das gentes ([5]). Para abastecer a parte da Praia, existiam já então as azenhas da região de Agualva e, possivelmente, as do Arrabalde, em S. Sebastião, umas e outras ainda em parte utilizáveis no tempo actual. Esta teria sido mesmo uma das mais importantes obras em curso, simultânea com os trabalhos de arroteamento e construção de alojamentos para a população, embora ainda deminuta por se limitar quase exclusivamente aos trabalhadores e a algumas famílias que os acompanhavam.

No lugar onde existia o charco, e dessecado êste, ter-se-ia iniciado o traçado do rocio principal (a Praça) do pequeno burgo cujo rápido crescimento havia de acentuar-se ano após ano, de tal maneira que, em breve, contaria já alguns edifícios de grande porte, como as casas nobres de Afonso Gonçalves d'Antona Baldaia, com ermida anexa de N.ª S.ª da Guia, a ermida de S. Salvador (depois Sé), a ermida de N.ª S.ª da Conceição e outros, de mais pequeno porte, possivelmente no Outeiro das Pedras, à volta do Castelo de S. Luis, de cujas características se pode bem concluir ter sido dos primeiros bairros habitados. As moradias dos mais abastados surgiriam mais tarde, embora simultaneamente, por ser mais morosa a construção e por exigirem um mais cuidadoso traçado dos arruamentos em que ficariam implantadas.

As árvores abatidas em cumprimento do plano urbanístico, seriam certamente aproveitadas, como a pedra resultante das escavações, na construção dos novos edifícios, e assim iria crescendo, dia a dia, a povoação que havia de tornar-se, dentro de 60 anos (1534), o mais importante centro urbano ([6]) e a primeira cidade do Arquipélago, da qual o Marquês de Palmela diria, no

Século XIX, ser «*superior às cidades de província da metrópole, com casas excelentes, passeios em todas as ruas...*» etc. (Vid. «A Terceira durante a Regência», de Vitorino Nemésio, pág. 11).

O desaparecimento algo misterioso de Jácome de Bruges e as discórdias levantadas por motivo da sua sucessão na posse da donataria, levou à divisão o da Ilha em duas capitanias (Angra e Praia), uma dada a Álvaro Martins Homem e outra a João Vaz Côrte Real que dela fôra pedir mercê à infanta D. Brites, viuva de D. Fernando, como tutora de seu filho D. Diogo, logo concedida com prioridade de escolha para o último que preferiu a parte de Angra, cabendo portanto a parte da Praia a Álvaro Martins.

Indenizado êste de toda a despeza feita, conforme o previsto nas cartas de doação, visto serem já avultados os gastos, durante dez anos, consumidos com o assentamento da nascente povoação, passou à nova Capitania, sendo acompanhado pelo seu grande amigo Gonçalves Baldaia, depois deste ter doado, aos padres de S. Francisco, as casas de sua residência, com amplo reduto e capela anexa, para nelas estabelecerem o primeiro Convento ([7]).

Os dois ramais em que fôra dividida a ribeira (por alturas de S. João de Deus) corriam, um pelo Caminho Fundo e Ladeira da Miragaia, outro pelo Outeiro (dito «*das Pedras*»), tomando êste ramal o nome de «*Ribeira dos Moinhos*», por alimentar as azenhas construidas ao longo do percurso, até virem desaguar, pela rua de Santo Espírito, no sítio onde mais tarde foi construido o primeiro Matadouro (hoje Moagem Terceirense) a meio caminho entre os desembarcadouros da Alfândega e do Porto de Pipas. Ambos foram regularizados e cobertos em grande extensão, permitindo a pavimentação dos arruamentos, denominados da Miragaia, de João Vaz Côrte Real, Praça da Restauração, rua de Santo Espírito e Estrada 28 de Maio por um lado, e ruas do Pisão e de Fr. Diogo das Chagas pelo outro.

João Vaz, 1.º Donatário da Capitania de Angra, aumentou o ritmo da construção iniciada por Álvaro Martins, de sorte que,

por volta de 1478, alcançaria a povoação foros de Vila, o mesmo sucedendo à Praia, facto a que, nas «*Épocas Memoráveis*» (8) se refere J. J. Pinheiro nos seguintes termos:

> «*Tomada posse das duas Capitanias pelos novos donatários, foram por êlles immediatamente criadas duas Câmaras municipais, uma em Angra, outra na Praia; compondo-se cada senado de trez vereadores, um procurador do concelho, um thesoureiro, e um escrivão; havendo mais em cada municipio dois juizes ordinarios, presidindo um delles, ao senado, os quais por seu turno sentenciavam em primeira instância todas as causas civeis e criminaes que se apellava para o tribunal do donatario recorrendo-se delle ao grão mestrado, nos casos em que a apellação era permittida*».

---

(1) — A carta de doação em que Gaspar Frutuoso se fundamentou, foi vista no Livro do Tombo da Praia, mas não figura nos livros de Chancelaria, sendo por isso considerada por muitos como falsa. Fez parte dum volumoso processo que por largos anos se arrastou, nos tribunais de Lisboa, movido pelos descendentes após o desaparecimento de Jácome de Bruges. Variam as opiniões sôbre a data da Descoberta, mas mais ainda sôbre a da Doação, que Marcelino Lima, nos ANNAIS DO MUNICÍPIO DA HORTA (capit.º Povoamento, pag. 30) diz só podia ter sido concedida «*depois de 1460*», com o que muitos não concordam.

(2) — Dada feita a Alvaro Vaz Meraens, um dos primeiros povoadores. Passou à Terceira na 2.ª metade do sec XV. (Meraens é corrupção de Meireles).

(3) — Dada feita a Gonçalo Ximenes.

(4) — Foi a 1.ª fortaleza construida em Angra. Depois de 1583 passou a denominar-se de S. Cristóvão. Frutuoso explica em «Saudades da Terra» (Vol. IV pag. 84) como foi um ataque dos castelhanos a causa da construção do Castelo de S. Luis: *Chegando os castelhanos ao porto d'Angra, desembarcaram n'ele e roubaram a vila que a*

êste tempo era povoação mui pequena e não estava tão forte e guarnecida, como agora está, com muita artilharia e fortalezas que tem. Depois que os castelhanos se foram com as naus carregadas de prêsas que n'esta e outras fizeram, edificaram os moradores da Vila d'Angra um castelo, que agora está situado em um outeiro que cáe sôbre a cidade, que para o tempo em que se fez era assaz forte, movidos a fazêl-o por arreceiarem a tornada dos castelhanos».

(5) — O regresso de Álvaro Martins Homem deve ter-se efectuado cêrca de 1462-1463.

(6) — Em 1560 tinha já perto de 4000 habitantes.

(7) — Por êste acto de benemerência o cognominaram «*Velho de S. Francisco*».

(8) — Vol. I, pag. 73.

I

A Praça

A Praça foi desde início o centro de actividades, o núcleo à volta do qual girou toda a vida administrativa, judicial, militar, política e social do pequeno burgo. A partir dela irradiaram as principais artérias, ligadas umas às outras como um xadrês geométrico, de largo e amplo traçado, idêntico ao qual, só três séculos mais tarde, após o terramoto de 1775 que arrasou Lisboa, o grande ministro de D. José I daria à capital portuguesa, tornando-a uma das mais belas cidades da Europa do seu tempo.

Ao começo com a forma trapesoidal, a Praça nem sempre teve as dimensões que hoje apresenta. Linschoten representou-a no seu célebre desenho (1595), bastante irregular e menor que a actual, se a compararmos com a largura das ruas que lhe dão acesso. Confirmando-o, Fr. Diogo das Chagas, no «Espelho Cristalino» (séc. XVII) diz ter sido o Corregedor Roque da Silveira quem «*fez jazer a Câmara de Angra e praça q. athé ali era mui pequena...*».

As mais antigas Casas da Câmara foram edificadas na parte ocidental da praça que, só após a construção da ermida [1] teria tomado o nome de «*Praça dos Santos Cosme e Damião*», ou mais

abreviadamente (no vulgo) «*Praça dos Santos Cosmes*», até que, reconstruida a ermida sob a invocação de N.ª S.ª da Saúde, o povo começaria a designá-la por «*Praça Velha*», nome pelo qual ainda hoje é conhecida, apesar de na toponímia oficial se denominar «*Praça da Restauração*» desde a 2.ª metade do século XIX (2). Foi tambem conhecida por «*Terreiro*» ou «*Praça dos Touros*», por nela se realizarem as touradas, justas e torneios com que eram solenizadas as Festas de S. João, antes de construido o primeiro tauródromo da cidade.

Como é óbvio, nem só por esta quadra se faziam ali festas pomposas. Ficou célebre a realizada em 1759, após o conhecimento de se encontrar livre de perigo o Rei D. José I, depois do atentado contra êle cometido na noite de 3 de Setembro do ano anterior, (do qual só se teve notícia em 25 de Março seguinte) e foi considerada como «*a mais lustrosa função, que nunca se viu na ilha*», segundo diz Drumond.

Desusada concorrência por completo a preenchia tambem, nos trágicos enforcamentos que ali se verificaram por vezes várias, sobretudo nos períodos de mais acérrima luta, quer pela resistência imposta pelo povo às pretenções de Castela, quer pelas perseguições políticas durante os anos trágicos das dissenções entre Constitucionais e Realistas, em que a demagogia e a violência dominavam os homens, subvertendo as consciências.

Mas por «*Praça Velha*» é que ficou, cremos que para todo o sempre, porque nem o artístico empedrado, nem outros progressos urbanísticos como os modernos candeeiros de iluminação, as árvores esguias que vieram substituir os frondosos «*negritos*» que tanto a ensombravam, nem sequer a *imponência* da estátua de Álvaro Martins, conseguiram torná-la *nova*, ao menos na gíria popular.

Do seu começo terreira (tambem a designavam por «*Terreiro da Praça*»), apenas com uma fiada de lajes a circundá-la, à «*Praça Velha*» convergiram sempre as gentes da cidade nos lazeres do

afan diário, quer para o cavaco ameno, em grupelhos de acaso quer em busca de sombra acolhedora nas horas de canícula, sob o coberto verde-cinza das folhadas. Os carros de bois e as carroças ali estacionavam tambem, como hoje os *taxis*, aguardando os passageiros ou as encomendas que os recoveiros iam pouco a pouco acumulando a cada série de mercas, na azáfama pelas lojas, em demanda de artigos vários que as *vendas do monte* não comportavam e a fraca procura não justificaria.

O «*mercado das galinhas*», junto à frontaria do Corpo da Guarda, até à ermida, era animado, nas horas matutinas sobretudo, pelo vozear das gentes e dos vendilhões, à saga de bons negócios.

Vinda já de tempos remotos a tradição, os marujos desembarcados das armadas, de parceria com os traficantes dos cais e os mariolas do porto, por ela passavam aos bordos, após a romaria obrigatória pelas tabernas da rua das Frigideiras e da rua de Santo Espírito, culminada no encontro com as rameiras na rua do Morrão ou com a «*ronda do mar*» que, não poucas vezes, seguida de povoleu curioso, levava a ferros os mais turbulentos toldados pelo álcool e pela euforia dos prazeres.

De manhã e às Trindades cruzavam-se nas ruas circundantes os biocos dos mantos e capotes, a caminho da Sé, da Conceição ou de S. Francisco, para as missas quotidianas e devoções habituais. Aos domingos porém, dia de missas e de feira de gado na Praça, animavam-se mais as largas artérias convergentes, com a chegada dos mercadores e com o desfilar das *donas* em cadeirinhas suspensas dos braços hercúleos de escravos negros e acompanhadas pela criadagem das respectivas casas nobres. Tropeavam na calçada os cavalos e as muares, tirando as pesadas liteiras em cujo interior desconfortável os fidalgos e as fidalgas se bamboleavam, sacudidos pelo retezar das correias de suspensão a cada irregularidade do empedrado. Os ginetes dos morgados, ajaezados com maior rigor, ultrapassavam a trote largo os gericos pachorrentos, choutando junto às valetas sob o peso dos albardões de luxo onde as matronas se assentavam, pulando das banquetas dos ságuões para as andilhas, forradas a colchas de damasco.

Nela se faziam exercícios das «*Milícias*» como no Castelo os da «*Tropa de Linha*», com rufos de tambor e estridência de cornetas.

Mas à tardinha a calma voltava de novo; e ao declinar do sol por detrás das «*Covas*», dos campanários caíam as Ave-Marias, logo seguidas do «*correr*» do sino na torre da Câmara. Era o toque de silêncio da cidade. Daí por deante, só o passo apressado dos retardatários ecoava nos «*ladrilhos*» provocando o «*Quem vem lá?*» das sentinelas. Cerravam-se as portas chapeadas e nem através os ralos dos postigos se descortinavam luzes. A noite descia, tão mansa e suavemente como a modorra dos mais velhos ao espevitar da candeia, aguardando a ceia que não tardaria a ser servida com o chá da Índia a escorrer dos bules de terracota, escondidos, com o bico de fóra, sob o abafador almofadado.

Nos dias de procissão ou no tempo alegre das Festas Joaninas, já em pleno Século XVII, as corridas de toiros, as cavalhadas e os jogos de canas alegravam a Praça, transformada em redondel, fechada por bancadas e camarotes. Era o centro atractivo por excelência, ornamentada a colgaduras e bandeiras, festões de verdura e flores. Por ela transitava uma verdadeira *passagem de modelos*, como se chamaria hoje ao desfilar, com trajos ricos e joias de altíssimo valor, o suprassumo da Elegância e do Bom-Tom, acorrendo pressuroso ao chamariz dum festival ímpar na vida mundana dos angrenses. Só as redundâncias literárias do Dr. Moniz no-las poderiam ter dado a conhecer, em nossos dias, através uma linguágem empolada e repleta de pormenores, imprimindo ao fausto autêntico todo o brilho de que na verdade se revestiriam, porque até estrangeiros houve que pasmaram de tanta grandeza, segundo rezam notícias que deram brado depois, trazidas às crónicas mundanas da imprensa alfacinha, ávida sempre de curiosas efemérides.

Só muito mais tarde porém, com os primeiros candeeiros de azeite (1827-28) e depois de petrólio (1835), espalhados aqui e além pelas ruas principais do burgo, a Praça Velha começou a

ter vida nocturna. A época do fausto havia passado, absorvidas as fortunas pelas lutas intestinas e pela dispersão dos morgadios. Pode bem dizer-se que a riqueza se escoara e as próprias Festas de S. João morreram como a tradição da ermidinha do Santo, ela própria profanada pelo bispo, tal o estado de abandono em que se encontrava (Vid. CAPELA DE S. JOÃO BAPTISTA).

A criação duma banda militar junto das Unidades da guarnição do Castelo fez porém renascer a vida na velha Praça. Ergueu-se no centro um palanque (a que chamavam «*Kiosque*») e, uma ou duas vezes por semana, à noite, davam-se concertos públicos, sempre concorridos e animados, com os quais raros apreciadores se deleitavam, mas que para a quase totalidade dos angrenses representavam pretexto sublime de alegre convívio, quebrando as amarras do convencionalismo para se expandir em amável e quantas vezes fecunda intercomunicação, despertando na juventude os primeiros sonhos de amor. Ali os olhares podiam cruzar-se, sem rebuço, a cada dúzia de passos andados, no vai-vem ininterrupto daquelas duas horas que a todos pareciam curtas, até para os que, ora nos bancos fixos, tomados de assalto muito antes, ora em cadeiras adrede transportadas ao lugar apetecido, para a simples cavaqueira ou para o desfiar da crítica fácil, apreciavam, consoante as opiniões e a mordacidade, o sucesso duma aventura galante ou o trágico desfecho dum drama passional. Numa atmosfera de suaves emanações que a brisa da beira-mar trazia até cá acima, enriquecida ainda com a toada musical das sucessivas melodias, a ternura ou o esplendor da graça feminina dominava o ambiente, quer pela emotividade dum amor desperto quer pela recordação dum passado já distante em que há sempre traços firmes, indeléveis, deixando um fulcro de saudade a guardá-los eternamente no fundo do coração. Para todos, velhos e novos, no deambular dos passos ritmados ou na quietude contemplativa da multidão incessantemente renovada, havia seu quê de sedução que atraía, a chamar e prender a atenção como um aceno de mãos delicadas ou um sorriso intencionalmente esboçado a perpetuar-se numa lembrança saudosa.

A «*música na Praça Velha*» a que a Banda de Caçadores 10

deu início em 1879 foi, durante meio século pelo menos, a delícia maior duma geração, talvez um tanto apática e sonhadora, mas vivendo em paz e quietude, sem exaltação excessiva de emoções nem sobressaltos perturbantes pela incógnita do amanhã. Os dias que viriam, seriam talvez iguais aos da véspera. Qualquer acontecimento, para além dos normais na vida, poderia assumir avantajadas proporções, mas não conseguia quebrar o ritmo dos deveres e das tarefas que a cada qual se impunham quotidianamente. E o espectáculo romanesco dessas fugidias horas, repetia-se monocòrdicamente como um bálsamo de suavidade, preenchendo os vácuos da existência, acalmando as paixões exacerbadas, ou despertando, pouco a pouco, sonhos adormecidos.

Tinha passado há muito o período áureo das épicas façanhas de que a Terceira fôra teatro, mas nem por isso a Praça Velha deixou de ser o centro nevrálgico da cidade. Acabaram-se os motins sangrentos da populaça, clamando vinganças ou solicitando justiça frente às enxovias da Câmara, pejadas de condenados; deixaram de baloiçar na fôrca corpos retalhados das lanças e cobertos pelos impropérios da chusma desvairada; o «*sino-de-correr*» calara para sempre seus brados angustiosos e nas torres das igrejas emudeceram os rebates de aflição, substituidos apenas pelos sinais de incêndio a deshoras ou pelas badaladas soturnas à saída do Viático para os enfermos; sucumbira à calmaria do viver a vida desinquieta pelo receio das pilhagens e das denúncias, do terçar de armas e das descargas de arcabuzes pelas esquinas, em disputas de bandos rivais ou a soldo de ambiciosos, no premeditado assassínio de opositores indesejáveis.

A tropa aguerrida, mas indisciplinada e sem sôldo, quase andrajosa e faminta, desaparecera com o advento de novas eras. A que lhe sucedera estava ali, no rigor das fardas, para cumprir missão mais de harmonia com os tempos, educando e recreando uma população ordeira, sem ambições desmedidas, comprazendo-se no «*dolce far niente*» dessas curtas horas que a desviavam, com prazer e aquiescência unânimes, das labutas diárias, de preocupações e dissabores, inerentes a todos os mortais.

A Praça foi-se alindando, ao gosto das épocas. Teve um

palanque de pedra, com gradeamento de ferro; as árvores, que se tornaram frondosas em demasia, foram substituidas por outras, mais ajeitadas, que um artístico empedrado exigia; pela primeira vez na história da ilha, apareceu, na ala Sul, um quiosque, para venda de tabacos e refrescos, substituindo, com elegância e civilidade, a velha taberna que desde 1788 na Praça se mostrava deslocada (6) como nódoa em roupa limpa.

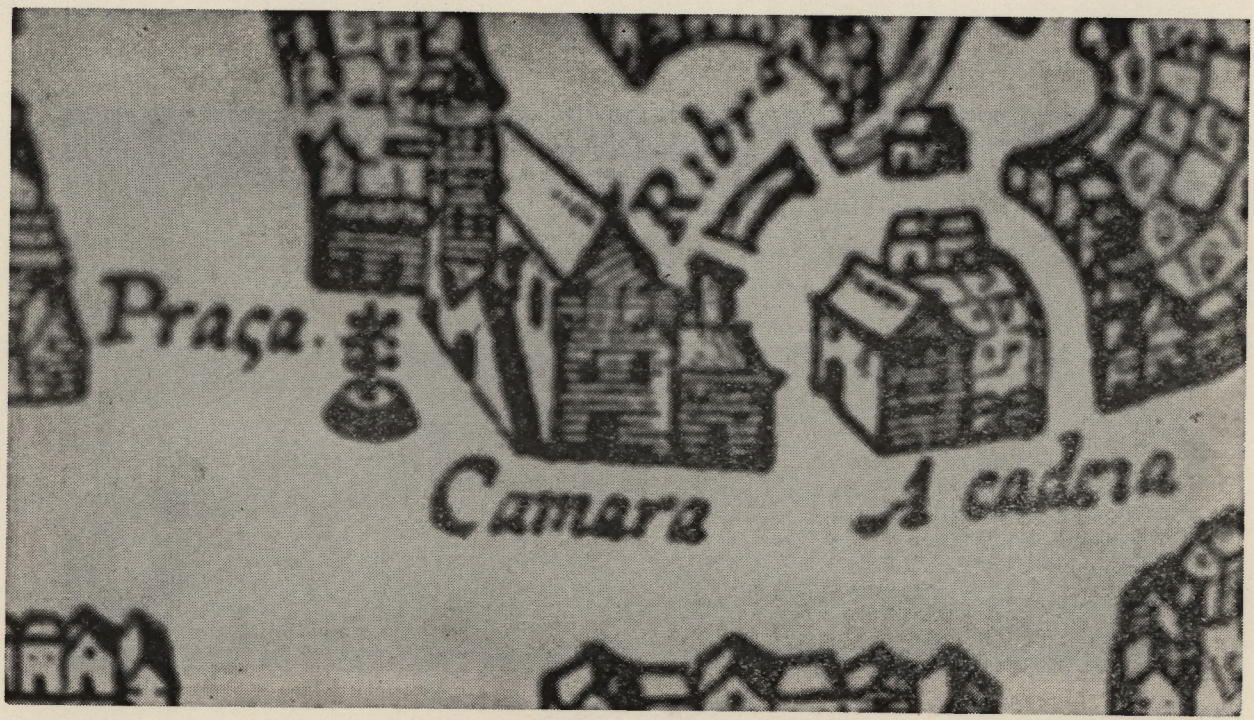
Outras diversões, acompanhando o progresso social, se têm sobreposto a velhas usanças da sociedade, evoluindo ao sabor de costumes importados. Mas a Praça continua a ser *Velha* de nome apesar da *Restauração* que lhe fôra imposta, cumprindo a missão de alviçareira nos cometimentos de mór relevo, como centro nevrálgico onde a vida palpita no máximo esplendor, mesmo que a cidade cresça pelos arredores e a população se atordôe no bulício dum comércio próspero e dum tráfego intenso, estendendo seus tentáculos pela ilha inteira.

---

(1) — Sob a invocação dos Santos Cosme e Damião. A acreditar na exactidão do traçado da carta de Linschoten, a primeira ermida sobre esta invocação teria sido implantada no Largo do Chafariz da Praça, à esquina de uma rua paralela à da Esperança, para N., e portanto só depois de 1591 (data em que Linschoten saíu da Terceira) teria sido transferida para a Praça, talvez em 1592, quando Simão Gonçalves de Távora, que a reconstruíu, fazia parte do Senado Angrense. Os Jesuitas instalaram-se no Colégio Novo, cuja igreja foi erguida no mesmo local da ermida, em 1651, e 10 anos antes já a ermida tinha o nome de N.ª S.ª da Saúde. Contudo, nenhum documento encontrámos que abone a favor da data da sua transferência, pois todos os mais a dão já como situada no lado N. da Praça, junto da travessa da Saúde, assim designada por nela ter sido instalada uma *Casa de Saúde*, quando da epidemia que, em 1599, vitimou cêrca de 7000 pessoas em toda a ilha («MEMÓRIA SOBRE A ILHA TERCEIRA» de A. Sampaio, pág. 392).

(2) — Edital de 10 de Março de 1865, da Câmara de Angra. Em 1901, às 5 horas da tarde do dia 2 de Julho, procedeu-se na Praça ao lançamento e bênção da primeira pedra do monumento comemorativo

Isolario del P. Coronelli



A Praça, a Câmara e a Cadeia (Séc. XV)

Pormenor da Carta de Linschoten

Lado Sul

Lado ao poente

Festas de S. João na Praça Velha em 1861

da visita régia, a cujas cerimónias presidiu o próprio rei D. Carlos I, assistido pela rainha D. Amélia, tendo-se no recinto levantado um pavilhão de honra. O monumento nunca chegou a ser erguido, estando hoje em seu lugar o que a Câmara erigiu a Álvaro Martins Homem, fundador de Angra.

(3) — Nem só porém os enforcamentos torturavam os presos, quer por delito comum, quer por vinganças políticas. Na torre da Cadeia se aplicavam outras torturas, como aquela quo o povo conhecia por «*tractos de polé*».

(4) — Vid. Posturas Municipais de 1788. O quiosque foi instalado pelo súbdito espanhol Agostin Gascon Mendes.

II

O «Nobilíssimo Senado»

A criação do SENADO ANGRENSE por João Vaz Corte-Real, 1.º Capitão-Donatário de Angra (1474) e a sua instalação em edifício próprio na principal e única Praça da nascente povoação, deu-lhe desde logo foros de notável instituição.

Quatro anos bastaram para que tal facto originasse a elevação de Angra a Vila (1478). O prestígio de que desde logo se rodeara, sobretudo por nela se administrar a Justiça e por ser a séde da administração municipal, cresceu e revigorou-se, a ponto de ser considerada pelo povo como autêntica autoridade máxima nos destinos da terra e das gentes sob sua alçada. O Alvará de 17 de Setembro de 1504, cerceando o Governo despótico dos Donatários e obrigando-os à obediência dos Corregedores, acabou por colocá-la num pedestal de tão grande relevância que jamais, através os tempos, deixou de ocupar no sentir e nas manifestações de respeito com que os angrenses se lhe referiam. Chamavam-lhe e ainda lhe chamam a «*Casa do Povo*». Entre os rurais, na ausência mesmo a tratavam por «*Senhora Câmara*», espécie de título honorífico de que não sei se outras, além da de Angra, se poderão gabar.

A elevação da Vila de Angra a cidade, em 1534 — a primeira do Arquipélago — constituiu sério motivo de orgulho para todos os Terceirenses, ainda que vivendo sob outras *bandeiras*. Os Conselhos da Praia e S. Sebastião, prêsos já ao compromisso de «*boa amisade*» celebrado em 1528, viviam agora, pràticamente, na dependência dêste, aceitando tal condição com dignidade, no convencimento de que ela, a «*Senhora Câmara*», os protegeria em pleitos de comum interesse, com redobrado fulgor. Foram as três Câmaras da ilha que resolveram, em 1613, elevar de 10 % o valor da moeda.

Na própria defesa da ilha, era ela encarregada de, por ordem real, prover às fortificações da costa e aos melhoramentos do porto — único ao serviço das Armadas da Índia e do Brasil, cuja frequência a todos beneficiava.

A concessão aos Senadores, do privilégio de «*Cidadãos do Porto*» ou dos «*Infanções*» (1576), extensiva no ano seguinte a todos os cidadãos de Angra, rodeou-a, e aos munícipes, duma nova auréola de grandeza, ao mesmo tempo que a criação dos «*Mesteres*» e depois da «*Casa dos 24*» a fazia considerar como um baluarte das prerogativas populares, pois era esta quem, em separado, escolhia os seus procuradores. Os «*Ofícios Embandeirados*», como se lhes chamava, por terem bandeira própria e «*alçarem vara*» com seu açor de prata lavrada, elegiam os representantes que, nas Vereações, haviam de defender os interesses do Povo. A sua influência nos Acórdãos da Câmara era respeitável e, sobretudo a partir de 1821, no auge das lutas políticas, verdadeiramente temido. Para deliberar, a Câmara só se considerava «*plena*» quando estavam presentes os Mesteres, e sempre que havia lançamento de «*fintas*» ou elaboração de «*posturas*», tinham de estar presentes os 4 «*Procuradores dos Mesteres*» para «*por parte do Povo, requererem aquilo que fôr de seu bem e seu proveito*» ([1]).

Lutas tremendas se travariam depois para sustentação destas e doutras prerogativas, mesmo por intervenção de enviados especiais, como o alfaiate Francisco de Aguiar que foi junto do Governo solicitar a «*legitimidade*» das pretenções dos «*Ofícios Embandeirados*», reclamando «*acção directa*» nas eleições dos depu-

tados às Côrtes e invocando a sua qualidade de «*Membros místicos e inseparáveis do Senado !*».

Perante a Câmara tomavam posse e prestavam juramento os *Capitães-Generais*, os *Corregedores*, os *Juizes de Fora* e os *Almotacés*. Os Professores e outros empregados públicos recebiam da Câmara os *Diplomas* de nomeação, sem os quais as próprias *Cartas Régias* não teriam validade. Para exercer qualquer «*oficio mecânico*» fazia-se necessário um «*exâme prévio*» que daria direito à *Carta* indispensável.

Era a Câmara quem, por meio de «*Bandos*», à falta de jornais, comunicava ao Povo os factos mais importantes ocorridos, quer na Capital quer na ilha, e que, nas posses dos Capitães-Generais e nas procissões do Corpo de Deus, do Mártir S. Sebastião e noutras solenidades, determinava quem havia de levar as varas do pálio e conduzir as lanternas, fazendo para tanto os «*convites*» que eram por assim dizer uma *ordem* para as figuras gradas da terra, por esta forma distinguidas.

Nas representações oficiais, em Côrtes, a Câmara ou seus delegados directos, ocupavam o *primeiro banco*, e nas recepções solenes do Palácio era colocada, quando em corporação, imediatamente à mão direita do Capitão-General, preterindo assim todas as demais autoridades.

Não admira pois que, rodeada de tanto prestígio, a «*Senhora Câmara*», por vezes arrogasse títulos que não lhe pertenciam de verdade e de direito. Não é difícil encontrar, em várias representações ao Governo, designações como a de «*Casa do Povo da Cidade*» e a de «*Nobilissimo Senado*» como a si própria se intitulava, sem que tais mercês lhe houvessem sido concedidas por favor real.

Havia razões para tanto, reconhecidas até pelos Capitães-Generais e Corregedores, que não assumiam funções sem que as Cartas Régias fôssem prèviamente submetidas ao beneplácito da Câmara, apesar de tais actos constituirem apenas mero dever burocrático. Mas o Povo, cioso sempre das prerogativas da sua «*Casa*», considerava-os como uma espécie de sobreposição de poderes,

mesmo ao tempo em que era «*soberana* e *absoluta*» a vontade do Rei... Daí o levantamento de 1757 e outros, posteriores, de menor gravidade, mas que também trouxeram alguns dissabores para o Município, no decorrer de sessões solenes e várias festas cívicas de relevo, em que o acesso ao Salão Nobre tinha de ser regulado, por virtude do alargamento dos convites oficiais, restringindo assim a entrada do público em geral, por falta apenas de capacidade evidente da vasta quadra para tão grande afluência, o que originou protestos e até conflitos, em que se ouviam vozes de censura pela forma por que se comportava a Câmara, «*esquecendo-se*» de que era, antes de tudo, a «*Casa do Povo!*» Assim se exteriorizava o alto conceito a que acima nos referimos, vinculado a tais extremos na alma popular, desde os fundamentos do Concelho.

Para melhor ajuizar da vida do Município, durante o tempo que medeia entre a criação do SENADO ANGRENSE em 1474, até à instalação do edifício actual, um dos mais belos da cidade em 1866, daremos seguidamente ao leitor a resenha dos principais acontecimentos da vida municipal, numa espécie de EFEMÉRIDES que, não tendo pretenções a completas, cremos darão uma ideia justa da sua existência como centro da administração local, através quase quatro séculos de contínua actividade. Elas serão certamente espelho claro, não só dos períodos áureos de evidente prestígio, como também daqueles em que as lutas políticas e a ambiência de guerras tanto a conturbaram, denegrindo a acção de seus dirigentes ([2]).

([1]) — No final do séc. XVII, por notícia da Organização dos Serviços Públicos, vinha no «*Livro de Avaliações dos Ofícios nas Ilhas dos Açores*», de 1691, uma resenha de todo o funcionalismo então existente, e que era: A) «*No Governo da Cidade*»: além dos dois Juizes Ordinários, três Vereadores, um Procurador do Concelho, dois

Procuradores dos Mesteres e dois Almotacés conforme as Ordenações, um Escrivão, um Tesoureiro, um Porteiro, um Sargento-Mór da Ordenança com seu ajudante, um Capitão-Mór da Cidade, um Chanceler, um Armeiro, um Facheiro, um Mestre de Obras e escrivão das Fortificações, um Mestre de pedreiro das obras da Sé com seu Escrivão e um Relojoeiro; B) «*No Judicial*» havia a Correição com o Corregedor das Ilhas, Escrivão e Chanceler, Escrivães da Correição, da Chancelaria e das Finanças, Contador, Inquisidor e Distribuidor, Escrivão da Almotaçaria, Alcaide da Cidade com seu Escrivão, Carcereiro da Cadeia, além dos Advogados e Procuradores. Havia ainda o Tesoureiro dos Defuntos e Ausentes, o Meirinho do Tabaco, o Juiz dos Órfãos, o Provedor dos Resíduos e um Provedor das Capelas. Da Redenção dos Cativos estava encarregado um Mamposteiro-Mór com seu Escrivão. Enfim, uma diversidade tal de funcionários que dava boa nota da complexidade dos serviços públicos a cargo da Câmara ou relacionados com a vida municipal.

(²) — Se os excessos da política deram muitas vezes motivo justo de queixa contra os governantes, o certo é que não faltam documentos ou atitudes que atestem o verdadeiro zelo dos Presidentes e Vereadores pela causa pública. A escritura de dívida e hipoteca feita ao negociante António da Silva Baptista, pela qual «*Presidente, Vereadores e demais membros da Câmara*» se responsabilizaram, «*pessoas e bens*», pelo empréstimo feito ao Município, da quantia de 2 contos e 800 mil reis, para que se pudesse concluir a «*obra da Praça do Duque de Bragança*» iniciada em 1832, e que, por falta de verba, se encontrava ainda inacabada — é exemplo edificante do que acima afirmamos. A Vereação que assinou o importante documento de responsabilidades, era assim constituida: Conselheiro Alexandre Martins Pamplona, José Monteiro de Castro, Manuel Joaquim dos Reis, António Martins Coelho, Simão do Carvalhal da Silveira, Manuel do Nascimento, Dr. Nicolau Caetano Bettencourt Pita, António de Teive e Gusmão e António Borges Leal Côrte Real (Vid. L.º 13.º das notas do tabelião Brum — fls. 198 v. 199).

A Casa da Câmara

Por detrás do primitivo edifício havia uma estreita viela onde fora levantada a Cadeia ([1]), o que na referida carta de Linschoten se pode facilmente reconhecer, ligando a Ladeira dos Frades ou de S. Francisco (hoje rua de João de Deus) à rua do Galo (hoje de D. Amélia).

O terramoto de 1608, causou no velho edifício importantes estragos e porisso, em 1610, a Praça foi alargada à custa da demolição duns casebres que a fechavam na parte Sul, sendo o edifício remodelado e tendo desaparecido a travessa. Por essa mesma data tambem (ou pouco antes) é que Frei Rodrigo Carrasco, guardião do Convento de S. Francisco, falecido em 1612, teria promovido a ligação à Praça, do velho convento franciscano, para facilitar o acesso dos frades ao centro da povoação, pois, até ali, só poderiam fazê-lo pela rua do Galo, utilizando qualquer das travessas então existentes. Daí o terem chamado tambem à ladeira «*rua do Carrasco*», como a mencionam documentos da época.

O novo edifício era uma casa ampla com rés-do-chão onde instalaram as várias «*enxovias*» ([2]) que substituiram a cadeia

demolida, e um andar nobre destinado a sala de audiências dos corregedores e juizes de fora (ângulo setentrional), sala das sessões do Senado (ângulo meridional) e demais gabinetes para os funcionários administrativos. Dois chafarizes ladeavam as escadarias largas que conduziam à varanda alpendrada do corpo central, acima do qual se erguia uma torre quadrangular, ostentando o relógio *«com nobre mão para fora que sempre mostra as horas que são»* (3) e o sino que servia para convocar as sessões e dar o sinal do recolher (4). Nos baixos era a casa do Carcereiro. No extremo N. era o açougue. Encimava a torre um escudo de Armas.

Em 20 de Março de 1847 resolveu a Câmara substituir êste pelo Paço Municipal que actualmente existe e foi aprovado, sob planta elaborada no Porto, tendo as obras preliminares começado em 15 de Junho 1848. Era ao tempo Presidente da Câmara, Manuel José Pereira de Bettencourt, sendo Vereadores Manuel Joaquim dos Reis, Joaquim José Marques Guimarães, António da Silva Baptista e Manuel Mendes Correia. A maior honra porém, de tal empreendimento, cabe ao Comendador António José Rodrigues Fartura, comerciante portuense que havia alguns anos se estabelecera em Angra e que foi o maior e mais entusiasta impulsionador dessa obra, chegando a fazer abonos de seu bolso para que a construção não houvesse de ser interrompida por dificuldades económicas do Município.

O lançamento da primeira pedra foi feito com toda a solenidade no dia 11 de Agosto de 1849, em que se comemorava o 20.º aniversário da batalha da Praia da Vitória, e a sua inauguração solene no mesmo dia do ano de 1866. Tem 36 metros de frente e 21 de fundo, situando-se entre as ruas João de Deus e D. Amélia (5).

Durante o tempo da demolição e construção, o Senado reuniu no edifício da ala N. da Praça, conhecido por CASA DO CORPO DA GUARDA, e depois numa casa de Merêns de Távora, da rua Duque de Palmela, que foi sede do Club Musical Angrense e onde hoje se encontra a Estação dos C. T. T.. Em 1849, um dos chafarizes do anterior edifício foi mudado para o centro da Praça, não só

para abastecimento público, mas também para que fornecesse a água necessária às obras, sendo retirado em 1858.

Nos 17 anos que durou a construção, até ao seu acabamento, gastaram-se mais de 40 contos.

---

(1) — Na empena das casas que ficavam a Poente desta, havia «*hum Oratório alto, e com altas portas, que nos dias Santos de guarda se abre de manhãa, e n'elle hum capellão diz Missa, a que assistem e vem bem os fronteiros presos, e se encommendão a Deos*», como diz o Padre António Cordeiro (História Insulana, Vol. II, pag. 44).

(2) — Cordeiro diz que havia dois açougues públicos nos baixos da Casa da Câmara: um, maior, para venda de carne, outro, mais pequeno para venda de cabeças e miudezas (Vid. Bolt. do I. H. I. T., n.º 9 pag. 162).

(3) — Vid. História Insulana, vol. II. pag. 44.

(4) — «*Sino de correr*» lhe chamava o povo, e arauto foi de todos os acontecimentos de maior vulto, quer nas horas de mais duras privações quer nos dias altos de triunfo e apoteose que a História aliás regista com assaz frequência. Por acórdão de 15-3-1865, o Município suprimiu o toque de recolher por julgá-lo desnecessário, determinando que «*Os estabelecimentos públicos desta cidade fechar-se-hão de noite, desde o 1.º de Abril até ao último dia de Setembro, às 10 horas, e nos outros meses às 9 horas*».

(5) — Sampaio, na «*Memória*» faz uma descrição geral deste edifício, a págs. 193, 194 e 195, e por isso nos abstemos de o repetir. De então para cá, após a saída da Esquadra de Polícia que passou aos baixos do edifício do Governo Civil, e depois de extinta a Administração do Concelho, tem sofrido várias e importantes obras de remodelação interior para alargamento das instalações de Obras, Tesouraria, Repartição de Saúde, etc., sobretudo depois da mudança da Biblioteca Municipal para o edifício do Arquivo Distrital, no antigo solar dos Viscondes de Bettencourt, «*por trás da Sé*». No seu magnífico Salão Nobre, um dos mais belos dos Açores, têm sido recebidos os mais egrégios visitantes, destacando-se entre tantos, o rei D. Carlos I e a rainha D. Amélia, e os Presidentes da República, marechais Gomes da Costa e Oscar Carmona, general Craveiro Lopes e almirante Américo Thomaz. Entre as relíquias que na dita «*Memória*» se mencionam, há a acrescentar um busto em bronze do

Infante D. Henrique oferecido pelo Governo nas Comemorações Centenárias e um cofre contendo terra colhida à volta da «*Pedra de Dighton*», oferta da colónia Açoriana dos E. U. da América em 1932 por ocasião das comemorações do V Centenário do Descobrimento dos Açores. O retrato a óleo do rei D. Carlos I, foi encomendado pelo vice-presidente do Senado Angrense, António Mariano da Silva Sarmento, em 1896, ao pintor Galhardo, com destino à Sala das Sessões da Câmara. A Biblioteca foi fundada por legado do Dr. Francisco Jerónimo da Silva, em 1871, que à Câmara deixou toda a sua magnífica biblioteca particular, contendo 3730 volumes de obras escolhidas, algumas de valor inestimável. Jerónimo da Silva foi bacharel em Cânones (1831). Afamado orador forense, foi proprietário da cadeira de História Natural, em Braga. Publicou várias obras literárias e de interesse forense. Nasceu em Angra em 1807 e faleceu em Lisboa. Afora um importante legado do general João Carlos Rodrigues da Costa, no qual figuravam algumas preciosidades da bibliografia açoriana, foi ainda a Biblioteca enriquecida em 25 de Setembro de 1902, com o legado do poeta terceirense Francisco Joaquim Moniz de Bettencourt (Mendo Bem), contendo 3000 volumes, a que ele denominava «*Biblioteca Insulana*» e continha espécies muito raras da bibliografia açoriana. Mendo Bem nasceu em 8-12-1868. Publicou «*Rimas Insulares*», «*Noites Açorianas*», «*Atlânticas*» e «*Trovas de Mendo Bem*», em verso; «*Contos Açorianos*», «*O Coronel Sousa e Silva*» e «*Notas de Viagem*», em prosa; além de larga colaboração, em prosa e verso dispersa por jornais e revistas, quer açorianas, quer continentais.

Foi criada a Biblioteca Municipal em 15 de Novembro de 1871, data em que a Câmara autorizou o seu Presidente a constituir procurador em Lisboa para efeitos de recepção do legado, mas a sua inauguração solene só se fez no 1.º de Dezembro de 1876, dia em que foi também inaugurado um retrato do benemérito doador. O primeiro bibliotecário foi João Francisco de Oliveira Bastos, jornalista distinto que para a Terceira veio em 1826, tendo falecido em 1892, com a provecta idade de 86 anos. Sucedeu-lhe José Teodósio de Bettencourt Carvalhal, a que se seguiu o poeta e escritor Gervásio da Silva Lima e, após a morte deste, o actual, nomeado por concurso público, em 24 de Janeiro de 1946, João Dias Afonso, jornalista, poeta e publicista. Entre as estantes há duas, de jacarandá, que pertenceram a Almeida Garrett.

Para o leitor que se interesse pela vida municipal e queira ter inteiro conhecimento da acção desenvolvida pelo Município para a edificação dos novos Paços do Concelho, recomendamos a consulta do opúsculo publicado em 1966, por deliberação da Edilidade sob proposta do Presidente Dr. Francisco Moniz de Oliveira

contendo a série de artigos que o jornalista Pedro de Merelim publicou no jornal «A União», na epígrafe «*Uma vez por semana*», e subordinada ao título «*No 1.º centenário do Palácio Municipal de Angra*».

Principais Efemérides
do
SENADO ANGRENSE

(desde a sua fundação até à inauguração do actual edifício)

1474 — Criação do Senado Angrense por João Vaz Côrte-Real, 1° Capitão da parte de Angra, e sua instalação em edifício próprio, na Praça.

1478 — Elevação de Angra a Vila.

1480 — Começou a funcionar a Câmara, composta por três Vereadores, 1 Procurador do Concelho, 4 dos Mesteres, 1 Tesoureiro e 1 Escrivão, além de 2 Juizes Ordinários, presidindo um deles ao Senado, os quais sentenciavam em primeira instância todas as causas cíveis e criminais de que se apelava para o Tribunal do Donatário, recorrendo-se ainda ao Grão Mestrado nos casos devidos.

1495 — Por D. Manuel I, são incorporados os Açores nos bens da Corôa, sendo esta uma das medidas de maior alcance para a prosperidade das Ilhas.

— Foi fundado por João Vaz Côrte-Real, por Alvará de 15 de Março, em Angra, o Hospital de Santo Espírito, o 1.° da Ilha Terceira.

1496 — Falecimento do 1.° Donatário, instituidor da Câmara de Angra, ficando sepultado na igreja de Nossa Senhora da

Guia (Convento de S. Francisco), de cuja capela foi padroeiro.

1499 — D. Manuel deu foral à alfândega em 4 de Julho.

1503 — Criação da Vila de S. Sebastião, ficando no novo Concelho incorporadas as povoações de Porto Judeu e Fonte do Bastardo, a primeira das quais pertencia ao Concelho de Angra.

— Neste mesmo ano faleceu João Leonardes, um dos fundadores do Senado Angrense.

1504 — Cerceado o Governo dos Donatários, obrigando-os à obediência aos Corregedores (Alvará de 17 de Setembro).

1507 — Proibida a intromissão dos Donatários no governo municipal (Alvará régio de 1 de Julho) sendo obrigados ao cumprimento das posturas, acórdãos e outras disposições.

1515 — Foi isento de dízimo o trigo das Ilhas importado em Lisboa.

1520 — D. Manuel promulga, em 2 de Abril, o Regimento das Alfândegas, portador de regalias e benefícios para as Câmaras da ilha.

1528 — Compromisso tomado pelas três Câmaras da ilha (Angra, Santa Cruz da Praia e S. Sebastião) denominado «*de boa amisade*», para que deliberassem sobre negócios de interesse geral dos três municípios. O respectivo Auto celebrou-se em 15 de Abril na igreja Matriz de S. Sebastião.

1533 — Começa na ilha Terceira a cultura do milho, atingindo a primeira colheita 40 moios que foram liquidados a 35 reis o alqueire, enquanto a do trigo não ia além de 30 reis.

1534 — Elevação de Angra a Cidade (a primeira do Arquipélago), por Carta régia de 21 de Agosto, de D. João III.

1536 — É nomeado o licenceado Francisco Toscano, provedor da Fazenda Real, supondo-se ser este o primeiro a exercer tal cargo nos Açores.

— Neste mesmo ano começou o Assento da Vida Civil, segundo o sínodo celebrado em Lisboa a 25 de Agosto.

1540 — Estabelecimento do «*Tributo de hervagem*» (Alvará régio de 13 de Janeiro) impondo que das terras arrendadas para comedia dos gados se pagasse dízima.

1545 — Em virtude de queixa apresentada pela Câmara da Praia

contra o provedor dos resíduos, foi publicado um Alvará régio em 12 de Março a proibir ao provedor a tomada das contas aos municípios, por estes não constituirem «*terça*» nas Ilhas.

1550 — A Câmara adquire as casas nobres, à Praça, na Ladeira de S. Francisco, para residência dos Corregedores (Vid. CASA DO FAGUNDES).

1556 — (9 de Janeiro) Morte de Pedro Annes do Canto, provedor das Armadas da Ilha Terceira. Dirigiu a construção da Armada destinada à extinção dos corsários que infestavam os mares do Arquipélago.

1557 — A 9 de Abril dirigiu a Câmara de Angra a El-rei, escrita por Mateus Jaques, escrivão da mesma e seu delegado, pedindo, entre outras mercês, a construção duma nova Sé, mais ampla, à custa de El-rei; que fôsse ordenado ao Bispo o cumprimento das determinações de D. Manuel para que os benefícios da cidade fossem dados de preferência aos naturais da ilha; que não fosse permitida a saída de trigo para fora da ilha, sem que aqui ficasse pelo menos um terço da produção; que proibisse os corregedores de levarem consigo os processos crimes, quando saíssem da capitania, para não haver demora no julgamento dos reus; etc..

1562 — Foi nomeado mestre de obras Luís Gonçalves, para trabalhar nas fortificações, sob a inspecção do Provedor João da Silva do Canto.

1566 — O Cardeal-Infante manda levantar a planta da cidade, com seus portos e cais, para por ela se proceder ao alargamento do Porto de Pipas e à construção da muralha, do Cais da Alfândega à Prainha.

1567 — (11 de Março) Carta régia à Câmara, com ordens sobre fortificações na Ilha Terceira.

— No mesmo ano foram lançados vários tributos sobre direitos de ancoragem para se ocorrer a tais serviços.

1570 — Eram Juizes da Câmara, André Fernandes de Cea e Bernardo de Távora e Vereadoras Sebastião Álvares e Artur de Azevedo, os quais, com o Procurador da cidade, Álvaro Luís, assistiram ao lançamento da primeira pedra da Sé Catedral,

em 18 de Novembro. O Auto, lavrado por «*mandado dos officiais da Câmara*», foi escrito por Francisco Pedroso, escrivão da mesma.

1571 — (4 de Julho) Carta régia à Câmara de Angra sobre a fortificação do Porto de Pipas.

1576 — A Câmara toma posse da água da Fonte da Telha, a fim de ser canalizada para uso público. Ao tempo de Frutuoso (Saudades da Terra) o número de chafarizes na cidade era de 12, mas, segundo Maldonado (Arquivo dos Açores, vol. IV, pag. 143) em 1693 era de 25, sendo 10 na freguesia da Sé, 8 na da Conceição, 3 na de Santa Luzia, 2 na de S. Bento e 2 na de S. Pedro. Segundo Felix José da Costa na sua «Memória», em Angra havia 22 chafarizes, enumerando-os assim: Alto das Covas, R. Corte-Real, Portinho Novo, Duque de Bragança, Peixe, Boa Nova ou Chafariz d'El-rei (também conhecido por Tanque do Azeite), S. Pedro, rua do Meio, S. João de Deus, Pereira, Chafariz Velho, Santa Luzia, Boa Vista, Porto de Pipas, Corpo Santo, Remédios, Santo Cristo, Guarita, Desterro (rua), Desterro (largo), S. Bento, e Melancólicos.

— Concedido aos Senadores de Angra o privilégio de «*Cidadãos do Porto*» ou «*dos Infanções*», satisfazendo assim às várias representações que a Câmara tinha feito a El-rei, alegando os serviços prestados pelos Terceirenses na defesa das costas dos Açores e das naus da Índia e do Brasil (Liv. I, pag. 662-Doc. X dos «Annaes»).

1577 — (30 de Março) Concedendo os mesmos privilégios de Cidadãos do Porto aos cidadãos de Angra (Liv. I, pag. 664 -Doc. Z dos «Annaes»).

1578 — (15 de Maio) Nomeação de Cyprião de Figueiredo de Lemos e Vasconcelos para o cargo de Corregedor. A vinda deste varão ilustre, trouxe à cidade de Angra e à História política da Ilha Terceira proeminente relevo, sobretudo na agitada época das lutas pela Resistência ao rei usurpador espanhol.

— Por Alvará de 14 de Maio, D. Sebastião concede à Câ-

mara de Angra vários privilégios aos Mesteres que passaram a ter representação na Câmara. Foi também criada a «*Casa dos Vinte e Quatro*».

— Celebraram-se as honras fúnebres por morte de D. Sebastião, procedendo-se em seguida à aclamação de D. Henrique.

— Por provisão de 12 de Julho, foi determinado que as varas dos procuradores dos Mesteres passem a ter um açor lavrado em prata (Liv.º 2.º do Registo, fls. 273).

1580 — D. António comunica em 9 de Julho, a sua aclamação em Lisboa, pedindo para que no Arquipélago se proceda de igual modo.

— As três Câmaras da ilha nomeiam Cyprião de Figueiredo, Capitão-General e Corregedor das Ilhas dos Açores.

— Nos primeiros dias de Agosto desembarca em Angra António da Costa, com cartas de D. António e da Câmara de Lisboa, tendo-se procedido à aclamação na Câmara de Angra.

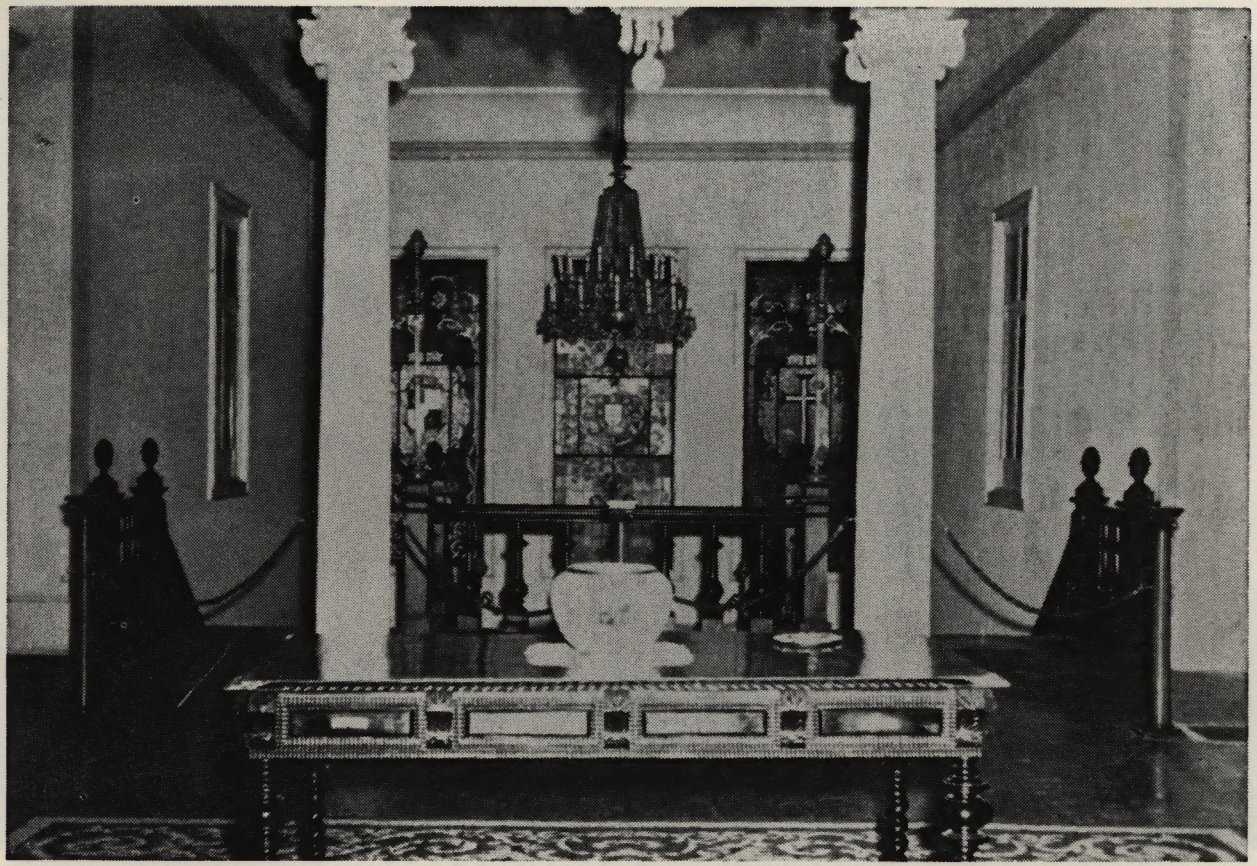
— É enviada a Lisboa uma deputação do Senado Angrense a fim de cumprimentar El-rei D. António, oferecendo-se para este patriótico fim Pedro de Castro do Canto, Estêvão Ferreira de Melo e seu filho Luís de Melo. Foram aprisionados pelos espanhois.

— Eleitos novos emissários, recaíu a nomeação em Estêvão Cerveira, Jorge Lopes e Fr. Melchior, pregador franciscano, que embarcaram na caravela do piloto terceirense Gaspar Álvares Chichorro.

— Em 29 de Setembro João Bettencór, armado e a cavalo, percorre as principais ruas de Angra, aclamando Filipe II. Foi prêso e processado.

1581 — Em fins de Agosto foram lidas na Casa da Câmara as cartas apreendidas a uma caravela vinda de Lisboa e destinada a S. Miguel, pelas quais se soube que Filipe II ia enviar a D. Pedro de Valdez, como refôrço, uma grande esquadra sob o comando de D. Lopo de Figueiroa, para subjugar a Terceira. Em Fevereiro do mesmo ano havia chegado à Ter-

A Praça da Restauração nos começos do séc. XX



O átrio da Câmara Municipal
Aspecto actual

Salão Nobre da Câmara Municipal

Meados do séc. XX

ceira o conde Manuel da Silva para substituir o Corregedor Cyprião de Figueiredo. Fez cunhar moeda de ouro, prata e cobre, numa «*Casa da Moeda*» levantada no pátio do Hospital, moeda que foi, por D. António, valorizada no dobro atribuido, «*com só lhe mandar pôr uma cruz azul nas cruzes*».

— D. António embarca para França em Novembro, levando em sua companhia Cyprião de Figueiredo.

1583 — A 27 de Julho, o Marquês de Santa Cruz, vencida a resistência da Terceira, apossa-se da ilha, sendo Angra posta a saque.

— Em 31 de Julho, carta de perdão do Marquês de Santa Cruz aos habitantes da Terceira.

— No dia 1 de Agosto é aclamado Filipe II de Espanha, rei de Portugal, Algarves e seus domínios.

— Nomeado Corregedor Cristóvão Soares de Albergaria.

— Criado pelo Governador João de Urbina um Tribunal de Justiça.

1584 — Assumido o Governo da Diocese por D. Manuel de Gouveia (8.° Bispo), melhorou bastante a situação política local, perturbada pelo despotismo exercido pelo Governador João de Urbina e seus apaniguados.

1585 — Carta do Corregedor de Angra sobre o modo de fazer as eleições municipais (30 de Setembro).

1586 — (14 de Julho) Depois de sucessivas petições das três Câmaras da ilha, foi concedida por Filipe II de Espanha, Carta de perdão ou anistia a toda a população do Arquipélago.

1589 — Os preparativos de guerra, o alojamento dos soldados do presídio, os roubos e devastações feitos pela soldadesca indisciplinada e, a par de tudo isto, os maus anos agrícolas que se sucederam até 1590, constituiram verdadeiras calamidades para a vida dos povos, pondo em gravíssimas dificuldades a administração municipal.

1591 — Concluido o Governo do mestre-de-campo D. João de Urbina, um dos mais perniciosos para o Arquipélago,

1593 — Sob o novo Governo de D. António de la Puebla, valo-

roso militar, ponderado e conscencioso, a vida dos municípios foi-se pouco a pouco normalizando, embora este ano fosse ainda considerado o «*ano da fome*».

1594 — Graves questões tiveram os municípios com o novo Governador António Senteno, tendo estes de enviar representantes a Madrid para defenderem seus interesses e prerogativas, conseguindo que o Governador fosse severamente repreendido por Carta régia de 7 de Junho de 1597 para que não se intrometesse nos poderes do Corregedor e das Câmaras.

1599 — Perante o surto da terrível epidemia que se iniciou a 5 de Abril e vitimou cêrca de 7.000 pessoas, reuniu a Câmara, deliberando mandar lançar fogo à casa da rua da Esperança (hoje Teatro Angrense) onde ela se manifestou «*arrojando-se durante três dias lenha para dentro de suas paredes, para se conservar ateado o fogo*».

1600 — Em 20 de Janeiro foi arvorada a «*bandeira da saúde*» por ter sido considerada extinta a epedemia. Nesse mesmo dia a Câmara fez voto de anualmente realizar no convento das Freiras, à Guarita, uma procissão a S. Sebastião «*arvorado em advogado dos três concelhos*» voto que «*foi solenemente cumprido e guardado até à extinção d'aquelle mosteiro, em 1832, nesse mesmo ano profanado, sendo conduzida a imagem do santo para a parochial de Nossa Senhora da Conceição*».

1601 — Depois de muitas queixas e representações feitas pela Câmara, contra as prepotências e arbitrariedades do Governador D. António Senteno, foi este mandado substituir por D. Diego de Miranda e Queiroz que, pouco depois de tomar posse do Governo, fez seguir para Espanha «*o presídio*» (cêrca de 1500 homens) que guarnecia o Castelo, deixando apenas 500 de guarnição, o que bastante aliviou os angrenses dos pesados encargos e vexames de que foram vítimas durante 18 anos de tirania.

1605 — O Corregedor Dr. Leonardo da Cunha mandou fazer o encanamento da Nasce Agua, sendo a obra adjudicada em 10 de Outubro ao mestre Baltazar Fernandes.

1608 — Notável acção do Corregedor Roque da Silveira que, após a calamidade que em 11 de Fevereiro caíu sobre a cidade e arredores, onde chuvas torrenciais causaram 19 mortos, destruindo várias casas na Miragaia e deixando intransitáveis os caminhos, tais providências tomou que, ao cabo de pouco tempo, as estradas estavam reconstruidas e as vedações dos campos de novo levantadas.

1609 — Ao mesmo Corregedor se deve a construção da muralha protectora do Pátio da Alfândega, obra arrematada nesse ano por Pedro de Tarouca pela quantia de 1.020$000 reis.

1610 — Promove ainda Roque da Silveira o alargamento da Praça pela correcção dos alinhamentos nas partes N. e S., abrindo para tanto uma subscrição pelos moradores do Concelho que atingiu 635$000 reis, com que indenizou os proprietários dos pequenos e arruinados prédios da parte S., imediatamente derrubados para darem lugar às casas nobres, ali erguidas. Fez ainda calcetar as principais ruas, ladeando-as de passeios de cantaria.

1611 — Inicia-se a construção dum novo edifício para o Senado da Câmara e do Tribunal de Justiça, audiência Geral e Enxovias, tendo ao centro uma torre com relógio e sino.

— Por alvará de 4 de Setembro, foi nomeado Corregedor «*o desembargador com beca*» João Corrêa de Mesquita, o qual tomou posse do cargo a 24 do referido mês.

1613 — (31 de Janeiro) Sessão conjunta das 3 Câmaras da ilha em que se resolveu acrescentar 10% ao valor da moeda.

— Continuação das grandes obras em curso na cidade, pelo novo Corregedor João Corrêa de Mesquita, para conclusão das quais obteve de Filipe III um subsídio de «*mil cruzados*».

1614 — O grande terramoto que se fez sentir principalmente na Praia, de 9 a 24 de Abril, tambem abalou a parte de Angra. distinguindo-se na prontidão de socorro o Corregedor Mesquita, que angariou elevados donativos em todo o Arquipélago.

1618 — Notável o embargo levantado pela Câmara ao contrato de 19 de Julho, de fornecimento de material de guerra ao Castelo, para defesa da ilha, e para o qual teria de contribuir

com «*cem cruzados*» anuais. De nada valeram as alegações apresentadas, mas o seu teor prova à evidência o desassombro e coragem com que foram feitas.

1622 — Divergências cada vez maiores, existentes entre duas facções políticas, por motivo das eleições municipais, levaram à organização de dois «*bandos*», fortemente armados, conhecidos por «*o de cima*» e «*o de baixo*», os quais provocaram vários e graves distúrbios na cidade, tendo-se cometido as maiores ilegalidades no acto eleitoral, chegando mesmo a haver um bombardeamento, ordenado pelo governador do Castelo, contra a residência do capitão-mor Manuel do Canto e Castro. Um «*Alvará de 9 de Maio de 1625*» ordena «*que as eleições sejam feitas em Lisboa* (tanto para Juizes e Procuradores como para Provedor e Escrivão da Misericórdia) *na Mesa do Desembargo do Paço por informação que mandará o Corregedor da Terceira e quatro homens dos melhores e mais antigos da cidade, dois de cada banda, declarando as qualidades, partes, parentescos, idades, ódios, amisades, modos de viver, fazenda, e de onde mostre que não tem raça de mouro, judeu nem mecânico, e à margem da dita informação* (...) *fará o dito Corregedor outra dos que entender que teem mais zelo do bem comum, para de uma e outra se escolher os que houverem de servir*...» etc..

1636 — Por carta de 13 de Março, a princeza regente Margarida de Saboia mandou «*que agora passassem livremente todas as cousas*» pela porta do caes, providência que fora solicitada pela comissão que a Câmara tinha mandado à sua custa a Lisboa «*requerendo sobre este e outros negócios em que o governador se intrometia sem lhe pertencer*».

1639 — Os 18 anos decorridos após as graves divergências políticas tão tristemente assinaladas em 1622, foram de desassocego e perturbação, roubos e vexações de toda a ordem na administração municipal, nada havendo de assinalar em referência aos progressos do Concelho, até fins do ano seguinte.

1641 — A 7 de Janeiro desembarca na Praia o capitão-mor Francisco de Ornelas da Câmara, e com ele a boa nova da revolta que no 1.º de Dezembro de 1640, havia libertado Portugal

do jugo de Castela. Trazia instruções de D. João IV e cartas datadas de 18 do referido mês, dirigidas ao Corregedor Diogo Botelho, ao capitão-mor de Angra João de Bettencór Vasconcelos e ao Provedor da Fazenda Agostinho Borges de Sousa, bem como outras para D. Álvaro de Viveiros, oferecendo-lhe várias mercês em troca da entrega do Castelo. Embora fosse recomendado o maior sigilo acerca da arriscada missão de que vinha incumbido, a nova chegou ao conhecimento do governador D. Álvaro que tentou prendê-lo, pelo que teve de ausentar-se para a Praia, onde tomou posição defensiva, até poder usar da fôrça. O Governador chegou a ir à Câmara propor que fôsse arrasado o Castelo de S. Sebastião (Castelinho), alegando razões várias. Encontrou porém a mais viva resistência da parte do então Presidente, capitão João d'Ávila. A partir dessa data, a Câmara passou a cercear o mais possível o fornecimento de mantimentos requisitados pelo castelão, resolvendo por proposta de João d'Ávila, criar desde logo uma Companhia de Ordenança para defesa da cidade, adquirindo o edifício da Praça (lado N.) que faz esquina para a rua Direita, a fim de nele instalar o Corpo da Guarda.

— A 24 de Março, na Vila da Praia, F. d'Ornelas fez a aclamação de D. João IV. Comunicado o acto à Câmara de Angra, esta devido às muitas divergências entre os seus componentes, escusou-se a secundar a patriótica iniciativa, mas o povo não viu com bons olhos tal deliberação, começando a manifestar-se pùblicamente e a provocar com insultos os castelhanos que encontrava, até que, ao anoitecer de 26 de Março, de conluio com António do Canto, os 4 irmãos, tanoeiros de profissão, conhecidos por «*os Minhas Terras*», resolveram atacar a guarda castelhana das Portas do Cais, dispersando-a. Estava incendiado o rastilho.

— No dia seguinte de manhã, desceu da fortaleza uma escolta com ordem de prisão para António do Canto que, para resistir à ordem, se refugiou no Corpo da Guarda. Era comandante o capitão Jerónimo da Fonseca que respondeu só o entregaria com ordem do Capitão-mor. Quando a for-

ça castelhana tentou empregar a violência, foi atacada pela guarda da Ordenança, estabelecendo-se uma escaramuça e sendo os castelhanos obrigados a retirar em direcção ao Castelo, perseguidos tambem pelo povo que acorrera à Praça e continuou a perseguição até aqueles se recolherem a um posto junto à esplanada da fortaleza (Vigia d'Água). Na Praça, junto ao Município, o povo ergueu vivas a D. João IV e à Liberdade, logo transformados em verdadeira aclamação ao novo Rei, depois de prostadas na Praça as Companhias de Ordenança. O Capitão-mor, acorrendo ao rebate, reuniu todas as fôrças do seu comando, colocando-as nas bocas das ruas que iam dar ao Castelo. Nesse mesmo dia, com os reforços vindos das freguesias mais próximas e da Praia, ficou fechado o cêrco ao Castelo de S. Filipe iniciando-se logo a abertura de trincheiras.

— No Domingo de Páscoa, 31 de Março, procedeu-se à aclamação solene de D. João IV, organizando-se um cortejo no adro da Sé, que desceu depois à Praça onde, frente aos Paços do Concelho, ouviu os vivas do estilo levantados pelo Capitão-mor João de Bettencór Vasconcelos, correspondidos com entusiasmo pelo Povo.

1641 — Em 29 de Maio foram recebidas cartas de D. João IV para os capitães-mores João de Betencór e Francisco de Ornelas, autorizando que se valessem de «*quaisquer dinheiros pertencentes à real fazenda, que nas ilhas se achassem*» para sustentação da guerra.

1642 — A 6 de Março é finalmente assinada a capitulação do Castelo, tendo sido içada a bandeira portuguêsa no baluarte da Boa Nova, após o encarniçado cêrco que durara 11 meses e 11 dias e custara «*acima de cem mil cruzados*».

— Algumas semanas depois chegou à Terceira o general António Saldanha, enviado por D. João IV para auxiliar a tomada do Castelo, felizmente já recuperado em 4.

— Andando os ânimos excitados por terem conservado os castelhanos nas casas onde se alojaram e as armas com que nos termos da rendição, haviam saído ao abandonarem a fortaleza, o general Saldanha proveu no cargo de juiz do

povo, em 17 de Maio, «*o provedor mais velho da casa dos 24 mesteres, Manuel Fernandes de Mello, authorizando-o para andar de vara vermelha, na forma que se costumava em Lisboa: e por ella ser conhecido e buscado, quando se tratasse do bem comum e elle o propozesse em camara, avisando do que succedesse*» (Liv. 3º. do Reg. da C. A., fls. 279).

— O corregedor Gaspar Mousinho de Borba, enviado por el-rei para proceder à cunhagem de moeda, necessária para ocorrer às despezas com o cêrco, imediatamente pôs em prática a determinação régia, com a cooperação de «*dous officiais de cunho*» enviados para o efeito, tendo sido atribuido à nova moeda valor igual ao que tinha em Portugal, a saber: «*passaram com uma nova marca as moedas d'ouro que valiam 1$600 reis ao valor de 3$000, a 60 rs. os meios tostões, e corriam neste preço os dous vintens*».

— A Câmara elege, apoiada por Clero, Nobreza e Povo, para seu representante às Cortes em Lisboa, o provedor dos resíduos Francisco de Bettencór Correia e Ávila, nomeando-o deputado às mesmas Cortes.

— Tendo as Cortes deliberado, em 12 de Junho, tributar todo o reino com dois milhões de cruzados anualmente, durante três anos, para acudir à defesa das fortalezas, foi a ilha Terceira isenta dessa derrama tributária, atendendo à grande despesa que teve com a guerra da Restauração desde 27 de Março de 1641 até 4 de Março de 1642.

— Em princípio de Setembro, António Saldanha participou à Câmara que se retirava para Lisboa, o que efectivamente fez, depois de ter posto em prática várias medidas de segurança que muito tranquilizaram os habitantes da ilha.

1643 — Passaram-se no princípio de Abril os Alvarás de Honras e Mercês concedidas à cidade de Angra e pessoas da nobreza, entre as quais destacamos: o título de «*sempre Leal Cidade*» e que o procurador tivesse assento em Côrtes no 1º. banco; que o Governador do Castelo não pudesse obrigar os oficiais da Câmara a comparecer perante ele incorporados; que o mesmo Governador se não assentasse em corpo de Câmara; que o Castelo que até ali se chamava de S. Fi-

lipe se chamasse dali por deante de S. João Baptista. Outras mercês concedidas aos terceirenses que mais se distinguiram no cêrco do Castelo e noutras acções tendentes à Restauração de Portugal nestas ilhas, não foram no geral bem aceites, por insignificantes, delas dizendo o Padre Cordeiro (Liv. IV, Cap. XLI, pag. 197) o seguinte :

> «... *e contudo, aos dous Capitães mores, e Governadores da guerra que renderão o tal Castello, huma Comenda somente se deo a cada hum, e de lote só de mil eruzados de renda, e somente pelo tempo de vida de cada hum e a ninguem mais o despacho passou de hum filhamento de fidalgo, a quem era capaz d'elle, e o não tinha (...) e todos os mais ficarão sem satisfação alguma...*».

1644 — Sob pressão do Governador do Castelo, os vereadores da Câmara, em reunião com o Corregedor, deliberaram que «*se fizessem as casas da sua residência*» naquela fortaleza.

— Em 25 de Abril reuniram as três Câmaras em S. Sebastião, queixando-se a el-rei de várias prepotências do Governador, sendo portador desta representação Pedro Cotta da Malha.

— Foi arrematado o estanco do tabaco nesta ilha por 200$000 rs. sendo arrematante Filipe de Aldana.

1645 — Nomeado Miguel Pereira Borralho para substituir Manuel de Sousa Pacheco no Governo do Castelo, dadas as grandes desinteligências havidas com as três Câmaras da ilha, sendo retiradas daquele cargo as prerogativas de «*Capitão geral e Governador das Ilhas dos Açores*» causa das desinteligências anteriores. A porta do cais passou a cargo dos capitães-mores e da Câmara, conforme esta havia requerido a el-rei.

1647 e 1648 — Foram anos calamitosos para toda a ilha, o primeiro denominado «*dos terramotos*» que começaram em 2 de Janeiro e culminaram em 29 de Junho, deixando arrui-

nadas muitas casas e templos de Angra; o segundo denominado «*da fome*», pela seca que, no ano anterior, quase tornou completamente improdutivos todos os campos. Neste último ano, as três Câmaras solicitaram a el-rei que fossem concedidos donativos às populações mais atingidas *(Annaes, pág. 97)*.

1651 — Foi notável a acção da Câmara na Procissão de Corpus Christi neste ano organizada para solenizar a mudança dos Padres Jesuitas para o Colégio Novo. O Cortejo era superiormente dirigido pelo Juiz de Fora que «*alçando vara*» tinha o magestático poder de «*fazer andar as danças*» que constituiam a parte «*profana*» do Cortejo.

1652 — Em 5 de Maio, o Governador Francisco de Vasconcelos apresentou na Câmara uma Carta régia, com data de 30 de Janeiro, pela qual se determinava fazer no Castelo alojamento para todos os soldados e que a guarda da porta do cais ficasse a cuidado da Guarnição.

— Em 6 de Junho determinou-se que a despesa com as referidas obras sairia «*dos dinheiros das imposições*».

1653 — Por ter, uma enchente de mar, arrasado grande parte da fortificação das costas, resolveu a Câmara de Angra mandar proceder à sua custa à construção do forte das Caninhas, abaixo da vila de S. Sebastião, e ao das Cinco Ribeiras.

1654 — Privilégio concedido às «*Ilhas Terceiras*» (15 de Junho) tornando-as «*isentas do Governo Geral*» (Liv. do Tombo da C. A. pág. 345).

1655 — Publicada a Reforma das Posturas do Concelho de Angra (Liv.° IV do Registo do Arquivo da C. M.) fol. 83 a 88 verso,

1656 — (7 de Novembro) Carta da Regente, comunicando à C. A. o falecimento de D. Pedro IV.

1657 — A 4 de Fevereiro, a Câmara, trajando rigoroso luto, assistiu às Exéquias Solenes realizadas na Sé por alma de D. João IV, falecido em Janeiro.

— A 23 de Abril, lançamento da 1.ª pedra da ermida de S. João de Deus, construida no primeiro Bairro Operário da cidade, fundado pelo capitão João d'Ávila.

1661 — Por serem necessários recursos extraordinários para sus-

tentar a guerra contra os castelhanos que pretendiam invadir Portugal, mandou a rainha pôr em uso o papel selado, por Alvará de 2 de Abril. Parece ter sido este o primeiro tributo deste género lançado no país.

1664 — Alvará de D. Afonso VI mandando aumentar 25 % à moeda dos Açores, pelo que passou a ter a designação de «*moeda fraca*» ou «*insulana*». As «*patacas*» que valiam 480 reis passaram a 600, e as mais a 300. Os «*cruzados*» passaram a 500 rs. e as moedas de 200 a 250 rs.

1669 — Carta do principe regente, de 28 de Abril, entregando à C. A. seu irmão o rei D. Afonso VI, que fora destronado e preso para a ilha Terceira.

— A 21 de Junho, desembarca pelo Porto Novo, pelas 4 da tarde, D. Afonso VI, que ficou prisioneiro no Castelo. A permanência deste, durante 5 anos, ocasionou sérios conflitos entre os componentes da sua Casa Militar e mesmo entre alguns civis da população, suscitando alarmes por motivo de suspeitas de uma revolta planeada por elementos afectos ao monarca, que pretendiam repô-lo no trono, chegando a haver algumas prisões. Foi um período agitado e repleto de preocupações cuja repercussão se fez sentir na vida municipal.

1671 — As boas vindas ao novo Bispo, D. Fr. Lourenço de Castro, em 11 de Novembro, após vacatura que se prolongou por 34 anos, foram dadas em nome da cidade pelo Corregedor Manuel Bicudo.

1674 — Embarca para Lisboa D. Afonso VI, onde chegou a 20 de Setembro, ficando aposentado nos paços de Sintra.

1676 — Faleceu em 31 de Dezembro o ilustre terceirense António do Canto de Castro, uma das mais destacadas figuras nas lutas pela Restauração.

1684 — Faleceu o capitão João d'Ávila, que na C. A. deixou perdurável lembrança, sobretudo pela sua actuação durante a Restauração.

1694 — A pedido da Câmara, foi revogada pelo Cabido a deliberação que este tomara de modificar o itenerário das Pro-

cissões saídas da Sé, após um incidente ocorrido na rua do Galo em 24 de Maio, durante a Procissão das Rogações.

1697 — Em virtude de queixa apresentada a el-rei contra a elevação dos «*salários*» dos Casamentos, foi o Bispo repreendido, sendo-lhe determinado que se «*observasse o antigo costume*».

1705 — Nas Posturas deste ano, aparecem registadas «*marcas*» de 18 tanoeiros.

1714 — Pela Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos, baixou ao Corregedor de Angra uma ordem para exigir dos religiosos de ambos os sexos os títulos dos seus bens e remete-los àquela Secretaria.

1719 — Proibido, por Decreto de 17 de Fevereiro, o uso das «*armas brancas*».

1741 — A pedido do Cabido, foi ordenado que todas as casas das ruas por onde passasse o cortejo conduzindo o Bispo D. Fr. Valério, do Convento dos Capuchos onde se recolhera, até à Sé onde se faria a recepção oficial, ornamentassem as janelas e varandas.

1749 — Publicou-se a «*Pragmática*» de 28 de Maio, pela qual passariam todos a vestir-se com panos fabricados na ilha, abandonando o uso de panos estrangeiros «*e mesmo daqueles que vinham de Portugal*» (Liv. do Tombo da Câmara, em 28 de Maio).

1757 — Em 19 de Abril, como protesto contra o embarque de trigo para Lisboa, houve em Angra um grande tumulto popular, tendo o próprio Juiz do Povo, com os amotinados, invadido os Paços do Concelho e expulsado da sala das sessões os vereadores, fazendo-os substituir por outros, escolhidos pelo Povo.

— Em 29 de Novembro foi extinto o cargo de Juiz do Povo.

1759 — O Senado «*com todas suas varas levantadas*», tomou parte na Procissão que, após Te-Deum de Acção de Graças por ter D. José I saído ileso do atentado cometido em Setembro de 1752, percorreu as principais ruas de Angra.

1760 — Em 6 de Agosto, o Corregedor de Angra recebeu, por

mão do conde de S. Vicente, a coleção dos Breves Pontifícios e Leis Régias, enviada pelo Primeiro Ministro Conde de Oeiras, que haviam sido promulgadas contra os Jesuitas e com a determinação de serem registadas nos livros da Câmara, o que foi cumprido sendo arrecadadas no «*cofre das 3 chaves*».

1766 — Por Decreto de 2 de Julho, foi nomeado o primeiro Governador e Capitão-General dos Açores, D. Antão Vaz de Almada, que era tambem Regedor das Justiças e presidia à Junta da Real Fazenda. Trazia por adjunto um Secretário do Governo. À sua disposição foi posto o 2.° Regimento da cidade do Porto, do comando do coronel António Freire de Andrade, para servir de «*pé de castelo*» nos Açores. D. António chegou a Angra no dia 28 de Setembro. Fizeram-se na cidade «*3 dias de luminárias*» e outras demonstrações de regosijo.

— Alvará de 4 de Setembro, pelo qual foram criados nas ilhas dos Açores os Juizes de Fora.

1767 — D. Antão de Almada estabelece o «*terreiro público*», para evitar o monopólio dos cereais, dando-lhe regimento em 10 de Abril. A séde era no «*Pátio dos Estudos*».

1768 — A 9 de Março «*tomaram juramento em câmara*» o Juiz do Terreiro Francisco Inácio da Rocha e o Escrivão Manuel António de Sousa.

— Uma Portaria-circular, de 13 de Agosto, aconselha as Câmaras a convidar e exortar os lavradores a aproveitarem os campos susceptíveis de cultura, não destruindo os pastos, tendo a Câmara de Angra publicado um Edital em que determinava fosse feito o aforamento dos baldios e arroteamento dos campos incultos, aproveitando-os na cultura de cereais.

1769 — A 26 de Setembro, nova Portaria do Capitão-General determinando às Câmaras que «*obriguem os donos das terras que abram e semeiem, assignando-lhe termo conveniente para executarem em ordem e que passado o referido termo fique ainda restando tempo opportuno para*

as fabricarem as pessoas a quem VV. M.cês as arrendarem...».

1771 — Por Alvará de 26 de Fevereiro, passaram as Ilhas dos Açores à categoria de Província de Portugal, sendo declaradas «*adjacentes ao Reino*».

— Alvará pelo qual se declara ficar a Vila de S. Sebastião anexa ao Juiz de Fora de Angra (Liv. 2.° do Reg. da C. A. pag. 22 v.).

1772 — Em portaria de 22 de Janeiro, D. Antão de Almada ordena ao almotacé Mateus José Bettencourt que notifique os moradores da rua da Sé para, dentro de 3 mêses, regularem suas testadas e bem assim os pavimentos, tanto em ladrilhos como em calçada, até meio da rua, para que tudo fique uniforme, sob pena de pagarem 40$000 reis para as despesas das obras públicas.

— Nova portaria, a 21 de Março, para «*passar ordem de penhora*» aos que não pagassem no praso de 3 dias, a quantia imposta pela portaria de 22 de Janeiro (Liv.° 133, Portarias e Ordens, fl. 124).

1776 — Desembarca em Angra, a 15 de Abril, o 2.° Capitão-General, Diniz Gregório de Mello Castro e Mendonça.

1788 — Nas Posturas deste ano, foram especialmente regulados os ofícios fixando-se preços e estabelecendo multas aos contraventores.

1789 — Ofício do Capitão-General às Câmaras, em 13 de Fevereiro, para que obrigassem os lavradores a semear «*batata inglesa*» que mandara buscar propositadamente, preconizando a publicação duma Postura nos seguintes termos: «*O lavrador que cultivar 5 alqueires de terra, será obrigado a semear uma quarta de terra de batatas; o que cultivar 10 alqueires semeará meio alqueire e assim em proporção;*» Esta postura foi recebida com grande relutância, originando graves questões entre as Câmaras e os lavradores, tanto nesta como noutras ilhas.

Na ilha Terceira só era conhecida e cultivada a batata doce («*ipomoca batatas*», de Lineu) cultura que deve ser das mais antigas da ilha, pois numa «*Relaçam*» impressa

em Évora em 1557, a respeito de Cuba, lê-se: «*Ha outra fruta com que se mantem muita gente, e principalmente os escravos a que chamam Batatas; estas se dão já na ilha Terceira deste Reino de Portugal e criam-se debaixo da terra e parecem-se com inhames, tem sabor a Castanhas*» (Transcrito pelo Prof. Dr. Luis de Paiva em «*Brasília*», Vol. III, pág. 295). Linschoten tambem a elas se refere na «*História da Navegação*», e esteve na Terceira entre 1589 e 1591 dizendo que «*aqui se encontra em grande abundancia*».

1791 — Por acordão de 7 de Maio, foi mandada a el-rei uma representação, que foi deferida, para que em Angra se criasse uma cadeira de Grego e as cadeiras de 1.as letras nas freguesias de S. Jorge, S. Bartolomeu, S. Mateus, Terra Chã, S. Pedro da Ribeirinha e Vale de Linhares.

1795 — Em 5 de Janeiro, foi proibida nos Açores a circulação de moeda estrangeira de ouro, prata e cobre. A 8 do mesmo mês, determinou-se o curso de papel-moeda e regulou-se a troca de moeda nos Açores.

1797 — Havendo grande afluência de expostos na «*roda*», a Câmara lançou uma finta que fez cobrar executivamente em todo o Concelho.

1799 — Por Alvará de 11 Julho, foi proibido às Câmaras taxarem os preços dos comestíveis.

1800 — No 1.° de Março, a requerimento do Comércio de Angra, determinou a Câmara reformar as posturas.

— A 24 de Maio, foi resolvido estabelecer uma Feira Franca nas «*Covas*», nos termos duma Provisão Régia, a qual devia funcionar nos dias 24, 25 e 26 de Junho de cada ano.

— Havendo necessidade de acudir aos expostos, ouvidos Clero, Nobreza e Povo, foi resolvido, a 22 de Setembro, que por cada moio de sal entrado no porto de Angra se pagasse 1000 rs. e que cada carro que na cidade entrasse, sendo fora da jurisdição pagaria 120 rs. anualmente, e sendo do Concelho 400 rs.

— A 6 de Novembro desembarca em Angra o Capitão-Ge-

neral D. Lourenço Vaz de Almada, sendo recebido com grandes honras.

1802 — Aumentaram as rendas do Concelho, atingindo as imposições dos vinhos 1.102$000 rs. a aguardente 300$000 rs. a «*varredura*» 14$000 rs. e a «*vigia e tempero das águas*» 17$000 rs. quando foram arrematadas.

1804 — Por Alvará régio de 24 de Janeiro, foi estabelecida a «*décima*» sobre os prédios rústicos e urbanos.

1806 — D. Miguel António de Melo, 5.º Capitão-General dos Açores, que no dia 10 de Maio tomou posse da Capitania, intimou a Câmara de Angra a que «*formasse tombo e registo completo dos bens do Concelho, pois, segundo informação que deu o juiz de fora, não só se encontrava em desarranjo o Arquivo, como não havia notícia certa e exacta dos rendimentos e regularidade na administração de suas rendas*», do que resultava «*damno gravissimo a todo aquelle povo*». A tal respeito diz Drumond: «*Daqui nasceu o sumiço de muitos foros, e campos baldios, que hoje bem podiam fazer esta camara uma das mais ricas do archipelago, mas é pelo contrario a que menos tem em taes fundos*».

— Suspendeu a Câmara a feira e mercado da cidade, autorizando a venda de quaisquer géneros na praça pública, aos domingos e dias santificados.

1807 — Publicados editais proibindo a divagação de porcos e outros animais imundos pela cidade.

1808 — Por Alvará de 27 de Junho foi estabelecida a «*décima*» dos prédios rústicos e urbanos, criada pelo Alvará régio, de 24 de Janeiro de 1804 extensivo às ilhas dos Açores.

1809 — Foi posto em prática o disposto no Alvará atrás referido.

— Foram mandados fazer festejos públicos para solenizar as vitórias alcançadas sobre os franceses, tendo o generoso fidalgo D. Inácio Castil Blanco promovido na Praça os costumados folguedos de danças, cavalhadas e corridas de toiros «*na forma do antigo compromisso desta cidade*», não havendo memória de tanta concorrência de povo, vindo até das outras ilhas.

1811 — Criada na Terceira, por Alvará de 18 de Outubro, a Junta de Melhoramento da Agricultura.

—Foram assás notáveis as festas na Praça, por terem os franceses abandonado a praça de Almeida, a única que ainda mantinham em seu poder. A elas assistiu o Capitão-General que se mostrou admirado pela grandeza e ordem com que elas decorreram. Drumond diz terem sido das maiores festas que se fizeram em Angra.

1816 — Em 3 de Janeiro e 19 de Fevereiro publica a Câmara Editais «*para que se assassinassem os cães, e os homens do mato nenhuns levassem com sigo, e só os pastores os podessem levar ajojados e açaimados, pelo estrago que faziam nos corrais de gado ovelhum, e em outros animais*».

— Pela Câmara foi determinado o dia 6 de Novembro para a «*quebra de escudos*» por morte de D. Maria I, ocorrida em 20 de Março no Rio de Janeiro. «*O luto foi rigoroso na casa da camara que se cobrio a meza com treze covados de pano preto; Cobriram-se os archibancos de baeta preta, e debaixo d'eles em lugar d'alcatifa era tafetá preto, fizeram-se trez tabernaculos de dez degraus, que o pavimento tinha cinco palmos em quadro; fizeram-se trez escudos e dose varas, que tudo se tingio de preto com as armas reaes. (...) Pozeram-se os trez tabernaculos nos seus logares ás 6 horas da manhã, um na rua da Sé defronte da rua da Esperança (hoje denominada rua Duque de Palmella) entre as bocas das ruas, coberto com quatro covados de baeta preta bem larga, e uma sentinella ao pé, poz-se outro tabernaculo no largo do palacio do governo, coberto tambem de baeta, e outra sentinella ao pé, e poz-se o ultimo tabernaculo na praça, coberto da mesma baeta, com outra sentinella. (...) Saiu o alferes do estandarte, Francisco de Menezes Lemos e Carvalho, da sala da camara, vestido de pesado luto, capa de baeta preta, chapeu desabado, fumo largo cahido até aos pés, com a bandeira na mão pela escada da camara abaixo; e ao topo d'ella estava um cavallo com 5 covados de baeta preta bem larga, que o cobria desde as orelhas até ao rabicho, e chegando ao pé d'elle, lhe*

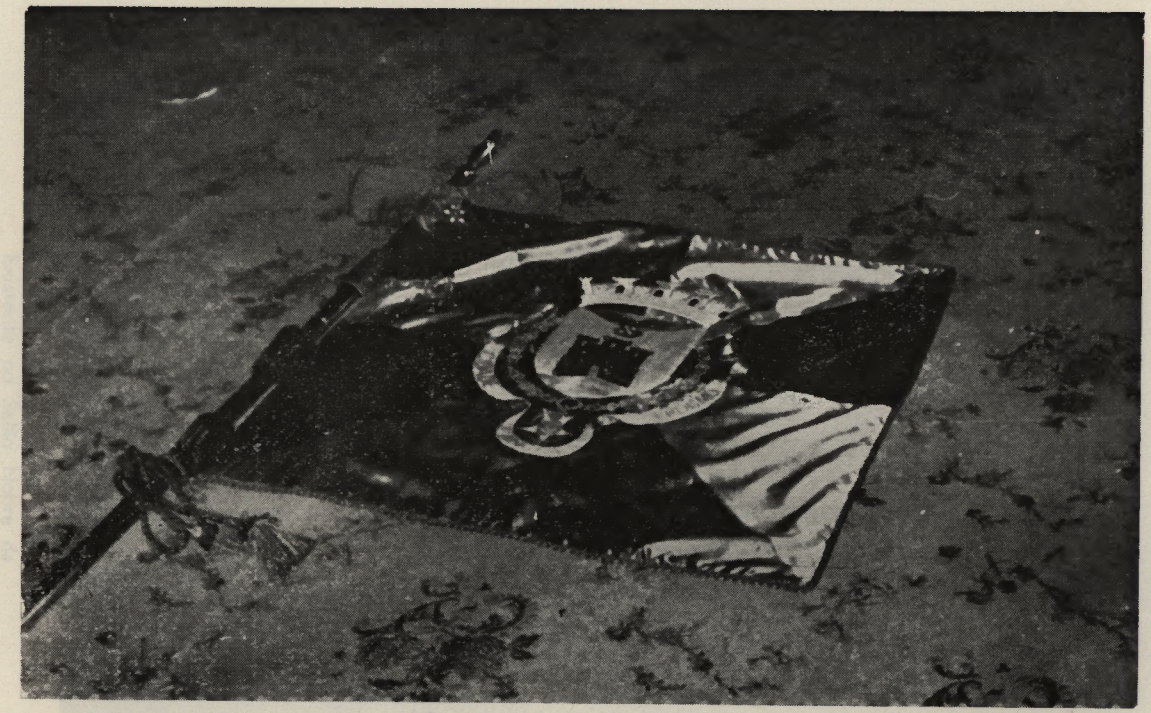
CONSTITUIÇÃO HERÁLDICA

(ARMAS E BANDEIRA)

DE ANGRA DO HEROÍSMO

ARMAS: de prata com um castelo de vermelho aberto e iluminado de oiro, assente num contra-chefe de quatro faixas, duas de verde e duas de prata. Em chefe um açor de sua cor, voante, tendo nas garras uma quina de Portugal. Coroa mural de prata de cinco torres. O escudo acompanhado lateralmente e no pé pelo colar da Ordem Militar da Torre e Espada. Listel branco com os dizeres «Cidade de Angra do Heroísmo» de negro.

BANDEIRA: quarteada de quatro peças de amarelo e quatro de vermelho. Cordões e borlas de oiro e vermelho. Haste e lança doirada.



Bandeira actual do Município

Bandeira de D. Maria II
Existente no Salão Nobre da
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Sala das Sessões da Câmara Municipal

pegou na haste da bandeira o pagem, que lh'a costumava levar, e elle se montou no dito cavallo, e logo tomou a bandeira, e a deitou sobre o hombro, de sorte que ia a rasto pelas ruas...».

1817 — Em 14 de Abril recebeu a Câmara um aviso para proceder à aclamação de D. João VI.

— Em 14 de Maio tomou posse o Governador, General Francisco António de Araújo e Azevedo, durante cujo governo como Capitão-General tomaram grande incremento as obras públicas, sobretudo na rede de estradas, e a agricultura, embora tivesse encontrado grande resistência por parte das populações.

— Em Junho celebrou-se a 1.ª sessão da Junta de Agricultura.

— No referido mês foi proibido o uso de *«pregadura alta»* nas rodas dos carros de bois, para evitar o dano que causavam nas estradas.

1818 — Em Julho foi publicado pela mesma Junta um edital, convidando os povos a aforarem terrenos baldios, o que deu causa a grandes perturbações político-sociais que haviam de prolongar-se ainda até princípios do século actual. A associação secreta *«Justiça da noite»* promoveu derrubamentos e destruições por toda a parte onde existiam terrenos baldios aforados, causando graves prejuizos.

1819 — Por alvará de 15 de Novembro, foi criada em Angra a Junta de Justiça Criminal.

1820 — Início de um agitado período de lutas políticas que muito prejudicaram a acção dos Capitães-Generais e dos Municípios, embora a administração pública e o progresso geral da ilha se tivessem acentuado notàvelmente, sobretudo durante os governos de Araújo e Stokler.

1821 — Foram eleitos os primeiros Deputados às Cortes, recaindo a votação em: Dr. Roberto Luiz de Mesquita, Manuel José Coelho Borges e Manuel Inácio Martins Pamplona, depois Conde de Subserra.

— Por Decreto de 7 de Abril foram extintos todos os di-

reitos chamados «*Bannais*», que são os de fornos, moinhos e lagares de toda a qualidade.

1822 — No dia 16 de Abril procedeu-se na Câmara à eleição, pela primeira vez, por sufrágio directo, dos 9 vereadores que haviam de constitui-la, ficando eleitos: José da Costa Franco, Jeronymo Martins Pamplona, João Baptista de Bettencourt, Luiz Pacheco de Lima, José de Menezes Camello, Manuel de Barcelos Machado, João Pedro Coelho Machado de Mello, Luiz José Coelho e José Joaquim Teixeira. Os autos desta eleição foram rasgados dos livros durante os tumultos populares de 1823.

1823 — A 3 de Julho aportou a Angra o brigue «*Constância*» com a nova de que tinham sido restituidos a D. João VI os seus «*inauferiveis direitos*» de Rei Absoluto, o que originou uma série de conflitos políticos sobretudo à volta do Juiz Grade que a Câmara em vão procurou demitir substituindo-o pelo Dr. Francisco de Paula Noronha, o que só seria confirmado após a nomeação de Stokler. Começaram neste ano as prisões e perseguições de «*constitucionais*», crescendo a agitação política em toda a ilha. Foi instalado na Câmara um «*Governo Interino*». Foi eleito Governador do Castelo, Manuel José Coelho Borges. Houve também um levantamento do povo contra a saída de trigo.

— No dia 17 de Novembro desembarcou o General Stokler, já com o título de Barão da Vila da Praia. Drumond, nos «*Annais*» diz «*que ainda até hoje não consta fazer-se recebimento de pessoa real com tanto aparato*» (Vol. IV. pág. 61). Tomou posse no dia 19.

1824 — A 20 de Maio chegou a notícia da eclosão do movimento de Vila Franca, conhecido por «*Abrilada*», em que D. Miguel era aclamado como Rei Absoluto, o que deu lugar a grandes aclamações na Terceira.

— A 26 do mesmo mês porém, chegou a nova do insucesso de tal revolta e, poucos dias depois, Stokler era demitido do cargo. Embarcou para Lisboa no dia 11 de Agosto.

— A 14 de Julho chegou à Terceira o novo Capitão-General, Manuel Vieira Touvar de Albuquerque.

1825 — Com a chegada do novo Capitão-General Manuel Vieira Touvar de Albuquerque, voltou à ilha certa tranquilidade, tendo renascido o velho costume de se promoverem pomposas festas na Praça, com contradanças, cavalhadas e grandes touradas, como as realizadas no dia 24 de Junho (dia de S. João) e se prolongaram por quatro dias, em sinal de regosijo pela publicação do decreto de 17 de Setembro do ano findo *«pelo qual sua magestade fôra servido desaprovar os factos praticados nos primeiros dias de Agosto de 1824»* (a favor da revolução que se dera em Lisboa, conhecida por *«Abrilada»*). As festas foram organizadas por Teotónio de Ornelas e seus primos Pedro e Manuel Homem. A propósito diremos que, em todas estas festas, a Câmara costumava alugar as janelas do Paço Municipal, utilizadas pelas famílias que não podiam dispor de camarotes nem de lugar nas janelas dos prédios adjacentes à Praça.

— Infelizmente não durou muito a tranquilidade, pois logo após o falecimento de el-rei começaram a esboçar-se em todo o reino novas perturbções políticas fundamentadas na sucessão, as quais se refletiram em Angra, sempre com gravame para a paz pois criavam cada vez mais fundas raizes nas divergências e rivalidades latentes no seio das famílias terceirenses, sobrepondo a *«política»* aos reais interesses locais.

1826 — Em 21 de Agosto prestou-se juramento à Carta Constitucional. O texto da Carta foi trazido do Brasil à Terceira por Lord Stuart, em nome do Regente. No regresso ao Brasil, D. Pedro condecorou-o com o título de Marquês de Angra.

1827 — Por decreto de 3 de Julho, D. Pedro nomeia o irmão D, Miguel, Regente do Reino. Neste mesmo ano foi resolvido instalar em Angra os primeiros candeeiros de azeite para iluminação da cidade. Pina Manique, ao tempo em que era Intendente, dotara Lisboa com os primeiros candeeiros a azeite e óleo de purgueira para idêntico fim (1).

1828 — No dia 28 de Março chegou à Terceira a notícia de ter regressado a Lisboa o infante D. Miguel, assumindo a Regên-

cia. No decorrer das festas realizadas em Angra, logo se extremaram os campos, nos dois partidos «*liberal*» e «*realista*» cantando um o «*hino constitucional*» e o outro o «*hino realista*», frente ao Palácio do Governador.

— No dia 18 de Maio procedeu-se à aclamação de D. Miguel como «*Rei Absoluto*», tendo-se organizado um cortejo que, depois de se dirigir ao Palácio do Governador, percorreu as principais ruas da cidade, precedido pela Câmara com seu estandarte, «*levando adeante 4 folliões, tocando nos seus instrumentos, e dançando com extrema alegria*». Três dias duraram as festas, tendo vindo à cidade deputações de todas as freguesias da ilha, verdadeiras marchas populares capitaneadas pelos respectivos párocos. Contudo o descontentamento lavrava entre os constitucionais; e a despeito das medidas preventivas tomadas pelo governador, a contra-revolução não se fez esperar.

— A 22 de Junho eclodiu a revolta liberal, sendo proclamados os direitos de D. Pedro IV (Liv. de Vereações da C. M. A., pág. 258).

— A 15 de Julho chegou a Angra o almirante Henrique de Sousa Prego a fim de tomar posse do lugar de Capitão-General. O presidente da Câmara convocou uma sessão extraordinária, composta por representantes dos três estados, que deliberou por unanimidade rejeitar as credenciais apresentadas pelo almirante, tendo este reembarcado e sendo recebido e reconhecido em S. Miguel.

— Em 24 de Agosto, após sessão tumultuosa, na Câmara, foi içada pela primeira vez, no Castelo de S. João Baptista, a bandeira bicolor, azul e branca.

— Em 28 de Agosto foi instalada a Junta Liberal Provisória, para governar a Terceira em nome de D. Maria II, sendo composta por: Dr. J. J. da Cunha Ferraz, pelo Governo do Bispado; J. Valente Farinha, Juiz de Fora; Capitão J. Quintino Dias, comandante de Caçadores 5; e Teotónio de Ornelas Bruges, coronel de Milícias.

— A 4 de Outubro ficou instalado o Governo Provisório da Terceira.

— A 5, nomeada a Junta Provisória na cidade de Angra.

— Inauguração da iluminação pública na cidade (a primeira nos Açores) por candeeiros de azeite de peixe, dispostos pelas principais ruas. Foi encarregado de dirigir os respectivos serviços o comerciante Joaquim José Pinheiro. (Pela acta de 13 de Abril de 1839, sabe-se que nessa data existiam 30 candeeiros).

— A 28 de Outubro, a Junta Provisória determinou, em nome de D. Pedro, que a cidade de Angra seja considerada «*Séde do Governo dos Portuguêses (...) enquanto se não estabelecer em Portugal o legitimo governo do mesmo augusto senhor*». Na mesma data se proclama que «*todas as nove ilhas dos Açores são uma e única provincia do reino, e que nesta cidade de Angra é a capital da provincia dos Açores*».

— No dia 13 de Dezembro a Câmara reuniu por indicação da mesma Junta deliberando que se «*arranque do livro dos accordãos o auto rebelde de 18 de Maio passado d'este presente anno*» (aclamação de D. Miguel como Rei Absoluto).

1829 — Após o 11 de Agosto, grande regosijo público pelo sucesso obtido na Vila da Praia contra a esquadra miguelista, a que largamente se associou a Câmara.

— Entrega à Câmara, pelo conde de Vila Flor, em 12 Outubro, do retrato a óleo da rainha D. Maria II.

1830 — Carta régia comunicando à Câmara de Angra que «*sua Magestade o Imperador do Brasil*» havia reconhecido a Regência. Esta, a 16 de Março manda pôr em execussão o real Dec. de 3 do mesmo mês, de abdicação da corôa em D. Maria II, como sua legítima herdeira.

— A 18 de Outubro, decreto da Regência e Ordem do Dia mandando arvorar, ao meio dia de 19, a nova bandeira «*Real e Nacional Portuguesa (...) nos Castellos de S. João Baptista, e de S. Sebastião desta cidade (...) dando nesta ocasião o primeiro dos mencionados castelos huma salva de 21 tiros*». Trata-se da primeira bandeira azul e branca içada em castelos portugueses. A «*definição*» de

suas Armas era: «*De prata, cinco escudetes de azul, em cruz, cada um carregado de cinco besantes do campo; bordadura de vermelho, carregada de sete castellos de oiro. Sobrepujando o escudo, uma coroa real*».

— Em 27 de Novembro, foi decretada a eleição popular, directa e por escrutínio secreto, das Câmaras.

1831 — No 1.º de Janeiro ficou constituida a nova Câmara Foi a Primeira Câmara Municipal, em todo o país, eleita consoante os proceitos da Carta Constitucional da Monarquia. A 5 de Março foi criada a primeira escola do sexo feminino desta ilha. A professora tinha de leccionar primeiras letras e lavores.

1832 — A 9 de Janeiro decretou a Junta que os Escrivães das Câmaras tivessem «*fé pública*» como tabeliães e pudessem usar de «*público e raso*» nos contratos.

— A 3 de Março desembarca em Angra D. Pedro IV. Era presidente da Câmara, Francisco de Menezes Lemos e Carvalho, que o saudou, à frente dos vereadores, sob um arco triunfal erguido à entrada da cidade. O Duque recusou-se a seguir debaixo do pálio para a Sé, alegando que tal distinção competia apenas a sua augusta filha, a Raínha D. Maria II.

A 16 de Março, por Decreto, foram extintos os dízimos das «*miunças*» e das «*hervagens*», em cuja cobrança se cometiam abusos, injustiças e arbitrariedades de toda a ordem.

— É publicado em 1 de Agosto o Decreto permitindo a circulação de moeda estrangeira, mas, no ano seguinte...

1833 — O Decreto de 16 de Setembro proibiu a circulação de moeda estrangeira.

1834 — Uma Portaria de 12 de Março restabeleceu a circulação de moeda estrangeira. As moedas a que se referem estes Decreto e Portarias eram principalmente espanholas e sul-americanas, havendo também algumas inglesas. Às pesetas espanholas chamava o povo «*serrilhas*» e aos duros «*patacas*».

1836 — Extintas as Perfeituras e criados os três Distritos Admi-

nistrativos dos Açôres. Foi Primeiro Governador Civil, Luís Pinto de Mendonça Arraes, que em 15 de Junho de 1833 sucedera ao primeiro Perfeito, brigadeiro Francisco Saraiva da Costa Refoios. Comandara o Corpo de Voluntários da Rainha que tomou parte na expedição liberal e desembarcou no Mindelo.

1837 — Por carta régia de D. Pedro, datada de 12 de Janeiro, foi conferido à cidade de Angra o título de «*Heroismo*» e o de «*Muito Nobre, Leal e Sempre Constante*». Foi também condecorada com a Gran Cruz da Torre e Espada.

1839 — A 15 de Junho, a Câmara regulariza o arrendamento das janelas «*que dão para a Praça*», por ocasião das festas que ali se realizavam durante o ano, nomeadamente as de S. João em que se armava uma arena para correrem toiros.

1844 — A 20 de Maio iniciou-se a construção da «*Memória*», monumento a D. Pedro IV, inaugurado solenemente a 3 de Março de 1845.

1847 — Em 20 de Março resolveu-se substituir o velho Paço Municipal, iniciando-se a sua demolição em 15 de Julho do ano seguinte.

— Em 22 de Abril, foi eleita pela Câmara uma Junta Governativa.

— Com vista ao saneamento da parte central da cidade, o mercado de porcos que se fazia no Largo do Chafariz da Praça (Largo do Colégio) passou para o Alto das Covas em 5 de Dezembro.

— Começou a funcionar a Cadeia Pública, em 20 de Junho, no antigo Convento de S. Sebastião, à Guarita. Os primeiros reclusos entraram em 21.

1848 — Foi inaugurado o Mercado do Gado na Praça de S. Sebastião, antiga cerca do Convento das Capuchas, à Guarita, passando a ser conhecida por «*Praça dos Porcos*» nome que se mateve por muitos anos.

— A 18 de Novembro foi transferida da Praça dos Santos Cosmes para o Largo do Colégio, a venda de galinhas e outras aves, ovos e manteiga, que então se fazia no lado

Norte da Praça, junto à fachada da Casa do Corpo da Guarda.

1849 - Lançamento da primeira pedra do novo edifício dos Paços do Concelho, no dia 11 de Agosto, comemorando a data da Batalha da Praia.

— A título provisório, foi mudado para o meio da Praça um dos chafarizes existentes no velho edifício em demolição, a fim de continuar a abastecer a população e a fornecer água às obras.

1850 - Em 28 de Dezembro foi resolvido promover, a António Tomé da Fonseca, a compra do terreno destinado à construção do Teatro Angrense.

1851 — Publicada em 11 de Junho a Primeira Postura sobre Incêndios.

1852 — Adquirida em Londres a primeira bomba para incêndios, por 400$000 reis.

- Por decreto de 2 de Dezembro foi adoptado o Sistema Métrico Decimal, sendo estabelecida a equivalência com as antigas medidas.

1853 — No dia 3 de Dezembro, «*quebra de escudos*» por morte da rainha D. Maria II, ocorrida em 26 do mês anterior. O primeiro escudo foi quebrado pelo vereador António José Vieira Rodrigues Fartura Júnior, no Largo do Palácio, o segundo pelo vereador Dr. José Augusto Nogueira Sampaio, no Alto das Covas, e o terceiro pelo vereador Aniceto António dos Santos, na Praça Velha.

1854 — A 14 de Dezembro a Câmara passou a funcionar no edifício da rua do Palácio (hoje Duque de Palmela) pertencente a Luís Merens de Távora, no local onde estão hoje os C. T. T.

1858 — No dia 31 de Outubro a Terceira recebe a visita do Infante D. Luís, Duque do Porto, mais tarde Rei de Portugal. À antiga rua dos Cavalos foi dado o nome de Rua do Principe D. Luís (hoje do Rio de Janeiro).

— Foi retirado do meio da Praça o chafariz ali colocado em 1849.

1860 — Em 22 de Novembro foi inaugurado o Teatro Angrense, para o qual a Câmara tinha adquirido o terreno em 1851.

1861 — A 11 de Novembro foi abolido o regime tributário dos dízimos.

1862 — Em 28 de Novembro, um dos 3 dias em que Angra esteve em festa para solenizar o casamento de D. Luis I com D. Maria Pia de Saboia, levantou-se na Praça Velha, em madeira, o alçado do novo edifício da Câmara a construir profusamente decorado e iluminado, tocando a Banda Regimental e a filarmónica Harmónica Terceirense. A concorrência foi estimada em 7.000 pessoas. No dia seguinte houve récita de gala no Teatro Angrense, tendo o Presidente da Câmara, Visconde de Bruges, descerrado as cortinas da Tribuna Real armada no camarote de honra, onde estavam os retratos de Suas Magestades.

1863 — Em Outubro foi colocado no Largo 3 de Março, a título experimental, o primeiro candeeiro a petróleo para iluminação pública.

— Em 7 de Dezembro a Câmara adquiriu os edifícios da Travessa da Saúde, Praça e Ladeira de S. Francisco, pertencentes a José Maria da Silva Leal e conhecidos por CASA DO FAGUNDES, a fim de os utilizar em parte para instalações de serviços e parte para alugar.

1864 — No 1.º de Outubro começou a funcionar o Posto Meteorológico, criado em 1862 a instâncias do Dr. José Augusto de Nogueira Sampaio e foi o primeiro existente nos Açôres.

1865 — Por edital de 10 de Março, foi dado à Praça Velha o nome de «*Praça da Restauração*».

— Foi suprimido, a 15 de Março, o toque de recolher que até então se fazia no sino da Câmara e passou a fazer-se pela Sé, mediante uma gratificação ao sineiro, paga pela Câmara.

— A 6 de Dezembro foi inaugurada a iluminação a petróleo em parte da cidade (2). A 28 do mesmo mês foi colocada a estátua de «*Angra do Heroísmo*» sobre o frontão central da fachada do novo edifício.

1866 — A 11 de Agosto, inauguração solene dos Paços do Concelho no actual edifício da Praça da Restauração, embora ainda inacabado.

E de inteira justiça salientar a acção de alguns procuradores, almotacés e vereadores do Município Angrense que, apesar das lutas travadas e das desavenças políticas que tão tristemente assinalaram o Século XIX, desenvolveram notória actividade na execução de vários melhoramentos pela cidade, entre os quais o alargamento e calcetamento de ruas, ladrilhos de cantaria, reparações de chafarizes, alinhamentos, obras de sanidade, etc., que muito beneficiaram a feição urbanística mantida durante séculos e da qual ainda hoje, apesar de deturpações condenáveis, pode com orgulho ostentar entre as três Capitais do Distrito.

---

(1) — Frutuoso, em «*Saudades da Terra*», diz que utilizavam muito, para produzir azeite, pardelas, estapagados e garajaus, informando: «*cada dez pardelas, ordinariamente, davam uma canada de azeite, e mais as caçavam por êle, que por elas*».

(2) — Ainda em 1896 só as artérias principais estavam iluminadas pelo mesmo sistema, pois neste mesmo ano a Câmara deferia um requerimento dalguns moradores da rua D. Amélia que pediam fosse aquela rua iluminada como a rua da Sé, para o que ofereceram seis candeeiros. Só trinta e oito anos mais tarde, em 1904, seria montada, pelo engenheiro Manuel Pacheco Vieira, a primeira Central eléctrica que funcionou na ilha Terceira. O eng.º Pacheco Vieira faleceu em S. Miguel, donde era natural, com a provecta idade de 90 anos.

III

Casa do José Braz

O prédio foi solar da família de Álvaro Pereira Sarmento natural do Faial e que na Terceira foi Capitão e Momposteiro-mór da Redenção dos Cativos e aqui instituiu um vínculo nos fins do Séc. XVI (1).

Confrontava a Oeste com outra casa mais pequena, que o descendente João Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda tomara de renda pela necessidade de alargar as instalações próprias (2). Como tinha «*muito diferente simetria*» e apresentava «*janelas e meias janelas antigas, e mal reguladas*», pretendeu adquiri-la para, com os dois prédios, «*fazer uma frontaria regular*» no que contribuiria para tornar «*muito mais formosa, e brilhante a dita Praça*» (3).

Outra razão, não invocada, seria a de ter a proprietária posto uma acção de despejo à locatária que era, ao tempo, nada menos que a mãe do recorrente, D. Joaquina Narcisa Leite de Noronha e Canto (Vid. nota 2).

Após a modificação da frontaria que comportava os dois prédios, a casa pertenceu ao Morgado Diogo Pereira que ali estabelecera um solar. Era irmão de João Pereira Forjaz de Lacerda, que adquirira à Câmara, em hasta pública, em 1859, o prédio, também sito na Praça, conhecido por CASA DO CORPO DA GUARDA.

Era de altos e baixos, com um portão nobre ao centro, como

se usava nos Séc. XVII e XVIII (Vid. nota n.º 3). Quando na Praça se realizavam as touradas, justas e torneios que faziam parte integrante das grandiosas festas de S. João, o touril era armado no quintal e páteo interiores, saindo os toiros pelo portão nobre.

Nas lojas houve uma cocheira ([4]), no mesmo sítio onde José Braz teve depois estabelecimento de Mercearias e Líquidos (por grosso e a retalho) que passou à firma Valadão & Machado, tendo esta transacionado, em 1942, todo o activo e passivo ao sócio José Tomaz Machado.

O comerciante José Joaquim de Oliveira Braz ([5]), ao adquirir o prédio, mandou apear o portão nobre, abrindo nos baixos, para Leste, o estabelecimento acima referido. Na parte Oeste, seu filho primogénito Acúrcio de Oliveira Braz, estabeleceu-se com uma LOJA DE FERRAGENS, em 1905.

Hoje, além da Mercearia na posse dos herdeiros de José Tomaz, há um estabelecimento de Fazendas denominado A PRIMAVERA, de Arnaldo Fernandes Lobão e, na última porta do lado Oeste, um Café com o nome de CAFÉ ALIANÇA que foi de José Diniz Fernandes e pertence hoje a Sérgio de Bettencourt Aguiar.

O prédio está dividido em duas moradias, habitando na parte do Nascente, António Braz, sócio-gerente da Fábrica Flor d'Angra, e na do Poente, Carlos Rego da Silva (Agualva), Consul do Brasil nesta cidade e primeiro oficial aposentado da Junta Geral.

([1]) — Vid. Nobiliário da Ilha Terceira — (Vol. II, pág. 264).

([2]) — Esta casa que pertencera a André Francisco Nolete e passara depois a seu sobrinho Mateus José Pereira Camelo e Melo, Capitão de Ordenanças de Angra, casado com D. Francisca do Rosário Borges Corte Real (Vid. Tit. Sieuves) era ao tempo pertença de Manuel Silveira Nolete, auzente na Baía, tendo sido adquirida, por intermédio do seu procurador nesta ilha Terceira, José Inácio da Silveira Machado, por D. Izabel Magdalena de Ornellas Paym da Câmara, filha natural, embora legitimada, de Theotónio de

Ornellas Borges de Ávila Paym da Câmara, Moço Fidalgo da Casa Real (avô do 1.º Conde da Praia da Vitória) e que se encontrava recolhida no Mosteiro das Capuchas, pelo que João Pereira requereu ao Desembargo do Paço, invocando o interesse público e as disposições do Decreto de 17 de Julho de 1778, que a mesma lhe fosse adjudicada, pagando *«á dita actual Possuidora o preço porque a comprou, ou o que dicerem os Avaliadores respectivos no caso de duvida»*. Esta exposição foi por El-Rei enviada ao Corregedor da Comarca de Angra para informação, tendo êste intimado o Dr. João Cabral de Melo, como curador à pessoa e bens de D. Izabel, para, no praso de 10 dias, responder à súplica de João Pereira. A resposta foi do seguinte teor : — *«...Se para obter huma pertenção, bastasse elevar-se a si, e deprimir os outros, assás tinha feito o Recorr.e ou antes a ignorância e mao caracter de q.m o aconselha, p. esperar ser felicitado no prez.e Recurso. Mas injurias não são direito ; e se o são, he hum direito comum a ambas as Partes, como, porem, a defeza seja de Dir.º Natural, permittir-se-ha á Recorrida gabar-se tambem um pouco, p. illidir e desvanecer a baixa e indigna idea q̃ se pertendeo dar della neste Recurso, cujas grosseiras e mal lançadas linhas mostrão bem a debilid.e da cabeça q̃ as cocebera, e a pouca destreza da mão q̃ as lançara.* (§) *A Recorrida D. Izabel Magdalena de Ornellas Paym da Camara, q̃ neste Requerim.º se trata com o indecente e insultante nome de — huma Izabel Magdalena — he, e por tal está julgada senç.a da Rel.am f.a de Theotonio de Ornellas Borges de Avila Paym da Camara, q̃ foi Moço Fidalgo da Caza de S. A. R., qualid.e q̃ não tem o Recorr.e sem embargo da sua Nobreza q̃ a Recorrida não nega, como elle (mas não he elle) lhe faz a ella ( ). Deixadas, pois, as injurias, como obra q̃ não he do Recorr.e, pois q̃ sua May tracta de bem diferente modo a Recorrida, e he natural q̃ o f.º quizesse imitar a civilid.e de sua May, q̃ se vê da Carta junta, passemos á couza mesma, e vejamos em q̃ pode ser fundado este Recurso. A Recorrida comprou estas casas por Escr.a Publica, contida nas Notas do Tam Luiz José de B.curt em 5 de Set.º de 1804, pagou o seu preço, e houve a posse e dominio por clauzulam constatati, q̃ opera estes eff.os segundo todo o Dir.º allegado por Peg. For. Cap. 6 n.º 1 ; tanto assim, q̃ morando nellas de renda a May do Recorr.e, pôz-lhe a Recorrida hũa acção de despejo, em q̃ a venceo, e achase a cauza appelada, e a app am recebida em um só eff.º. Ora estando a couza nesta figura como está, e o reconhece o m.mo Recorre poderia entrar em algũa cabeça, q̃ S. A. R. mandaria desfazer esta venda, e tirar a Recorrida de posse e dominio de sua couza, contra vonte pa a dar ao Recorre ? E porq. o faria assim ? Porque as cazas do Recorre tem seis janellas de fronteira, e as da Recorrida, ainda q̃ com as m.mas janelas em numero, em hũa fronteira igual, ou pouco*

menos, não as tem tão bem feitas, e com a m.ma semetria? Ou seria pelo particular comodo da nova Possid.a, a Recorrida, q̃ não tem mais fam.a prezentm.e q̃ a sua unica Pessoa. por se achar recolhida em hum Conv.o saya á manhãa p.a fora, como de facto pretende fazer, vá habitar as suas cazas, e tome hũa correspondt.e á sua qualidade; e qd.o assim sallida (?) tem o Recorr.e algum privilegio para dever estar mais bem acomodado, de q̃ a Recorrida? E porq. não pretende o Recorr.e algũas das cazas q̃ pegão com elle pelo outro lado, q̃ são as segundas em grandeza daquella Praça? Porq. hão de ser precizamt.e as da Recorrida? A janella q̃ se diz devaça as Cazas do Recorr.e donde vem o temor elle tem p.a o futuro de perturbação de fam.a he provavelmente tão antiga, como as cazas do Recorr.e e nunca seus Pays e Avós, q̃ sempre morarão nas mesmas cazas, se embaraçarão com isso, não só por pertenderem comprar as cazas, mas nem ainda p.a as arrendarem, sendo certo q̃ ha muitos anos q̃ estas cazas se arrenderão, por viverem seus donos no Brazil. Provavelmente havia de ser pelas obras q̃ o Recorr.e pertende fazer em benf.o Publico, e decoração da Praça. Mas alem de q̃ pertenções não são obras, q̃ ataque não seria este ao Dir.o da propriedade? Quem estaria seguro ao pé de hum vizinho opulento e orgulhozo? Não, não se permitte tanta liberdade e orgulho, nem a L. qd.o estivesse em vigor, e se estendesse até fora da Corte, poderia ter lugar nos do cazo. (. . .) Certa, pois, a Recorrida, até se offerecera a perder as cazas, se o contr.o sucedesse, da inutilid.e deste Recurso, quer pagar as injurias do Recorr.e com hum obzequio; quer ceder-lhe as cazas, com tanto que elle lhas pague, e o seu detrím.o com se privar dellas, e a duvida de achar outras iguais. Ellas custarão-lhe 620$ e tantos mil reis. Forão baratas; em o Recorr.e lhe contando tres mil cruzados, tem as cazas. Eis aqui acabada a questão e o Recorr.e com o seu gosto satisfeito. De outro modo, as cazas são da Recorrida, q̃ lhe custarão o seu dr.o, e o Recorr.e deve procurar outro meio de beneficiar o Publico á sua custa, e não á custa da Recorrida. P.o não tirar gloria dos fastos alheios, nem conveniencia do incomodo dos outros. He a nossa resposta. (ass.) D. Izabel Magdalena de Ornellas Paym da Camara. O Procurador João Cabral de Mello».

O Dr. João Cabral de Mello terceirense, foi Poeta mui versado nas línguas grega, alemã e italiana, poetando em latim e francês. Escreveu: «TABOAS HISTÓRICAS GENEALÓGICAS DE FAMILIAS TERCEIRENSES» e traduziu o «PARADISE REGAINED», de Milton. Foi advogado em Coimbra. Nasceu na ilha Terceira em 1740 e faleceu na cidade de Angra, com 84 anos, em 16 de Maio de 1824. Nos «*Annaes da Ilha Terceira*», de F. Drumond, vêm publicadas algumas produções literárias inéditas que deixam perceber os altos méritos do seu autor. Na Biblioteca Pública de

Évora, encontra-se a égloga BELIZA, autografada, que dedicou ao Bispo D. Fr. do Cenáculo, em 1773.

A carta que a Mãe de João Pereira escreveu e a que nesta resposta se alude, é do teor seguinte: — «*Ill.ma Snr.a D. Izabel Magdalena Paym: Tenho prez.e a sua attencioza Carta em que me pede as chaves da Caza em que moro, dizendo que são suas, e que a tem comprado; porém como isto he ao contrario, ao que por meu filho, e p. mim se tem tractado, tendo Escriptura distribuida, Laudemios pagos, e dado dinheiro de signal, he por estes principios, que não remeto a V. S. as chaves, nem as entrego sem que seja a esse resp.o convencida; e assim pode V. S. uzar dos meios, que o Dir.o lhe permitir, que eu me defenderei, e fico ás suas ordens com q.m hé-De V. S. — Obseqza Vra (ass) D. Joaquina Narciza Leyte Noronha — S. C. 13 de 7bro de 1804*».

Não foi só João Pereira quem negou qualidades de nobreza a D. Magdalena, pois a própria família dela, nunca como tal a quis reconhecer. Para prova transcrevemos abaixo uma carta do Dr. André Eloy Homem da Costa Noronha, na parte em que ao caso se refere: — «*Como legal administrador de minha mulher, D. Rita de Ornellas Paym da Camara, nada me pertence ou interessa, nem á mesma minha mulher, que a decorrente case com quem quizer, porque ella não é de nossa família, nem por tal jamais a reconheceremos*»... Esta carta foi solicitada por Izabel ao pretender autorização para contrair matrimónio com João Bernardo de Almeida, Quartel-Mestre do Castelo de S. João Baptista. Apesar da oposição movida pela família, D. Izabel casou na Sé, a 29 de Novembro de 1805, com o dito João Bernardo. (Vid. *Desembargo do Paço — Côrte, Estremadura e Ilhas*, maço 984, n.º 32 do *Arq. Nac. da Torre do Tombo*). A venda do prédio acabou por ser feita ao Morgado Diogo Pereira, após demanda prolongada. A fachada foi modificada, construindo-se-lhe um portão nobre, o que de facto resultou a bem do aformoseamento da Praça.

A maior parte das informações constantes desta Nota, foi-me gentilmente cedida pelo estudante universitário António Maria de Ornelas Ourique Mendes, da Universidade de Lisboa, e meu particular Amigo, como já o fôra seu Pai, o saudoso Dr. Elmiro Mendes.

Segundo um artigo publicado por Jorge Forjaz, também estudante universitário, no «Diário Insular», em Abril de 1970, documentado num manuscrito de 1816, na posse de Jaime Paim de Bruges Moniz Vieira, 4.º neto de João Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda, era este descendente directo de João Garcia Pereira, irmão legítimo de Rui Braz Pereira, 1.º Conde da Feira. Como esta primeira linha se perdera em D. Fernando Forjaz Pereira Pimentel,

7.º Conde da Feira, por falta de descendência, «*ficaria pertencendo a Casa e tudo o mais, á linha de João Garcia Pereira; porém, como êste tivesse passado ás Ilhas com sua mulher, a sua descendência não teve noticia desta vagatura*» e porisso não conseguiu João Pereira recuperar os bens da Casa da Feira, apesar de os ter requerido em 1816 a D. João VI.

(3) — Em «*A Casa Portuguesa*», Raul Lino diz, ao referir-se a Casas do séc. XVII e XVIII, como as que Angra possuia em grande número: — «*ão deste tempo as grandes fachadas com interminável fileira de janelas rectilíneas, sacadas muito simples, grades de varões guarnecidos com anilhas ou forjadas em estilo de lança, os portões em que se concentra todo o aparato arquitectónico na sua resumida variedade*» (In. Boletim do I. H. I. T. — n.º 9 — pág. 125).

Era do tipo das casas solarengas que ainda existiam em grande número no séc. XIX, como a do Barão do Ramalho (hoje Seminário Diocesano) cuja frontaria foi profundamente alterada já no presente século; a do Régio Páteo dos Estudos, no Colégio, completamente demolida no século actual, para alargamento do Largo do Prior do Crato; a do Conde do Rego Botelho, fronteira ao Palácio dos Capitães-Generais, também modificada no séc. XIX; a da rua de Jesus, conhecida por casa dos Andrades, frente à Travessa dos Carvalhais; a de D. Violante do Canto e a dos Almeidas ou do Mourato na rua da Sé; a dos Viscondes de Bettencourt, (hoje do Arquivo Distrital) na Rua da Rosa; a da Madre de Deus; a dos Condes da Praia da Vitória, em Santa Luzia, também completamente demolida no presente século; a dos Condes de Sieuve de Meneses e dos Carvalhais, em S. Pedro; a de António Pires do Canto (hoje do Orfanato); a do José Sequeira (hoje Pensão Lisboa) e a do Visconde das Mercês, na rua de Jesus.

(4) — De «A União», de 20-3-894: — «*Na loja do antigo solar do Morgado Diogo Pereira, actual residência da família Braz, na Praça Velha, existiu tambem uma cocheira*».

(5) — Foi também fundador da Fábrica de Tabaco «FLOR D'ANGRA» hoje na posse de seus herdeiros. Era pai do Dr. Henrique Ferreira de Oliveira Braz, advogado distinto que, quando ainda estudante, tomou parte proeminente na célebre Greve Académica da Universidade de Coimbra (1907) e foi depois o primeiro Governador Civil da República neste Distrito, tendo em Angra ocupado lugares de relevo na Política e na Administração local, como Presidente do Município, Deputado da Nação e Presidente da Junta Geral. Foi Poeta, Conferencista e Escritor, tendo-se dedicado a profundos estudos sobre a História Açoriana, nomeàdamente a que se refere aos Descobrimentos Marítimos, publicando importantes trabalhos de investigação no Boletim do Instituto Histórico da

A antiga Biblioteca Municipal
Vendo-se o bibliotecário e escritor
Gervásio da Silva Lima

Casa do José Braz

Frontispício à esquerda no primeiro plano. De uma gravura colorida francesa do segundo quartel do século XIX (Autor do desenho e possìvelmente litografia: Lebreton)

Casa do José Braz
Aspecto actual

Casa do Vila Flor

Ilha Terceira de que foi sócio fundador. Publicou: VAGIDOS (versos), LONGE DO MEU HORISONTE (viagens), SOB O SIGNO DO SACRIFÍCIO e JOÃO FERNANDES LAVRADOR (notas históricas), RUAS DA CIDADE (toponímia de Angra) e vários Discursos e Conferências. Pelo seu fino espírito e esmerada educação, foi elemento preponderante no meio angrense, disfrutando de invulgar prestígio e consideração em todas as classes sociais.

IV

Casa do Fartura

Era anteriormente de João Bernardo de Almeida (1) e ficou assim conhecida por ter pertencido ao Comendador das Ordens Militares de Cristo e de Nossa Senhora de Vila Viçosa, António José Vieira Rodrigues Fartura, natural da cidade do Porto, que para a Terceira viera por razões políticas e em Angra se estabeleceu com negócios por grosso. Como ao tempo acontecia com outros comerciantes, (2) dispunha de navios próprios ao serviço de seu comércio. Um deles, o brigue «*Terceirense*», foi vendido a uma sociedade que explorava o negócio da laranja, e esta o manteve até meados do século XIX pelo menos, pois sabe-se que, em 1842, era seu comandante Custódio José Borges, falecido a bordo em 14 de Agosto daquele ano, quando navegava de Altona para a Terceira, com escala pelo Faial (3).

Foi abastado proprietário, estando o seu nome ligado a muitos empreendimentos locais de utilidade pública (4) e a negócios comerciais de vulto. Protector dos comerciantes mais modestos aos quais socorria com capitais, figurava o seu nome em todas as subscrições abertas em favor de calamidades públicas ou para auxiliar os necessitados, sendo por isso deveras estimado pela sociedade angrense.

Na frontaria do seu prédio ostentaram-se por muito tempo os

brazões familiares. Nos baixos abriu um estabelecimento comercial. Tinha o n.º 6 de polícia.

Por sua morte, a 13 de Setembro de 1868, ocorrida na cidade do Porto onde se deslocava frequentemente, instituiu sua filha, a Viscondessa de Pereira Machado, herdeira universal. Aos descendentes desta foi a casa adquirida por Henrique de Castro, continuando na posse de seus herdeiros (5).

No andar superior funcionam os escritórios da firma Tomé de Castro Suc. e as Agências da Empresa Insulana de Navegação e da Companhia Carregadores Açorianos que lhe estão confiadas (6).

Nos baixos se estabeleceu e teve loja de fazendas o comerciante Joaquim Luís de Magalhães, que depois deu sociedade a um sobrinho, pelo que a firma passou a *Magalhães & Sobrinho*. Presentemente está ali instalada a Loja dos Barateiros, pertencente a José Adriano da Costa, com uma Sapataria anexa denominada «Sapataria dos Barateiros».

No portão da entrada que dá para a Agência da E. I. N. instalou-se durante alguns anos uma mulher da ilha do Pico que confeccionava chapéus de palha como os usados naquela ilha e que tinham grande venda.

---

(1) — Casou em 29-11-1805 com D. Isabel Madalena de Ornellas Paym da Câmara, filha legitimada de Teotónio de Ornelas, avô do 1.º Conde da Praia (Vid. CASA DE JOSÉ BRAZ) e que era proprietária dum prédio contíguo, para Leste. João Bernardo era quartel-mestre do Castelo de S. João Baptista.

(2) — Numa série de documentos publicados no Boletim do I. H. I. T. (n.º 4 - 1946 - pág. 39 e seguintes) encontram-se vários nomes de comerciantes dos fins do Séc. XVII que dispunham de navios para o comércio próprio, sobretudo com o Brasil. Citam-se os seguintes: capitão João Roiz Faleiro, Francisco Ribeiro da Costa, Francisco Saa, Francisco de Passos Crasto, Pedro Gomes Peres, Pedro Ribeiro da Costa, Jorge Dias de Saa, Remígio Nolette, Manoel Gomes, Guilherme Ficher, Diogo Stone, António de Almeida, Simão Roiz Ruivo, Francisco de Sousa, Sebastião Menezes Pamplona, e outros.

(3) — Cit. por Pedro de Merelim que diz constar o facto do Liv.º de Óbitos da Sè.

(4) — A êle se atribui a proposta de remodelação do edifício da Câmara, apresentada em sessão de 20 de Março de 1847, convocada para o efeito e em que foi deliberada a efectivação desse melhoramento. Devido a dificuldades financeiras e para que não se verificassem interrupções na construção, o Comendador Fartura fez à Câmara vários empréstimos e abonos, tendo até proposto ficar responsável pelo termo da construção, dentro de 4 anos, mediante a verba de 30 contos que lhe seriam pagos em anuidades de 2 contos, o que o proponente aceitou «*pelo desejo de ver concluida uma obra de tanta urgência e brilho para esta cidade*», embora convencido de lhe ser «*oneroso receber êsses 30 contos em 15 anos*».

(5) — Tanto o filho Tomé de Castro, como o neto Tomé Belo, foram figuras de grande relevo na sociedade angrense e desportistas de renome. O primeiro, que recebeu educação em Inglaterra, foi o introdutor do futebol nesta ilha do qual foi praticante entusiasta. Fundou também o Lawn-Tennis Club, por fusão com a Assembleia Angrense e estabeleceu séde em parte do edifício do antigo Convento de S. Gonçalo, cedida pelo Governo para o efeito. Em terrenos anexos foram construidos dois «courts» de tenis, em cimento, modalidade desportiva também nessa altura introduzida e que che-

gou a atingir alto nível, em competições inter Ilhas e com participação de estrangeiros sobretudo durante a 1.ª Grande Guerra, em que estiveram concentrados nesta ilha cêrca de 600 súbditos alemães. Entre os sócios praticantes deste desporto, figurou José Rouquete, mais tarde campião de Portugal nesta modalidade e presente em várias competições internacionais, realizadas quer em Lisboa quer no estrangeiro. É casado com D. Mariana de Castro Coelho Roquete, (sobrinha do fundador do Law-Tennis Club, Tomé de Castro) residindo há anos na cidade do Porto.

Tanto Tomé de Castro como o filho, foram grandes aficionados da Festa Brava e cavaleiros de renome. O «*Grupo Tauromáquico 11 de Agosto*» que durante vários anos actuou com êxito invulgar no redondel da Praça de S. João, era constituído essencialmente por sócios do L. T. C.

Tomé Belo, que continuou por algum tempo a tradição paterna, dedicava-se também à prática de desportos náuticos (sobretudo Natação, Vela e Moto-náutica) arrebatando alguns troféus em competições desta natureza. Morreu novo, e trágicamente, na baía da Praia da Vitória, quando dum desastre marítimo ali ocorrido no dealbar da segunda metade do presente século. Perpetuando o seu nome, fundou-se em Angra a «*Tertúlia Tauromáquica TOMÉ BELO DE CASTRO*», que se propõe elevar o amadorismo terceirense neste sector, ao nível atingido então, ao tempo em que actuava o «*Grupo 11 de Agosto*», infelizmente desaparecido com a morte desses dois dedicados e competentes aficionados.

(6) — A Empresa é também representante das Companhias: «*Colonial de Navegação*», «*Sociedade Geral de Transportes*» e «*Parceria Geral de Pescarias*». A firma é ainda agente da Companhia de Seguros «*Fidelidade*».

V

Casa da Viuva Cruz

O prédio era constituido por duas moradias contíguas, perencentes a Lourenço de Barcelos Machado Lobo, sendo arrematado em 27 de Outubro de 1819 pelo marido de D. Jenuina Margarida de Cortona, e aos herdeiros desta por D. Maria das Dores Machado, por seu filho José Machado de Freitas e por seu genro António Fernandes da Cruz (escritura de II-IV-1881, Liv. 65.º do tabelião Dr. Nicolau Moniz de Bettencourt, Fls. 59). Foi decerto a viuva deste último, António Fernandes da Cruz, que deu ao prédio o nome por que ainda hoje é conhecido. Foi adquirido por António Alves de Oliveira e pertence actualmente a seu filho António Alves de Oliveira Júnior.

Conjuntamente com o prédio que lhe fica contíguo, para o lado da Praça (Vid. CASA DO FARTURA) constituiu o Depósito Militar dos Oficiais da 1.ª e 2.ª linha, cadetes e porta-estandartes, criado pela Ordem do Dia da Regência, n.º 45, de 9 de Novembro de 1829.

Nas lojas, com frentes para a Rua Direita e Praça Velha, abriu um estabelecimento de fazendas António Alves de Oliveira, ([1]), pai do actual proprietário. Um dos seus empregados foi Eduardo Duarte Gouveia, actual proprietário da «*Loja das Meias*», na rua da Sé.

No 1.º andar esteve instalada a «*Chapelaria Gaspar*», com oficina própria para confecção de chapéus para homem e senhora.

Tanto este como os restantes prédios no lado Sul foram reconstruidos em 1610, quando o Corregedor Roque da Silveira (com o apoio do Bispo D. Hieronimo Teixeira Cabral e o Governador D. Pedro Sarmiento e de acôrdo com os Juizes Ordinários e Vereadores) fez apear o primitivo edifício da Câmara, arruinado pelo terramoto de 1608. A fim de facilitar a construção de novos prédios, alinhando-os pelos da rua do Galo, foi aberta uma subscrição pelos moradores do Concelho, que rendeu 635$000 reis e serviu para indemnizar os proprietários das «*irregulares e ordinarias casas, construidas da parte do meio dia*», o que muito contribuiu para ampliar e valorizar a Praça dando-lhe o belo aspecto urbano que ainda hoje apresenta, apesar do descontrolado «*urbanismo*» a que tem estado sujeita, como infelizmente acontece por toda a cidade, mesmo nos bairros mais característicos cuja feição setecentista muito conviria manter.

---

(1) — Tinha por alcunha «*Chico Rito*» por ser, ao que diziam, muito parecido com um toureiro espanhol do mesmo nome que a Angra veio, fazendo parte duma das quadrilhas tauromáquicas que aqui actuaram.

VI

A Casa do Conde de Vila Flor

Foi mandada construir por Aniceto António dos Santos, comerciante, arrematante dos Dízimos na Terceira e Tesoureiro da Bula da Cruzada nos Açores. Era tido por homem rico O General Touvar, em 1815, encarregou-o de, em Lisboa, onde se deslocava frequentemente, mandar *«prontificar o Retrato, com as dimensões que lhe fôram indicadas»*, da Rainha D. Maria I, para ser colocado no Palácio, o qual foi na realidade solenemente inaugurado em 14 de Julho desse mesmo ano.

Em 1828, foi-lhe requisitado o edifício para residência do Conde de Vila Flor (1) que desembarcaria na Praia em 22 de Junho de 1829 e que viria pôr fim à famigerada Junta Provisória instituída na Terceira, a qual, por graves desinteligências entre liberais e absolutistas, ia criando um clima de ódios pouco propício à causa que pretendia defender.

Nos fins do Sec. XIX, pertencia a João Carlos da Silva (2), passando em 1903 ao filho deste, Jacinto Carlos da Silva (Visconde de Agualva) que nele habitava à data do seu falecimento. Seus herdeiros arrendaram-no à Junta Autónoma dos Portos de Angra que ali se encontra ainda instalada.

É um dos prédios mais belos da cidade, conservando toda a traça primitiva. Nos baixos encontra-se instalada a FARMÁCIA

LISBOA, sucessora da FARMÁCIA PEDRO DE LEMOS a que nos referiremos ainda e, para Sul, a LOJA DOS LINHOS, de José Domingos da Silveira.

---

(1) — Foi o 11.º Capitão-General dos Açores. De nome António José de Sousa Manuel e Menezes Severim de Noronha, era o 7.º Conde de Vila Flor e foi depois agraciado com o título de Duque da Terceira. Era Marechal do Exército e comandou as forças que defenderam a Praia na memorável batalha de 11 de Agosto. Na Casa do Conde de Vila Flor realizaram-se, enquanto nela habitou a insinuante Condessa, bailes e ceias faustosas que rivalizavam com as festas dadas no Palácio e no Solar de Santa Luzia. A Sociedade Angrense tinha pela jovem e atraente Senhora especial respeito e admiração, sobretudo pela coragem que revelara, juntando-se a seu marido na Ilha Terceira (a que os realistas chamavam «A RATOEIRA») sob a constante ameaça de cerco e cujo futuro se jogava com incerteza e sob os maiores sobressaltos, dada a insuficiência, por todos reconhecida, das forças que defendiam o «*baluarte da Liberdade*». Indiscutível e meritória foi a acção desenvolvida pelo seu aprumo moral, aliado a um porte senhoril que a todos cativava e a uma requintada gentileza e esmerada educação com que em sua Casa recebia e nas recepções oficiais tanto a distinguiam. A ela se referem por forma elogiosa as crónicas da época e até as cartas particulares dos oficiais estrangeiros que aqui viveram, defendendo a causa liberal, e também, como então se dizia «*os inauferíveis direitos de D. Maria Segunda*».

(2) — Ao tempo de João Carlos da Silva, tinha este o escritório nas lojas do r/c, mas a entrada fazia-se pelo amplo

saguão. Pessoa respeitabilíssima pelo fino trato e esmerada educação, habituado à vida de escritório em que concentrava todas as suas muitas actividades comerciais, não acolheu de bom grado a, para o tempo, «*revolucionária*» Lei do Descanso Semanal, e por isso, ao domingo, logo de manhã, como aliás era habitual, não se resignava com o isolamento a que se via forçado pela ausência dos empregados... e dos freguêses que muitas vezes retinha para além do tempo necessário, só para ter ensejo de uma troca de impressões acerca da vida económica e social do burgo, a qual muito interessava ao volume das transacções. Tudo isso lhe faltava agora, nas manhãs domingueiras, cogitando em vão sobre a oportunidade de quebrar aquela monotonia, tão irritante para o seu temperamento activo e até jovial que nem as longas barbas brancas de septuagenário conseguiam desmentir.

Um dos seus empregados mais assíduos e dedicados era o jovem Francisco do Canto e Castro, muito estimado por suas qualidades de trabalho e natural afabilidade. Morava na rua de Santo Espírito e costumava fazer caminho pela Rua Direita para se dirigir, nos dias de preceito, à missa que se realizava na igreja do Colégio, às 11 horas. Sucedia às vezes que, na ocasião mesmo em que passava em frente da casa do Sr. João Carlos, este assomava ao portão. Mal se esboçava entre os dois o cordealíssimo cumprimento diário, Canto e Castro era solicitado, com os melhores sorrisos e desculpas pelo incómodo, para ir fazer ao escritório um «*pequeno ofício de certa importância*», prometendo o prestimoso funcionário satisfazer o pedido, logo que regressasse do ofício religioso. E assim acontecia, o que roubava muitas vezes, não apenas o tempo necessário à escrita do documento, mas o que resultava de serviços e conversas subsequentes, a preencher as horas de trabalho que a lei proibia aos domingos.

Era então naquela altura, extraordinàriamente notável a semelhança existente entre este e um seu irmão

gémeo — Raimundo do Canto e Castro J.^{or}. Eram «*iguais*» na opinião geral, e tanto que lhes chamavam os «*solitários*», pela completa semelhança entre todos esses vasos de vidro ao tempo tão em voga, e também porque, ambos esguios e altos, a um «*solitário*» se poderiam caricaturalmente comparar. Até se dizia que nem as namoradas e futuras esposas, conseguiam destrinçá-los a certa distância...

Ora o Francisco já não achava muita graça nas intromissões dominicais do Sr. João Carlos, e um belo dia, por qualquer compromisso a que não lhe convinha faltar, teria de recusar o convite do patrão. Não querendo porém deixar de ser amável, como sempre, usou dum expediente que, ao ser conhecido do público, foi por muito tempo motivo de hilariedade para os angrenses. Ao surgir-lhe num domingo — o dia fatídico — a figura inconfundível do Sr. João Carlos, o Francisco levou a mão ao chapéu para o rasgado cumprimento habitual, mas, contra o costume, seguiu apressado seu caminho, justamente na ocasião em que o visado se aprontava para o tal «*convite*» que tamanho transtorno faria ao empregado no caso de ser aceite. Poucos passos tinha dado quando a voz do patrão se ergueu: — *Ó Sr. Canto e Castro! Ó Sr. Canto e Castro!...* Era impossível a um «*bem educado*», fingir ignorar o apelo, e por isso parou, voltou-se, e enquanto as mãos se apertavam amàvelmente, perguntou com a maior naturalidade: «*V. Ex. precisa de alguma coisa?*». Ao conhecer porém os desejos expostos, responde: *V. Ex. deve estar enganado. Eu sou o Raimundo...*». E recebidas as desculpas pela «*confusão*», acrescentou: «*Mas se V. Ex. o permite, eu comunico ao Francisco, logo que o veja...*». O Sr. João Carlos dispensou-o porêm do incómodo voltando até a pedir desculpa da intromissão que a «*semelhança*» entre os dois plenamente justificava afinal. E assim o Canto e Castro (Francisco) conseguiu escapar ao encargo intem-

pestivo, sem ofender o patrão e...sem infringir a Lei vigente.

Muitos episódios se contam,alicerçados na espantosa semelhança entre os dois irmãos gémeos. Tal tarefa excede os limites a que este trabalho se circunscreve, mas bem caberia a qualquer dos dois atingidos, pois a ambos como poetas e jornalistas de mérito, ela seria de fácil realização, e de sugestivo interesse até, para os muitos admiradores e amigos que contam no Arquipélago e entre os açorianos que nas duas Américas com os dois se integraram, vivendo a sua vida de emigrantes, sempre saudosos da Pátria.

João Carlos da Silva foi Consul do Brasil nesta cidade, tendo-lhe seu filho, Visconde de Agualva, sucedido no desempenho dessas funções, hoje também desempenhadas por seu neto, Carlos Baldaia Rego da Silva, funcionário aposentado da Junta Geral. Muito visitada por estrangeiros era a magnífica QUINTA DOS PRAZERES, na Terra Chã, dotada de um formoso jardim com grande lago ao centro, cascata e grutas em pedra de bagacina e extensos atalhos ladeados de arvoredo, entre o qual se podiam apreciar soberbos exemplares de flores exóticas. Do alto dum torreão se podia disfrutar também vasto panorama sobre as encostas verdejantes da Matela, tendo por fundo a magestosa SERRA DE SANTA BÁRBARA. No jardim se realizaram por vezes festas faustosas em que tomaram parte agrupamentos artísticos de renome, como o «*Orfeão de Angra*», sob a regência do P.e José d'Ávila, e outras dedicadas a visitantes ilustres pela Alta Sociedade Angrense.

VII

Casa de Jacinto Cândido

Assim chamada por ter sido seu proprietário o Conselheiro Jacinto Cândido da Silva (1), na 2.ª metade do Sec. XIX. Contudo, no Sec. XVII pertencia a Diogo da Fonseca Chacon, «*fidalgo de geração*» que em 1668 adquiriu o prédio junto (hoje da Caixa Económica de Angra) a Jorge Henrique Boticário e sua mulher Justa de Barros, conforme as notas de Manuel Ferreira, que foi tabelião de Angra desde os começos do Sec. XVII. Devia ter sido depois do Rev.º Jacinto Pereira de Lacerda, passando a «*João Alberto Rebelo e consorte D. Carlota*», por herança do tio deste, Vitorino José de Sousa. Em 1870 pertencia a D. Jesuina Margarida de Cortona(2).

Em 1872 estava inscrito em nome de Jacinto Cândido da Silva, em 1896 no do irmão João Carlos da Silva e em 1903 no do filho, Jacinto Carlos da Silva (Visconde de Agualva), tendo, por morte deste, passado aos herdeiros. Em 1940 foi adquirido por Augusto Martins de Ávila (alfaiate) passando depois ao filho Augusto Ferreira de Ávila, proprietário da Alfaiataria e Camisaria Ávila, no Largo Prior do Crato, à esquina da Rua Direita.

A Casa a que nos referimos acima, faz esquina da Rua Direita para a Rua da Sé e tem os n.ºs 139 e 141 daquela e 1, 3, 5 e 7 desta. A entrada é pelo n.º 139 da Rua Direita (actual Rua de Lisboa). No n.º 141 desta e 1, 3, 5 e 7 da Rua da Sé (hoje Rua da República)

estiveram estabelecidos: José de Paula Carvalho, com loja de Fazendas, e depois João Caetano Lourenço e João Crisóstomo Pereira, também com Fazendas. Nos n.os 141 e 1 e 3, Manuel Joaquim de Freitas teve uma Tabacaria, tendo-lhe sucedido, no mesmo ramo, José Correia Berbereia Júnior. Nos n.os 5 e 7 (hoje 3 e 5) estiveram, além dos acima citados, José Simões, que passou o estabelecimento a Armando Borges Ramalho & Comp.a hoje com o nome de CENTRO DE NOVIDADES, com Fazendas e Modas. Esta firma é também, em Angra, agente da Companhia de Seguros DOURO.

---

(1) — Jacinto Cândido da Silva nasceu em Angra aos 19 de Abril de 1856. Bacharel em Direito em 1881, foi professor do Liceu e Advogado nesta cidade. Na qualidade de Conselheiro do Distrito, exerceu as funções de Governador Civil. Foi Deputado em várias legislaturas, alcançando justos foros de parlamentar distinto e orador eloquente. Foi Par do Reino e fez parte do Governo presidido pelo Conselheiro Hintze Ribeiro, como Ministro da Marinha e do Ultramar. Tem o seu nome perpetuado numa das ruas da cidade natal (antiga Rua da Rosa) desde 27 de Fevereiro de 1895.

Faleceu em Lisboa em 26 de Fevereiro de 1926. As «MEMÓRIAS» que escreveu em Penamacor, nos últimos anos da sua vida, conservam-se ainda inéditas. Seu sobrinho, o Conselheiro Emídio Lino da Silva J.or, foi também Governador Civil de Angra, ao tempo da visita régia aos Açores, em 1901. Foi oficial do Exército e Eng.o Civil, tendo desempenhado, durante muitos anos, os cargos de Inspector de Incêndios e comandante do Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa. Pertencia-lhe a

«*Quinta da Nasce Água*» nos arredores de Angra, que transformou numa das mais belas residências de veraneio desta ilha e é hoje do comerciante José Adriano da Costa.

Jacinto Cândido da Silva habitava uma casa que possuía na rua que hoje tem o seu nome e faz esquina para a Rua Rio de Janeiro, oposta àquela em que se situa a Junta Geral e foi pertença do médico Dr. José Francisco de Freitas, que prestou serviço na Grande Guerra e foi professor da Escola Industrial e Comercial.

(2) — Era viuva de Francisco de Paula Carvalho e, por escritura de Setembro de 1870, arrendou à firma Campos Júnior & C.ª, da qual era gerente Alfredo Ferreira Campos, a loja da casa que possuia e era «*de sua habitação*» sita na Rua Direita e com entrada «*pela Praça da Restauração*» sita á esquina «*da mesma rua e Praça onde é situada a mesma casa*», sob o n.º 26 de polícia. A renda anual era de 60.000 reis e o arrendamento findaria «*em o último de Setembro de 1872*».

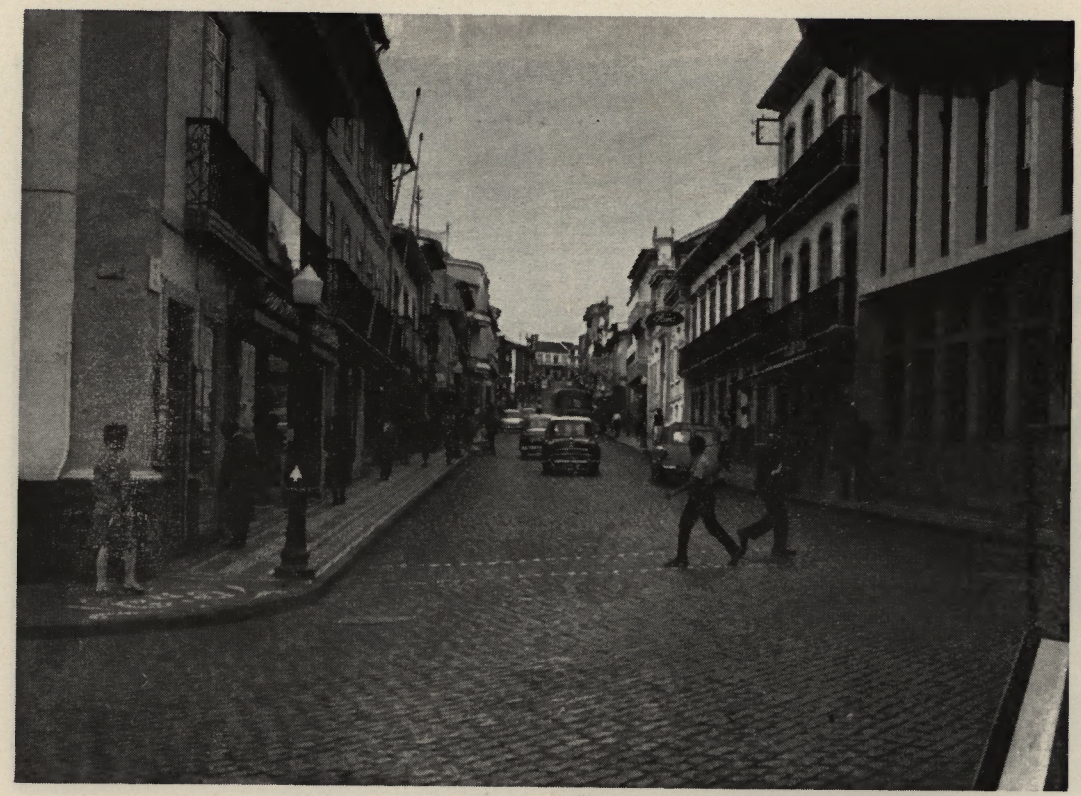
VIII

Casa da Caixa Económica

A Caixa Económica de Angra do Heroísmo foi criada em 28 de Dezembro de 1844 pelo Governador Civil de então, Conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt ([1]), tendo começado a funcionar em 3 de Março do ano seguinte numa das salas do Palácio dos Capitães-Generais, junto das Repartições Públicas. Os seus Estatutos porém, só foram aprovados em 6 de Outubro de 1849. Foi este organismo o precursor dos estabelecimentos congéneres no país, antes mesmo de haver qualquer legislação relativa a instituições desta natureza.

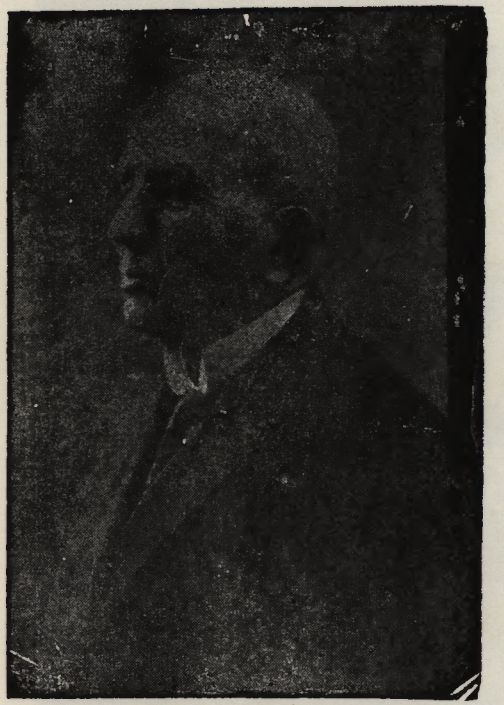
Tal era o prestígio do seu instituidor e dos accionistas por êle escolhidos, que o capital em depósito foi logo de tal monta que dispensou a emissão de acções para o seu funcionamento, pois a garantia ficara assim desde logo assegurada, tendo daí resultado este caso, certamente ainda inédito, de nunca ter havido qualquer dividendo a distribuir pelos sócios. Estes constituem a Assembleia Geral, onde os depositantes tem também seus delegados, a qual, em conjunto, elege os Corpos Gerentes, únicos que recebem uma gratificação anual, pouco mais que simbólica, como prémio de assiduidade.

As suas finalidades são as seguintes: - a) promover o progresso económico da Ilha Terceira; b) iniciar e desenvolver o espírito



Rua da República
(antiga Rua da Sé)
Vista da Praça da Restauração

Casa do Jacinto Cândido
Nos baixos a Loja do Crisóstomo



José Júlio da Rocha Abreu

Casa da Caixa Económica

Casa da Loja do Buraco
Antiga Ermida de S. João

de economia ; c) auxiliar as Instituições de Beneficência e as que concorrem para o aperfeiçoamento intelectual, moral e físico do povo terceirense; e d) favorecer e facilitar a organização de Instituições e Estabelecimentos que apliquem ou completem a sua acção social e económica.

Desde início tem sido respeitada e cumprida em toda a possível extenção, a letra dos Estatutos, pelo que a sua acção se tem feito sentir de maneira assaz notável em todos os sectores de actividade do Distrito.

Pelo Governo da Nação foi galardoada com o Grande Oficialato da Ordem de Instrução e Benemerência e considerada Instituição de Utilidade Pública.

Logo em 1896, dado o desenvolvimento verificado e a necessidade de garantir melhores condições de segurança, mandou construir uma «*Casa Forte*» para guarda de seus haveres. Foi a primeira, no seu género, construida nesta ilha.

Auxiliou largamente a construção do edifício da Cozinha Económica Angrense (a 1.ª dos Açores), fundada pela poetisa terceirense D. Maria Guilhermina de Mesquita, mãe do escritor e jornalista Alfredo de Mesquita ([2]), e subsidiou com vultosas somas algumas construções escolares. No bairro do Corpo Santo desta cidade, por sua iniciativa se construiram as primeiras «*Casas Económicas*», destinadas a operários, das quais hoje são proprietários, em condições assaz vantajosas.

Sendo directores, Eduardo Pereira Abreu e Frederico Lopes da Silva que faziam parte da Direcção desde 1920, e Emílio Borges de Ávila desde 1924, promoveu a reconstrução do Teatro Angrense, sob projecto e direcção do coronel Eduardo Gomes da Silva que o ampliou e dotou com importantes melhoramentos. Vendidas posteriormente as acções oportunamente emitidas para esse importante empreendimento, foram elas na sua maior parte adquiridas por Marcelo Pamplona que é dele Empresário há mais de 30 anos.

Em 1910 promoveu, com várias solenidades, a Comemoração Centenária da data do nascimento do seu fundador, Conselheiro Anastácio, inaugurando um retrato a óleo na Sala das Sessões e uma lápide na casa onde nasceu o ilustre terceirense, na rua a que pela Câmara foi dado o seu nome.

Em 5 de Maio de 1941, a Caixa adquiriu por 20 contos, a D. Francisca Dart de Castro, casada com José da Cunha Silveira, das Velas, a casa da rua Direita n.º 145 (à Praça), esquina da rua da República, para no local construir uma nova séde, o que não chegou a realizar-se, vendendo-a em 5 de Setembro de 1951, por 700 contos, à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, que ali instalou a sua Agência, depois de reconstruido o edifício nos moldes em que se encontra. Com o lucro obtido, melhorou notàvelmente o interior das instalações próprias.

Instituiu vários prémios a estudantes, dotes de casamento para internas do Asilo de Infância, etc., distribuindo anualmente por todas as Casas de Caridade do Distrito, nomeadamente Hospitais e Asilos, subsídios vários no montante de centenas de contos, que muito contribuem para auxiliar a sua manutenção, atingindo já alguns milhares de contos os que tem concedido desde a fundação. Na gerência de 1968, o saldo foi de 811 contos, elevando-se os fundos a 10 mil contos.

Em homenagem a José Júlio da Rocha Abreu ([3]), seu Presidente da Direcção durante muitos anos e notável impulsionador da sua prosperidade, promoveu a Caixa Económica de Angra (que o povo conhecia por «*Caixa do Senhor José Júlio*», tal o prestígio que esse nome lhe emprestou) uma sessão solene na sua séde, inaugurando-lhe um retrato a óleo, da autoria do pintor açoriano Domingos Rebelo, o qual, ao lado do fundador da Caixa, eleva bem alto o nome dos seus dois grandes beneméritos. Foi também criado um prémio com o nome do homenageado, para ser anualmente atribuido ao internado do Orfanato do Beato João Baptista Machado que mais se distinga no estudo durante o ano lectivo.

Nos baixos têm estado instalados alguns estabelecimentos comerciais, entre os quais destacamos a famosa Pastelaria do «*Francisquinho das Flores*», célebre pela confecção de doces regionais, e a «*Pastelaria Braz*», de Armando Braz, que do pai, Manuel Braz, herdou a «*Padaria Santo Cristo*», sita ao Cruzeiro, onde fabricava bolachas e biscoitos, alguns tipos de massas alimentícias e a famosa «*massa sovada*» que, pelo Espírito Santo e

pela Páscoa, no estabelecimento se vendia em conjunto com frutas secas e cristalizadas.

A Pastelaria foi adquirida a Armando Braz pelo primeiro empregado deste, Rufino Maria Fernandes, continuando com o mesmo ramo de comércio até que, alguns anos depois se estabeleceu com loja de Fazendas, adquirindo, para ampliação da mesma, (pois lhe ficava anexa), a oficina de Barbearia, de Manuel Vieira Coelho (Gibinha), denominada «*Barbearia Central*», dando sociedade a Manuel Adriano da Costa. Dissolvida esta em 31 de Dezembro de 1962, ficou apenas com a parte pertencente à Caixa Económica. Tendo falecido em 12 de Março de 1963, continua o estabelecimento a funcionar sob a firma «*Rufino Maria Fernandes (Viúva de)*» com a denominação de LOJA MODERNA. Na parte de Leste está situada a LOJA FELISBERTO, também com Fazendas.

Estes dois últimos estabelecimentos estão modernizados, dispondo de óptimas instalações.

Não conseguimos encontrar documento comprovativo da data precisa em que a Caixa Económica de Angra adquiriu o actual edifício, mas podemos afirmar que só depois de 1874, pois a 11 de Junho deste ano ainda a sua séde era no Largo Prior do Crato (vid. Escritura do Tabelião Pires Toste). Contudo, no ano seguinte, em 12 de Agosto, nas notas do tabelião Nicolau Moniz de Bettencourt se diz que tinha sido comprado o domínio pleno dos prédios n.º 30 e 1196 (fls. 57 v. do Liv. B, 1.º e a fls. 26 v. do Liv. B, 7.º) os quais pertenciam a João Rebelo e s/mulher D. Carlota Quintanilha de Rebelo, pelo preço de 500$000 reis. Portanto, e alvo outro documento comprovativo de mais segura data, a casas só teria sido adquirida 31 anos após a fundação da Caixa, isto é, em 1875, quando era Presidente da Direcção Joaquim Teixeira Brasil.

Por notas do tabelião Manuel Ferreira, de 3 de Novembro de 1612, sabe-se que neste ano a casa pertencia a Jorge Henrique Boticário e sua mulher Justa de Barros, segundo reza uma escritura de 25 de Junho de 1668, em notas do tabelião de Angra, Francisco de Sousa, que fala de um Diogo da Fonseca Chacon «*fidalgo de geração e cidadão desta cidade*» (4) que nesta data remiu um censo

de três mil reis que se pagava à «*Casa da Santa Misericórdia*» e era imposto «*em duas casas telhadas, altos e bajxos cõ seu quintal, cittas na rua que vay da prasa p^a^ See, antes de chegar á irmida de S. João*», e que não podem ser outras senão a da actual séde da Caixa e a que lhe fica a poente, pois nas confrontações se lê: «*N.—rua da Sé*; *S.—com quintal e casas de Pedro Alvares Pereira*; *e Ponente — com casas do Rev.º Jacinto Pereira de Lacerda*», confirmando que estas confrontações são as constantes das notas de *Manuel Ferreira o velho tabelião dito que dellas foi nesta cidade e termos della em os 3 dias do mes de Novembro de 1612 anos*».

A casa fora adquirida por João Rebelo a D. Bernarda Lucinda Soares Borges, viuva do capitão da marinha mercante Custódio José Borges e outros herdeiros (Vid. CASA DO FARTURA). Tem hoje o n.º 11 da Rua da República.

---

(1) — Nasceu a 14 de Fevereiro de 1810 na casa onde, cem anos depois, seria aposta a lápide comemorativa. Quando estudante em Coimbra onde se matriculou em Filosofia e Matemática, incorporou-se no Batalhão de Voluntários Académicos. Combateu na Beira contra os realistas de Chaves e desembarcou em Angra com imigrados de Inglaterra. Depois de ter tomado parte no combate de 11 de Agosto de 1829 na Vila da Praia, embarcou para o Porto com o «*exército libertador*». Implantado o «*Constitucionalismo*», foi nomeado Governador Civil de Ponta Delgada, Aveiro e depois Angra, onde, a par da Caixa Económica, fundou o Asilo de Infância Desvalida. Era poeta e escritor. Foi fidalgo cavaleiro da Casa Real, Comendador das Ordens de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa e de Cristo, e Cavaleiro de outras Ordens. Faleceu na noite de 6 para 7 de Março de 1874,

contando portanto 64 anos. Era filho do Dr. Anastácio de Bettencourt e de D. Ana Jacinta de Bettencourt Pita.

(2) — Alfredo Mesquita nasceu em Angra a 19 - 7 - 1871 e faleceu em Paris a 20 - 5 - 1931. Foi aluno do Liceu de Angra, tendo depois partido para Lisboa onde, sendo secretário da Escola Naval, iniciou a sua vida literária como jornalista e escritor. Foi redactor da «*Democracia Portuguêsa*», da «*Revista Ilustrada*», do «*Jornal do Comércio*» e do «*Diário de Notícias*». Na revista «*O Ocidente*» sucedeu, como cronista, a D. João da Câmara. Foi delegado da Associação dos Jornalistas de Lisboa aos Congressos da Imprensa em Itália, França e Suíça. Estreou-se nas Letras com um estudo sobre Júlio César Machado e publicou: *Vida Airada* (1884), *De Cara Alegre*, *Cartas da Holanda*, *Portugal Moribundo*, *Terras de Espanha*, *Lisboa*, *A Rua do Ouro*, *A América do Norte*, etc. De colaboração com Joaquim de Meneses escreveu «*Os Binóculos*» e, com Câmara Lima, tambem escritor terceirense, a revista «*Na ponta da unha*», para o Teatro da rua dos Condes. Em 1911 iniciou a sua carreira diplomática, sendo nomeado Consul em Durban e depois em Orense, Melburne, Constantinopla, Roma, Nova Iorque, Hamburgo e Paris. Passado tempo fixou residência em Paris onde conviveu com João Chagas, nosso Ministro naquela cidade. Era amigo íntimo de Alfredo de Mendonça e, sempre que este se deslocava a Paris, o que fazia frequentemente, hospedava-se no hotel «*Montaigne*» de que A. Mesquita era co-proprietário e no qual viveu até ao falecimento.

(3) — Nasceu em 13 de Janeiro de 1857, na freguesia da Sé desta cidade. Aos 18 anos já seu pai, Bento José de Matos Abreu, o associava à sua importante casa comercial, na gerência da qual, segundo dizia, «*era o seu braço direito*». Três anos depois, ou seja com 21 anos, em 25 de Fevereiro de 1878, era inscrito sócio da Caixa Económica. De 1892 a 1913, durante 21 anos portanto, fez parte da Direcção, tendo a Assembleia Geral de 29 de

Março de 1914 lamentando profundamente o seu afastamento voluntário e apenas por razões inteiramente de ordem particular, pois nunca, até à morte, deixou de prestar à útil instituição o seu generoso e devotado concurso. Muitas das iniciativas em auxílios prestados foram de sua inspiração, entre os quais avultam: a reconstrução de uma enfermaria no Hospital de Santo Espírito à qual se deu o nome de Anastácio de Bettencourt, fundador da Caixa; a instituição de vários prémios anuais a estudantes, um dos quais tem também o nome do fundador daquele estabelecimento; auxílios de natureza vária a outros empreendimentos de beneficência, como os que foram concedidos para a construção da Cozinha Económica Angrense, etc.

(4) — Quem era Diogo da Fonseca Chacon? Não conseguimos encontrar qualquer documento que nos elucidasse. A Enciclopédia Luso-Brasileira fala-nos dum Fernando da Fonseca Chacon, médico português do sec. XVIII, que nasceu em Pinhel em 30 de Novembro de 1680, sabendo-se que ainda vivia em 1747. Formou-se em Lisboa e ali exerceu clínica. A família era nobre e oriunda de Espanha, mas vivia há muito em Portugal. Fernando tinha mais irmãos e portanto possível era que Diogo fosse um deles, ou da família daquele, pois em Angra, onde vivia, era considerado, como já dissemos, «*fidalgo de geração e cidadão desta cidade*». Seria assim dos muitos que na Terceira se fixaram após a vitória do Marquês de Santa Cruz.

Sucede ainda que, durante o cerco do Castelo de S. Filipe, em 1641, aparece um João da Fonseca *Chalon* (sic.) que organizou à sua custa uma companhia, instalando artilharia no reduto denominado «*de S. João*», ao Matadouro, entre o cais da Alfândega e o Porto de Pipas, reduto ocupado depois pelos ingleses, abandonando o que estes haviam construido acima da igreja de St.ª Luzia «*em terras de Luiz Pereira*», como consta do estudo do Major Miguel Araújo, intitulado «*A Res-*

tauração na Ilha Terceira», publicado no Boletim do I. H. I. T., n.º 18, pág. 63.

O padre Sotto Mayor, em «*Alegrias de Portugal*», ao mesmo se refere nos seguintes termos: «*Neste dia foy feito capitão Im.º d'Afonsecca Chalon de gente q̃ mandou faser na Graciosa, e S. Jorge, tirando uma companhia muy boa, e concertada, á que assistio com toda a uontade, animo, e brio que pode auer nũ bom capitão. P.ª o seu Reducto ao matadouro chamado S. Im.º se passarão os Ingreses do seu antiguo.*»

Não é de admirar que se encontre um descendente de espanhois entre os atacantes do Castelo, pois o próprio capitão João de Ávila o foi. E do nome daquele se infere que de espanhois provinha. Também não pode espantar-nos o facto de aparecer deturpado o seu nome, porque era isso vulgar, mesmo entre os portugêses, da ilha naturais. Portanto será de admitir que, em vez de Im.º d'Afonsecca *Chalon*, se chamasse João da Fonseca *Chacon*, e já não custará admitir que fosse parente, próximo ou afastado, daquele Diogo da Fonseca Chacon «*fidalgo de geração e cidadão desta cidade*», tanto mais que o seu comportamento nesta «*guerra*» foi de molde a merecer os honrosos epítetos com que o padre Saa Sotto Mayor classifica a sua acção combativa, de que são prova evidente os 9 mortos e 25 feridos que sofreu a guarnição de seu comando. Comportara-se de facto como um «*fidalgo*» e era sem dúvida pessoa de «*teres*» pois sustentou à sua custa uma companhia de 80 homens «*muy boa e concertada*», construindo um «*Reducto*» a que não faltava a artilharia.

De toda a maneira porém, e infelizmente, a dúvida continuará a subsistir por falta de documentos comprovativos. Nem em qualquer documento da história da Ilha nem na relação dos «*particulares*» que vieram na armada do Marquês de Santa Cruz, em 1583, nem anteriores ou posteriores a esta data, figura qualquer dos apelidos espanhois *Chacon* ou *Chalon*.

IX

Depósito do Senhor Emílio

Assim é conhecida a casa que se situa entre a da Caixa Económica de Angra e a que foi a antiga ERMIDA DE S. JOÃO. Pertencia ao Rev.º Jacinto Pereira de Lacerda e nos baixos dela esteve instalada a BARBEARIA CENTRAL de Manuel Vieira Coelho, por alcunha «*Gibinha*», a qual foi depois incorporada na loja de Fazendas de Rufino Fernandes e Manuel Adriano, atrás referidas, sendo, após a dissolução da Sociedade, transformada na LOJA CONTINENTAL, sendo-lhe depois anexada pelo proprietário, sob o mesmo prédio, uma secção de Sapataria. No local ocupado por esta, esteve anteriormente instalada uma loja de Fazendas (especialmente pano crú e linhas) de João Coelho Ribeiro, por alcunha «*Coelho dos Limões*», pelo facto de nela vender também destes citrinos. João Coelho era habitual arrematante de salvados dos navios que davam à costa (o que no tempo da navegação à vela era assaz frequente), pondo-os à venda, sobretudo as madeiras, nos terrenos sitos à Rocha, onde mais tarde havia de ser construido o «Jardim dos Cortes-Reais».

A designação que a gíria popular atribuiu ao edifício, resulta do facto de nele se terem instalado, há muitos anos, o depósito de fazendas e escritório da firma EMÍLIO BORGES d'ÁVILA & IRMÃO, sucessora dos estabelecimentos de Bento José de Matos

Abreu que lhe ficavam fronteiros. O próprio estabelecimento de Emílio Borges d'Ávila & Irmão era conhecido, e ainda o é presentemente, por LOJA DO SENHOR EMÍLIO, por ser este quem, desde início, se encarregava da gerência comercial, sendo seu irmão Manuel quem tinha à sua conta a escrituração, feita numa das dependências do 1.º andar do prédio referido. Os dois irmãos ÁVILA foram empregados da Casa Bento José de Matos Abreu, assim como alguns outros que depois na cidade se estabeleceram por conta própria e ao diante se mencionarão.

X

Capela de S. João Baptista

As festas baptistinas iniciaram-se em Portugal com a fundação da nacionalidade, e de tal modo se arreigaram na devoção dos portugueses que, no reinado de D. João II (fins do séc. XV) tiveram consagração oficial, ordenando o rei que, para mais condignamente ainda as ilustrarem, se organizassem cavalhadas em que os homens bons, saindo das vilas, com a bandeira real à frente, fossem ouvir missa a uma ermida distante da cabeça do concelho, mas termo dele.

Logo após a elevação a cidade da Vila de Angra (1534), os fidalgos e a plebe passaram a rodear as festas de maiores esplendores, fazendo assim jus ao que o Papa Júlio II preconizara aos católicos de todo o mundo, para celebração da glória alcançada pelos Hospitaleiros de Rhodes contra a armada turca. E assim, irmanadas as duas classes — Nobreza e Povo — no mesmo entusiasmo e devoção, lhe foram dando cada vez maior relevo, a ponto de delas se escrever nos fins do século: — «*Admiravam-se os forasteiros que então se achavam em Angra, em tal forma, que disseram a voz pública que não poderia ser crido em parte alguma do mundo a muita riqueza que possuia em si a cidade de Angra; e não faltaram alguns que foram de opinião que se não havia mostrar aqueles tão grandes cabedais em tanta publicidade em terra*

onde residiam moradores tantos estrangeiros de várias e diversas nações e ainda em tempos de inimigos tão poderosos como eram os castelhanos» (1).

Foi a meados do Séc. XVI (1556 ?) que o nobre fidalgo terceirense João Vieira, «*O Velho*» (2), ao deixar os altos cargos de Juiz Ordinário e Presidente do Senado Angrense, mandou edificar à sua custa, na esquina da rua da Sé para a que depois foi chamada de S. João, no sítio onde hoje se encontra instalado o estabelecimento comercial da firma Vidal & Comp.ª, Suc., uma pequena capela devotada a S. João Baptista, patrono dos fidalgos portugueses, na qual tinha sua séde a «*Confraria dos Cavaleiros*», razão por que o padre Cordeiro chama, na sua «História Insulana», àquela imagem, «*S. João Baptista dos Cavaleiros*» (3).

O historiador terceirense J. J. Pinheiro (4) assim no-la descreve: — «*Demorando num primeiro andar sobradado era esta capela devassada da parte da rua por um arco de volta inteira, enquanto que pela banda da rua da Sé era vista por outro arco de iguais dimenções. De ambas as ruas, pois, se observava o altar que se erguia no fundo deste pequenino edifício religioso onde, por alguns séculos tão festejado foi o filho do incrédulo Zacarias, o preclaro precursor do Divino «Agnus Dei»*.

No interior, ao jeito de ábside, abria-se no 2.º piso uma varanda circular que dava para as sacadas exteriores, duma das quais o celebrante distribuía aos cavaleiros a sagrada comunhão que eles recebiam, descobertos, erguidos sobre os estribos, desfilando com solenidade, ladeados por págens e escudeiros, enquanto o povo , ajoelhado, se comprimia na confluência das duas artérias, admirando a magnificência das vestes e o solene desenrolar das cerimónias. O próprio Bispo da Diocese, D. Hierónimo Teixeira Cabral, a estas festas assistia, também montando a cavalo, à frente do imponente cortejo (5).

Após os calamitosos acontecimentos de que a ilha foi teatro, vencida a tenaz resistência oposta durante mais de dois anos aos invasores castelhanos, as festas entraram em declínio. E embora, no séc. XVII, a vitória da Restauração lhes tivesse dado certo impulso renovador, não voltaram a atingir a grandiosidade do passado. O saque imposto durante três dias à cidade pela soldadesca,

ávida de riquezas e dementada pela vitória, fez desaparecer muitas das preciosidads que se estadiavam naquelas festas esplendorosas. A miséria e o luto atormentavam a população, enquanto as prepotências de toda a ordem a que estava submetida faziam diminuir e mesmo eclipsar toda a alegria em que nestas festividade costumava expandir-se, a ponto tal que, no séc. XIX, a ermida foi profanada (6).

Do jornal «*O Escudo*», de 6 de Junho de 1819, trancrevemos: — «Tendo sido legalmente julgada interdita a ermida de S. João, sita na rua denominada do mesmo Santo, sufraganea à Sé desta cidade d'Angra do Heroismo, não só pela sua incapacidade e indecencia para nela se celebrar a festividade do orago, a que costumam concorrer inumeraveis fieis, com o desgosto, porém, de assistirem á festa no meio da rua publica, ouvindo o sermão prégado de uma janela para a mesma rua com grave indecencia e irrisão, em menoscabo da religião, mas tambem por se achar ultimamente *de facto profanada com o escandaloso estabelecimento de uma taberna pública*, pareceu de suma necessidade para afervorar a devoção, que a imagem do mesmo santo fôsse exposta nesta cidade ao culto publico dos imensos devotos que costumam concorrer a venera-la; por isso se faz publico que a imagem de S. João vai ser colocada no magestoso templo da Sé Catedral desta cidade, para ali se lhe celebrar novena, vesperas, missa cantada e sermão, com toda a solenidade, afim dos fieis poderem devidamente satisfazer a sua devoção e votos, para o que estará a igreja aberta em quanto houver concorrencia de povo na véspera e dia da sua festividade».

Posteriormente, mas ainda no século findo, a firma comercial Matos & Abreu, abriu no local um estabelecimento de fazendas, a que o povo denominou «*Loja do Buraco*», justamente porque, no seu interior, conservava a galeria circular da antiga ermida, embora tivessem feito desaparecer os dois arcos de pedra da frontaria e todos os demais ornatos da capela. Esse estabelecimento passou depois à posse do antigo empregado de Bento José de Matos que da firma se separou em 1870, António José Leite, sendo mais tarde trespassado ao comerciante Francisco José da Costa Vidal, adquirido para ampliação do que, contíguo

a este pelo Sul, possuia na referida rua e se denominava «*Loja Vidal*». Foi nessa altura que desapareceu o nome de «*Loja do Buraco*» que podia ler-se nas duas fronteiras, da Rua de S. João e da Rua da Sé, figurando nelas hoje o nome da nova firma proprietária.

---

(1) — Jornal «A União», de 5 de Janeiro de 1881.

(2) — Os VIEIRAS passaram à ilha Terceira no século XV, na pessoa de Diogo Álvares Vieira, o qual era de nobre estirpe. Fundou na antiga igreja de S. Salvador a Capela de Jesus, onde foi sepultado. Casou com Beatriz Camacho, tambem ali sepultada, da qual houve oito filhos. João Vieira — O Velho — era o primogénito. Foi juiz Ordinário em Angra, cargo que exercia em 1544. Instituiu um importante vínculo com capela sob a invocação de S. João Baptista. Casou duas vezes; a primeira com Catharina M. Carneiro e a segunda com Leonor de Boim, havendo do 1.º matrimónio um filho e uma filha, e do 2.º dois filhos e uma filha, sendo o primogénito do 2.º casamento, Diogo Fernandes de Boim, senhor e administrador do vínculo de seu pai, e instituidor também de um vínculo nesta ilha, onde casou com Maria Rodrigues Valadão. Diogo veio para a Terceira com os primeiros povoadores.

(3) — A «Confraria» deve ter tido início alguns anos antes de 1534, pois segundo diz Drumond (Vol. IV, pág. 76, nota 1) duma «*Justificação*» de 1614, constava haver mais de 80 anos que os fidalgos de Angra tomaram compromisso de solenizar com festejos públicos o dia de S. João Baptista. À acção negligente desta Irmandade porém, se deve, pelo menos em parte, o desaparecimento quase

total destas solenes festividades, sendo por isso criticada num dos «*Bandos*» que costumavam percorrer as ruas, precedendo as ditas festas, e que um arauto lia em voz alta por toda a cidade, de sobre um carro enfeitado («*O Carro das Faias*»). Dizia assim:

«Havia nesta terra uma Irmandade
Que por tempos não fez caso do santo;
Mas a sempre leal nobre cidade
Que nunca dada foi a susto, a espanto,
Encontrou quem dissesse: isto é chalaça!
Por força se farão festas na praça.

Devia ser assada a fogo lento
A Irmandade, pelo bom do S. João;
Bem merecia expiar esse tormento
A sua pouca ou nenhuma devoção.
Mas deixá-lo, rapazes, e vá feito
Que inda havemos fazer coisa de geito.»

(4) — In. «*Épocas Memoráveis*», Vol. III, pág. 92 a 95.

(5) — O Cónego Augusto Pereira, em «*A Diocese de Angra*» em referência à acção deste Bispo (o 9.º da Diocese), cujo governo exerceu entre os anos de 1600 a 1612, diz: «*Obrigava os Capitulares a acompanharem-no, todos montados em cavalos, para assistirem, da rua, como faziam os fidalgos da terra, à festa de S. João Baptista, que se celebrava na respectiva capela, ao canto em cima da rua de S. João, em Angra...*»

(6) — Dessa Capela e Vínculo era senhor e administrador, em 1837, João Sieuve de Seguier Camelo Borges, como consta de um documento citado por Carcavelos no seu «*NOBILIÁRIO*» (vol. III pág. 198), datado de 27 de Fev.º do mesmo ano, em que diz: «... *A mesma Capela, por ser particular e exclusivamente da mencionada Instituição, foi sempre izenta da Parochia, e assim se conservou athé o presente, sem ter applicação, ou uzo algum*

Publico, excepto nos dias 24 de Junho de cada hum anno, em que nella se celebra a Festividade de S. João Baptista por ordem, e custo dos Administradores, que a esse fim paramentão a Capela com a devida decencia. (§) Nestes termos nenhum motivo, ou razão pode haver para que a Festividade do Santo seja mudada para outra alguma Capella ou Igreja, e menos para que eu seja perturbado na posse em que por mim e meus Antecessores estou ha 281 annos inalteravelmente...», o que nos revela ter sido a dita Capela erguida no ano de 1556.

A imagem do santo, segundo o mesmo autor, encontrava-se ainda na posse da família Seguier, no ano em que foi publicado o III vol. daquele Nobiliário (1945).

(7) — Era natural da cidade do Porto, tendo vindo para a Terceira com a idade de 13 anos, onde ingressou na vida comercial como empregado de Bento J. de Matos Abreu. Desde muito novo se dedicou como amador à arte fotográfica, sendo o primeiro a mandar editar postais ilustrados com vistas e costumes da Terceira, criteriosamente escolhidos, bem como monumentos e obras de Arte, constituindo ainda hoje, as colecções de clichés que se encontram no Arquivo Distrital de Angra, precioso repositório de documentos vivos de um passado que, ano após ano, vai sofrendo a corrupção imposta pelo crescente progresso, pouco ou nada deixando das relíquias de antanho. Quase todos os fotógrafos, profissionais ou amadores, que no seu tempo existiram e ainda felizmente subsistem, foram seus discípulos, dele recebendo o influxo de entusiasmo pela Fotografia, e pode dizer-se que nenhum deles envergonha a sua memória, porque, a grande maioria pelo menos, sobrepõe a Arte ao interesse comercial, reservando à propaganda e ao serviço da Ilha o seu melhor cuidado e, quantas vezes, o seu trabalho gratuito. A LOJA DO BURACO mereceu sempre a consideração e o apreço da melhor sociedade angrense, nela se reunindo também, para o cavaco, alguns dos valores mais salientes nas Letras e no Jor-

nalismo de então, como o Dr. Lino, José Sebastião de Castro, Manuel Borges d'Ávila e tantos vultos de relevo que, viajando pelos Açores, ali procuravam informes detalhados do que mais interessava conhecer e apreciar nesta Ilha que ficou sendo, para José Leite, a sua segunda pátria, a tal ponto se lhe votando que como terceirense era considerado pela maioria da população. De fino trato, modesto em extremo, deu o melhor de seu concurso, sempre honesto e desinteressado, a vários cargos públicos e Associações, quer de carácter beneficente quer recreativo, às quais nunca negou o seu contributo, cumprindo com a maior assiduídade e escrúpulo, os deveres que se lhe impunham. Assaz conhecido, estimado e respeitado pela população rural, era solicitada e até disputada a sua presença em todas as festas populares, não havendo casamento, função ou tourada de mais renome, que não ficasse o assunto registado nos seus clichés, correndo mundo depois pela mão dos emigrantes que das famílias recebiam os postais ilustrados, como vínculos de grata e saudosa lembrança, da terra e das gentes que cá ficaram e assim contribuiam para em todos aguçar o desejo duma visita breve, após tão longa ausência. Não deixava porém escapar qualquer pormenor de interesse encontrado, quer no âmbito da festividade quer no trajecto ocorrido, e daí o valor indiscutível das colecções que deixou, sendo apenas de lastimar que não se encontrem completas, pois constituiriam um repositório magnífico de documentos, impossíveis já de obter nos tempos presentes.

A firma *Matos & Abreu* havia sido fundada em 6 de Junho de 1864 e era constituída pelos dois comerciantes, Bento José de Matos e Bento José de Matos Abreu, este «*senhor e possuidor de uma casa de três pavimentos, sita na rua de S. João desta cidade, número 25 de Polícia, a segunda ao nascente para quem vem da rua da Sé pela dita de S. João, e que pelo Norte confina com casa dele outorgante, que foi outrora capela de S. João*». Após a

separação da Firma, Bento José de Matos ficou com a loja de arrendamento «*pelo preço de 120.000 reis por ano*», com a seguinte cláusula: que o arrendamento cessará antes do praso de quatro anos estipulado no contrato, «*se ele primeiro outorgante tiver precisão de fazer obras na casa, demolindo-lhe a fronteira*». Neste caso terá Matos Abreu de avisar «*seis meses antes o segundo outorgante para despejar a loja e haver-se o arrendamento por vencido*», o que certamente teve de suceder, porque Bento José de Matos foi estabelecer-se na Rua da Sé, esquina da Rua Duque de Palmela (Vid. CASA DO BICO ROXO). Seria então que a LOJA DO BURACO como já então era conhecida, tivesse tido a sua consagração oficial, ostentando o nome nas duas «*fronteiras*» da casa, para a Rua da Sé e para a Rua de S. João, como se pode ver na gravura.

XI

Casa do Moutinho

Foi propriedade de Luiz Meireles do Canto, fidalgo cavaleiro da Casa Real (1). Nela residiram, «*desde 23 de Maio de 1830 a igual data de 1836*», Arão Ben Ayon e seu irmão Moisés (2).

Vem citada em documentos notariais como «*morada de casas nobres*» (3) e tinha o n.º 187 da Rua de S. João (em frente à ermida).

Arão Ben Ayon esteve associado com Jacob Bensaúde (4), estabelecido em Angra nos começos do Séc. XIX e falecido em Lisboa no ano de 1826, data em que foi dissolvida a sociedade (5).

O estabelecimento situar-se-ia nos baixos da casa em que os dois irmãos residiam. Mais tarde, não só o estabelecimento como todo o edifício, foram adquiridos por Manuel Rodrigues Moutinho, que o comerciante Bento José de Matos Abreu trouxera do Continente para empregado da sua casa comercial. Depois de lhe ter mandado ministrar conhecimentos da língua inglesa, era encarregado de ir à Inglaterra fazer os fornecimentos de fazendas para o importante estabelecimento. Estabeleceu-se mais tarde por conta própria, associado primeiro a seu irmão Abel Rodrigues Moutinho, sob a firma Moutinho & Irmão, e depois individualmente, montando uma loja nos baixos da casa da Rua Direita, esquina para a Rua da Sé (6), onde hoje existe o estabele-

cimento de fazendas denominado «*Centro de Novidades*», pertencente a Armando Borges Ramalho, após a extinção da firma José Simões & C.ª a que pertencia, e a Tabacaria Berbereia, dali se transferindo para a casa da Rua de S. João, com esquina também para a Rua da Sé, ocupando todos os baixos do edifício. A parte Sul, onde hoje se encontra a ourivesaria de Emílio Borges de Avila & Irmão, Suc., era destinada a depósito de fazendas. Todo o piso superior foi ocupado pela residência particular.

Tendo-se visto forçado a liquidar o estabelecimento, por dificuldades de ordem económica, todo o prédio foi adquirido por Amadeu Monjardino (7), comerciante e industrial desta cidade, que, associado a António José Leite, proprietário da Loja do Buraco (Vid. ERMIDA DE S. JOÃO) ali se estabeleceu por alguns anos, abrindo, na parte correspondente ao antigo depósito, a primeira Ourivesaria de Angra e uma secção de louças, papelaria e artigos fotográficos. Por liquidação forçada da referida firma, foi a Ourivesaria adquirida por Emílio Borges de Avila & Irmão, e o estabelecimento de fazendas por Vidal & Comp., tomando então o nome de «CASA DA MODA». O estabelecimento de louças e artigos fotográficos ficou na posse do sócio José Leite e, de seus herdeiros, depois do seu falecimento, mais tarde tendo sido adquirido pela firma Vidal & Comp. Suc. e integrado na CASA DA MODA, também com ourivesaria.

O edifício pertence hoje ao filho mais novo de Amadeu Monjardino, médico Dr. Augusto Pamplona Monjardino (8) que ali tem, a par da residência, o seu consultório, com gabinete de Raios X anexo.

---

(1) — Maço n.º 294, da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra. In. «*Hebraicos*», pág. 67, nota.

(2) — Op. cit. pág. 67.

(3) — Idem, idem.

(4) — «*A Vida de José Bensaúde*» por Dr. Alfredo Bensaúde. Cit. op. ref. pág. 65 e 66.

(5) — «*Hebraicos*», pág. 63, nota 3.

(6) — Informação gentilmente prestada por sua filha, Sr.ª D. Henriqueta Maria de Meneses Moutinho Cardoso, residente em Lisboa.

(7) — Era filho do Conselheiro Monjardino, figura de relevo no meio social e político de Angra, onde desempenhou elevados cargos, como o de Governador Civil e outros. Amadeu Monjardino foi, além de Industrial e Comerciante, Presidente da Câmara Municipal e Deputado. Seus irmãos, Augusto e Jorge, foram Médicos dos mais distintos do País, na primeira metade deste século. Deles damos, em breves apontamentos, algumas notas biográficas.

AUGUSTO MONJARDINO — Professor Catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa, Cirurgião dos Hospitais Civis de Lisboa e Director da Maternidade Alfredo da Costa, nasceu em Angra a 3-3-1871 e faleceu em Lisboa a 6-7-1941. Formou-se em 1899 e foi promovido a lente substituto em 1910. Foi Inspector Geral de Higiene Hospitalar, Vice-Presidente da Assembleia Nacional em 1911, Reitor da Universidade e membro honorário da Academia Médica do Rio de Janeiro. Tinha a medalha de ouro dos Hospitais Civis de Lisboa e presidiu à Comissão Administrativa encarregada de construir a Maternidade Alfredo da Costa, inaugurada em 5-12-1932. Publicou: «*Da Conservação em Ginecologia*» e «*Sobre Cirurgia dos Ureteres*» que constituiram teses para Concursos. Realizou Conferências e Comunicações Científicas em Portugal e Brasil. Era sócio da Sociedade de Ciências Médicas e da Associação dos Médicos Portugueses. No Arquivo Distrital e Museu de Angra guarda-se o seu precioso espólio.

JORGE MONJARDINO — Médico, Professor universitário, Conferencista e Publicista, nasceu em Angra a 29-5-1885 e faleceu em Lisboa a 24-6-1940. Foi um dos alunos mais premiados do seu curso, obtendo em

algumas cadeiras nota de «*accessit*» e recebendo os prémios «*Câmara Pestana*», «*Abel Jordão*» e «*Sousa Martins*». Em 1910 obteve o diploma de «*medicæ doctor*» para o Estado de Massachussetts (E. U. A.). Foi assistente de Clínica Cirúrgica na Faculdade de Medicina de Lisboa. Nomeado em 1914 Cirurgião do Exército Português, fez parte da expedição a Moçambique em 1914/15 e da missão médico-militar a Inglaterra e França. Foi incorporado no Corpo Expedicionário em França em 1916/17. Após a Grande Guerra foi para o Brasil onde permaneceu doze anos, ali prestando altíssimos serviços na Obra de Assistência aos Portugueses Desamparados. Fundou a Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Brasil e orientou a construção do Hospital «*Visconde de Morais*» e a Clínica de Mulheres da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Em 1932 foi nomeado chefe de Clínica de Ginecologia da Maternidade Alfredo da Costa. Era agraciado com as medalhas Comemorativa do C. E. P., da Vitória, da Cruz de Guerra (portuguesa e francesa) e Oficial das Ordens de Cristo, Santiago e Avis, Cruz Humanitária, etc.. Foi membro honorário da Academia Nacional no Rio de Janeiro, sócio fundador da Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Brasil, Vice-Presidente da Obra de Assistência aos Portugueses Desamparados, sócio correspondente da Sociedade de Médicos e Cirurgiões de S. Paulo e membro da Ass. Française de Chirurgie de Bruxelles. Foi Director da revista «*Imprensa Médica*». Publicou variadíssimas obras e estudos médicos em Portugal e no Brasil, deixando vasta colaboração em revistas da especialidade.

O seu espólio científico e literário encontra-se em depósito no Arquivo Distrital de Angra.

(8) — *AUGUSTO PAMPLONA MONJARDINO* — Médico, Delegado de Saúde, Director do Dispensário da A. N. T., tem prestado valiosos serviços à Assistência local, rece-

bendo louvores oficiais e a gratidão das classes pobres de toda a ilha e das restantes ilhas do Distrito que nele encontram sempre desvelado amparo. Tem tomado parte em vários Congressos, tanto nacionais como estrangeiros. Seu filho, continuando as tradições familiares, tem-se distinguido nos estudos universitários, cursando também Medicina.

XII

Casa do Adão [1]

Era de João Toste Parreira e depois de seus herdeiros e tinha o n.º 19 de Polícia.

Pertenceu ao Visconde de Pereira Machado e passou a seu herdeiro Cesário Marques da Silva. Adquirida por António de Sousa Adão, nela se estabeleceu com negócio de fazendas. Na parte do Poente, seu irmão Joaquim de Sousa [2] tinha loja de Oculista e também de Lanifícios.

A LOJA ADÃO teve como primeiro empregado, durante muito tempo, Manuel de Magalhães, que depois fundou a CASA DE UTILIDADES, ficando em seu lugar Francisco Alves, a quem mais tarde foi dada sociedade, passando a casa a girar sob a firma ADÃO & ALVES, Lda.

Adquirido o edifício pela Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, foi este demolido para construção da sede da respectiva Agência.

Tornando-se porém deficiente para o desempenho cabal de tais funções, a Caixa Geral adquiriu o edifício da Praça da Restauração que então pertencia à Caixa Económica de Angra, reconstruiu-o e nele instalou a sua sede actual, vendendo o anterior a Arnaldo Correia de Lima que nos baixos instalou a Agência

da Companhia de Seguros A MUNDIAL, de que foi gerente, reservando o primeiro andar para moradias particulares. Da Gerência se encarregou, após o falecimento de seu sôgro Arnaldo Correia de Lima, Hernani de Mendonça e Cunha, funcionário da Junta Geral.

No primitivo prédio, de três pisos, que tinha o n:º 69, realizou a corporação dos Bombeiros Voluntários, em 22 de Junho de 1925, um exercício público em que se estrearam a bomba francesa *Aster* e a escada mecânica *Lieb Shone*, recentemente postas ao serviço. O exercício estava incluido no programa das Festas da Cidade naquele ano realizadas.

---

(1) — Ligado a esta Casa, apesar de nela não ter residido, está o nome prestigioso do Dr. Luís Adão, médico dos mais distintos no país. Nasceu em Angra a 27-7-1887. Cursou o Liceu e tirou o curso complementar em Ponta Delgada. Em 1910 formou-se em Medicina, sendo nomeado interno dos Hospitais em 1912. Prestou serviço no Hospital Militar de Campolide. Em 1926, mediante concurso, foi nomeado Cirurgião dos Hospitais Civis. Frequentou clínicas cirúrgicas em Paris e Estrasburgo, tendo nesta última cidade frequentado o curso do Cancro. Esteve de novo em Estrasburgo e Paris, como bolseiro da Junta de Educação Nacional, em 1930/31. Foi Professor auxiliar da 2.ª Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina de Lisboa, de 1929 a 1933 e foi sub-director do Hospital Escolar em 1928/29. Em 1933 leccionou no Hospital dos Capuchos um curso voluntário de Cirurgia. Publicou vários trabalhos sobre Neurologia, Traumatismos craneanos, Osteomielite e sobre o Problema do Choque na Cirurgia de Urgência. Escreveu ainda sobre o Cancro, Cirurgia articular, Sarcomas dos ossos, etc., colaborando largamente, com artigos de carácter científico, em revistas médicas portuguesas e estrangeiras.

Grande amigo do Arquipélago, nomeadamente da terra natal, foi sócio fundador da Casa dos Açores em Lisboa, tendo vindo à Terceira em visitas de saudade, na última das quais instituíu um prémio pecuniário no Liceu de Angra.

(2) — Foi criador de gado bravo e activo industrial, empreendedor e ousado. Ausentou-se para os Estados Unidos da América onde deixou numerosa descendência. Uma das filhas, D. Virgínia de Sousa Adão da Fonseca, distinta pintora e escritora, casou com o ilustre terceirense Faustino da Fonseca fundador e director de vários jornais nesta cidade, director da Biblioteca de Lisboa, director e redactor dos jornais A VANGUARDA, O SÉCULO, A BATALHA, O MUNDO, O PAÍS, etc. Escreveu para o Teatro: PÁTRIA E LIBERDADE, A DESCOBERTA DA ÍNDIA, D. INÊS DE CASTRO, e obras literárias como LIRA DA MOCIDADE (em verso), TRÊS MESES NO LIMOEIRO, A DESCOBERTA DO BRASIL, PEDRO ÁLVARES CABRAL, O DESCOBRIMENTO DO CAMINHO MARÍTIMO PARA A ÍNDIA, BEIJOS POR LÁGRIMAS, OS BRAVOS DO MINDELO, A PADEIRA DE ALJUBARROTA, ARRAIA MIUDA, e outros. Vulto proeminente do Partido Republicano, foi um dos organizadores do movimento de 31 de Janeiro na cidade do Porto, e activo propagandista na Imprensa do regime republicano em Portugal. Foi redactor do CORREIO DA MANHÃ, do SÉCULO, do PAÍS, do MUNDO, da LUTA, do 31 DE JANEIRO e da VANGUARDA. Neste último atacou a vereação municipal de 1895, acusando-a de se ter negado a pagar a quantia de 100 contos com que concorrera para a Subscrição Nacional lançada após o Ultimatum, para a compra de navios de guerra. Tal atitude rendeu-lhe o ter sido julgado em 24 de Outubro, sendo condenado na Boa Hora a 3 meses de prisão e a 50$000 reis de multa, selos e custas do processo. Sentença tão rigorosa levantou protestos na própria sala do Tribunal e em quase toda a Imprensa, incluindo vários jornais monárquicos. Não lhe tendo sido permitido recorrer da sentença, foi-lhe passado mandado de captura e esta executada por um agente em plena rua, ao meio dia, quando saía de uma barbearia próxima da sua residência. O DIÁRIO POPULAR daquela época, comentou o caso duramente, perguntando: «*Não podiam ir a casa do sr. Faustino da Fonseca e intimar-lhe a prisão, à qual êle decerto não resistiria? Não podiam chamá-lo ao Govêrno Civil, onde decerto iria, e intimarem-lhe a mesma ordem?*». Mas de nada valeram os protestos e teve de cumprir a sentença no Limoeiro, desde 7 de Agosto a 6 de Novembro desse mesmo ano, quando o seu delito fora apenas o de pedir a um devedor que saldasse as suas dívidas, para mais sendo estas contraídas a bem da Pátria. Faustino da Fonseca continuou porém a dirigir a VANGUARDA até 1898, tendo falecido em Lisboa a 22 de Outubro de 1918, com 47 anos de idade, quando ali exercia o cargo de Director da Biblioteca Nacional.

XIII

Casa do Dr. Valadão

Está descrita assim, sob o n.º 11017 da Conservatória: «*Prédio urbano, situado ao canto da Rua do Infante D. Henrique, com frente para a Rua da Sé, freguesia da Sé desta cidade. Compõe-se de uma moradia de casas altas, com sua loja, confrontando pelo Norte com dita Rua da Sé, Sul com casa de Jacob Benarus* (1) *Nascente com casas de Cezário Marques da Silva, herdeiro do Visconde Pereira Machado, e Poente com dita Rua Infante D. Henrique*».

Pertencia a José Gonçalves Angra e passou a Manuel José Pereira Bettencourt, Comendador, Proprietário e Advogado. Nele residiu o director da Alfândega de Angra, Francisco Xavier Teixeira, irmão do advogado micaelense Dr. João Cândido Teixeira, falecido em Ponta Delgada. Francisco Teixeira era sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, autor de vários livros sobre assuntos aduaneiros, e foi agraciado em 1901, por D. Carlos I com o título de Conselheiro (2).

João Evangelista Machado, antigo empregado da firma Bento José de Matos Abreu, tomou de arrendamento, em 31 de Dezembro de 1878, a loja em que estivera estabelecido Jacob Benarús, para nela abrir um estabelecimento de fazendas, por grosso e a

retalho, que seria, dentro de pouco, um dos mais importantes da cidade.

Por arrematação em autos de inventário que correram em 1880, João Evangelista ficou de posse de todo o prédio (3) e, após a morte de Jacob Benarús, ocorrida em 16 de Fevereiro de 1885 adquiriu também o prédio em que este habitava e era contíguo, na Rua da Palha, para dele fazer depósito de mercadorias.

Por óbito de João Evangelista ficou inscrito, a favor de sua filha D. Evangelina Machado, o prédio acima descrito, no qual esta passou a residir com seu marido, Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior (4) e no qual nasceu o único filho do casal, Dr Ramiro Machado Valadão (5) cujo nome está ligado ao de seu tio materno, Dr. Ramiro Machado (6), que ali nasceu e viveu até se ausentar para Coimbra onde se formou em Medicina.

Ao estabelecimento de João Evangelista sucedeu o de Mariano Pereira dos Santos (7), natural de S. Miguel, com artigos de papelaria, passando depois a Manuel Magalhães, antigo gerente da «CASA ADÃO» e que ali estabeleceu em 1926 a CASA DE UTILIDADES, com papelaria e artigos de utilidade doméstica. Está hoje na posse de seus herdeiros, entre os quais, seu filho, Dr. Victor Manuel de Magalhães, actual Director da Escola Industrial e Comercial de Angra.

Manuel Magalhães teve como primeiro empregado Adriano Gomes de Figueiredo, que depois fundou a «LOJA DO ADRIANO» na Rua de Lisboa (Vid. CASA DO CORPO DA GUARDA).

---

(1) — Jacob Benarús era filho de Alfredo Benarús e de Felicidade Benarús. Segundo reza o passaporte registado no «*Livro de Entrada de Passageiros*» de 1841, seria natural de Lisboa, tendo vivido no Faial alguns anos, onde nascera o primeiro filho do casal, de nome Isaac, em 1834.

Teve loja na Rua da Palha (hoje do Padre António Cordeiro), n.º 1, à esquina da Rua da Sé, onde «*vendia chá bysson, pano ame-*

ricano, papel para embalagem, chitas de côr, anil, etc.. Entre o recheio da loja, quando faleceu, havia ainda 550 quilos de urzela para exportar, como se lê no Inventário. Jacob Benarús apenas sabia ler e escrever hebraico» diz Pedro de Merelim em *«OS HEBRAICOS NA ILHA TERCEIRA»*, pág. 92. Quando faleceu, contava 96 anos de idade.

Este prédio, na parte da Rua da Palha, que tem 3 pisos está hoje na posse de João da Silva Bettencourt estabelecido com Ourivesaria na Rua da Sé (Vid. CASA DO MANUEL VITORINO).

(2) — Por amável informação do Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr., numa das vidraças do primeiro andar do prédio, sabemos existir ainda, riscado pelo diamante de um anel, o nome da filha do Comendador Teixeira, D. Margarida, residente na ilha de S. Miguel, há muitos anos.

(3) — A parte S. do prédio (com primeiro e segundo andar) era foreira à Confraria de Nossa Senhora do Rosário, erecta na Sé.

(4) — Nasceu na freguesia da Vila Nova, Concelho da Praia da Vitória tendo cursado o Liceu de Angra onde foi aluno distinto. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e dedicou-se em Angra à Advocacia, revelando desde início as excelentes faculdades de tribuno que sempre pela vida fora manteve e lhe deram lugar cimeiro no Foro Açoriano. Durante os muitos anos em que exerceu as funções de Secretário Geral do Govêrno Civil de Angra, assumiu por diversas vezes as funções de Governador Civil em exercício, as quais, sobretudo em épocas de crise política e conturbadas lutas de partidos, soube vencer com a prudência e energia que as circunstâncias aconselhavam, evitando violências sem menospreso das Leis. Dedicado à investigação histórica publicou no Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, de que foi sócio fundador, numerosos trabalhos, sobretudo referentes às *«Lutas Liberais»* nesta ilha e à acção dos mais destacados vultos que nelas tomaram parte. Entre estes citamos: — A ILHA TERCEIRA, A EMIGRAÇÃO LIBERAL, D. MARIA II, Rainha da Terceira, O TERROR, O JULGAMENTO DUM GUERRILHEIRO CONDENADO À MORTE, O ÚLTIMO CAPITÃO-GENERAL DO REGIME ABSOLUTO NA ILHA TERCEIRA, UM HERÓICO COMBATENTE DA GUERRA CIVIL PORTUGUESA, NA VILA DA PRAIA, UM JUIZ DE FÓRA e UM FRADE CONSTITUCIONAL DO CONVENTO DE S. FRANCISCO, além de outros publicados em revistas e jornais do Arquipélago. Em edições especiais, publicou: — EVOCANDO FIGURAS TERCEIRENSES, UM TERCEIREN-

SE NOTÁVEL, FESTAS CENTENÁRIAS DA FUNDAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL e UM FIDALGO E UM ALFAIATE, AGITADORES POLÍTICOS EM ANGRA. Tinha em preparação um LIVRO DE MEMÓRIAS sobre a sua vida forense, que a morte, em 31 de Dezembro de 1969, não permitiu, infelizmente, poder concluir e editar. Era representante em Angra da Ordem dos Advogados e exerceu durante alguns anos, as funções de professor provisório de História e Geografia no Liceu de Angra.

(5) — Nasceu em Angra em 12-3-1918. É licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade de Coimbra, onde foi durante dois anos consecutivos, Presidente da Associação Académica. Desde muito novo dedicado ao Jornalismo, foi redactor principal do Diário da Manhã, Director literário da Revista PANORAMA, Director dos Serviços de Informação do SNI, de 1960 a 1966, sendo nessa data nomeado, em comissão de serviço, Director da Casa de Portugal em Nova Iorque. Acompanhou o Dr. Marcelo Caetano, quando titular da Pasta do Ultramar, às Provincias da África e à República da África do Sul, e o Presidente Craveiro Lopes na viagem à Inglaterra (1955) e aos Açores e Brasil em 1957. Foi em missão jornalística à Austria (1956) quando da revolta da Hungria. Foi deputado à Assembleia Nacional pelo Distrito de Angra do Heroísmo e fez parte da Delegação Portuguesa à ONU tendo tomado parte em diversos Congressos e Conferências Internacionais. Foi nomeado Administrador por parte do Estado da R. T. P. e Presidente do respectivo Conselho de Administração e Inspector Superior da Secretaria de Estado de Informação e Turismo.

(6) — Inteligência robusta, enriquecida por uma memória prodigiosa e por uma vontade decidida — o Dr. Ramiro Machado marcou no meio açoriano uma personalidade inconfundível. Na medicina, em que trabalhou com dignidade e aprumo, mantinha relações culturais com verdadeiras sumidades mundiais, entre as quais o Dr. Gregório Marañon a quem dedicou a sua tése de formatura, e cuja correspondência epistolar, bastante numerosa, merecia até ser divulgada, para conhecimento daqueles a quem esse ramo da ciência decerto muito interessaria.

Na Administração Pública, a uma acção assaz meritória como a que exerceu à frente da Junta Geral de Angra e como Presidente do Município praiense, sobrepunha o desejo ardente de estabelecer a unidade administrativa do Arquipélago, num plano conjunto de actividades que mais e melhor pudesse servir a economia das Ilhas.

Nas Letras, interessava-o sobremodo o estudo dos nossos

clássicos, e tinha em preparação, ao que se dizia, trabalho de vulto sobre um dos mais ilustres escritores seiscentistas portugueses. Infelizmente porém, cedo a morte interrompeu a sua existência promissora, deixando para sempre ignorados, esse e outros que bem poderiam resultar da sua invulgar cultura, actualizada pela obsidiante leitura dos melhores autores e que na oratória, de que foi mestre, refluia da maneira mais brilhante, pela pureza da linguagem e pelo primor da dicção, apanágio do amador da Arte Dramática que também era, disso deixando exuberantes provas em actuações diversas que Angra e Praia recordam com saudade.

(7) — Seu filho, o Dr. Francisco do Couto Santos, residente há muitos anos em Lisboa onde exerce as funções de Inspector Aduaneiro, foi sócio fundador do Grémio dos Açôres (hoje Casa dos Açôres) tomando parte activa na realização do Primeiro Congresso Açoreano. Tem feito parte dos corpos directivos daquela Associação, mantendo sempre viva a sua dedicação à Terra Açoriana. É sócio da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, de cuja Direcção já fez parte.

XIV

Casa do João Manuel Martins

À esquina da rua da Sé para a rua da Palha (lado Poente), tinha lojas e primeiro andar e pertencia a Manuel Francisco da Costa, irmão de Zeferino Augusto da Costa, fundador dos ARMAZENS ZEFERINO. Passou por herança a seu filho, João Francisco da Costa, que se estabelecera nos baixos com uma loja de Ferragens e um Depósito de Vinhos Moscatel.

João Manuel Martins, antigo empregado de João Evangelista, adquiriu o prédio em 1906, para nele estabelecer os GRANDES ARMAZENS MARTINS, com negócio de fazendas. Foi seu primeiro empregado e depois sócio, António Coelho Mendes, mais tarde fundador e proprietário da LOJA DO COELHO.

Adquirido o prédio pelo luso-americano João Coelho Esteves, dos Altares, (conhecido por «*João da Helena*»), foi por este demolido, construindo no local um grande edifício, de três pisos, que destinava a Restaurante e Bar, Sala de Chá e Salão de Festas, mas não chegou a terminá-lo, tendo novamente emigrado para os Estados Unidos depois de o ter vendido a António da Rocha Salvador que o concluiu, montando nas lojas um estabelecimento de venda de objectos de arte, quinquilharias e louças, actualmente pertencente a José Fernandes da Costa Louro, sócio-gerente da Empresa de Viação Terceirense, fundada em 1 de Abril de 1952.

XV

Casa do Manuel Constantino

Pertencia ao Dr. Guilherme de Sá, bisavó de D. Mariana Isabel de Sá, casada com João Moniz Barreto Côrte Real.

Era residência dos Monizes de Sá e tinha o n.º 20 de Polícia. Foi adquirida a herdeiros de João Moniz de Sá por Manuel Constantino de Sousa Enes que a demoliu para construir a sua residência e, nos baixos, instalar um grande estabelecimento de fazendas denominado «AU BON MARCHÉ». Após o seu falecimento, o prédio foi adquirido por Manuel Vieira Mendes da Silva (1) que destinou uma parte do primeiro andar para moradia e outra para redacção do jornal «*A União*», de que foi fundador em 1893 e era composto e impresso na Rua do Galo, n.º 123, e para Agência da Companhia de Navegação «*Fabre Line*» de que foi primeiro concessionário nesta ilha. Encontra-se ainda na posse de seus herdeiros. Durante o período que se seguiu à primeira Grande Guerra, foi Agência dos Transportes Marítimos do Estado.

Nos baixos existem três estabelecimentos: um de fazendas, pertencente a herdeiros de João da Costa que ali fundara a «*Loja dos 3 Globos*», de sociedade com Francisco Martins Felisberto; uma Camisaria, sucursal da «*Loja do Coelho*» e um estabelecimento de louças e quinquilharias onde estivera instalada a «*Loja dos Espanhois*», dos irmãos Seara, especializada em artigos de

oculista. No primeiro andar funcionou uma Casa de Bordados, de Guilherme Braz e João Leite, estando hoje a «*Fotografia Perlino*» numa parte, e sendo a outra residência do proprietário e gerente desta, António Lino dos Santos Ramos Moniz.

Anteriormente à Loja dos Espanhois, houve uma Tabacaria de que era proprietário Arão Benarús (2), muito frequentada pela primeira sociedade angrense. Nela se mantinha acesa durante o dia uma lamparina, poupando deste modo a seus clientes e frequentadores o consumo de fósforos, para acenderem cigarros e charutos, de que vendia afamadas marcas.

Tal como acontecia com outros estabelecimentos, sobretudo farmácias, na «*Tabacaria Arão*» se reunia uma verdadeira tertúlia, comentando e discutindo a vida política local. Entre eles cita o dr. Valadão no seu livro «*Evocando Figuras Terceirenses*», o ten. coronel Pamplona, o juiz Macedo, o conde do Rego Botelho, o notário Luis da Costa, o médico dr. Manuel Vitorino, o eng.º Assis, e outros, como dos mais assíduos, narrando certas «*judiarias*» que costumavam fazer, não só ao proprietário do estabelecimento, por seguir a religião Hebraica, mas também a outros frequentadores, sobretudo os mais cavaquistas e irritáveis. O dr. Vitorino foi uma das vítimas, e talvez essa sua irritabilidade houvesse dado causa primacial ao afastamento dos colegas. Na verdade poucos com êle mantinham relações de amisade. No Hospital, o corpo clínico fugia de auxiliá-lo, sobretudo nas intervenções cirúrgicas em que se revelou de facto um operador distinto, porque à mais pequena contrariedade o auxiliar teria de ouvir das boas, mesmo em presença do pessoal de enfermagem, sem respeito pelas hierarquias e pelo brio profissional de cada um. Escusavam-se portanto o mais que podiam. Só o dr. Fernando Touret, esse «*paz d'alma*», conhecido pela sua bonomia inalterável, estava sempre disposto a ajudá-lo, desculpando-lhe todos os excessos que sabia filhos mais do génio irascível do que da consideração que, na verdade, o bondoso colega lhe merecia.

Ao tempo em que se passou o caso que vou narrar, havia na cidade uma figura que se tornara extremamente popular pela faculdade natural que tinha para «*imitador*» — o João Charuto — correeiro de profissão, que imitava com extraordinária perfei-

ção as pessoas mais gradas do meio, quer nos gestos quer nos modos de expressão, a tal ponto que, se estivesse oculto, os que o ouviam se julgariam na presença do autêntico, pois na verdade, a reprodução era tão perfeita como o seria em nossos dias através um gravador de som.

A Tabacaria Arão, quando instalada nos baixos da casa do Manuel Constantino, compunha-se de duas divisões: — uma a secção de vendas, com duas portas para a rua, e outra, interior, com uma mesa e quatro cadeiras onde os «*envergonhados*» iam tomar qualquer bebida, e que era separada da primeira por uma porta cujo reposteiro de juta enramada a vedava completamente.

Ora o «*Charuto*» imitava lindamente a maneira de falar do dr. Touret, o mais íntimo e verdadeiro amigo de quantos colegas contava o famoso cirurgião. Trataram pois de falar ao «*Charuto*» para uma demonstração da conhecida habilidade, à hora, mais ou menos certa, em que o dr. Vitorino costumava aparecer na Tabacaria para o cavaco habitual. Introduzido nos «*bastidores*» à sucapa, depois do reposteiro corrido, ali lhe deram um ensaio prévio sobre o papel que teria a desempenhar. Tratava-se de simular uma conversa entre um admirador do dr. Vitorino, que não vem para o caso mencionar, e o seu «*particular amigo*» dr. Touret, em que este inesperadamente, se revelava, não como defensor, mas como contraditor, ante os encómios entusiastas do «*ensaiador*» improvisado, opondo «*sérias dúvidas*» aos merecimentos do cirurgião e pondo pelas ruas da amargura o génio abrupto e agressivo daquele a quem, mesmo nas situações mais desconcertantes, costumava acatar com paciente e compreensiva benevolência.

Tudo a postos — incluindo a meia dúzia de habituais frequentadores já ocupando as cadeiras de vimes ou os mochos de madeira distribuidos pela ampla quadra — entrou amparado à sua inseparável bengala de castão de prata o dr. Manuel Vitorino. Após as boas-noites do estilo, sentou-se na única cadeira devoluta, propositadamente deixada nas proximidades do reposteiro, para que melhor se pudesse ouvir o diálogo logo iniciado, primeiro quase a meia voz, para de seguida se ir animando gradualmente, até que a certa altura as falas habitualmente mansas e compassadas do «*dr. Touret*», se alteavam perdendo a calma e ressoando, cada vez

mais nítidas, através o reposteiro... A assistência, embora mostrando-se desinteressada, gozava as delícias dum desfecho que sentia próximo, a ajuizar pelas contracções nervosas observadas já com frequência no rosto do dr. Vitorino, torcendo-se na cadeira a cada frase mais agressiva que lhe soava aos ouvidos atentos. De súbito, como se uma mola o impelisse, ergueu-se de repelão. E com a bengala na dextra, em ar ameaçador, avançou para o reposteiro, disposto a «*tirar a limpo*» as afrontas que atónito acabara de receber. Mal porém deu de cara com os comparsas daquele diálogo, percebeu imediatamente o alcance da farsa, sublinhada no cómico desfecho pelas estrondosas gargalhadas dos circunstantes. Mas apesar de esclarecido o «*qui pro quo*», o João Charuto achou prudente ir fugindo a sete pés, para não apanhar com a bengala pelo lombo...

À falta de cinema e emissões de rádio, deste modo se procurava na tertúlia quebrar a monotonia dos serões, aos quais nem sempre a política fornecia elementos anedóticos, capazes de animarem a cavaqueira e estimularem a crítica.

(1) — Vid. BREVIÁRIO, pág. 312.

(2) — Vid. OS HEBRAICOS NA ILHA TERCEIRA, de Pedro de Merelim, pág. 111. Vendia também chás, preto e verde, Hyson Buchong, que era dos mais apreciados de então. Estabeleceu-se em 1914.

(3) — Vid. A UNIÃO de 24 de Fevereiro de 1896.

XVI

Casa do Dr. Noronha

Nos fins do Sec. XIX pertencia a Joaquim Maria do Couto e foi adquirida por escritura de 17 de Março de 1880 (notas do tabelião Pires Toste) por José Maria Flávio da Silva, comerciante, e sua consorte D. Ludovina Emília Veloso da Silva, dos quais foi herdeiro Francisco de Paula da Silva, empregado municipal, casado com D. Joaquina Felismina Lopes da Silva.

Por escritura de 24 de Março de 1918, do notário Luis da Costa, venderam-na ao Dr. Alberto de Barcelos Noronha, casado, advogado, tendo tocado, por partilhas, a seu filho José Orlando de Noronha, actual proprietário.

Tem entrada pela rua do General Carmona, com a qual faz esquina.

Nas lojas da rua da Sé estiveram estabelecidos: com loja de ferragens, José Maria Flávio; António José Inácio da Silva (Tarrafeiro) teve uma Mercearia e hoje tem um estabelecimento de vendas de Lotarias, com o nome de CASA TARRAFEIRO. Na esquina Gaspar Ferreira Cardoso abriu um talho e Adalberto Martins ali tem hoje a SAPATARIA ALIANÇA, com escritório no 1.º andar. Nas lojas do lado da rua General Carmona esteve instalada durante algum tempo a TABACARIA ARÃO, de Arão Benarús que depois passou a depósito de vários comerciantes.

No 2.º andar, o Dr. João Maria de Carvalho (conhecido por «*Médico Chinês*» por ser natural de Macau e ter côr e feições semelhantes aos da raça chinêsa) foi consultado por Antero do Quental quando o insigne poeta veio de S. Miguel à Terceira, em 21 de Junho de 1874. Era médico de nomeada. «*Em Lisboa, o Dr. Curry Cabral, Prof. da Escola Médica, aceitou o seu diagnóstico sôbre os padecimentos de Antero, como sendo do fígado*», diz-nos o Dr. Manuel de Meneses em «*Médicos e Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira*». (1)

No mesmo andar residiu também, durante alguns anos o Coronel Silva Leal (2), Delegado do Govêrno e comandante Militar dos Açores, e depois o Dr. Augusto Pamplona Monjardino (Vid. CASA DO MOUTINHO).

Segundo um anúncio do «*Angrense*», de 24-2-1881 (3), a Biblioteca «*Luis de Camões*» ficaria patente ao público a partir de 3 de Março daquele ano no referido prédio, onde anteriormente a sociedade literária «*Instrução e Recreio*» tivera também a sua séde. A Biblioteca «*Luis de Camões*» foi fundada pela «*Recreio dos Artistas*» em 1880.

(1) — Vid. Boletim do I. H. I. T., n.º 15-1957.

(2) — Era natural da ilha do Faial. Prestou serviço no R. I. 25 aquartelado em Angra e foi combatente da 1.ª Grande Guerra, em África, distinguindo-se nas acções Rovuma ao N. de Moçambique. Foi galardoado com as mais altas condecorações, quer militares quer civis, pelo Govêrno Português e por outros do Estrangeiro As insígnias atrás referidas, foram recentemente oferecidas ao Museu Regional.

(3) — Cit. por Pedro de Merelim em «A Filarmónica Recreio dos Artistas», pág. 16.

XVII

A Sé

(Santa Sé do Salvador)

A actual Sé foi mandada edificar por Alvará do Cardeal-Rei de 10 de Janeiro de 1568, tendo elaborado os planos de edificação o arquitecto Luís Gonçalves, expressamente enviado por D. Henrique para esse efeito.

No local onde se ergue o magestoso edifício, existia a igreja paroquial de S. Salvador, a primeira erecta por Álvaro Martins Homem, logo depois de, em 1461, se estabelecer na parte de Angra, onde começara por construir o edifício para sua aposentadoria, conhecido por «*Casa do Capitão*», na margem direita da Ribeira dos Moinhos que atravessava a cidade de N. a S., vindo desaguar no porto. Ignorando-se a data precisa da construção, sabe-se contudo que já existia quando, em 1474, João Vaz Corte Real tomou conta da Capitania passando Álvaro Martins para a Praia. É provável porém que só estivesse concluída em 1486, pois só nesse ano, em 28 de Novembro, foi nomeado seu primeiro vigário o padre Luís Annes, capelão de S. A. a Infanta D. Beatriz. O primeiro Ouvidor de Angra foi o P.e João Pacheco, vigário daquela igreja, que era «*Capelão de El-Rei*» e foi visitador destas

Ilhas em 1515. O primeiro Deão da Sé de Angra foi o licenciado D. Luís Figueiredo de Lemos, mais tarde Bispo do Funchal, segundo diz Frutuoso em «*Saudades da Terra*» (Vol. I, pág. 111).

O Bispado de Angra fora criado em 1534 pelo Papa Paulo III [1] e como a população tivesse crescido notàvelmente, a Câmara de Angra, a instâncias do Bispo D. Agostinho Ribeiro, nomeado no ano seguinte, requereu a El-Rei a construção da nova Sé, dado que a igreja de S. Salvador se tornara bastante deminuta para o efeito. Só porém em 18 de Novembro de 1570 se lançou a primeira pedra, acto a que, por estar a Sé vaga por morte do Bispo D. Nuno em vinte de Agosto desse mesmo ano, presidiu o Deão Baltazar Gonçalves. Apesar dos 3.000 cruzados destinados pelo Govêrno para a sua fábrica, só em 1618 ficaram concluídos os primeiros trabalhos que duraram 48 anos e importaram em nada menos que 46.448$673 réis [2]. Contudo, em 1591, data em que Linschoten deixou a ilha, a nova Sé já se encontrava em adeantada construção, como se pode verificar na carta que traçou em 1595 e constitui documento de alto valor para o conhecimento de Angra daquela época.

Nada constando por documento oficial, nem sequer por tradição popular, respeitante à sua sagração, o Bispo D. José Pegado d'Azevedo determinou que a esse acto se procedesse em 16 de Outubro de 1808, tendo-se colocado no altar-mór as relíquias dos santos mártires Benedito e Primo-Veracundo, encerradas num pequeno cofre.

As obras da Sé Catedral que haviam sido suspensas durante as lutas da Sucessão, foram mandadas continuar depois, em 1590, por ordem do Govêrno da Terceira, durante o bispado de D. Manuel Gouveia.

A pedido do Bispo D. Jerónimo foi autorizada, em 12 de Junho de 1610, a construção de uma «*claustra*» em redor da Sé. Não se sabe porém quando ficaram terminados os acabamentos de toda a obra.

(1) — Diz o Cónego Pereira em «*Diocese de Angra*», pág. 15, que «*A primeira notícia que aparece àcerca da criação de um Bispado nas Ilhas Terceiras, é de Fevereiro de 1528, em carta de António de Azevedo Coutinho a El-Rei D. João III, que lhe prometera o Bispado dos Açores quando este fosse criado*». Contudo, a nomeação veio a recaír em D. Agostinho Ribeiro, apesar de ter sido prometida a D. Manuel de Noronha, como se infere de uma carta do mesmo Rei a seu sobrinho, D. Martinho de Portugal, embaixador de D. João III em Roma, datada de 1532.

(2) — Contra a opinião do Bispo D. Agostinho que pretendia fosse construída em edifício próprio e noutro local, a construção foi feita de maneira a conservar intacta ou, pelo menos, em condições de poder continuar o culto na primitiva igreja, pois durante as lutas pela Resistência ali se celebraram várias cerimónias religiosas, já então como séde da Diocese, embora as obras, como se disse, estivessem suspensas nessa data. Do acto de lançamento da primeira pedra, em 18 de Novembro, consta tal facto, pois, ao referir-se ao cortejo processional para o efeito organizado com a presença de autoridades e povo, diz: «*...os quais sairam da dita Sé em procissão aos alicerces abertos (...) dentro da dita obra da Sé*». O terreno que foi necessário ocupar para ampliação da igreja, cedeu-o generosamente o piedoso Jerónimo de Oliveira Borges que foi, ao que se crê, o fundador da Capela de Santo Estevão no novo templo, a qual pertenceu depois a seus descendentes.

A Igreja da Sé

É a maior igreja dos Açores ([1]). O seu frontespício é constituido por uma parte central onde existem três grandes arcadas, por cima das quais há três janelas encimadas por um frontão onde está o relógio, coroado por uma pequena sineira sobre a qual assenta uma grande cruz de ferro. As duas partes laterais sustentam as sineiras, dispostas em duas ordens, podendo comportar trinta e dois sinos e terminam por duas grifas piramidais, tendo cada uma delas um catavento.

As três arcadas dão para um largo pórtico, com três portadas, sendo a central resguardada por um paravento. A igreja é de três naves. Na do centro o tecto é de cedro trabalhado, em caixões separados por moldura, de cujos cruzamentos pendem florões, e sustentado por doze colunas quadrangulares de pedra. Ao fundo da nave central há a capela-mor, em plano mais elevado, orlada lateralmente por seis colunas jónicas, douradas, formando semi-círculo. A toda a volta há um corredor lageado que dá ingresso às sacristias. No altar, a imagem de S. Salvador ([2]), orago da igreja, ou a de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal, na época das suas festividades. Por cima do arco de entrada, com baixos relevos dourados, estão as armas portuguesas e, mais elevado,

um grande crucifixo. Na face externa das colunas, em relevo, as imagens de S. Pedro e S. Paulo.

O coro capitular, bastante amplo, tem, de cada lado doze cadeiras fixas em pavimento sobrelevado, sendo a primeira destinada à capítula. Ao centro, uma bela estante quadrangular de jacarandá com embutidos de marfim, encimada por uma cruz assente sobre uma esfera armilar, também de marfim, tendo a legenda AVE CRUX SPES UNICA (3). Abaixo das cadeiras dos cónegos correm as bancadas dos beneficiados e à frente destas as dos meninos do coro e capelães. No espaço que medeia entre as duas últimas colunas das naves, existem dois órgãos, sendo o do lado da Epístola o maior, oferecido por D. Maria I (4), e o do lado oposto oferecido pelo célebre Padre Serrão (5). Na nave lateral, do lado do Evangelho, encontra-se ao fundo a capela do Santíssimo, onde está um camarim com trono, todo dourado. O frontal é de prata, com baixos relevos, alegóricos a diversas passagens da Escritura. A capela é vedada por um gradeamento baixo de jacarandá e por uma porta de grades dourada. No interior, pendentes do tecto, três ricos lampadários de prata. Lateralmente há mais quatro capelas: a de Nossa Senhora do Rosário, a do Senhor Jesus dos Aflitos, a de Santa Ana e a das Almas. Junto à entrada, o Baptistério tem uma ampla pia de mármore, um pano de azulejos policromado e um quadro a óleo representando o Baptismo de Cristo. No tímpano há dois quadros notáveis: a CIRCUNCISÃO e a ADORAÇÃO DOS REIS MAGOS. Na nave da Epístola há também quatro capelas: a de Santo Estêvão, onde existe um quadro com a DELAPIDAÇÃO do santo, a de S. Pedro Advíncula cuja imagem é de grande valor escultural, a de Santo António e a de S. Braz. Ao fundo, paralelamente à do Santíssimo, a capela de Nossa Senhora de Lourdes cuja imagem, trazida da cidade das aparições, foi oferecida por Mons. Cónego António Maria Ferreira. Sobre o pórtico, um coreto. Desde 1958, toda a nave central foi dotada com uma excelente bancada, cujo custo ascendeu a 40 contos.

A Grande Sacristia, ao lado do altar-mor, dispõe de grandes mesões laterais, de madeira do Brasil, com oito gavetões cada,

onde se guardam os paramentos e alfaias. Tem um altar ao fundo, com uma imagem de Santo Cristo e um crucifixo com imagem de prata. No tecto está um quadro representando N. S. da Conceição, o qual pertencia à sala das sessões da Junta da Real Fazenda. Vários outros quadros se encontram pelas paredes desta ampla quadra. Oposta a esta sacristia há a dos cónegos, que serviu já de Aula de Música e ostenta nas paredes vários quadros a óleo, sobre madeira, representando cenas da vida de Jesus.

Há ainda duas sacristias mais pequenas, uma das quais de meninos do coro e outra destinada a assuntos paroquiais.

Por cima da sacristia dos cónegos há uma grande sala que serviu de Tribunal Eclesiástico, comunicando com aquela por uma escadaria de pedra em hélice.

Nas traseiras do edifício (6), hoje desprovidas do alto muro que as vedava à vista do exterior (7) do lado da rua do Conselheiro Jacinto Cândido, há uma escadaria de pedra, em dois lanços, que conduz à antiga Casa do Capítulo onde se realizavam as sessões capitulares, tendo no tecto um escudo com as armas reais e serve hoje de Museu de Arte Sacra, embora para tanto seja assaz acanhada, pois a Sé dispõe de um valioso tesouro, considerado o mais rico dos Açores, que ali não pode ser disposto nas condições exigidas. A toda a volta, os retratos dos bispos da Diocese pendem das paredes. Este Museu foi inaugurado quando das comemorações do 4.° Centenário da criação da Diocese.

À frente da Catedral há um amplo adro (8) com grande escadaria de pedra para a rua da Sé e parte da rua General Carmona (antiga rua de Ruy Faleiro ou do Salinas), continuado a L. e O. por duas largas passagens ajardinadas e arborizadas, que facultam o acesso às entradas laterais e às ruas: do Conselheiro Jacinto Cândido (antiga rua do Vanegas ou da Rosa) que limita o imóvel a S. e do Rio de Janeiro (antiga rua dos Cavalos) (9) por uma pequena escada de pedra.

Denominada SANTA SÉ DO SALVADOR, o selo do respectivo Arquivo Paroquial é de forma oval, tendo no centro um Meni-

no Jesus e em volta a legenda: ARQUIVO PAROQUIAL DA SÉ DE ANGRA-AÇORES. O do Cabido é semelhante, tendo porém a legenda: SALVA NOS CHRISTE SALVATOR.

Na Sé se encontram sepultados muitos dos seus Bispos e muitos dos fidalgos e cavaleiros das mais antigas gerações.

---

(1) — Vid. «*História Insulana*» — Liv. VI, cap. XI, pág. 53.

(2) — Já não é a primitiva. A actual foi oferecida pelo Padre João Evaristo, com auxílio de outros diocesanos, já nos começos deste século.

(3) — Foi retirada para o Museu de Arte Sacra, após a criação deste, inaugurado a 3 de Novembro de 1934, por iniciativa do Cónego Dr. J. Bernardo de Almada.

(4) — Foi construído na Alemanha e destinava-se a Macau. Veio parar à Terceira a bordo de um navio que teve de arribar ao porto de Angra, devído ao mau tempo. O órgão foi desembarcado por se recear que o temporal destruisse o navio. Havendo grande dificuldade em reembarcá-lo, D. Maria I ofereceu-o à Sé Episcopal dos Açores. Havia custado três contos de reis, segundo vimos nas «*Notas Históricas*» do Padre Manuel Azevedo da Cunha, da Calheta de S. Jorge, as quaís se mantém inéditas em grande parte.

(5) — Foi o afamado «*mestre João Nicolau*», hábil mecânico de Ponta Delgada, quem, sob a proficiente direcção do Padre Joaquim Silvestre Serrão, construiu o órgão oferecido por este à Sé, em homenagem ao Bispo D. Fr. Estevam de Jesus Maria, com o qual manteve em Lisboa relações de amizade durante a reclusão daquele no Convento de S. Vicente de Paulo, de Rilhafoles, e com o qual veio para a Diocese de Angra, fixando-se na ilha de S. Miguel.

(6) — Onde possivèlmente estaria implantado o chafariz de Manuel da Silva (ou da Sé do Salvador). Antigamente, às traseiras denominavam «*o sítio*». Nesse lugar foi sepultado, com 3 anos de idade, o

filho da freira do Convento da Esperança, Ana Augusta Peregrino Faleiro Toste, que recebeu o nome de Pedro e diz a tradição ter sido fruto de amores ilícitos com o rei D. Pedro IV. Foi-lhe feito um funeral «*régio*», ao qual não faltou a banda do Batalhão de Voluntários da Rainha D. Maria II, de que era comandante o então Visconde de Bruges. A palavra «*sítio*» significa chácara, no Rio de Janeiro; pequena roça no Pará; e cabana com pequena granja, em Pernambuco (Dic. F. de Almeida e H. Brunswich).

(7) — A transformação do «*sítio*» foi feita em 1957, em benefício do Arquivo Distrital de Angra, para desanuvear a fachada deste imóvel, em grande parte prejudicada pelo muro alto que lhe corria em frente.

(8) — «*Grande adro plaino, e todo de cantaria lageado*», como o descreve o Padre A. Cordeiro na sua «*História Insulana*» (Vol. II, pág. 52).

(9) — Assim chamada por, na parte compreendida entre o actual edifício da Junta Geral (antigo Paço Episcopal) e a Rocha, se realizarem corridas de cavalos, pelo que também a denominavam «*Carreira dos Cavalos*».

Principais Efemérides

da

DIOCESE DE ANGRA

1534 — Criação da Diocese de Angra pelo Papa Paulo III, tendo elevado «*a cidade ou lugar em que existia a dita igreja do Santo Salvador em cidade e igreja Cathedral, sob invocação do Santo Salvador, para um bispo que se ha de chamar Bispo do Santo Salvador* . . .».

1535 — O primeiro bispo, D. Agostinho Ribeiro, tomou posse em 24 de Junho, sendo neste mesmo dia empossada a Corporação Capitular da Sé, da qual fazia parte, como cónego, o que era pároco da freguesia do S.mo Salvador, continuando porém como «*Cura d'Almas*» da mesma freguesia.

— Carta régia sobre o revestimento do bispo, dignidades e cónegos da Sé de Angra, de 11 de Outubro.

1536 — D. Agostinho dirige uma carta a el-rei dizendo as diligências feitas junto da Câmara, do corregedor e de outras dignidades, para que se proceda à construção duma nova Sé, e queixando-se de que a actual se encontrava «*muito desbaratada*» com falta de paramentos, pelo que solicitava o auxílio real.

1537 — Em Fevereiro publica o prelado uma provisão, exigindo

«que aos Capitulares seja dada homenagem e não possam ser presos fora das suas pousadas». No arquivo do cabido da Sé existe o original, com o selo das suas armas (Carteira do sec. XVI, sob o n.º 5).

1540 — O Dr. Francisco Maceião, cónego da Sé, foi vigário geral do 2.º bispo D. Rodrigo Pinheiro, a quem, na apresentação, D. João III dá o nome de Dr. Ruy Gomes Pinheiro, o qual nunca veio à Diocese por ser governador da Casa do Cível, em Lisboa, cargo no desempenho do qual D. João de Castro, em carta dirigida a El-Rei, diz: *«Parece que esta eleição foi inspirada por Deus, em V. Altesa, pelas grandes virtudes e boas letras que no dito Bispo há...»*

1544 — D. João III, por carta de 3 de Novembro doou as casas em frente à *«Carreira dos Cavalos»*, para ali se construir a residência episcopal *«para todo o sempre»*. O edifício referido situava-se onde o que hoje ocupa a Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo.

1553 — Entrou em Angra nos primeiros dias de Janeiro o 3.º bispo, D. Frei Jorge de S. Tiago, que D. João III havia enviado, como teólogo, ao Concílio de Trento e era, ao tempo da nomeação, inquisidor do Santo Ofício.

— Em 25 de Abril publicou D. João III um Decreto ordenando que fossem entregues às dignidades do cabido a prebenda de 20$000 reis anuais e aos cónegos a de 16$000 reis.

— Em 27 do mesmo mês, novo Decreto determinando que houvesse na Sé 4 moços do coro, com o ordenado de 1$000 reis cada um.

1557 — Requerimento da Câmara a el-rei, datado de 9 de Abril, pedindo a construção da nova Sé.

1558 — D. Jorge trata com Sebastião Rodrigues a compra das casas para instalação do Aljube, frente ao paço do bispo, na rua Rio de Janeiro, esquina da rua Conselheiro Jacinto Cândido (edifício hoje pertencente a herdeiros do Dr. J. Francisco de Freitas).

1559 — Apresentadas ao SÍNODO DIOCESANO — O I Sínodo

de Angra teve lugar pela Festa do Espírito Santo desse mesmo ano — primeiro e único nesta Diocese, as «*Constituições Sinodais do Bispado*» que foram unanimemente aprovadas, com a declaração de que eram «*Convenientes, justas e santas*». D. Jorge mandou-as imprimir em Lisboa, tendo ficado concluidas em 11 de Janeiro de 1560. Formavam um volume «*in folio*» de 101 folhas, tendo no frontespício as Armas do prelado e o título «*Constituições do Bispado de Angra — ano 1560*». Infelizmente e segundo diz o cónego Pereira em «A Diocese de Angra na História dos seus Prelados»: — «*Parece-nos que não há hoje paróquia alguma que possua esta edição; nem mesmo a Sé Catedral!*» embora tivessem sido adquiridas por todas ou quáse todas as igrejas paroquiais. O jornal «*O Católico*». fez uma nova edição das «*Constituições*» em 1881, também bastante rara.

1560 — O 3.º deão da Sé, Balthazar Gonçalves, foi o primeiro que ordenou e numerou os Livros de Assento da vida civil na paróquia.

1561 — Faleceu em Angra D. Frei Jorge, no dia 26 de Outubro, ficando sepultado na capela-mor da Sé. Foi o primeiro bispo falecido na Diocese. Na pedra tumular pode ler-se este epitáfio: «HIC JACET DOMINUS GEORGIUS A St.º JACOB PASTOR ANGRENSIS, INTER OVES SUAS PRIMUS SEPULTUS». Era da ordem dominicana, tendo professado em Salamanca; foi laureado em Teologia pela Universidade de Paris, tendo desempenhado acção de relevo no Concílio de Trento. Dele disse o Patriarca das Índias, D. João de Bermudes, quando passou nos Açores: «*A tão bom Padre, não se deve chamar D. Jorge, mas S. Jorge*». Criou várias paróquias e vigararias, havendo, ao tempo da sua morte, em toda a Diocese, dez ouvidorias. Foi muito severo na repressão de licenciosos costumes sobretudo entre os fidalgos e no seio do próprio clero, pelo que recebeu sérios agravos e até, por três vezes, atentados contra a sua vida, segundo refere Fr. Luís de Sousa na «*História da Ordem de S. Domingos*» (Liv.º III).

Por seu muito prestígio na corte, conseguiu a publicação duma Carta Régia determinando que as fábricas das igrejas das Ilhas dos Açores ficassem à conta da Fazenda Real. As associações denominadas «*Fabricas*» foram instituídas no Séc. XIII, e tinham por fim administrar os rendimentos das igrejas. Angariavam-se donativos e aplicavam-se penas de multa com o fim de obter verbas necessárias à construção, reparação e sustento do culto divino. Segundo as obras eram de maior ou menor vulto, assim se designaram por «*Fabrica maior*» ou «*Fabrica menor*» as receitas aplicadas. Estas últimas comportavam as que provinham de encargos que ao povo eram atribuidos (simples reparações nas capelas e coro, encarnação de imagens e festividades religiosas sobretudo aos padroeiros da freguesia). Às «*Fabricas maiores*» pertenciam também as rendas dos benefícios vagos.

Havia ainda as «*Fabricas das ermidas e altares*» administradas pelos mordomos, sob a direcção dos párocos e a fiscalização do bispo. Tentou criar em Angra uma Casa da sua Ordem, para o que trouxera de Lisboa três religiosos «*de boas letras e bom púlpito*», com todas as licenças necessárias, mas a sua prematura morte não consentiu que levasse por deante seus propósitos.

1566 — Carta régia de 10 de Abril, sobre a fábrica das igrejas nas Ilhas dos Açores, à custa da Fazenda Real.

1568 — Entrou na Diocese o 5.º bispo, D. Nuno Alvares Pereira, que já estivera como visitador em 1542. Era formado em Cânones e teve um episcopado bastante frutuoso, apesar de ter durado apenas três anos incompletos, pois faleceu em 20 de Agosto de 1570. Obteve de el-rei uma Carta, datada de 30 de Julho, pela qual as paróquias foram divididas em 3 classes: de 1.ª as que tivessem mais de 200 fogos; de 2.ª as que tivessem de 100 a 200; e de 3.ª as com menos de 100. Elevou a côngrua dos vigários e dos curas, a fim de ensinarem a doutrina cristã ao povo. Para maior brilhantismo do culto na Sé Catedral, obteve a criação de

duas «*meias conesias*» de mais 6 capelães e 4 moços do coro.

1568 — Foi instituída em 7 de Fevereiro a Confraria do Rosário da Sé de Angra.

1569 — O Papa Pio V concede indulgências à Confraria do Rosário da Sé.

1570 — A 18 de Novembro procedeu-se ao lançamento da 1.ª pedra da nova Sé. (Vid. «Breviário» de Gervásio Lima, pág. 347).

1571 — Alvará da Câmara sobre os arcos e portas que se hão-de fazer na Sé (Liv. Registo n.º 1, pág. 163).

1572 — Tomou posse da Diocese o novo bispo, D. Gaspar de Faria que nesse mesmo ano criou as paróquias de S. Pedro e de S. Bento, em Angra.

1576 — Faleceu repentinamente na Sé, D. Gaspar de Faria, 6.º bispo da Diocese, ficando sepultado na Catedral. Tendo visitado a ilha de S. Miguel em 1573, ali foi celebrado por ele, e pela primeira vez naquela ilha, solene Pontifical no dia 8 de Dezembro. Adquiriu uma quinta na freguesia da Agualva, onde passava os meses de Verão, junto dum pomar de «*frutas de espinho e outras qualidades*», segundo refere Drumond, e foi depois pertença de Francisco Linhares Pereira, daquela freguesia.

1578 — (1579, segundo Frutuoso) Entrou em Angra o 7.º bispo, D. Pedro de Castilho. Teve graves conflitos com o corregedor Cyprião de Figueiredo, sendo duas vezes repreendido pelo desembargo do Paço. Por tal motivo e por ser exaltado partidário de Filipe II, ausentou-se para a Ilha de S. Miguel, donde não regressou. Depois de estabelecido na Terceira o governo do Prior do Crato, foi nomeado vigário geral do cabido o licenciado Amaro Lopes da Costa, em substituição do vigário geral do prelado, licenciado Roque Dias Pais que se retirara para a Quinta da Agualva.

1580 — Por influência do bispo D. Pedro de Castilho, foi aclamado Filipe II como rei de Portugal, na ilha de S. Miguel. O cónego Luis de Figueiredo e Lemos foi eleito bispo do

Funchal. Era natural de Santa Maria e foi pároco de S. Pedro de Ponta Delgada.

1581 — Por terem sido rechaçadas pelos governantes da ilha as propostas do arcediago Manuel Gonçalves Pacheco, enviadas em 2 de Junho pelo governador Ambrósio de Aguiar e pelo bispo, à Terceira, para que nesta fosse aclamado Filipe II como já o fora em S. Miguel e S. Maria, houve em Angra grandes manifestações de alegria, sendo mandada celebrar na Sé uma missa de acção de graças, após a qual «*jurou o povo derramar até à última gota de sangue em favor de D. António*».

— No dia 26 de Julho, dia de Santa Ana, realizou-se uma grande procissão em acção de graças pela vitória da Salga contra os invasores, ocorrida na véspera.

1582 — Por falta de alojamentos, e após a chegada de contingentes franceses e ingleses, duas Companhias da Ordenança da cidade estiveram bivacadas no adro da Sé.

1583 — A 28 de Julho é recebida em Angra a reforma do Calendário, estabelecida pelo Papa Gregório XII.

1584 — Assume o governo da Diocese D. Manuel de Gouveia, 8.° bispo, que muito veio melhorar a situação política local, pela acção moderadora exercida sobre o despotismo dos então governantes, após a tomada da ilha pelo Marquês de Santa Cruz.

1585 — Por Carta Régia de 28 de Julho foi nomeado para o governo da Ilha Terceira, em conjunto com o corregedor Cristóvam Soares, e o mestre de campo João de Urbina. A acção do bispo tornou-se então mais relevante.

1586 — Foi criado um «*benefício*» na vila de S. Sebastião.

1587 — Foram criados vários «*benefícios*» na Ilha Terceira.

1589 — Por Alvará de 4 de Janeiro, foi ordenado que houvesse na Sé um sineiro, pago pelo Prelado.

1590 — Em 7 de Agosto, D. Filipe, a pedido de D. Manuel de Gouveia, eleva a côngrua das dignidades, cónegos, vigários e beneficiados da diocese. Por ela se vê que, além das cinco dignidades da Sé, havia nessa data 12 cónegos, 4 meios-cónegos, 1 sub-chantre, 1 mestre de capela, 1 porteiro

de maça, 1 altareiro, 1 vice-tesoureiro que desempenhava as funções de sineiro, e 8 moços-do-coro, além dos capelães.

1592 — D. Filipe proibiu os bodos do Espírito Santo nos Açores.

1593 — Por Alvará de 25 de Fevereiro, determinava-se o modo como havia de proceder-se na arrecadação dos dinheiros provenientes da Bula da Santa Cruzada, instituida no mesmo ano.

— Foram mandadas continuar as obras da Sé suspensas durante as lutas da Sucessão.

— A 10 de Maio, o bispo presidiu ao lançamento da primeira pedra do novo Colégio dos Jesuitas.

1595 — Foi criada em 23 de Maio a paróquia de Santa Luzia, de Angra, até então curato da Sé.

— A Nicolau de Rezendes foi adquirido um órgão que, no dizer do vendedor, «*era diferente dos orgãos de realejo*».

1596 — Em Novembro, faleceu D. Manuel de Gouveia, sendo sepultado na Sé. Diz Fr. Agostinho de Monte Alverne em «*Crónicas da Provincia de S. João Evangelista*» (Vol. III, pág. 20) que «*morreu de enfermidade que para se livrar dela, o aconselharam os médicos conhecesse mulher; antes quiz morrer que tal coisa fazer...*».

1600 — Chegada à Diocese do novo bispo, D. Jerónimo Teixeira Cabral. Foi nomeado Deão do Cabido, António Pires do Canto, que abandonou depois a carreira eclesiástica e se formou em Direito. Casou duas vezes e ocupou o lugar de Juiz dos Resíduos na Terceira. Foi excomungado pelo bispo D. Jerónimo Cabral.

1603 — Por decreto de 8 de Abril, foi autorizada a concessão de um subsídio anual de 500$000 reis, até se concluirem as reparações do paço episcopal, orçadas em mais de 2 contos e 700 mil reis.

1608 — No dia 16 de Fevereiro foi conduzida pelo Bispo a Sagrada Eucaristia para a capela da igreja do Colégio dos Jesuitas.

1610 — Autorizada em 12 de Junho a construção da «*claustra*» em redor da nova Sé.

1614 — Em virtude do terramoto que, em 24 de Maio, assolou a Vila da Praia, a corporação capitular (ao tempo «*Sede vacante*» autorizou o recolhimento das freiras do Convento de Jesus no paço episcopal.

1615 — Transladação do Santíssimo Sacramento, da igreja de S. Salvador para a Sé em 20 de Dezembro.

— Em Alvará régio, determinou Filipe III que fosse reduzida de 1000 cruzados a dotação anual para as obras da Sé, a fim dos restantes 2000 serem aplicados na restauração das igrejas e ermidas danificadas pelo terramoto do ano anterior.

1618 — Concluído o edifício da Sé de Angra, que custou a quantia de 46.448$637 reis.

1619 — Em Carta de 22 de Novembro, ordenou el-rei que as fábricas das igrejas fossem entregues à administração dos respectivos vigários e não dos tesoureiros.

1620 — Em 13 de Setembro foi baptizado na Sé, Sebastião Correia de Lorvella, que seria um dos mais ilustres varões angrenses e um dos maiores homens do seu tempo. Serviu-lhe de padrinho D. Agostinho Ribeiro, 10.º bispo da diocese. Era bispo em Tanger quando foi transferido para Angra. Formado em Teologia, era tão bom pregador que dele disse Fr. Diogo das Chagas: «*ouvi-o pregar na Colegiada da Conceição sentado numa cadeira, por espaço de três horas e, com tal estilo e eloquência, que a todos admirava*». Era natural da Baía, Brasil.

1621 — A 12 de Julho faleceu D. Agostinho, sendo sepultado na Sé.

1623 — Em 24 de Agosto chegou a Angra o 11.º bispo, D. Pedro da Costa Leal, lente de Teologia na Universidade de Coimbra e cónego magistral da Sé de Évora.

1624 — Em 19 de Abril, devido às lutas políticas que dividiam os fidalgos em dois grupos intransigentemente adversos, foi determinado ao bispo substituir por algum tempo a

Manuel do Canto e Castro no cargo de capitão-mor da cidade.

1625 — Faleceu em Ponta Delgada D. Pedro da Costa, ficando sepultado na Matriz.

1626 — A 2 de Janeiro é sagrado bispo D. João Pimenta de Abreu, nomeando uma Junta Governativa para dirigir a Diocese de Angra.

1627 — Deu entrada na Diocese o 12.º bispo, D. João Pimenta de Abreu, doutorado em Teologia pela Universidade de Coimbra, onde foi Deputado do Santo Ofício no Tribunal daquela cidade, em 1617.

1630 — Por ocasião da erupção na ilha de S. Miguel, tendo caído grande quantidade de cinza nesta ilha, realizou-se em Angra uma procissão de preces, promovida pelo bispo que nela se incorporou descalço. Este costume provem da «*Ordem de Penitência*», instituida por S. Francisco (o «*Poverelo de Assis*») e datada do Séc. XIII. Os irmãos acompanhando a procissão de *Penitência* ou de *Terceiros*, a qual saía no primeiro domingo de Quaresma, praticavam vários actos de mortificação e *disciplina*, a que chamavam «*Penitência pública*», tais como transportarem uma cruz às costas açoutando-se, por vezes com tanto rigor, que faziam correr sangue. Proíbidos estes excessos, os «*penitentes*» passaram a limitar estas demonstrações de humildade marchando descalços atrás das procissões e dos andores representativos do santo, ao qual em horas de aflição, haviam dirigido suas preces. Eram neste ano cónegos da Sé, Jerónimo Dias Pacheco, Baltazar da Fonseca, Gaspar Antunes, Francisco da Costa, Luís Quadros de Sousa que se salientou durante o cerco do Castelo e Luís Machado Miranda que teve a dignidade de chantre e pertenceu à Junta Governativa da Diocese nomeada por D. João Pimenta de Abreu, sendo visitador à ilha de S. Miguel.

1635 — A 24 de Julho deu entrada em Angra D. Frei António da Ressurreição, 13.º bispo da Diocese. Era «*doutor na sagrada theologia*» e laureado na Universidade de Coim-

bra e mestre na Ordem Dominicana. Regeu durante dezasseis anos a cadeira «*de Prima*» naquela Universidade, indo ao Capítulo Geral celebrado em Paris, onde tomou o grau de Doutor e foi convidado por Henrique IV de França para que ficasse ensinando em Paris. Foi prelado de grandes virtudes, tendo falecido na vila da Lagoa, em S. Miguel no dia 8 de Abril de 1637 (Drumond diz que foi no dia 7) quando ali se achava em visita pastoral. Durante a visita que fez à ilha do Faial deixou na memória daqueles povos singular recordação o feito praticado na baía da Horta por ocasião de um grande temporal que varreu o porto e deixou em perigo a tripulação e passageiros de um galeão português procedente da Índia. Tinha os mastros destroçados e o mar já lhe havia quebrado uma das amarras, pelo que pedira socorro para terra. Uma embarcação saída para socorre-lo, foi atirada contra a costa e destroçada, tendo perecido um dos tripulantes, pelo que os restantes marítimos se recusaram a saír novamente. Então o bispo fretou um barco em que ele próprio se embarcou e, de pé junto à roda de proa, com o crucifixo erguido, conseguiu atingir o galeão, do qual, na madrugada seguinte, foram desembarcados todos, homens, mulheres e crianças, sãos e salvos. O povo da ilha tributou ao bispo, na hora do desembarque, uma apoteótica recepção. Jaz sepultado na Matriz de Ponta Delgada. E como, segundo testamento deixado antes da partida para essa visita pastoral, manifestava o desejo de ser sepultado na igreja do Convento da Conceição, em Angra, cujas obras auxiliara notàvelmente, foi pedida pelo cabido a transladação do seu cadáver para esta ilha. Quando porém se procedia à exumação, verificou-se que o corpo estava «*inteiro e incorrupto*» apesar de terem passado três anos após a sua morte, bem como intactas as insígnias pontificais com que fora sepultado. Testemunhou este facto D. Frei Lourenço de Castro, quando, alguns anos depois foi nomeado bispo para esta Diocese.

1637 — Após o falecimento de D. Fr. António da Ressurreição, a 8 de Abril, e por terem estado interrompidas, após a Restauração, as relações entre Portugal e a Santa Sé, continuou a Diocese «*Sede vacante*». No reinado de D. João IV, foi apresentado para bispo de Angra D. Fr. Pedro de Sousa, Geral da Congregação dos Beneditinos, que era da família do Conde de Castelo Melhor e fora confessor de D. Afonso VI e de seu irmão o príncipe D. Pedro, mas que faleceu em 1668 sem que se obtivesse confirmação da Santa Sé. Ficou a governar a Diocese o vigário geral, cónego Baltazar Godinho Cardim, que fora Provisor do último Prelado.

1638 — Lançamento da primeira pedra da igreja do Colégio dos Jesuitas, a cuja cerimónia presidiu o Vigário Capitular.

1640 — Era cónego do cabido, Bento Pimenta que, pelas constantes discórdias com o cabido, mereceu o apodo de «*figura de discórdias*». O cónego Francisco de las Casas, foi capelão dos Castelhanos, tendo retirado para Espanha após a rendição do Castelo. Substituiu-o Leonardo de Saa Sotto-Mayor, que instituiu a Irmandade das Almas na Sé, para a qual mandou construir uma capela própria.

1641 — Nos dias 27, 28 e 29 de Março (quarta, quinta e sexta-feira santas) o castelo bombardeou a cidade, incluindo a Sé e outras igrejas, pelo que não se realizaram os ofícios divinos próprios daqueles dias.

— A 31 de Março, Domingo de Páscoa, reuniram-se na Sé os capitães-mores e os da ordenança, com a Câmara, nobreza e comunidades religiosas, cabido e muito povo. Depois de celebrada a procissão da Ressurreição, saíram da Catedral até à Praça onde, pelo capitão-mor João de Bettencor de Vasconcelos foi aclamado o «*invicto Rei D. João IV do nome*». Cantou-se depois solene Te Deum, sendo assinado o auto do sucesso, exarado pelo tabelião Jorge Cardoso no livro próprio do registo. O mesmo pregão foi lançado «*em todos os lugares públicos da cidade*», sem que se houvesse de lamentar qualquer dano

notável, apesar de terem continuado os bombardeamentos.

— Chegou em Abril o padre Francisco Cabral, da Companhia de Jesus, que já servira de visitador nestas Ilhas, nomeado por D. João IV superintendente de guerra, iniciando-se uma maior actividade no cerco ao Castelo que não deixava de bombardear as fortificações dos sitiadores. Foi deveras notável, nessa altura, o contributo dado por alguns clérigos e religiosos franciscanos na própria construção dos entrincheiramentos, apesar de executada muitas vezes sob a chuva de metralha.

— Apesar do ambiente em que vivia a cidade, realizou-se na Sé, a 30 de Maio, a festa do Corpo de Deus, na qual foi orador o padre Francisco Cabral. Pela uma hora da tarde deu entrada solene na Sé o novo corregedor Manuel Figueira Delgado, nomeado por D. João IV, que havia chegado à Terceira na véspera. Nesse mesmo dia desembarcou em Angra o novo provincial da religião seráfica, Frei Mateus da Conceição, irmão de Frei Diogo das Chagas.

1642 — Em 2 de Janeiro, véspera do dia destinado para o assalto ao Castelo, foi exposto o Santíssimo Sacramento e houve confissão geral. Pregou o padre Francisco Cabral, exortando os combatentes.

— Em 2 de Fevereiro foi rezada missa ao Espírito Santo, pelo bom resultado do encontro marcado entre o governo do Castelo e o padre Francisco Cabral.

— Em 4 de Março foi assinada a capitulação do Castelo de S. Filipe, pelo que se rezaram muitas missas em acção de graças pelo termo da luta que durara 11 meses e 11 dias, causando 140 mortos e 120 feridos entre os portugueses.

— No dia 5 de Março saiu uma procissão do Santíssimo Sacramento, em que seguiu um retrato de D. João IV em direcção ao Castelo onde se celebrou missa solene, percorrendo depois os baluartes fronteiros à cidade. Durante o trajecto foram disparados 45 tiros de peça e 1400 de arcabuz.

— Algumas semanas depois, foi recebido com todas as honras o general António Saldanha, do Conselho de El-rei, enviado por D. João IV para coadjuvar os terceirenses na tomada da fortaleza, ao tempo felizmente já rendida. Desembarcou debaixo do pálio, sendo conduzido à Sé Catedral *«e introduzido nella com as cerimónias e aparato devidos a similhantes personagens»*, sendo cantado em sua honra um solene Te Deum.

1643 — Pomposas festas religiosas se celebraram no decorrer deste ano, como as da fundação do Convento dos Recoletos Capuchos (hoje Asilo de Infância Desvalida) cuja primeira pedra foi lançada nos alicerces do arco da capela principal, na antiga capela de S. Roque, a procissão de Corpus Christi e a de Santa Isabel, em que as Câmaras admitiam muitas figuras profanas e bem assim o acompanhamento de oficiais mecânicos com suas *«insignias e castellos»*, e ainda danças e cantorias dos foliões, com estrépito de tambores, pandeiros e outros instrumentos. Em 6 de Agosto fez-se procissão selene por *«haver el-rei passado ás fronteiras a pelejar com os inimigos da fé catholica»*.

1646 — Em 28 de Janeiro escreveu el-rei *«com o seu próprio punho»* uma carta ao deão, cabido e dignidades da Sé, exortando-os a *«darem de mão»* às contendas com a Mesa da Consciência, sobre o provimento dos benefícios eclesiásticos.

1647 — Por virtude dos tremores de terra e outras calamidades de que a ilha foi teatro, fizeram-se muitas preces, procissões e rigorosas penitências. No dia 9 de Junho, quando se celebrava a festa do Espírito Santo, sentiu-se um abalo tão violento que arruinou muitas casas em Angra, *«sofrendo muito a Sé, principalmente nos arcos»*.

— No dia 23 de Junho, quando na Sé se realizava a festividade do Santíssimo Sacramento, irrompeu pelo edifício o Corregedor que pretendia levar preso o juiz daquela confraria, Francisco de Bettencourt Correia e Ávila, interrompendo o acto com geral indignação dos fieis, tendo-o o povo expulsado do templo aos empurrões.

— No dia 29 de Junho, dia de S. Pedro, às 9 horas da noite, sentiu-se novo abalo, tendo a essa mesma hora, não obstante isso, saído uma procissão.

1648 — No dia 24 de Maio, depois de, a 22, Francisco de Ornelas ter trazido a faustosa nova, foi celebrado solene Te Deum, com procissão e sermão, em acção de graças pelo nascimento do infante D. Pedro que depois foi rei de Portugal.

— Datada de 14 de Janeiro, foi recebida a carta régia dirigida ao Cabido, em que se censurava o «*mau exemplo em que os eclesiásticos vivem*» pedindo para tal providências.

1649 — Com data de 24 de Janeiro, foi expedida uma carta de el-rei ao Cabido, àcerca «*do excesso e pouco temor de Deus, com que se vão comettendo pecados publicos, nestas ilhas, que se poderia nellas recear viesse sobre os seus moradores um grande castigo do ceu. E, o que é mais para extranhar, o mau exemplo com que os eclesiásticos vivem, porque, deixando de dallo bom aos seculares, há neles mais vicios que repreender (...)*».

1651 — No dia 17 de Junho realizou-se a mais solene procissão de Corpus Christi, de quantas, em Angra, se haviam realizado até então. Ordenaram-na os padres Jesuitas, para assim festejarem mais solenemente a mudança da Colegiada, do edifício da Rua de Jesus, para o «*Colégio Novo*», acabado de construir, com igreja anexa dedicada ao tempo a Santo Inácio de Loyola e no vulgo conhecida por igreja do Colégio. O cortejo era dividido em duas partes — religiosa e profana — e dirigido superiormente pelo juiz de fora que, «*alçando vara*», tinha então o magestático poder de «*fazer andar as danças*» as quais, àparte a solenidade e inponência do acto, constituiram a maior atracção das massas populares, organizadas ao abrigo duma lei de 1515 que autorizava a usança de «*folias*», não só no interior dos templos como também nas procissões, sobretudo nesta do Corpo de Deus. Naquela a que nos referimos, incluiram os Jesuitas a apresentação de

nove figuras representando as nove ilhas dos Açores, e mais uma — a «*Ilha Encoberta*» — que por muitos ainda andou a ser procurada, sempre em vão. Diz Maldonado, na «Phoenix» «*que não houve joia em Angra que nesta função não saísse a público*» acrescentando que, na apreciação dos estrangeiros, se considerava imprudente «*expor tamanha riqueza em terra que tinha os castelhanos por inimigos e tão poderosos*».

1654 — Desembarcou em Angra o Padre António Vieira, da Companhia de Jesus, que vinha do Maranhão. Pregou na Sé o sermão do Rosário, enchendo-se totalmente, e pela primeira vez, a vasta catedral. Na ermida da Boa Nova, ensinou o povo a cantar o Terço a Nossa Senhora.

1655 — A 30 de Setembro, faleceu «*com evidentes signais de predestinado*» o tenente Sebastião Cardoso Machado que, pressentindo a morte «*mandou abrir a sepultura, e fazer o ataúde onde havia jazer seu corpo, e fez talhar em sua presença o luto para seus filhos, e creados*».

1656 — Foi este ano denominado o «*das bexigas*», e lavrou no mês de Maio com tanta intensidade que muito poucas crianças escaparam, «*os que eram de 15 anos para baixo, e mui raros os que eram de 3 annos*», pelo que foram feitas muitas preces públicas e, com o parecer dos médicos, «*se queimaram louros e hervas medicinais*» (Annaes, vol. II, pág. 129).

1657 — Tendo chegado em 11 de Janeiro ao porto de Angra um navio com a notícia do falecimento de el-rei D. João IV, realizaram-se na Sé, a 4 de Fevereiro, com toda a pompa e grandeza, as exéquias solenes. «*Cantou-se o officio de dous coros de muzica, celebrando a missa o Dr. Francisco Loureiro, deão da sé d' Angra; prégou o padre mestre Manuel Fernandes, visitador dos collegios, que por suas raras virtudes e sciencia falleceu confessor d' el-rei D. Pedro no ano de 1693 (...) e com os irmãos da misericordia se fez procissão*» — segundo refere Maldonado.

1659 — «*Impugnou o provedor da fazenda o verificar o pagamento dos ministros eclesiásticos, que não eram collados, em*

quanto elles lhe não apresentassem os alvarás de mantimento dos beneficios e prebendas» (Annaes, vol. II, pág. 139).

1663 — Graças aos grandes créditos que tinham adquirido os padres de S. Francisco por incansável zelo de fr. Fernando Laranjo, iniciou-se a obra de restauração e ampliação da igreja de S. Francisco que veio a concluir-se em 1672.

1665 — Durante a visita feita à Terceira pelo provisor do Bispado, cónego João Diniz Pereira, foi determinado àcerca das festas do Espírito Santo *«Que daqui por diante, sómente as coroas entrem na igreja e os foliões que acompanham as pessoas ou imperadores não estarão com a musica e tambor na igreja; e os ditos Ministros eclesiásticos não assistirão á mesa dos imperadores, nem irão as suas casas a dar-lhes o cetro, nem tirar-lhes a coroa, sob pena de excomunhão»*.

1666 — A 6 de Março procedeu-se ao lançamento da primeira pedra da nova igreja de N.ª S.ª da Guia (S. Francisco) *«que neste convento se fez por indústria, e estudo do nosso muito reverendo e padre mestre Fr. Fernando da Conceição...»*, fr. Fernando Laranjo, primeiro lente jubilado desta mesma província e visitador dela.

1669 — Foi mandado abonar pela alfândega de Angra, anualmente, duas arrobas de cera ao *«Menino Deus do presépio das religiosas da Vila da Praia»*, como protector da infanta Izabel, *«filha de D. Pedro e de sua mulher e cunhada D. Maria Francisca»*.

1671 — Em 18 de Maio foi nomeado bispo de Angra D. Fr. Lourenço de Castro, que deu entrada na Diocese em 11 de Novembro. Era doutorado em Teologia. Foi notável orador. Como esteve vaga a Diocese durante 34 anos em virtude de terem estado interrompidas as relações diplomáticas com a Santa Sé, o novo prelado foi recebido com grandes demonstrações de alegria, tendo sido saudado nas portas do cais pelo corregedor Manuel Bicudo que lhe fez *«uma eloquente prática»*. Obteve da Santa Sé licença

para trazer, como trajo prelatício, o hábito da Ordem de S. Domingos, a que pertencia.

1672 — Concluidas as grandes obras do Convento de S. Francisco, cuja primeira pedra havia sido lançada em 1666, foi D. Lourenço quem celebrou missa de pontifical na nova igreja, após a procissão que para o sacrário conduziu o Santíssimo Sacramento, depois de percorrer grande parte da cidade, no domingo, 2 de Outubro. No dia 4, consagrado ao culto de S. Francisco de Assis, o prelado pregou na missa solene nesse dia realizada.

1676 — Em 31 de Dezembro faleceu o ilustre terceirense António do Canto de Castro que ficou sepultado na Sé, na capela de seu trisavô, Pedro Annes do Canto.

1677 — O tesoureiro-mor António de Sousa foi nomeado sub-núncio apostólico em Angra.

1678 — D. Lourenço foi chamado a Lisboa, sendo transferido para a Diocese de Miranda em 1681, tendo ali falecido em 1684. Durante o seu munus episcopal, teve de censurar o vigário geral de Angra por não ter procedido contra alguns eclesiásticos que se haviam intormetido na célebre campanha do alfaiate Lazaro Fernandes — o caranguejeiro — que, armado em profeta, dizia estar D. Afonso VI, ao tempo preso no castelo, predestinado para conquistar a Terra Santa, o que deu lugar a suspeitas de levantamento da cidade em favor do rei-exilado, originando a sua transferência para o Paço de Sintra.

1683 — Foi proposto por D. Pedro II para bispo de Angra e confirmado em 1683, D. Fr. João dos Prazeres, antigo lente da Universidade de Évora, que vestiu o hábito de franciscano no Algarve e tomou posse a 22 de Agosto de 1684. Faleceu em 1 de Fevereiro do ano seguinte, no Colégio dos Jesuitas, sendo sepultado na Sé. Foi tão exemplar na vida e tão caridoso que, após a sua morte, teve de ser arrematada a prata que servia nos pontificais para pagamento das dívidas que deixara, prata que o cabido resolveu adquirir ao arrematante Remígio Nolette a

fim de não faltar para uso do bispo sucessor, pagando-a com os rendimentos da Mitra.

1684 — Concluiu-se a fundação do mosteiro de S. Sebastião, em 19 de Outubro, no qual foi incorporada a ermida da mesma invocação, mandada erigir pelo Senado Angrense em 1599.

1685 — No 1.º de Fevereiro faleceu o bispo D. Fr. João dos Prazeres no Colégio dos Jesuitas.

1686 — A 18 de Março foi confirmado bispo de Angra D. Fr. Manuel da Natividade, bispo de Angola e Congo, que não chegou a vir à Diocese por ter falecido em Angola a 9 de Dezembro.

1688 — Desembarcou em Angra a 12 de Outubro, o 16.º bispo, D. Fr. Clemente Vieira, que foi lente de Teologia na Universidade de Coimbra e fazia parte do Conselho de Sua Magestade. Era da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho e foi sagrado no Porto. Obrigou os párocos a proibirem, sob pena de multa, as danças e jogos que se faziam nas casas dos noivos, nos oito dias antes do casamento, de dia e de noite, «*com tanto escândalo, que dahi resultavam grandes offensas a Deus e da honra e fama das mulheres que nas ditas casas assistiam...*» Foi o único prelado, segundo cremos, que exerceu o cargo de provedor da Misericórdia de Angra.

1692 — D. Clemente faleceu no dia 24 de Setembro, estando de visita à ilha de S. Miguel, com 63 anos de idade, sendo sepultado na capela-mor do Convento da Graça, daquela cidade.

1693 — No 1.º de Novembro faleceu o P.e Tomaz de Vasconcelos que deixou rendimentos próprios ao Convento de S. Tomaz de Vila Nova, erecto na Praia, a fim de que um padre-mestre ensinasse Teologia aos Clérigos.

1694 — A 24 de Maio fez o Cabido um solene protesto perante as autoridades militares, por causa de uma triste ocorrência por ocasião da procissão das Rogações, em que um perseguido pela guarda do porto se acolheu junto da cruz, quando a procissão descia a Rua do Galo, o que

não obstou a que as praças ali mesmo o atacassem, disparando sobre ele um tiro, o que, como é óbvio, provocou grande desordem e protestos dos fieis acompanhantes, entre os quais, além do próprio Cabido e outras dignidades eclesiásticas, se encontrava a própria Câmara, autoridades e nobreza da cidade, tendo resolvido dar outro rumo às procissões que saissem da Sé. Esta deliberação foi depois, a pedido da Câmara, revogada, voltando as procissões a percorrer «*as ruas principais, como era antigo uso*».

— Fez entrada solene na Sé, no dia 16 de Agosto, o 17.º bispo da diocese, D. António Vieira Leitão, que foi desembargador da Relação Eclesiástica do Patriarcado de Lisboa, juiz da legacia e provisor do Priorado do Crato.

1695 — Da visita feita a esta ilha consta uma censura aos párocos pela falta de ensino religioso, a condenação dos bailes e jogos nas casas dos noivos e parturientes, como já o fizera o seu antecessor, e proibe que os fregueses façam contratos dentro da igreja e que nela entrem com os bordões, assim como levarem o «*cabelo atado*», sob pena de multa de «*meio tostão, por cada vez*». Constando-lhe que alguns clérigos andavam «*com gadelhas e cabello comprido*» manda que o «*cortem rente de sorte que não tragam gadelhas, nem seja tão comprido que não apareçam as orelhas e se não veja distintamente a coroa*». Proibe também aos clérigos a compra e venda de pão, vinho, azeite e «*outros quaisquer frutos*» a mercadores, e que em suas casas se vendam mercadorias alheias. Sob a pesada pena de excomunhão maior e multa de 50 cruzados, proibiu ainda que os homens, chamados «*corredores*» vão como é costume, pelas igrejas, na noite de quinta-feira santa, levar «*viatico de pão e vinho*», dirigindo às mulheres que nelas estavam «*palavras indecentes e profanas*».

1697 — Em nova visita pastoral, proibiu mais os «*Impérios de Mulheres*», pelos enfeites «*indecorosos e profanos de que*

as ditas mulheres usam em tais actos e pelo concurso de homens que a eles vão, com práticas indecentes e outras enormidades, de que resulta geral escandalo».

— No mesmo ano e em virtude de queixa apresentada pela Câmara a el-rei por aumento nos «*salários*» dos casamentos que passaram de 1000 reis para 1500 reis, o bispo foi repreendido, sendo-lhe determinado que se «*observasse o antigo costume*».

— Tentou reprimir vários «*escandalos*» que se davam nos Conventos, sobretudo no de S. Gonçalo, pelo que a nobreza e parte do clero, alguns comprometidos, moveram ao prelado uma surda campanha de intrigas.

1705 — Autorizou a fundação da confraria do Rosário, na Sé, a 18 de Fevereiro, tendo oferecido à dita confraria a imagem de S. Libório que hoje ali se encontra no altar de Santo Estevão.

1708 — Segundo um documento existente na feitoria da alfândega de Angra (Liv.º 1 - Maço 1, da Capitania Geral) nesta data existia já o relógio da sé, pois foram pagos nesse ano 2 moios de trigo ao Relojoeiro da Sé, embora só pela reforma eclesiástica de 1832 tenha sido tal cargo incorporado no quadro dos servidores da catedral, com o mesmo ordenado (Vid. ano de 1832). Contudo, a maquinaria do actual, regista que foi construído em Lisboa, por Paulo França, em 1782. O seu mostrador primitivo era de pedra e dispunha apenas de um ponteiro grande, indicativo das horas. Sofreu grande transformação numa oficina de Sacavém, em 1926, segundo projecto aprovado, recebendo a maquinaria grandes beneficiações, destacando-se a instalação de um mostrador luminoso e dos dois ponteiros, tal como hoje se encontra.

Na «Memória Histórica do horrivel terramoto», por Felix José da Costa, há a referência de que, em 15 de Junho de 1841, o relógio da sé «*tanto sofreu, que deixou de marcar aquelas horas de angústia, aqueles momentos de morte*».

1714 — D. António Leitão faleceu na Vila das Velas em 22 de

Maio, durante a visita que fora fazer à ilha de S. Jorge, tendo ficado sepultado junto do altar-mor da igreja do Mosteiro das Freiras de Santa Clara, por deligências dele fundado naquela vila.

1715 — A 12 de Fevereiro, por despacho do Cabido, o «*clérigo, ordenado de missa*» João de Sousa Benevides de Viveiros, natural de Angra, prestou juramento na Câmara Eclesiástica, «*de que voltaria de Lisboa a esta Diocese*». Fundamentou-se esta exigência por ser considerado «*bom harpista*» e dele muito necessitar a Sé do S.mo Salvador.

1716 — Carta régia de 28 Setembro, determinando os dotes das freiras nesta ilha.

1717 — Os religiosos franciscanos de St.ª Maria e S. Miguel separaram-se da Província de S. João Evangelista, constituindo custódia separada.

1718 — Faleceu em Lisboa em 30 de Dezembro, o bispo desta diocese, D. João de Brito e Vasconcelos, sem que tivesse vindo ao bispado. Era Doutor em Cânones.

1720 — Foi nomeado D. Manuel Álvares da Costa que era bispo de Pernambuco, sendo dali transferido para a diocese de Angra. Tomou posse por procuração Dr. Francisco Fonseca Carvão a quem nomeou Governador do Bispado.

1722 — Em visita pastoral a esta ilha, D. Manuel censura ao clero a falta de doutrinação aos domingos e dias santos, determinando que a mesma se faça, sob pena de «*um tostão*» de multa por cada falta. Obriga também os pais a mandarem os filhos à catequese, sob multa de «*um vintem*» por cada falta.

1724 — Por provisão de 14 de Julho autorizou el-rei que se fintasse a Fazenda Pública para ser reconstruída a igreja do Cabo da Praia que datava de 1520, tendo sido seu primeiro vigário Fr. Roque Gil.

1726 — A 27 de Agosto publicou o bispo uma pastoral proibindo ao clero o uso de «*rebuços ou capelos nos capotes*», a fim de poderem ser reconhecidos. Por provisão de 5 de Julho havia sido determinada uma devassa contra os freiráticos.

1727 — O prelado ofereceu à igreja dos Capuchos (N.ª S.ª do Livramento) o azulejo que reveste as paredes da capela-mor, representando duas cenas da vida de S. Francisco.

1728 — Em cumprimento de instruções dimanadas do bispado, foram reprimidos vários abusos cometidos pelos paroquianos. Abaixo se transcreve um documento comprovativo sobre a repressão do trabalho do campo «*aos Domingos e dias Santos*», quando da visitação que fez o Licenciado Antonio da Sylveira Gularte à paróquia de S. Caetano, e que é do teor seguinte:

"Fezceme queixa em vizita da devacidão com q nesta Freguesia se trabalha nos Domingos e dias Santos mondando e cavando inhames mondando e apanhando e estendendo linhos aos orvalhos lavando roupas cardando lans dobando fiadas cortando lenhas e tapando bardos e uzando de todo o mais genero de trabalho proibido pela Stª M.e Igreja Srª May e Mestra e o que he mais digno de sentimento que devendo os principais do lugar dar o milhor ezemplo delles aprendem os Pobres e de menos esfera em o tuparem-se nestes delitos sem nem huns nem outros attenderem a grave ofença q contra Ds. commetem nestes trabalhos (ilegível) gandoos a ambição de mais ter pª não verem o gravissimo pecado que commetem não advertindo que o preceito que lhes proibe este exercicio peccaminozo he hu das da Ley de Ds. e dos que pertencem a sua honra, como a Igreja nos ensina, nem reparando que tantas são as culpas que commtem q.tas são as pessoas que em seo trabalho admitem e bem do escandallo geral que dão e o peor hé que o Rdº Paroco vendoo e sabendoo o tolera: e provendo nesta parte de remedio qtª aocasião o pedi....».

Outro sim se procura acabar com o velho costume de organizar folguedos «*de homens e mulheres*» nas casas

das parturientes e noivos, transcrevendo-se a parte que interessa dos «*lançamentos*» da visita acima referida:

«Fezceme queixa em vizita que nesta freguesia na occasião de partos e nouvos se fazião bailes de homens com mulheres de que resultão graves ofensas de Ds. e outras consequencias perniciosas ao que atendendo, mando ao Rd° Paroco que sabendo condene ao donnoda casa en (ilegivel) os taes Folguedos se fizerem em 500 Riais e a cada hua das pessoas que asestir não sendo as percizant.e neceçarias as quais este/ão com moderação de vida em 100 Riais. as quais multas se cobrarão na forma do capitulo acima proximo e deve o Rd° Paroco ter mt° Cuidado em extripar abusos tão nefandos 16 de Julho de 1728 a) Antonio Sylveira Gularte. Paroco Antonio Rodrigues Serpa».

1733 — Faleceu D. Manuel Alves da Costa em 10 de Janeiro, segundo inscrição no seu retrato, existente na sala do Cabido, sendo sepultado na Sé após solenes exéquias. O seu governo foi muito pacífico.

1738 — Foi sagrado pelo patriarca de Lisboa, em 7 de Outubro, o 20.° bispo de Angra, D. Fr. Valério do Sacramento, mestre de Teologia e Filosofia no Convento dos Capuchos onde professara e provincial da ordem em Portugal. Por ser nascido de pais humildes, alguns fidalgos levaram a mal a nomeação, pelo que D. Pedro V ordenou ao Cabido que lhe fosse feita uma recepção com extraordinária pompa, por ser em tudo digno dela.

1741 — D. Fr. Valério deu entrada na diocese a 27 de Agosto, tendo-se recolhido ao Convento dos Capuchos enquanto lhe preparavam a recepção oficial. Diz Drumond que se mandaram caiar todas as casas das ruas por onde passaria o cortejo e que foram vistosamente engalanadas, vindo o bispo a cavalo debaixo do pálio, a cujas varas pegavam os mais distintos cavalheiros da cidade, sustentando as

rédeas do ginete o mais antigo nobre angrense, o que, no dizer do mesmo historiador, fizeram os fidalgos constrangidamente.

— Havendo grande falta de cereais no concelho da Praia, ordenou D. Fr. Valério ao ouvidor Dr. Cristóvão Borges da Costa que fizesse abrir os graneis e mandasse pôr à venda o trigo e milho que alguns clérigos ali tinham depositado, provocando a escassez daqueles géneros, essenciais ao povo.

— A sua primeira pastoral, datada de 11 de Novembro, confirma tudo o que por seus antecessores havia sido determinado e não tivesse sido revogado até à data, estabelecendo severas obrigações ao clero sobretudo no que diz respeito à instrução religiosa, mandando que sejam examinados pelo Prelado todos os curas da Ilha Terceira e pelos ouvidores respectivos nas outras ilhas, recomendando aos Párocos que realizem, duas ou três vezes por semana, palestras sobre matérias de moral, na igreja ou em suas próprias casas, obrigando os clérigos de suas freguesias que assistam às mesmas e prescrevendo outras salutares medidas de respeito e prestígio para a vida sacerdotal.

1742 — Foi construida a ermida de N.ª S.ª da Penha de França, em terreno pertencente ao chantre da Sé, António d'Oeiras Fonseca.

1743 — Era tesoureiro-mor da Sé, o Cónego Dr. Bartolomeu Coelho de Melo que saíra da companhia de Jesus para se formar em Coimbra e foi deão em 1746. Era poeta de merecimento.

1744 — De visita à Ilha de S. Miguel, publica ali a sua 2.ª pastoral, não menos edificante e moralizadora dos costumes, afirmando que «*toda a reforma do Bispado consiste principalmente na reforma dos eclesiásticos; pois que, sendo eles os espelhos da Igreja e o Sal da Terra, à vista da sua integridade e pureza comporá o Povo as suas acções*». Sobre a maneira de vestir dos clérigos, esclarece que «*não devem usar chapas de metal nos cabeções, nem botões*

de ouro ou de pedras, tão finas como falsas, nas camisas», dando instruções aos confessores e advertindo-os de que «*Deus não lhes ha de pedir contas do numero de pessoas que confessaram, mas sim de como as confessaram*». Condena as romarias a ermidas de «N.ª S.ª dos Santos» «*por se ter a antiga devoção convertido em relaxação e perdição de almas*», visto as fazerem «*com violas, instrumentos e bailes indecentes e indecorosos, em companhia de várias mulheres que, promiscuamente, pernoitam nas ermidas e casas de romagem, do que tudo resulta grande escândalo e ofensa a Deus*». Censura também os comerciantes que fazem contratos ilícitos e os lavradores que faltarem à fidelidade e inteireza na satisfação dos dízimos, e as mulheres que tirarem, ocultamente, alguns alqueires de milho ou trigo antes de dizimado.

1745 — A 2 de Fevereiro publica uma pastoral em que adverte os clérigos das condições que deve ter o seu pessoal doméstico, proibindo-lhes o «*ensinar a ler, escrever, tanger ou cantar meninas que não sejam irmãs ou filhas de irmãos*» e ordena aos vigários das «*freguesias do monte*» que delas façam expulsar os que vivem escandalosamente e, caso desobedeçam à terceira advertência, «*as mande prender pelo alcaide do lugar, que as levará ao Aljube, à nossa ordem*».

1746 — Passou a tesoureiro-mor da Sé e provisor da cúria o Cónego Dr. Manuel Carlos do Canto e Castro.

1747 — O bispo autorizou a fundação do «Recolhimento de Jesus, Maria, José» (Mónicas), em Angra.

1749 — Publicada ainda uma 4.ª pastoral, quase exclusivamente dedicada a admoestações ao Clero, contendo máximas de moral para orientação de seus procedimentos.

1750 — Tendo falecido el-rei D. João V, não se fizeram exéquias na Sé por não consentir o bispo que se armasse a eça na capela-mor, como era de uso fazer-se, ignorando-se o motivo de tal decisão.

1757 — Cansado de seu frutuoso episcopado e da luta travada contra a Nobreza e o Clero, D. Fr. Valério renunciou ao

bispado, em fins deste ano, acolhendo-se à humildade da sua Capucha onde viveu ainda durante 3 anos, falecendo em 6 de Novembro de 1760.

1758 — Desembarcou em Angra o 21.º bispo, D. António Caetano da Rocha, tomando conta da Diocese em 21 de Novembro. Era Doutor e Lente de Cânones na Universidade de Coimbra. No arquivo do Cabido (Doc. n.º 23-2.º maço) deste ano, há um documento em que se contem a relação da prata que Sua Magestade mandou para a Sé em 21 de Outubro de 1758, bem como a relação de paramentos lavrados, e cuja cópia se transcreve:

«Sua Mag.de manda remetter na Galera Dignamarqueza chamada Anna Catharina entregue ao Sobrecarga della Valerio Francisco os tres caixons conteúdos no conhecimento junto emque vay a Prata, Pontificaes, e mais Paramentos declarados nas duas relaçoens tambem juntas assinadas por João Gomes de Araujo, que serue de Official Mayor desta Secretaria de Estado e ordena o mesmo Senhor, que logo, que vm receber esta mande e tirar de bordo os ditos caixoens e com toda a arrecadação necessaria entregue o que nelles vay ao Thezoureiro da Diocese dessa Cidade, fazendo termo no qual se declare, que Sua Mag.de Fidelissima faz Doação de tudo a favor da mesma Diocese cujo termo, ou copia delle remetterá um pela primeira embarcação, que se offerecer para lhe ser prezente.

Nesta incluo as chaves dos referidos caixoens.

Deos g.de a vm. Belem a 21 de Outubro de 1758, Tomé Joaquim da Costa Corte Real // Sr. Juiz Contador da Alfandega da Cidade de Angra.

Relação da Prata que S. Mag.de manda para a Sêe de Angra

Hum prato redondo gomado pella borda com seu gumil tambem gomado tudo dourado

Hum prato redondo pequeno gomado pela borda com duas galhetas tambem gomadas redondas com azas e bicos, e tudo dourado

Duas Salvas piquenas com entradas na borda molduras lizas com seus sercadinhos por dentro

Hum Bago de Bispo de prata dourado

Hum Portapas

Huma Campainha

Huma Candela

Hum Calis antigo

Hum vazinho de Comunhão

Huma Caixa de Ostias com seus gominhos

Tres Frasquinhos dos S.tos Olios

Duas chaves grandes de prata

Humas penas de tizoura

Huma Cruz peitoral de Bispo de Ouro

O mencionado asima vai em huma arca de moscovia uzada coberta de rescadilho

Belem 21 de Outubro de 1758

João Gomes de Araujo

Relação dos Ornamentos que S. Mag.de manda para a Sêe de Angra

Paramentos Brancos

Huma casula bordada com esttola e manipulo

Duas Bolsas de Corporaes bordadas

Hum Veo de Calis bordado

Hum Gramial bordado
Hum par de luvas canhones bordados
Hum Fraldestorio bordado
Duas Mitras bordadas
Huma Mitra de Gorgorão liza
Huma Mitra de lhama cor de ouro com guarniçoens
Huma toalha de Mitra de tafetas
Hum par de meyas e Sapatos
Duas Almofadas de lhama
Duas Punissellas de nobresa com guarniçoens novas
Hum Pluvial de lhama lisa nova com guarniçoẽns
Hum Frontal de lhama lisa nova
Hum panno de liuros de lhama nova
Huma almofada de lhama nova
Dous pannos de Pulpito de lhama nova tudo guarnecido de Ouro fino e Franjãos.

Ornamento Carmezim

Huma casula bordada com estola e manipulo
Huma Bolsa de Corporaes e veo de Calis bordado
Hum Gramial bordado
Duas Punicellas de nobresa com guanição
Hum Pluvial de lhama lisa com guarnição
Hum panno de liuros de lhama nova
Huma almofada de lhama nova
Dous pannos de Pulpito de lhama nova tudo guarnecido de Ouro fino e Franjãos

Ornamento Carmezim

Huma casula bordada com estola e manipulo
Huma Bolsa de Corporaes e veo de Calis bordado
Hum Gramial bordado
Duas Punicellas de nobresa com guarnição
Hum Pluvial de lhama lisa com guarnição

Hum Fraldestorio bordado
Hum par de Luvas com canhoens bordados
Hum Cingulo com Suas borlas
Hum par de Meyas e Sapatos
Hum Fraldestorio de Damasco lizo
Hum veo de Calis de tafeta com guarnição
Duas Almofadas de lhama lisa

Ornamento Rocho, o Seg.te

Huma casula de lhama liza com guarnição, a qual se fez de novo com estolla e manipulo
Hum par de Meyas, e Sapatos novos
Duas Punicellas de nobresa novas com guarnição
Huma Bolça de Corporaes bordada
Hum veo de Caliz bordado
Hum Gramial bordado
Hum Pluvial de lhama com guarniçoens
Hum Fraldestorio de lhama
Huma Almofada de lhama
Hum Fraldestorio de Damasco
Hum veo de Caliz com guarnição em roda

Ornamento Verde he o Segte

Huma casula bordada com estola e manipulo
Huma Bolça de Corporaes bordada
Hum veo de Caliz bordado
Duas Punicellas de nobresa com guarnição
Hum gramial bordado
Hum Fraldestorio de lhama com guarniçoens
Hum dito de Damasco lizo guarnecido de galoens de Ouro fino
Hum Cingulo com suas borlas
Humas Luvas com canhoens bordadas
Hum par de meyas e Sapatos

Duas almofadas de lhama
Hum Fraldestorio de damasco lizo
Hum veo de Caliz bordado
Duas Punicellas de nobresa com guarnição
Hum gramial bordado
Hum Fraldestorio de lhama com guarniçoens
Hum dito de Damasco lizo guarnecido de galoens de Ouro fino
Hum Cingulo com suas borlas
Humas Luvas com canhoens bordadas
Hum par de meyas e Sapatos
Duas Almofadas de lhama
Hum Fraldestorio de damasco lizo
Hum veo de Caliz de tafeta com guarnição em roda
Huma Cadeira de ferro com suas massanetas douradas

roupa

Roupa branca

Dous Roquetes
Huma Cotta
Huma Alva de Renda da terra, a qual leva o Bispo
Hum Amieto fino e dous mais ordinários
Tres toalhas com rendas ordinarias
Outra com sua renda fina
Huma Meza de Corporaes com guarda e pala
Duas Mezas mais com suas guardas
Huma Meza de expozição
Huma alva fina de renda

As cousas mencionadas nesta Relação vão em huma Arca de Moscovia uzada e Caixão de madeira, tosco tudo coberto de resgadilho.

Belem 21 de Outubro de 1758. João Gomes de Araujo.

1759 — Devido a ter escapado ao atentado, na noite de 3 de Setembro do ano findo, e achando-se já livre de perigo D. José I, foi pelo bispo ordenado que se fizessem na Diocese várias cerimónias religiosas. Na Sé após o repique festivo dos sinos, e depois de, durante três dias, se ter iluminado toda a cidade, começou no oitavo dia o acto religioso de acção de graças, tendo o bispo cantado missa e depois, à tarde, presidiu a um solene Te Deum, saindo depois uma procissão pelas ruas da cidade que se encontravam engalanadas. A procissão foi acompanhada pelo governador, seguido das autoridades e do Senado «*com suas varas levantadas*», fechando o couce dois batalhões de Infantaria que no final deram as descargas do estilo, frente à Catedral. Idênticos ofícios religiosos se realizaram na igreja da Misericórdia e na de S. Francisco, sempre com grande concurso de povo.

— A 2 de Dezembro, em circular, proibiu-se, por ordem do Governo, «*o ministério do púlpito e do Confissionário*» aos padres Jesuitas.

1760 — Em Agosto foram expulsos do Colégio os padres Jesuitas, sendo mandados embarcar para Lisboa numa sexta-feira, dia da Senhora da Boa Morte, a bordo duma nau surta no porto. Era em número de doze a comunidade. Drumond, nos «Annaes», faz um largo relato do acontecimento, no Vol. II, pág. 285, dizendo que sairam «*encorporados recitando o salmo* — In exitu Israel de Egipto — ; *e desta forma se embarcaram entre os soluços e magoa de toda a cidade* (...) *Nesse mesmo ano procedeu o corregedor a sequestro e aprehensão em todos os moveis, utensilios e alfaias pertencentes a esta sociedade: e nos dias immediatos sequestrou todos os bens de raiz, nesta e mais ilhas* ...».

1761 — Em virtude dos tremores de terra em Abril, conhecidos pela violência de explosões que sucederam entre 14 e 21 desse mês, sobretudo no «*Mistério Velho*» e no «*Chama*», fizeram-se inúmeras procissões e preces, principalmente com as Coroas do Espírito Santo, motivo por que Matias

Silveira, da freguesia dos Biscoitos, votou e edificou uma ermida junto de suas casas, do lado da estrada «*e desde logo se considerou segura toda a freguesia, cessando a lava*».

1764 — Nomeado cónego, Manuel José Merens, que foi procurador-mor do Cabido. Era cónego neste mesmo ano, Manuel de Sampaio que passou à dignidade de arcediago e esteve 39 dias preso à ordem do deão Mateus Homem da Costa, quando este governou a Diocese após a morte de D. João Marcelino.

1766 — Após a chegada do primeiro capitão-general, D. Antão de Almada, que foi recebido com todas as honras, D. António retirou-se para S. Miguel onde, por recear a ordem pública na Terceira, excitada pelos motins de 1757 e das divergências entre as autoridades em 1763, ali se conservou durante seis anos, originando um protesto do Cabido que el-rei, em provisão de 11 de Abril de 1772, atendeu, ordenando ao prelado «*que se recolhesse á sua igreja capital*».

1772 — Não podendo dar cumprimento à ordem régia, por se lhe terem agravado os padecimentos, faleceu em Ponta Delgada a 21 de Junho, ficando sepultado na igreja matriz.

1773 — Sendo «*Sede Vacante*», e tendo o Cabido cometido algumas irregularidades na forma como eram realizados os concursos a Benefícios vários, recebeu aquele, datado de 8 de Março, uma determinação do Governo para que nos referidos exames fosse adoptada a doutrina dos autores clássicos e se convocassem para examinadores os padres mestres dos conventos.

1774 — A 16 de Janeiro foi enviado ao Cabido um alvará régio solicitando a observância das leis e anulando os concursos anteriormente feitos para Benefícios nas ilhas de S. Jorge e S. Miguel, em Outubro de 1773, tidos por irregulares.

— Em sessão de 26 de Janeiro, publicou o Cabido um edital proibindo, sob pena de excomunhão maior, venderem-se, alienarem-se ou aforarem-se quaisquer bens do

Convento de S. Gonçalo, sem prévia licença da Mesa do Cabido, em resultado duma carta recebida do capitão-general, D. Antão de Almada, em que se queixava de que a abadessa daquele mosteiro estava fazendo alienação de bens daquela comunidade. A 15 de Junho, foi esta proibição tornada extensiva a todos os conventos do ordinário diocesano.

— O novo prelado, D. João Marcelino dos Santos Aparício, sagrado bispo de Angra no dia 24 de Fevereiro, enviou uma procuração ao arcediago Mateus Homem da Costa, para em seu nome tomar posse do bispado, o que se realizou a 6 de Abril, com grande solenidade, enviando também um alvará ao Cabido, confiando-lhe o governo da Diocese.

— A 31 de Agosto foi recebida uma carta de D. João Marcelino em que manda realizar, à custa da Mitra, um Te Deum de acção de graças pelo nascimento da Infanta, e outra, de Sua Magestade, ordenando que o Cabido fizesse acção de graças por o Santo Padre ter suprimido a Companhia de Jesus, pelo que se realizaram os Te Deum em dias consecutivos (7 e 8 de Setembro).

1775 — Só a 15 de Agosto deste ano deu o bispo entrada na diocese. Tendo solicitado a D. Maria I a doação de um orgão para a catedral, foi-lhe satisfeito o pedido, e entre este ano e o de 1782, data do seu falecimento, teria sido colocado na Sé. É o chamado «*Orgão Grande*», encimado pelo escudo heráldico do bispo D. Fr. João Marcelino, e que, na opinião de Gablenz, autor de uma monografia, escrita em inglês, sobre «*Orgãos de duas Ilhas*» (S. Domingos das Antilhas e Ilha Terceira) é atribuido a Cerveira (António Machado), notável construtor do Séc. Contudo, outro especialista na matéria que também visitou a Terceira, Mr. Lake, inglês, opina que ele deve ser de construção alemã. Por sua vez, o P.e Manuel Azevedo da Cunha, nas «Notas Históricas», diz a pág. 294: «*este órgão distinava-se á Sé de Macau, vindo da Alemanha*

para a Terceira em navio que não pôde seguir viagem e foi oferecido á Sé de Angra, por D. Maria I».

1776 — A 13 de Novembro, estabeleceu D. João Marcelino a realização de palestras e conferências para elucidação do clero e dos fieis sobre assuntos de religião «*sempre de reconhecida utilidade á igreja nascente*», como diz Drumond nos «Annaes» (Vol. III, pág. 45).

1777 — Tendo falecido el-rei D. José I na noite de 24 de Maio, foram realizadas honras fúnebres, constando de pomposos ofícios e sufrágios na Sé, depois de 10 de Junho mas em data que não foi possível averiguar.

— Visitando a ilha do Faial, proibiu se repicasse no ingresso e regresso da Câmara Municipal, quando obrigada a assistir a certas funções na igreja principal da vila da Horta, por tal distinção ser privativa «*das mui altas, e mui poderosas pessoas reais, e bispos, como principes das egrejas*».

1779 — É reconhecido aos meirinhos eclesiásticos o uso da «*vara branca*» nas terras principais da jurisdição do bispo, o que havia sido contestado pelo corregedor da Câmara de Angra.

1782 — A 21 de Maio faleceu em Ponta Delgada, durante a visita que a S. Miguel realizou, o bispo D. João Aparício, ficando sepultado na igreja matriz e mais tarde transladado para a Sé. Foi durante o seu episcopado que veio para a Sé o chamado «*Orgão Grande*» nela existente e que ostenta o brazão ou escudo deste prelado.

— A actual máquina do relógio da Sé tem a data de 1782 e foi construida em Lisboa por Paulo França. O seu mostrador primitivo era de pedra e apenas dispunha de um ponteiro grande, demonstrativo das horas.

1783 — Em sessão de 21 de Maio recebeu o Cabido uma carta do novo bispo, D. Fr. José da Ave-Maria, participando que havia sido sagrado em 24 de Fevereiro. Remeteu procuração ao deão e confiou o governo da diocese ao vigário geral do Cabido. Era doutorado em Teologia pela Universidade de Coimbra.

1784 — Foi publicada a carta de lei de 6 de Outubro, pela qual se ocorreu aos abusos da tolerância e prática dos esponsais clandestinos, sendo abolidas as leis que nas Ordenações prescreviam as querelas dos estupros.

1785 — Em 10 de Dezembro entrou na diocese o 23.º bispo, D. Fr. José da Ave-Maria.

1786 — Em 10 de Maio publicou uma circular ao clero, mandando dar nas missas a oração «*pro tempore famis*», devido ao flagelo da fome ter atingido a ilha, pedindo aos fieis que «*se amem em santa caridade*» e, pela Pastoral de 21 de Dezembro, a todos os diocesanos para que «*todos vivam melhor o ano que vai começar*», recomendando aos párocos que «*não deixem medrar as intrigas, que vemos medrar entre os da plebe e entre os grandes do Povo e, o que é mais para sentir, entre os eclesiásticos e entre os mesmos Párocos*».

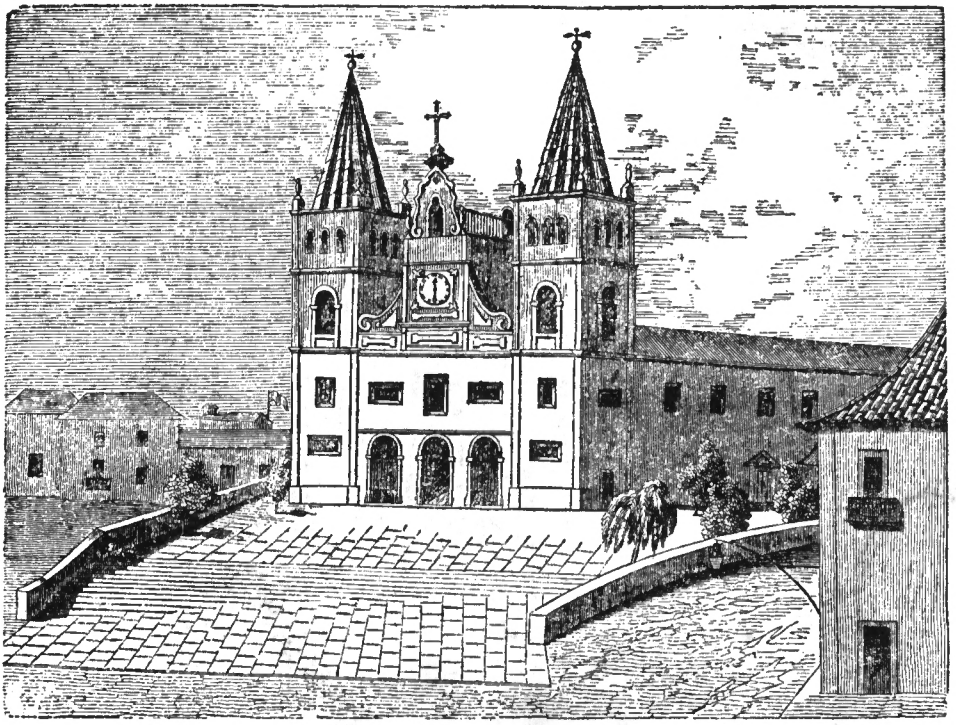
1787 — De acordo com o capitão-general Dinis Gregório de Melo, procurou estabelecer, no Colégio que fora dos Jesuitas, o Seminário de Angra, fazendo junto do Governo as primeiras deligências neste sentido, fundamentadas na falta de educação religiosa que se fizera notar na diocese após a extinção dos conventos daquela Ordem nas Ilhas.

1788 — Foi nomeado cónego o antigo mestre de capela da Sé, João da Silva Carvalho, que escreveu os apreciados livros grandes de Canto-Chão pertencentes ao Cabido.

1789 — Pelas 11 horas da noite de 8 de Março, incendiou-se a igreja matriz de S. Sebastião. O incêndio foi ocasionado por descuido dos «*irmãos terceiros*», que após terem recolhido da devoção de «*pedir para as almas*», deixaram um lampeão aceso junto à capela-mor.

O vigário, P.e José António do Couto, com os beneficiários e outros devotados habitantes, conseguiu a sua reconstrução após 6 anos de trabalho e avultadas esmolas.

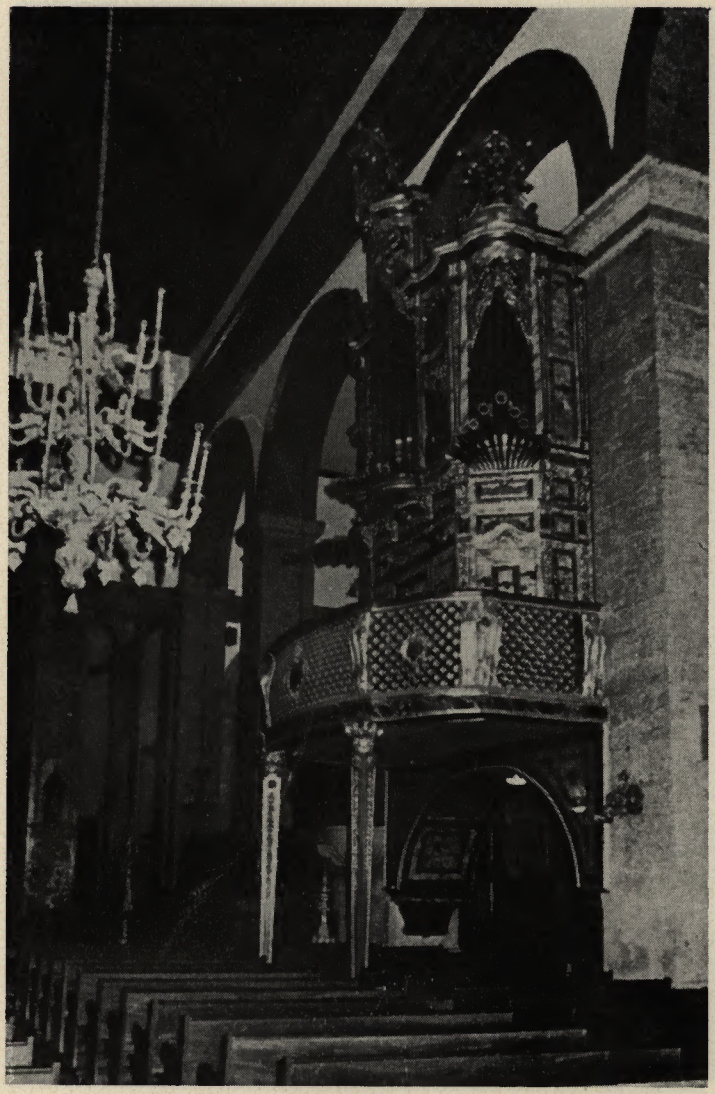
1791 — Passou a cónego, Jorge de Lemos Bettencourt Vasconcelos que fez parte da Junta de Inspecção às Escolas e foi um dos «*Cónegos adjuntos*» para o governo de D. Frei Alexandre.



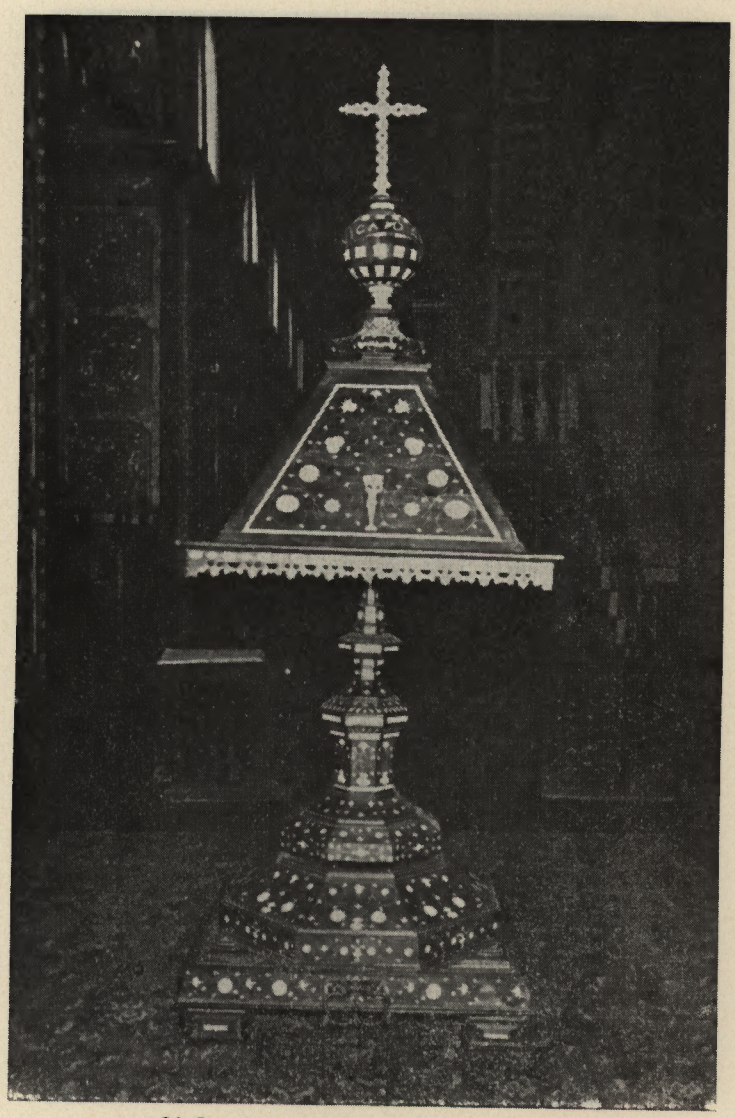
SÉ CATHEDRAL DA CIDADE D'ANGRA = ILHA TERCEIRA.

Reprodução recente de uma gravura do segundo quartel do século XIX

Sé Catedral de Angra e Ilhas dos Açores



Sé Catedral de Angra e Ilhas dos Açores
Interior, vendo-se o Orgão Grande



Sé Catedral de Angra e Ilhas dos Açores
Estante coral

Sé Catedral de Angra e Ilhas dos Açores

Frontal da parte lavrada do Altar do Santíssimo

Sé Catedral de Angra e Ilhas dos Açores

Lado a Sul: «O Sítio» (aspecto actual)

Sé Catedral de Angra e Ilhas dos Açores

Lado a Sul: «O Sítio»

(aspecto anterior)

Sé Catedral de Angra e Ilhas dos Açores

Frontispício das Constituições Sinodais do Bispado (1560)

1792 — O alfaiate Francisco de Sousa Soares, notável poeta satírico e improvisador, escreveu uma «Sátira contra os Cónegos da Sé», na qual, segundo refere Drumond nos «Annaes» (Vol. III, pág. 78) era especialmente visado o reitor Joaquim José da Cruz. Do mesmo autor é a famosa glosa «*Luz e sempre luzirá*».

1793 — Por morte do capitão-general Diniz Gregório de Melo, foi estabelecido um Governo Interino dos Açores, do qual fez parte D. Fr. José da Ave-Maria, o corregedor Manuel José de Arriaga e o juiz de fora Luiz de Moura Furtado.

— Fizeram-se aparatosas conclusões filosóficas na igreja do convento de S. Francisco na vila da Praia, presididas pelo mestre Fr. Tomaz do Rosário e defendidas pelo aluno Fr. Felisberto de Jesus Maria, às quais assistiram numerosas pessoas, tanto eclesiásticas como seculares, conhecedoras da matéria, algumas até vindas de outras ilhas. Fizeram-se nesses dias festas públicas em honra de N.ª S.ª da Vitória, protectora dos estudantes naquela vila.

1797 — Agravando-se os padecimentos do bispo, entregou este ao Cabido o governo da diocese, sendo substituido no governo interino pelo deão Borges da Costa.

— A 30 de Outubro faleceu, pelas 6 horas da tarde, este «*criterioso e pacífico Prelado*», como o classificou o conde de Almada em carta para o Governo, pois levou uma vida despida de fausto e era esmoler e indulgente para os delinquentes. No manuscrito «A Igreja nos Açores», o padre Simas Cardoso diz: «*Abundantes foram as lágrimas que lhe orvalharam a campa; e, nem um só deixou de render preito á sua memória*». Sob o governo de Diniz Gregório de Melo, deligenciou o bispo, apoiado por aquele, para que em Angra fosse criado um Seminário, o que não chegou a concretizar-se por impossibilidade de se obter do Governo as avultadas somas que um tal empreendimento então exigia. Publicou várias pastorais, todas no sentido de dignificar e instruir o clero, procurando fazer cumprir as determinações dos antigos prelados

e as que, em complemento da doutrina exposta, convinha observar para prestígio da Igreja. Foi durante este episcopado que D. Maria I ofereceu à catedral de Angra uma custódia de madeira dourada contendo o sagrado coração de Jesus, a qual se encontra no museu de arte sacra da Sé. A D. José da Ave-Maria foram dedicados os «*Livros Grandes*» do ofício divino e das festas que eram usados no coro da catedral e se encontram também expostos no referido museu. Renovou os estatutos da Sé de Angra e deu os estatutos ao Recolhimento de Jesus, Maria José, permitindo que, nos conventos de religiosas, quando não existisse órgão, se pudesse usar de orquestra nos ofícios divinos.

1800 — Pomposas exéquias se realizaram na Sé por morte da condessa de Almada, falecida de 22 para 23 de Novembro, de parto, com apenas 28 anos de idade. Foi sepultada defronte da capela de N.ª S.ª das Dores, na igreja de S. Francisco.

1801 — Tomou posse do bispado D. José Pegado de Azevedo, por procuração na pessoa do deão Mateus Homem Borges, em 15 de Dezembro.

1802 — Apesar de ter sido sagrado a 13 de Novembro do ano anterior, só no dia 15 de Dezembro do presente ano desembarcou em Angra o 24.º bispo, D. José Pegado de Azevedo. Era membro da Congregação do Oratório e fora prior da igreja de Santos em Lisboa. Foi bom teólogo e pregador distinto. Muito entusiasta pela música, deu grande incremento à cultura desta Arte, pelo que na Sé se registou um notável progresso na execução dela, dando notável brilho às festividades.

1803 — Em virtude de, para pôr termo a alguns desregramentos morais, ter transferido vários párocos aparentados com a nobreza da ilha, e também por reprimir escândalos que se vinham dando no convento de S. Gonçalo entre as freiras e alguns fidalgos, iniciou-se uma campanha de descrédito contra o prelado, tendo aparecido alguns pasquins na noite de 25 de Junho, pregados nas portas da

Sé e de outras igrejas, tendo-se simultaneamente colocado um boneco junto do pelourinho do Alto das Covas, representando o bispo numa atitude indecorosa. O governador Conde de Almada, mandou proceder a um inquérito, tendo sido preso o capitão de milícias João da Silveira, o porta-bandeira João Moules e o cadete Ricardo, irmão deste último, que foram mandados recolher ao Castelo por terem sobre eles incidido fortes suspeitas, sendo, por parte do bispo, mandadas transferir para o convento da Conceição, sujeitas a rigorosa disciplina, três religiosas de S. Gonçalo.

1804 — Aos 6 de Setembro foi enviada uma provisão ao Cabido notificando que os examinadores dos concorrentes aos benefícios eclesiásticos indiquem a classificação obtida pelos examinados, desde mediocre até muito bom.

1805 — O provisor e governador do bispado, durante a ausência do bispo em visita a outras ilhas, determinou aos reitores da Sé e tesoureiros das demais paróquias da cidade, que não consentissem o estacionamento, dentro dos templos, das «*Cadeirinhas*», em que eram transportadas as senhoras quando iam à missa e a outros actos de culto.

1807 — Pelo provisor do bispado, Dr. Cunha Ferraz, foram tomadas providências para que fosse respeitada a cláusula da provisão régia de 1803 que proibia a afixação de editais nas portas que dão acesso às igrejas, mas apenas nas paredes externas.

1808 — A 6 de Outubro, procedeu-se à sagração da Sé Catedral «*por não constar de documento algum que ela houvesse sido sagrada*». No altar-mor, sagrado sob a invocação do Santíssimo Salvador, foram depositadas relíquias dos mártires S. Benedito, S. Primo e S. Venerando.

1809 — Pelas 11 horas do dia 13 se cantou na Sé solene Te Deum em acção de graças pelo termo da ocupação de Portugal pelas tropas francesas. O mesmo acto se praticou nas duas vilas, Praia e S. Sebastião. A 2 de Julho se repetiram estas solenidades comemorando as vitórias dos exércitos

aliados, portugueses e ingleses, contra os usurpadores.

1810 — O bispo D. José Pegado, em visita a S. Miguel, determinou lhe fossem enviados do arquivo do Cabido, os documentos mencionados no documento EEE do Liv. 3 dos «Annaes» de Ferreira Drumond, guardados na «*arca das 3 chaves*».

1811 — Carta do Principe Regente, de 18 de Março, a propósito da rebelião dos religiosos franciscanos da Custódia de S. Miguel contra a jurisdição do bispo. A repreensão sofrida pelo bispo, constante do referido documento, desgostando-o profundamente, agravou-lhe os padecimentos já bastante abalados por anteriores questões entre membros do Cabido.

1812 — A 11 de Junho assinou o seu testamento em que pedia «*perdão, pelo amor de Deus, de qualquer ofensa, escândalo ou mau exemplo...*», tendo deixado aos seus sucessores umas casas que havia comprado junto ao paço episcopal, no qual as incorporou, bem como a sua biblioteca particular «*enquanto não houvesse Seminário diocesano*», acrescentando que, mudando-se a livraria para o seminário, o fariam de forma que «*os livros indispensavelmente proibidos, estariam sempre nella com resguardo e cautela, para que só os podessem ler as pessoas que para isso tivessem legitima licença*». Faleceu a 19 de Junho no convento dos Gracianos em Ponta Delgada, sendo sepultado na Matriz. Grandes foram as lutas travadas durante o seu governo, principalmente pelas desavenças existentes entre o próprio Cabido que muito o magoaram e para o qual humildemente apelou no sentido de fazerem acabar «*todas as discordias, dissenções e partidos entre si e que se amem reciprocamente, com sincera e verdadeira caridade*». Não menores foram as questões entre as freiras de Santo André de Vila Franca e o juiz de fora da ilha de S. Miguel, bem como a atitude insólita de Fr. José dos Anjos, antigo provincial dos franciscanos, indo ao convento da Graça insultar directamente o bispo, por causa

duma divergência que tivera com o vigário geral, acerca da ilegitimidade duma eleição para custódio daquela comunidade. Sendo grande apaixonado pela Música, protegeu com sua estima e apreço a quantos, em Angra, se dedicavam àquela Arte, tendo-lhe dado notável impulso, sobretudo na igreja-mãe do bispado, onde pontificaram o maestro José Bento, organista da Sé, o sub-chantre Manuel Joaquim da Silva, o contralto Vitorino Flores e os franciscanos Fr. Sebastião das Onze-Mil-Virgens e Fr. António de Pádua e os outros que, como discípulos dedicados, souberam depois honrar a memória dos mestres. Instituiu na Sé uma festa do Espírito Santo , com larga distribuição de esmolas pelos necessitados.

1813 — Segundo opinião de T. Gablenz, na monografia de que é autor, intitulada «*Órgãos de duas Ilhas*», (sobre a ilha de S. Domingos, nas Antilhas, e esta Ilha Terceira que visitou) foi neste ano montado na Sé o «*Órgão Grande*», oferecido à Sé por D. Maria I.

1814 — Sendo sede vacante, em sessão de 3 de Julho foi acordado acabar-se com a festa do Espírito Santo que D. José Pegado instituira.

1815 — Foi instaurado sumário de devassa contra o frade franciscano Feliciano do Coração de Jesus e a freira Faustina Isabel do Salvador, aquele confessor do convento da Esperança e esta professa do mesmo convento, acusados de manterem relações ilícitas, sendo o primeiro condenado a pena de excomunhão maior e a cárcere perpétuo e a segunda a dez anos de cárcere e privação perpétua das rodas, parlatórios e grades. A sentença foi proferida em vinte nove de Novembro do mesmo ano, sendo relactor do definitório o padre-mestre Fr. Sebastião de Santa Catarina de Sena.

1816 — Apesar de ter sido nomeado bispo de Angra pelo Príncipe Regente (então no Brasil), D. Frei Alexandre da Sagrada Família só a quatro de Novembro deste ano tomou posse do bispado, por procuração, e só no dia quinze de Dezembro deu entrada solene na diocese,

tendo-se realizado as cerimónias da recepção na igreja da Misericórdia, por decorrerem na Sé os preparativos para a celebração das exéquias pela rainha D. Maria I. A demora fora ocasionada pela falta das bulas de confirmação pela Santa Sé, em razão de uma grave desavença havida entre o bispo e o núncio apostólico em Lisboa, ao tempo residente no Rio de Janeiro.

1817 — Publicou o bispo uma carta pastoral ao Cabido, por motivo de certo desacordo existente quanto à eleição de adjuntos (Vid. Doc. B. no Vol. III dos «Annaes» pág. 135).

1818 — Na sessão capitular de 26 de Março foi apresentada uma carta do prelado em que entregava à Mesa Capitular o governo da diocese por motivo de doença, falecendo no dia 23 de Abril, sendo sepultado na igreja de Santo António dos Capuchos, por ser muito devoto de N.ª S.ª do Livramento. Foi o único bispo natural dos Açores que a Diocese conta, pois nascera na vila da Horta, da ilha do Faial, em 22 de Maio de 1737, sendo seus pais o alferes José Ferreira da Silva e D. Antónia Margarida Garrett. Era o primogénito dos dez filhos do casal, entre os quais se contava António Bernardo da Silva, pai do Visconde de Almeida Garrett. Fez a sua profissão religiosa com 24 anos, no convento franciscano de Brancanes, tomando o nome de Fr. Alexandre da Sagrada Família. Dado às Letras e à Poesia usava o nome arcaico de «*Silvio*» e foi director espiritual da Marquesa de Alorna. Foi bispo eleito de Malaca e Timor, depois transferido para a diocese de Angola e Congo como governador daquele bispado durante três anos, donde, por não ter obtido confirmação, retirou para o seu convento de Brancanes. Em 15 de Junho de 1791 foi eleito sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa. Na casa que em Angra habitou, sita na rua de S. João, viveu seu sobrinho Almeida Garrett quando ainda estudante, sendo ali colocada uma lápide evocando esse facto.

— Na sessão de 25 de Abril, foi eleito vigário capitular o

Dr. João José da Cunha Ferraz. Foi o 1.º vigário capitular da Diocese.

— A 7 de Julho, em pastoral, proíbe, sob pena de multa, que os clérigos levem guarda-sol nas procissões e nos enterros chamados "*de colégio*".

— A 17 do mesmo mês publicou nova pastoral sobre a maneira de vestir do clero e especialmente sobre a instrução «*totalmente abandonada neste bispado, causal da libertinagem dos desvairos de muitos dos eclesiásticos...*». Na falta de bacharel formado em Teologia, lançou mão dos prelados e capítulos dos religiosos de S. Francisco, para estabelecer duas escolas de Moral: uma no convento de S. Francisco desta cidade, de que foi director Fr. Jerónimo Emiliano de Andrade, e outra no convento da vila da Horta, «*enquanto S. M. não prover de remédio*». Para maior divulgação das determinações nela contidas, mandou que fossem publicadas na Sé e em todas as paróquias do bispado, remetendo cópias circulares aos ouvidores de cada ilha.

1819 — A 3 de Maio foi eleito bispo de Angra, D. Frei Manuel Nicolau de Almeida, natural de Vila Franca de Xira. Professou no Instituto dos Carmelitas Descalços e formou-se em Teologia na Universidade de Coimbra em 1790. Leccionou Rectórica, Poética, História e Filosofia no Colégio das Artes e foi professor de Teologia no Funchal.

1820 — Tomou posse, por procuração, o novo 26.º bispo D. Fr. Nicolau de Almeida, em 18 de Agosto, tendo nomeado governador do bispado ao deão J. M. Vasconcelos e Lemos, pelo que cessou o governo do vigário capitular. Entrou na diocese no mês de Agosto.

1821 — Por estar envolvido nos acontecimentos políticos que culminaram na revolta de 2 de Abril, em que foi assassinado o general Araújo, visto ter sido nomeado para a «*Junta Provisória do Supremo Governo das Ilhas dos Açôres*», assinara o decreto, pelo qual Araújo mandava expulsar da ilha o anterior governador Stokler e proferira na Sé, em 29 de Julho de 1821, um notável sermão sobre

a «*novidade das eleições*», foi mandado embarcar para Lisboa, onde ele e Stokler ficaram sob prisão, nomeando governador do bipado o deão Lemos, enquanto estivesse ausente.

1822 — Quando regressava à Sé a procissão que levara o Sagrado Viático a um enfermo, na noite de 3 de Setembro, apareceu assassinado no adro da igreja, perto da porta lateral, o criado negro do padre-sacristão-mor, pelo que se levantou suspeita de que o crime fora cometido dentro do templo, devendo este ficar, portanto, interdito ao culto, foi determinado que, até ao reconhecimento da verdade, o coro e todo o serviço religioso passasse a ser feito na igreja do Colégio. Verificando-se porém que o crime fora cometido no adro «*a mais de uma braça da dita porta*», foi levantado o interdito e o serviço passou a fazer-se na forma habitual.

1823 — A 7 de Agosto foi comunicado pelo governador do bispado que S. M. F,, no artigo 3.º da carta de lei de 20 de Junho, ordenara que «*todas as autoridades eclesiásticas, civis e militares de todas as repartições do Estado (...) apresentem eles-mesmos, por si e o exijam de todos os outros subordinados, uma declaração especial escrita, pela qual se obrigavam a não pertencer, desde aquela data, a nenhuma sociedade secreta...*», mandando, em virtude destas disposições, «*que os Párocos ponham em execução esta Ordem, exigindo tal declaração tambem dos seus empregados e paroquianos*».

— A 22 de Novembro, o general Stokler, já nomeado barão da vila da Praia, exigiu que o governador do bispado lhe enviasse a declaração e promessa «*escrita e assinada por ele-mesmo e por cada um dos empregados e sujeitos à sua Autoridade Eclesiástica, de não pertencerem a sociedade alguma clandestina, secreta e proibida, pelas Leis do Reino*», pelo que este determinou que cada qual fizesse em separado tal declaração «*para evitarem equivocos e sinistras inteligências*».

1824 — Em 10 de Abril, o governador do bispado enviou uma

ordem a todos os párocos para «*reduzir a cinzas*» as pastorais e exortações publicadas no tempo do extinto governo. Pelo cumprimento desta ordem aparece mutilado o livro de visitas e pastorais da Sé, a fls. 30, 31, 32 e de fls. 34 a 45 inclusive, as quais foram reduzidas a cinza. Noutras paróquias se verificou o mesmo facto, de forma que muitos desses documentos são desconhecidos.

— Voltou o bispo da diocese à ilha de S. Miguel no mês de Maio, visto não ter sido dada confirmação pela Santa Sé à sua nomeação para o bispado de Bragança como propusera o governo após a sentença de 10 de Junho de 1823 que o pôs em liberdade. A recusa de Roma fundou-se certamente na publicação, por D. Manuel de Almeida, do opúsculo anónimo que publicou no ano anterior, intitulado «Cartas de um Amigo a outro sobre as Indulgências», no qual negava à Igreja certos direitos tidos como canónicos. Esta publicação foi depois incluida no «*Index*», por decreto da congregação do Santo Ofício, de 6 de Setembro deste ano.

1825 — Pelo fabriqueiro-mor foi proposto, em sessão capitular, que se representasse ao bispo sobre «*a escandalosa e nunca vista falha*» que há três dias tem havido, na «*pronta ministração do vinho para a celebração da missa*», lamentando a «*escandalozissima usurpação*» da troca de «*vinho passado do Pico, pela comum zurrapa que, em breve, se torna incapaz do Sacrifício*».

— A 16 de Julho, D. Manuel enviou ao Cabido uma provisão em que nomeava este, governador interino do bispado, «*por razão das actuais molestias*».

— Na sessão de 17 de Agosto foi dada notícia de que S. E. Reverendíssima ia retirar para Lisboa, o que aconteceu pouco depois, tendo falecido naquela cidade a 11 de Outubro e sendo sepultado no convento do Carmo. Era formado em Teologia pela Universidade de Coimbra e foi reitor do colégio da Ordem do Carmo a que pertencia, leccionando Retórica, Poética, História e Filosofia no Colégio das Artes. Foi também professor de Teo-

logia no Funchal. Era notável orador e, certamente por possuidor de tais dotes, preferia ser orador nas festividades mais solenes da Sé do que celebrar de pontifical. O escritor Rodrigues da Costa, referindo-se a D. Manuel de Almeida numa «Memória Histórica» acerca do cónego Pacheco de Aguiar, depois de lhe chamar "*politico liberal*" afirma que combateu "*desassombrada e lealmente o Poder Temporal do Papa*".

1827 — Por escusa, devido a doença, do deão Dr. Vasconcelos e Lemos, desempenhando as funções de vigário geral, ficou eleito em sessão de 24 de Janeiro o Dr. Frutuoso José Ribeiro.

— Em sessão de 3 de Março, levantando-se dúvidas sobre se competia ao vigário capitular ou ao presidente do cabido "*mandar repicar a Sé, em ocasião de jubilo*", foi reconhecido que esse direito pertencia ao presidente do cabido.

— A 16 de Setembro foi recebida pelo Cabido, com grande júbilo, a notícia de ter sido transferido da diocese de Meliapor para a de Angra, D. Fr. Estevam de Jesus Maria, pelo que foram mandados repicar os sinos da Catedral. O Decreto que o nomeava tinha a data de 3 de Agosto.

1828 — Na sessão do Cabido, de 28 de Abril, foram apresentadas as bulas de confirmação da Santa Sé, datadas de 26 de Janeiro e, conjuntamente, a procuração do prelado ao deão Dr. Frutuoso para, em seu nome, tomar posse da diocese que ficaria governando durante a ausência do bispo. Ficou deliberado, não só marcar o dia 30 para data da posse, mas também que se mandasse pôr luminárias, durante três dias, em sinal de regosijo. A posse foi conferida pelo tesoureiro-mor, Dr. Cunha Ferraz, como presidente do cabido, no impedimento do deão que era o procurador do prelado. Os acontecimentos políticos porém, de que a ilha ia ser teatro, lançariam um balde de água fria sobre os entusiasmos e esperanças de todos.

— A 22 de Maio, o Dr. Frutuoso, como governador do

bispado, dirigiu uma ordem aos párocos desta ilha, estranhando" *a parte que alguns eclesiásticos tomaram nos acontecimentos do dia 18*" (aclamação de D. Miguel, como legítimo rei de Portugal) que classifica como "*anárquicos, subversivos e opostos á boa ordem*" determinando aos párocos que os chamassem à Sacristia e os aconselhassem a que não se intrometessem em deliberações políticas.

— A 22 de Junho estalou em Angra a revolta liberal, e desta data em deante foram muitas as atribulações por que passou o Cabido e toda a vida diocesana. D. Fr. Estevam, que se encontrava ainda em Lisboa, sustou a sua próxima vinda para a diocese. Em Angra constituiu-se a Junta Governativa e depois o Governo Provisório, de que fazia parte, duma e doutro como presidente, o próprio tesoureiro-mor da Sé, Dr. Cunha Ferraz.

Devia também fazer parte do novo governo o deão Dr. Frutuoso, não só como presidente do Cabido, mas como governador do bispado. Fora porém, desde logo, dado como suspeito pelos constitucionais, pelo teor da conduta de D. Fr. Estevam na corte de Lisboa e por ser o seu representante legítimo na diocese. Então, estando reunido o Cabido no dia 27, entrou na sala um grupo de oficiais revoltosos, impondo a saída do deão e ameaçando de que poderia ser preso se não abandonasse o exercício das funções que desempenhava. A partir desta data e após a saída do deão para S. Miguel, pode bem dizer-se que quem passou a pôr e dispor das resoluções do Cabido foi o Dr. Ferraz, manejando a seu belo prazer a política que orientava as resoluções do Governo Provisório, de que ele era, afinal, o presidente, a ponto de haver escritores que classificam de verdadeiro "*cisma*" a atitude tomada pelos diversos governadores até à chegada do prelado que só se efectivaria doze anos mais tarde, quando já os ânimos estavam aquietados e a caminho de serem reatadas as relações com a Santa Sé. Arbitrariedades e prepotências de toda a ordem assinalaram este periodo em que as

operações de guerra não foram as mais inquietantes e prejudiciais para a vida da comunidade açoriana, sobretudo nesta ilha Terceira, sem dúvida a que mais sofreu e se sacrificou pelas causas a que ardorosamente se votara, muitas vezes à custa de tormentos sem fim, culminando na perda total dos haveres e até da própria vida. É certo que casos idênticos ocorreram na maioria das dioceses do país, mas foi Angra que experimentou os primeiros e mais crueis embates das duas ideologias antagónicas que a política exacerbou ao máximo. A extensão demasiada dos documentos que a justificam e a sua análise e transcrição ultrapassariam em muito os limites deste modesto trabalho. De resto, no que diz respeito ao sector religioso, uma obra existe que, pelo seu valor intrínseco e pelo escrúpulo, honestidade e até inparcialidade que presidiu à sua elaboração, pode ser consultada pelos mais exigentes, com inteiro proveito para todos. Refiro-me à "A Diocese de Angra na História dos seus Prelados", do cónego José Augusto Pereira, da qual bem como do extenso artigo publicado no Boletim do I. H. I. T., Vol. III, pág. 169, do mesmo autor, sob o título «D. Frei Estevam o Bispo de Angra, no periodo das Lutas Liberais», nos temos valido principalmente e donde vimos respigando os mais notáveis apontamentos constantes destas «*Efemérides*» e que passamos a resumir como segue:

Publicada já a primeira pastoral do Dr. Cunha Ferraz a recomendar «*oficialmente*» a submissão do clero e dos fieis «*aos legítimos soberanos, Sr. D. Pedro IV e Sr.ª D. Maria II, sua Augusta Filha e nossa Amada Rainha*», logo a seguir, na sessão capitular de 10 de Novembro, foi apresentado um ofício do secretário do governo provisório, declarando nomeadamente que o cónego João J. Belo de Almeida não teria mais «*o exercício do seu voto nesta Mêsa*».

— A 5 de Dezembro, outro ofício da Junta Governativa, privando de «*todo o fôro, dignidade ou proeminência em todo este bispado*» o deão Ribeiro.

Com estes, e por razões em que a «*política*» predominava, começou a sentir-se não só a falta de capitulares na Sé, em onze já reduzidos a dez, mas também de párocos em várias freguesias, tanto da cidade como do campo.

1829 — No 1.º de Julho, um ofício do capitão-general Conde de Vila Flor, determina, nem mais nem menos, que «*toda a prata existente nas diversas freguesias desta ilha, seja recolhida à Tesouraria Geral da Junta da Fazenda*», exceptuando apenas os «*vasos sagrados*», e manda remeter à Casa da Moeda (nesta ilha) «*todos os sinos da Catedral e mais igrejas, reservando sómente um, em cada uma, além do do relógio*». A muito custo se conseguiu que escapassem outras alfaias, como cruzes, turíbulos, etc., por se reconhecer serem indispensáveis ao culto externo a que a Sé era obrigada, sob pena de interdição.

— A 26 de Agosto, outro ofício do capitão-general para que o Cabido declare «*desligados do serviço de todas as suas funções paroquiais*» mais dois sacerdotes. A Junta Liberal de Angra demitiu o governador do bispado Dr. Frutuoso José Ribeiro, deão e vigário geral desde 1827, que por tal se retirou para S. Miguel.

1830 — A 2 de Dezembro foram criadas as Juntas de Paróquia também por ordem da Regência, as primeiras criadas no País. Foram distribuídos pelo párocos 25 exemplares do Decreto de 26 de Novembro que as instituia. Posteriores medidas tornaram evidente a preocupação de sujeitar o ministério eclesiástico aos poderes das Juntas, o que, como é evidente, levantou atritos e questões nas paróquias e entre estas e o próprio cabido.

— Em 12 de Janeiro a Câmara requere a entrega de alguns conventos para servirem de quarteis.

1831 — Em 9 de Fevereiro a Câmara requere à Rainha a abolição do convento de S. Francisco, a fim de para ali se transferir o hospital da Misericórdia, e pede ao cabido para informar.

— Por aviso de 26 de Junho, impõe a Junta ao Cabido que mande apear todos os sinos existentes nesta ilha,

deixando-se apenas uma garrida em cada igreja e, na Sé, também os sinos pertencentes ao relógio.

— Em 31 de Agosto, em resposta a uma consulta do cabido sobre a validade de duas pastorais enviadas de Lisboa pelo bispo, foi recebida, em 7 do mês seguinte, uma provisão, em que se determina ao cabido «*faça expedir ordens necessárias aos vigários e mais empregados das igrejas destas ilhas dos Açores para serem trancadas, a fim de mais se não poderem ler as sobreditas pastorais, como injuriosas aos incontestáveis direitos da Rainha legitima e á Carta Constitucional*».

1832 — A 10 de Janeiro, recebeu o Cabido um aviso para que «*faça expedir ordens para que a igreja de N.ª S.ª da Graça desta cidade seja fechada, a fim de nela mais se não celebrem os oficios do Culto Divino*».

— A 20 do mesmo mês, novo aviso para fazer despejar o convento da Conceição das Freiras para nele ser instalado o hospital Militar. A prata deste convento foi mandada recolher aos cofres públicos. Outro ofício manda «*prontificar a igreja*» do extinto convento dos Capuchos para se poderem alojar todas as praças do Batalhão de Infantaria 10.

— Em 3 de Março é cantado solene Te-Deum em honra de D. Pedro, duque de Bragança, a que assistiu a Corte, Ministros e as mais altas patentes do Exército, tendo D. Pedro recusado tomar assento sob o docel que lhe fora preparado.

— A 4 de Abril foi cantado um solene Te-Deum, festejando o aniversário natalício de D. Maria II, na presença do Regente, com sermão, pelo orador sagrado Marcos Pinto Soares. Este sermão foi publicado em Lx.ª em 1838.

— A 4 de Abril foi apresentado em sessão do Cabido um decreto que mandava criar a "*Comissão Eclesiástica*", para por meio dela se fazerem as reformas de harmonia com o novo sistema político. A ela presidia o mesmo Dr. Cunha Ferraz, presidente do Cabido , ao qual foi dado o

título de «*Desembargador do Paço*», sendo também promovido a arcediago e jubilado como cónego. Foi sob a influência do Dr. Ferraz que se estabeleceram as novas côngruas anuais para as diferentes dignidades, a saber:

DEÃO	20	m.º	e	11	alq.	de	trigo	e	29$663	em	dinheiro
ARCEDIAGO	16	»	»	9	»	»	»	»	26$663	»	»
CHANTRE	16	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»
TESOUREIRO-MOR	16	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»
MESTRE ESCOLA	16	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»
12 CÓNEGOS, a	12	»	»	7	»	»	»	»	20$000	»	»
12 BENEFÍCIARº	6	»	»	—	»	»	»	»	6$000	»	»
SUB CHANTRE	5	»	»	2	»	»	»	»	8$333	»	»
MEST. CERIM.	2	»	»	1	»	»	»	»	13$000	»	»
MEST. CAP.º	5	»	»	16	»	»	»	»	8$666	»	»
10 CAPEL.º. a	4	»	»	2	»	»	»	»	6$666	»	»
ORGANISTA	3	»	»	25	»	»	»	»	4$000	»	»
SACRISTÃO	5	»	»	15	»	»	»	»	8$666	»	»
ALTAREIRO	4	»	»	2	»	»	»	»	6$666	»	»
PORT.ª MASSA	3	»	»	1	»	»	»	»	3$337	»	»
6 MEN. CORO, a	1	»	»	36	»	»	»	»	10$666	»	»
SINEIRO	1	»	»	12	»	»	»	»	2$000	»	»
RELOJOEIRO	2	»	»	—	»	»	»	»	—	»	»

(É curioso notar que os vencimentos do relojoeiro são os mesmos que usufruira em 1708 !)

— A 17 de Maio foram suprimidas as colegiadas de N.ª S.ª Conceição, Santa Bárbara e S. Pedro, sendo promulgada a extinção dos conventos.

— A 30 de Maio, um decreto nomeava para o governo da diocese o Dr. Bernardo do Canto Machado de Faria e Maia que era prior da matriz de Ponta Delgada, exercendo as funções de governador temporal e visitador geral deste bispado, com fundamento na «*ausência e rebelião do Bispo*».

— Em 16 de Junho, Teotónio de Ornelas Bruges, presidente da Câmara de Angra, envia um ofício dando ordem ao clero para que «*não mais se fizessem enterros nas igrejas ou nos adros, mas sim só nos cemitérios*».

— Em 20 de Junho o Cabido, a pedido de S. M. F. transmitido pelo secretário de estado, nomeia o mesmo visitador, vigário capitular.

— A 3 de Agosto, este determina ao Cabido que «*haja de ordenar públicas luminárias, em demonstração do seu regosijo*» pelo facto de D. Pedro haver desembarcado em Portugal, entre o Porto e Vila do Conde. No último dia houve Te-Deum em acção de graças.

1833 — A 7 de Fevereiro, o Dr. Faria e Maia publica uma pastoral estabelecendo os direitos dos ouvidores priores e vigários, entre os quais o de «*suspender do exercicio de qualquer emprego eclesiástico os que, por factos ou palavras, procurarem influir contra o governo legîtimo de S. M. F. a sr.ª D. Maria II*».

— Por ordem de 31 de Dezembro, do duque de Bragança, em nome da Rainha o bispo de Angra, D. Fr. Estevam, ficou recluso no convento de S. Vicente em Rilhafoles, juntamente com seu secretário, Fr. José de Santo Agostinho. Ali conheceu o maestro Serrão, que depois o acompanhou à Diocese.

— À sessão de 20 de Agosto apresentou-se o deão da Sé do Funchal, Januário Vicente Camacho, nomeado por aviso régio vigário capitular, em substituição do Dr. Faria e Maia. Na exortação pastoral que publicou, declara que «*os que não prestarem inteira obediência á Carta e á Rainha, serão desprovidos dos seus lugares*».

— A 2 de Dezembro é determinado aos frades egressos que entrem no serviço paroquial.

1834 — Em 5 de Agosto, por ordem do duque de Bragança, é autorizado D. Fr. Estevam a sair do convento onde se encontrava recluso.

1837 — Em carta régia apresentada em sessão de 29 de Julho, é notificado ao Cabido que fora nomeado governador tem-

poral e visitador geral da diocese, e beneficiado da sé de Angra, Pe. José de Cristo Carvalhal da Silveira, em substituição do anterior, Januário Camacho. Era fidalgo capelão da Casa Real.

1838 — Foi publicado em Lisboa o sermão que o orador sagrado Marcos Pinto Soares Preto pregou na sé de Angra em 4 de Abril de 1832, festejando o aniversário natalício de D. Maria II.

1839 — Determinação da Rainha ao Cabido, pelo aviso régio de 25 de Outubro, para ser cassada a jurisdição espiritual que havia concedido ao padre José de Cristo, ao qual exonerava de governador temporal, em virtude de ter encarregado o bispo D. Fr. Estevam do regimen da diocese depois de ter jurado a Constituição. O prelado tinha escolhido para governador temporal ao Dr. Bernardo Faria e Maia, "*para servir em seu lugar*" durante a ausência temporária a que o obrigavam seus padecimentos.

— A 27 de Novembro o governador do bispado nomeia ouvidor de Angra o vigário Manuel Correia de Ávila.

1840 — A 13 de Julho o governador Bernardo publica uma provisão mandando restabelecer o toque de sinais fúnebres, excepto os que se faziam de noite e os que eram feitos durante os ofícios no coro.

— A 2 de Dezembro desembarca em Ponta Delgada o bispo D. Fr. Estevam, já de noite, tendo-lhe sido feita uma arruaça por alguns políticos exaltados no acto do desembarque. No dia 6 deu entrada solene na Matriz, tendo-lhe prestado continência uma guarda de honra.

1841 — A 9 de Maio, uma pastoral fazia várias recomendações aos párocos acerca do sacramento da Confirmação e, referindo-se ao Espírito Santo cujos dons se recebem por este sacramento, advertia que se abstivessem de divertimentos que envolvam crimes e pecados «*como são os que se cometem nos dias da Coroação do Espírito Santo*», como pretexto de maior devoção.

— A 15 de Junho, segundo refere Felix José da Costa na sua «Memória Histórica do horrível Terramoto» que

assolou a ilha Terceira nesta data, o sino da Sé «*tanto sofreu, que deixou de marcar aquelas horas de angústia, aqueles momentos de morte*».

— Recebeu o Cabido um ofício do prelado, datado de 22 de Junho, em que lhe era comunicado estarem restabelecidas as relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé.

1842 — Nova pastoral, a 9 de Fevereiro, sobre a Confissão, recomendando aos párocos a doutrinação dos fieis e aos fieis a assistência à doutrinação, «*para que não aconteça d'ora em diante o que infelizmente sabemos ter acontecido: numas paróquias os pastores mudos, noutras as ovelhas surdas*».

1843 — Na pastoral de 10 de Fevereiro, condena novamente os abusos havidos na devoção do Espírito Santo.

Neste ano, por iniciativa do deão Narciso António da Fonseca, foram feitas notáveis reparações na Sé: abriu-se uma claraboia no tecto da capela-mor, cortaram-se as tribunas que ficavam por cima do deambulatório da mesma capela, consertou-se o coro capitular e, para alargamento da rua do Salinas, retirou-se o chafariz que ali havia no extremo sul, cedendo-se também parte do terreno do adro. Era o chafariz denominado «*de João da Silva*», ao qual o Dr. Henrique Braz faz referência em «Ruas da Cidade», (pág. 132).

1845 — Passou a arcediago o cónego Narciso António da Fonseca, grande impulsionador dos concertos pela capela-mor da Sé. Ao mesmo se deve o alargamento do adro da Sé e da rua do Salinas, bem como outros melhoramentos que muito beneficiaram a catedral.

1846 — Passou a deão o arcediago António da Fonseca, acima referido.

1848 — Tendo-se apeado da torre do edifício da Câmara, por demolição deste, «*o sino de correr*», e divergindo entre os membros da vereação a ideia da colocação dele no edifício do corpo da guarda onde reunia o senado após o início das obras, oficiou o presidente ao Cabido para

que o sinal de recolher passasse a ser feito na Sé. O pedido foi aceite, porém sob condição de serem pagos mais mil reis ao sineiro, que ficou a ganhar 6$000 reis por ano. Por tal motivo, o sino foi apeado da casa do corpo da guarda, conforme resolução tomada em sessão de 22 de Junho.

1849 — A 26 de Maio foi profanada a ermida de S. João pelo ouvidor eclesiástico. A imagem devia recolher à Sé para naquele templo se realizarem as grandiosas festividades, parece ter ido afinal para a ermida de S. Lázaro, por deligências feitas então pelo padroeiro da irmandade, morgado António Sieuve Camello Borges. A que ali existe porém, data de 1910 («A União», de 17 de Janeiro). Segundo algumas versões, será a que existiu na casa do Corpo Santo, da família de Diogo Paim de Bruges, ignorando-se para onde teria sido levada pelos herdeiros deste.

1854 — A 30 de Março, uma pastoral anuncia que está autorizada a ida para o seminário patriarcal de Santarém, de 5 alunos pobres naturais destas ilhas, a fim de que, depois de completamente instruídos, venham exercer o serviço de lentes no projectado seminário dos Açores.
— É colocado na Sé o órgão construído em S. Miguel sob a direcção superior do padre Serrão.

1857 — Foi nomeado cónego da Sé o Dr. José da Fonseca Abreu Castelo-Branco, o primeiro com onus de ensino no seminário por doze anos. Foi promotor na cúria, fez parte da Junta Governativa durante a ausência de D. Francisco Maria e ascendeu à dignidade de deão em 1889. Neste mesmo ano foi nomeado cónego o Dr. Joaquim Alves Mateus, também com onus de ensino no seminário e depois transferido para Braga.

1858 — Canta-se na Sé um solene Te Deum em homenagem a D. Luis I, Principe-Real, à sua chegada à Ilha Terceira.

1859 — Em ofício de 17 de Agosto, D. Fr. Estevam participa que vai fixar residência na sede da diocese, seguindo na viagem do mês de Setembro.

— Em 21 de Setembro desembarcou o 27.º bispo, D. Fr. Estevam de Jesus Maria, pelas 4 horas da tarde, no cais da cidade. sendo recebido com todas as honras devidas e respeitosamente saudado por grande multidão de fieis, à qual o seu prelado após dezanove anos afastado da sua pastoral cadeira, dirigiu uma saudação congratulatória pela brilhante e pomposa recepção que lhe fora feita.

1860 — Na sessão capitular de 28 de Julho, D. Fr. Estevam deu a conhecer, pela primeira vez, os bons propósitos do Governo em auxiliar a instalação dum seminário na sede da diocese, para o que apresentou uma portaria do ministro dos negócios eclesiásticos e da justiça, ordenando uma redução no quadro efectivo do cabido, de maneira a ficarem dispensados do serviço geral quatro capitulares, para leccionarem no seminário «*que ia estabelecer*» aproveitando-se para tanto o convento de S. Francisco, no qual seriam feitas as necessárias obras de adaptação.

1862 — A 9 de Novembro fez-se a inauguração solene do seminário com festa na igreja própria, pregando ao Evangelho o grande orador sagrado que foi o cónego Dr. Alves Mateus. A «Oração de Sapientia», na abertura solene das aulas, foi feita pelo cónego J. M. Pacheco de Aguiar. Ficou desde logo instalada, no seminário episcopal, a livraria que o bispo D. José Pegado havia deixado em testamento à biblioteca daquele estabelecimento de ensino, logo que criado nesta cidade. Foram seus primeiros professores os cónegos: Dr. J. Alves Mateus, Dr. J. Fonseca Castelo-Branco e Dr. J. M. Pacheco de Aguiar. As matérias leccionadas neste curso único do primeiro ano, foram: História Sagrada e Eclesiástica, Teologia Dogmática Fundamental e Filosofia do Direito.

1865 — Foi nomeado capelão da Sé o padre José Pedro Soares, mais tarde também professor do Liceu de Angra.

1866 — A pedido do clero e de vários católicos micaelenses, é criada em S. Miguel uma missão, chefiada pelo padre Rademaker.

1868 — Em virtude de uma portaria do ministro dos negócios

eclesiásticos e da justiça, e de grande número de pedidos recebidos das autoridades da ilha de S. Miguel, viu-se o bispo obrigado a extinguir a missão que criara e ali iniciara o seu apostolado em 19 de Dezembro de 1866, receando serem verdadeiras as notícias que largamente circulavam em todo o arquipélago, sobre uma sublevação que se estava preparando naquela ilha, caso a missão ali permanecesse por mais tempo. Esta forçada deliberação abalou profundamente o prelado.

1869 — Floresceu neste ano, de forma notável, a cultura de música sacra na Sé distinguindo-se entre outros, como tenores, os cónegos Manuel José Domingues e José Alves da Silva e o padre José Pedro Soares; como baixo profundo o padre Manuel Inácio de Serpa que escreveu um canto-chão para a missa de N.ª S.ª de Lourdes ; como barítono o padre José Maria de Sousa e como contralto o padre António Correia da Silva «*cantando no mais descomunal e extraordinário falsete que é impossível encontrar, forte, limpido, agradável, e de uma virtuosidade que fazia lembrar os antigos castrados da Capela Real, que tanto entusiasmavam o Rei D. João VI*», como diz o padre Manuel Azevedo da Cunha nas suas «Memórias Históricas», ainda em parte inéditas.

Revelaram-se também como altos expoentes da cultura musical deste século, em S. Francisco de Angra, frei Sebastião das Onze Mil Virgens e frei António de Pádua, não só como organistas, mas também como compositores, o último dos quais foi o professor de orgão de Francisco Ferreira Drumond, o famoso cronista terceirense.

1870 — Agravando-se o seu estado de saúde e assim o aconselhando a provecta idade de 83 anos, nomeou o bispo, a 31 de Maio, o seu vigário geral governador do bispado, retirando-se para a quinta da Misericórdia, no caminho do Pico da Urze, onde, às seis horas da manhã do dia 28 de Julho, faleceu. Pelas onze horas da noite foi o corpo transferido para o paço episcopal e depositado na respectiva capela. No préstito fúnebre incorporaram-se as

colegiadas da cidade, seminaristas e muito povo, acompanhando-o uma guarda de honra. No dia 29, levado o corpo para a catedral, ali se celebraram os ofícios do ritual, pronunciando a oração fúnebre o ilustrado orador sagrado padre Francisco Rogério da Costa, vigário da Conceição, um dos mais distintos oradores sagrados da diocese. Foi ele quem baptisou, na igreja de N.ª S.ª da Conceição o padre Tomaz Borba. Foi o primeiro bispo sepultado no cemitério da cidade (N.ª S.ª do Livramento).

D. Frei Estevam professou em 1802 no convento franciscano de Mafra e ali regeu, durante nove anos, a cadeira de Hermenêutica Sagrada. Foi convidado por D. João VI para confessor e professor da princesa D. Isabel Maria, sendo depois condecorado com a comenda de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa. À amizade que travara com o padre Serrão, durante a «*residência fixa*» que ao bispo fora imposta pelo duque de Bragança, regente em nome da Rainha, no convento de S. Vicente de Rilhafoles, se deve a vinda daquele para a diocese onde tão grande influência iria exercer na cultura musical do arquipélago, como compositor de música sacra sobretudo e também como regente de orquestra. A tal ponto vinha o prelado a ouvir a excelente capela por ele organizada em Ponta Delgada, que, em 1854, quando veio para Angra, ao ouvir no Domingo de Páscoa, cantar as endoenças na Sé, teve esta frase que os capitulares de então nunca mais puderam esquecer: «*Muito bem, muito bem, tudo muito certo, a tempo, e em seus lugares, mas ainda berram a musica e ladram o canto chão*». Com a sua acção perseverante porém, conseguiu elevar a grande nível a capela da Sé, pelo bom aproveitamento das vozes já existentes no meio angrense e que competentes mestres educaram e cultivaram ao gosto da época, e por um conjunto de capelães-cantores com larga preparação, que dela fizeram um dos mais apreciados grupos corais do arquipélago. Entre eles destacaram-se o notável maestro e compositor Pedro Machado de Alcântara. Foi um

dos nossos maiores compositores, tendo deixado numerosas obras entre as quais destacamos: *Menor est mei, Oremos pro antistem, Libera-me, Antífona Justus germinabit, Jaculatórias da Senhora da Boa Nova, Sub-tuum presidium, Corona Aurea, Motetos de quarta-feira santa, Uma Missa, Te Matrem,* além de marchas, valsas, hinos, polcas e outras músicas profanas. João de Sousa Ribeiro e seu filho Jácome, o apreciado tenor Francisco Moniz (Chico Severo), o então mestre da capela Aniceto António dos Santos (depois professor da escola normal) e o estudante de teologia Manuel do Couto Benevides, micaelense, que fora discípulo do Padre Joaquim Silvestre Serrão, enquanto frequentou o liceu de Ponta Delgada e se revelou depois, já como teólogo, apreciado compositor apresentando partituras de gosto original e de notável talento criador. Ordenou-se em 1872, indo paroquiar para a ilha de Santa Maria. Deixou várias composições. entre elas uma «*Avé Maria*» a três vozes, invitatório de N.ª S.ª da Guia, do seminário, e uma «*Missa*» completa que foi cantada pela primeira vez, na igreja da Conceição, de Angra. Também ficou célebre a canção «*O Seminarista*», com letra do Padre Egas Moniz, que era como que um desabafo dos estudantes contra o rigor da disciplina no Seminário e cantada com entusiasmo nas horas de recreio, na presença complacente dos prefeitos.

— Foi neste ano de 1870 que o cónego honorário Francisco Rogério da Costa, considerado um dos maiores oradores sagrados do seu tempo, sendo vigário de N.ª S.ª da Conceição, instituiu na sua igreja paroquial a devoção conhecida por «*Mês de Maria*», a exemplo do que então se fazia na basílica de N.ª S.ª da Vitória, em Paris. Foi a primeira igreja da diocese que prestou esse culto à Mãe de Deus.

1871 — Em sessão capitular do primeiro de Fevereiro, o cónego Domingues propoz que se pedisse ao vigário capitular, ausente em S Miguel, para promover a vinda de «*um*

bom pintor» que nesta ocasião ali se encontrava, a fim de vir a Angra pintar um retrato de Fr. Estevam para ser colocado na sala do cabido. Esse artista era o pintor italiano Giorgio Marini que de facto realizou o retrato do falecido bispo, o qual se pode hoje observar na galeria dos prelados existente no Museu de arte sacra da Sé.

— Foi confirmado bispo de Angra, em 22 de Dezembro, D. João Maria Pereira do Amaral Pimentel. Era bacharel em Direito pela universidade de Coimbra. Foi deão da Sé de Leiria e vigário geral e capitular da Sé de Bragança. Foi-lhe concedida a comenda da Ordem de Cristo e o título de Desembargador da Cúria Patriarcal. Em 1865 foi nomeado pelo Governo, director do Colégio das Missões, em Sernache, tendo ali realizado uma grande obra de ampliação, renovação e adaptação do edifício ao fim a que se destinava.

1872 — Desembarcou em Angra no dia 21 de Agosto, sendo-lhe prestada uma grandiosa recepção. Foi cumprimentado a bordo pelo governador do bispado e autoridades civis e militares. O castelo e a corveta de guerra «D. João I», fundeada no porto, deram as salvas de estilo. O cais da alfândega encontrava-se todo atapetado. Ofereceu-se para caudatário do prelado o general da divisão dos Açores e, num pavilhão adrede preparado, o presidente da Câmara Municipal, general reformado Júlio Maria Silvano, leu uma saudação em nome da cidade. Na catedral assistiu a um Te Deum em sua honra. No adro da Sé estavam expostas, para serem distribuidas pelos pobres, centenas de esmolas de pão e carne, em homenagem ao novo prelado.

— A 9 de Setembro anunciou em circular a publicação do «Boletim Eclesiástico dos Açores», como órgão do governo da diocese. Foi o primeiro boletim diocesano que se publicou em Portugal. Foi remodelado entre 1915 e 1923, pelo seu então director, o cónego Dr. José Bernardo de Almada.

— Conta-nos o padre Manuel Azevedo da Cunha, o seguinte episódio, que julgamos interessante divulgar: «*Em 1872 o Bispo D. João Maria Pereira de Amaral e Pimentel, chegado nesse ano a Angra e tambem muito amante da arte, manifestou ao mestre da Capela — Padre Zeferino o desejo que tinha de que na sua Catedral a musica das próximas Endoenças fosse de feliz escolha, para o que lhe oferecia as partituras dos ofícios pequenos de Casimiro Jr., que se executavam geralmente em todo o Portugal, e, que, asseverava o Bispo, eram muito boas. O mestre da Capela, que já conhecia a composição do dito Joaquim Casimiro Jr., obtemperou respeitosamente que aquela musica era de um grande mestre, mas que para tal fim tinha melhor, sem comparação muito melhor, — os Responsorios do Sr. Padre Serrão. Surpreendeu-se o Bispo, pois tal compositor lhe era inteiramente desconhecido. Fizeram-se as Endoenças, cantando-se a instrumental, e com o grande orgão, a obra de Serrão. O Bispo ficou encantado com aquella excellente musica, magestosa, sumamente expresiva, de larga tessitura, e com a execução correcta, distincta, exclamando entusiasmado que só uma vez, na Sé de Braga, tinha assistido a Endoenças tão explendorosas, mormente quanto á parte musical*» (In. «Notas Históricas», pág. 446 e 447).

1873 — No dia 7 de Junho foi feita pelo prelado a primeira solene ordenação sacerdotal que se realizou na Sé Catedral de Angra.

— Por provisão de 8 de Outubro exonerou dos cargos de provisor e vigário geral o Dr. António Ferreira de Sousa, lugares que vinha desempenhando desde 1841, investindo nessas funções o Dr. Inácio Emílio de Magalhães, mandado vir do Continente para ocupar o lugar de vice-reitor do seminário.

1874 — Em 3 de Setembro declarou em provisão que eram obrigatórias as missas «*Pro Infantado*», conforme o testamento do infante D. Henrique, e que tinham caído em desuso na diocese.

— Representou-se em Angra a peça «Os Lazaristas» que provocou grave escândalo entre os católicos.

1876 — A 13 de Janeiro, comunicou ter a Santa Sé aprovado a sua iniciativa de se promover, a 15 de Fevereiro de cada ano, a festa do beato João Baptista Machado, anunciando ter encomendado uma imagem do beato terceirense que tencionava colocar na igreja do Colégio, onde hoje ainda se encontra. A festa porém só se realizou a 30 de Abril, por demora na recepção da imagem que só então foi benzida solenemente. Foi invocado como patrono da diocese, da ilha e da cidade.

— Em provisão de 15 de Maio, anunciou a visita pastoral que ia fazer às ilhas de Flores e Corvo, nomeando, por tal motivo, governador do bispado durante a sua ausência, o vigário geral, Dr. Magalhães. Essa visita teve também por objectivo apaziguar os ânimos, muito exaltados por questões entre as comissões das festas do Espírito Santo na Fajãsinha daquela ilha e o respectivo pároco, a tal ponto exacerbadas que houve necessidade de para ali ser enviado um destacamento militar destinado a manter a ordem. Pelo bispo foi feito um apelo às partes em litígio, tendo proibido o pároco de prestar assistência religiosa a qualquer das associações que se encontravam em divergência *«enquanto se não congraçarem e tornarem a unir fraternalmente, como estavam antes»*.

— Em 5 de Setembro publicou uma circular, proibindo que saiam imagens de santos acompanhando as coroações do Espírito Santo e recomendando aos párocos que *«se não intrometam, d'aqui por deante, nos negócios temporais dessas associações, nem se encarreguem ou tomem parte na administração dos seus fundos e rendimentos; que não deixem de lhes prestar as atenções e serviços do costume, por pretexto de lhes não pagarem, não podendo fazer ajustes alguns sobre emolumentos, porque não tem autoridade para isso; mas receberão apenas o que voluntariamente lhes for oferecido, segundo os usos e costumes»*.

— Aos 21 de Setembro, em sessão pública do Cabido, foi solenemente inaugurado o retrato de D. Fr. Estevam, pintado por Giorgio Marini, na presença das autoridades, civis, militares e religiosas, encontrando-se entre os presentes o então secretário geral do governo civil, Dr. Abílio Guerra Junqueiro, que foi um dos primeiros poetas portugueses do seu século.

— Em 20 de Dezembro demite o vigário geral Dr. Magalhães, nomeando novamente para aquele cargo o Dr. Ferreira de Sousa, por motivo da campanha jornalística que então se debatia na imprensa e estava a causar dissídios entre o clero.

1879 — Passou a exercer o lugar de mestre da capela da sé o padre capelão José Pedro Soares.

1880 — Autorizou por alvará de 19 de Julho que fosse demolida e reconstruida a ermida de N.ª S.ª da Saúde, na Praça Velha.

1881 — A 28 de Março publica uma circular em que reprova *«as corôas de lata que alguns usavam como emblema do Espírito Santo»* e regulamentando as coroações e outros actos inerentes àquela devoção.

— A 16 de Julho foi concedida ao padre António Mariano de Sousa a distinção de desembargador honorário da relação paroquial.

1882 — A 31 de Dezembro publicou um manifesto a declarar: 1.º, que considera como inimigo quem pretende coagi-lo a fazer, por empenho, o que doutro modo não faria; 2.º, que não pode, de modo algum, prestar-se a servir de instrumento de vinganças e ódios particulares; 3.º, que não procedia contra pessoa alguma, fundado em escritos anónimos.

1884 — A 26 de Setembro publicou uma pastoral em comentário à encíclica de Leão XIII sobre a Maçonaria, denominada «Humanum Genus», o que provocou a publicação de uma carta ao jornal «O Atleta» desta cidade, verdadeiramente insultuosa para o prelado e para o clero. Em desagravo foi prestada ao bispo uma grande manifestação pública,

na qual tomaram parte as principais autoridades, o clero da cidade e muita afluência de povo.

1885 — Em dias sucessivos se apresentaram no paço episcopal delegações de várias freguesias dos dois concelhos da ilha, sendo-lhe entregue uma mensagem com alguns milhares de assinaturas, bem como outras das dioceses de Leiria, Bragança, Braga, Funchal e Rio de Janeiro.

— Foi nomeado bispo coadjutor da diocese D. Francisco Maria do Prado Lacerda.

1886 — O vigário geral, Dr. Ferreira de Sousa, nomeado nos fins do ano anterior por agravamento da doença do prelado, determina, em 9 de Janeiro, que se façam actos de acção de graças pelas melhoras do bispo.

— Por iniciativa do jornal bracarense «Cruz e Espada», foi oferecida ao bispo de Angra uma cruz peitoral, adquirida por subscrição pública e lhe foi entregue a 25 de Março pelo Dr. Diogo de Barcelos, presidente da comissão angariadora de Angra, em nome de todos os católicos. Era cravejada de vinte e cinco brilhantes e tinha a seguinte inscrição: «*Os Católicos Portugueses ao Ex.mo Bispo de Angra*».

— Desembarcou em Angra o bispo coadjutor D. Francisco de Lacerda, em 10 de Abril.

1887 — A 24 de Outubro iniciou-se a publicação de «O Peregrino de Lourdes», orgão católico local, que sustentou várias polémicas com o redactor de «O Atheneu» sobre a responsabilidade dos criminosos e com «A Evolução» sobre os milagres de Lourdes, publicando uma acerba crítica ao discurso proferido pelo Dr. José Nogueira Sampaio (Vid. «Breviário», pág. 370), na abertura solene do Liceu de que era reitor, acerca das «Origens da Vida», trabalho que foi publicado em livro, em 1895, voltando a ser objecto de larga controvérsia.

1888 — Houve desde 1886 graves dissenções entre este prelado e o seu coadjutor D. Francisco Maria do Prado Lacerda, as quais muito agravaram o estado de saúde do prelado, já bastante abalado pela campanha que lhe moveu a im-

prensa desde 1884 e jamais afrouxou até à sua morte. Da gravidade dessas disputas nos fornece concludentes provas «A Diocese de Angra na História dos seus Prelados», notável obra do cónego José Augusto Pereira.

1889 — A 27 de Janeiro faleceu o 28.º bispo de Angra, D. João Maria Pereira do Amaral e Vasconcelos, ao tempo residindo na quinta da Estrela que adquirira e deixou em testamento à Mitra, nomeando testamenteiros e usufrutuários aos seus familiares, padres Manuel Maria da Costa e António Maria Ferreira. Após a proclamação da República, em 1910, que não reconhecia à Igreja o direito de propriedade, o referido prédio foi vendido em hasta pública e adquirido por um secular que mais tarde o vendeu ao padre Manuel Maria do Couto, seu actual proprietário. O cadáver de D. João Maria foi conduzido para a capela do paço episcopal, até ao dia seguinte em que se realizaram as exéquias na Sé Catedral. Foi bastante pranteada a sua morte, tendo o funeral constituído uma grande demonstração de pezar pois se tratava de um prelado bondoso, extremamente caritativo e benévolo para com todos os seus fieis diocesanos. Dotou a sé com uma bancada de prata, própria para os pontificais, cuja cruz tem gravadas as armas de D. João Maria. Serviram de modelo quatro castiçais de prata que haviam pertencido ao extinto convento da Graça da Horta e foram cedidos pelo Governo à sé de Angra por portaria de 16 de Fevereiro de 1877. Era escritor e publicou algumas obras, entre as quais avulta o folheto «Analisando, refutando e condenando o opúsculo intitulado *OS LAZARISTAS NOS AÇORES*», da autoria de Augusto Ribeiro (Vid. «Breviário», pág. 161), em que este defendia a tese de António Enes, exposta, com grande escândalo dos católicos na peça «Os Lazaristas» representada em Angra no ano de 1874, por iniciativa de Mateus Augusto, depois director do «Diário da Terceira» (1878), o qual, com «O Chicote», «O Protesto», «A Ronda», «A Sentinela» e o «Atleta», para não citarmos os célebres jornais

humorísticos «A Borboleta» e «A Escova», de José Cupertino, desenvolveram uma campanha tenaz contra o bispo e a própria Igreja.

— No dia 6 de Fevereiro, tomou posse da diocese o 29.º bispo, D. Francisco Maria do Prado Lacerda, publicando uma provisão em que confirma no lugar de seu secretário particular o Dr. José dos Reis Fisher e nomeia vigário geral e provisor o Dr. Ferreira de Sousa e promotor de justiça o Dr. J. de Abreu Castelo-Branco, neste mesmo ano promovido à dignidade de deão da Sé.

— A 18 de Setembro, a conselho médico, embarcou para o Continente a fim de se submeter a tratamento nas Caldas da Rainha.

1890 — A 25 de Março seguiu para Roma, em visita «*ad Sacra Limina*», acompanhado pelo padre João Pereira Dâmaso a quem pouco antes conferira ordens na vila da Chamusca, terra natal do prelado, tendo regressado em 20 de Junho à diocese, desembarcando em Santa Maria, por onde resolvera iniciar a visita pastoral ao arquipélago.

— A 16 de Setembro parte em visita pastoral para as ilhas Graciosa e S. Jorge, tendo no dia 13 nomeado vigário geral ao Dr. Fisher, por ter falecido o Dr. Ferreira de Sousa que tal cargo exercia.

1891 — Publica uma pastoral em que censura e lamenta a falta de escrúpulos na escolha das peças de representação dramática, a má orientação da imprensa e a falta de educação que se notava na família e na escola.

— A solicitação do bispo, a Sagrada Congregação dos Ritos determinou a inclusão da festa de N.ª S.ª de Lourdes no calendário da diocese, a 11 de Fevereiro. Foi a primeira do país a receber tal prerogatíva.

— A 16 de Abril partiu para S. Miguel para a visita pastoral àquela ilha, tendo porém de suspendê-la por motivo de doença, nos fins de Maio. Nomeou governador do bispado ao Dr. Reis Fisher e embarcou para o Continente a 18 de Junho.

1892 — A 10 de Janeiro chegou a notícia de ter falecido, na Vila da Chamusca, o bispo D. Fr. Francisco Maria.

— A 11 de Abril deu entrada solene e tomou posse da diocese o seu 30.º bispo, D. Francisco José Ribeiro Vieira de Brito, que era formado em Direito pela universidade de Coimbra desde 1877. Foi advogado em Póvoa de Lanhoso e reitor do liceu de Braga. Regeu as cadeiras de Teologia, Moral, Introdução às Ciências Naturais e Isagoge e Princípios de Hermenêutica Sagrada no seminário daquela cidade. Em 1889 foi vigário geral, governando a diocese, na ausência do arcebispo.

—A 12 de Outubro celebrou-se na diocese o 4º. centenário da descoberta da América por Colombo, com solenidades religiosas e profanas. Por determinação do bispo, foram solenemente inauguradas, nesse mesmo dia, na sala das sessões capitulares, as conferências do clero da diocese, tendo-se redigido em latim uma mensagem, dirigida a S. Santidade o Papa Leão XIII e assinada por todos os sacerdotes que à conferência assistiram.

— Em 28 de Setembro foi mandado pôr em execução um novo plano de estudos no seminário, sendo nele pela primeira vez incluida uma aula de Introdução às Ciências Naturais (1.ª e 2.ª parte) que serviu de base para a organização do museu do Seminário, ao qual o antigo reitor do Liceu, Dr. J. Nogueira Sampaio, ofereceu valiosos instrumentos de física e química e preciosos exemplares da sua rica colecção de história natural. Os herdeiros do falecido bispo D. João Maria ofereceram uma colecção de 106 moedas raras e antigas, deixada por aquele prelado para o mesmo fim. Idênticas ofertas foram feitas pelo vice-reitor D. João Paulino, por D. Maria Cristina de Arriaga, pelo Capitão Afonso Chaves, pelo Dr. Bruno Tavares Carreiro, pelo Marquês da Praia, por Manuel Vasconcelos, preparador do museu de Ponta Delgada e por muitas outras pessoas, apresentando-se muito razoàvelmente dotado logo no início do ano lectivo 1900-1901, em que foi inaugurado.

1893 — Foi agraciado por Leão XIII com o título de monsenhor e capelão de Sua Santidade, o padre António Mariano de Sousa, distinto orador sagrado.

1894 — A 7 de Fevereiro publicou uma extensa pastoral acerca da comemoração do 5.º centenário natalício do infante D. Henrique, tendo-se inaugurado, a 2 de Março, na igreja anexa ao seminário, a catequese às crianças da cidade, em contributo às comemorações.

— Em edital de 18 de Outubro lançou o interdito à capela de N.ª S.ª do Rosário, na Terra Chã, por ter dela saído em procissão uma imagem de Santo António que não fora benzida e que o povo conduziu a um império do Espírito Santo para ali ser exposta ao público.

1895 — Após uma curta estadia no Continente, regressou o prelado a Angra em 27 de Março. Por nesse mesmo dia ter ido a «*Estudantina Santa Cecília*» do seminário, executar alguns números de música nas salas do paço episcopal, D. Francisco concedeu aos seminaristas que desse grupo fizessem parte, o privilégio de usarem facha preta, com vivos verdes, sempre que se apresentassem colectivamente.

1896 — Apesar das lutas políticas e de campanha anti-clerical que grassava neste fim de século, a procissão do sagrado viático continuava a ser extraordinàriamente concorrida de fieis. Na visita ao castelo de S. João Baptista, incluido na paróquia da Sé, o cortejo religioso era recebido com uma salva de artilharia. No regresso à catedral nele se incorporava uma guarda de honra, tocando atrás do pálio a banda regimental.

1899 — No dia 16 de Abril, foram por D. Francisco solenemente batisados os quatro régulos que Mousinho aprisionara em África e vieram cativos para o castelo de Angra depois de terminada a gloriosa campanha, os quais, durante mais de um ano, haviam sido catequisados pelos padres jesuitas Francisco Pereira e Bernardino Araújo, e de que foram padrinhos as mais altas individualidades da ilha Terceira, a saber: — o régulo de Gaza, «*Gungunhana*»,

a quem foi dado o nome de Reynaldo Frederico, teve por padrinhos o governador civil (visconde das Mercês) e D. Ana Raimundo Sieuve de Menezes (condessa de Sieuve); o «*Godide*», filho do primeiro, recebeu o nome de António da Silva Pratas e teve por padrinhos o general reformado Cesar da Silva Sieuve e D. Ana Elvira de Ornelas Bruges Martins Pamplona; ao «*Molungo*», tio e conselheiro do Gungunhana, foi dado o nome de José Frederico, sendo seus padrinhos o morgado Francisco de Paula Barcelos Bettencourt (presidente da Junta Geral) e D. Maria Sieuve de Menezes (condessa de Rego Botelho); e o quarto, «*Zixaxa*», sobrinho do primeiro, que recebeu o nome de Roberto Frederico, teve por padrinhos o Dr. José Pimentel Homem de Noronha (presidente da Câmara Municipal), e D. Francisca Bettencourt Rocha e Silva, esposa do conselheiro Emídio Lino da Silva.

— Para o ano lectivo 1899-1900 foram criadas no seminário as aulas de Liturgia e Canto-Chão. Nesse mesmo ano lectivo foi-lhe oferecido pelo prelado um manequim, próprio para o estudo da anatomia elementar, que mandara vir de Paris propositadamente e lhe custara 1.000$000 réis.

1900 — Devido a grassar no seminário uma epidemia de tifos que vitimou alguns alunos, foi resolvida a transferência do liceu para o solar dos viscondes de Bettencourt, provisóriamente a servir de paço episcopal enquanto não terminavam as obras no edifício próprio, vendo-se o bispo por isso obrigado a alugar uma casa para sua residência, na Rua do Galo (hoje pertença dos herdeiros de Francisco Linhares dos Santos) em cujo rez do chão instalou a secretaria eclesiástica. Era ao tempo chefe da secretaria José Maria Sodré Júnior, pai da poetisa Adelaide Sodré que mais tarde professou, pertencendo à congregação de S. Vicente de Paulo.

1901 — A 17 de Abril, depois de tumultuosas manifestações públicas, foram expulsos da casa da Graça os dois padres jesuitas que ali habitavam e, por ordem do governador

civil, conduzidos ao castelo onde ficaram sob custódia, dali embarcando, já noite, para bordo do «Açor» que os levou para Lisboa.

— Noutro caso, deveras gravoso para o prelado, se viu este envolvido — o conhecido caso do «*Padre Santo*» da Praia da Vitória — em que as intrigas políticas arrastaram para a liça o vigário de N.ª S.ª da Conceição, Mgr. Correia da Silva, sacerdote ilustre e respeitável, que era comendador da Ordem de Cristo e cónego honorário da sé de Luanda, e se viu ameaçado de expulsão da igreja em que estava colado, se não realizasse a troca com o vigário da matriz da Praia, padre Augusto Pereira da Silveira, para, pela posterior aposentação «*voluntária*» do reverendo Correia da Silva, passar a vigário o então coadjutor da matriz, reverendo Francisco da Rocha de Sousa, a quem o povo designava por «*Padre Santo*». A questão deu lugar a tumultos, opondo-se o povo a que o vigário tomasse posse do cargo, com receio de que daí resultasse a saída do coadjutor. Teve de intervir a força pública e, por ter sido ferida uma pessoa dentro da igreja, foi a matriz julgada interdita por algum tempo. A questão arrastou-se até 1905, tendo apaixonado a opinião pública e trazido ao bispo e ao cabido horas amargas e difíceis.

— A 13 de Junho faleceu o deão Castelo-Branco, elemento de relevo na classe eclesiástica, como no jornalismo e na política local, tendo sido eleito deputado em várias legislaturas.

— No dia 1 de Julho desembarcaram na Terceira o rei D. Carlos I e a rainha D. Amélia de Orleans. Foram recebidos debaixo do páleo, em solene cortejo que se dirigiu para a sé catedral onde eram aguardados pelo prelado, corpo capitular e clero. Cumpridas as formalidades do ritual, os soberanos dirigiram-se à capela-mor onde tomaram lugar sob um docel de seda azul encimado pelas armas portuguesas, ladeados pelos membros do Governo e casas militar e civil de Sua Magestade. Oficiou

o prelado, cantando-se um Te Deum a grande instrumental. Terminada a cerimónia religiosa, o regimento, postado frente à sé, deu as descargas da ordenança, respondendo o castelo de S. João Baptista com uma salva de artilharia.

— Após a visita a Angra e ilha Terceira, D. Francisco José recebeu e acompanhou Sua Magestade na visita que fizeram às outras capitais do distrito da diocese.

— Em Dezembro foi apresentado como bispo de Lamego.

1902 — A 2 de Janeiro seguiu para o Continente, a fim de tomar posse da sua diocese, tendo-lhe sido feita afectuosa despedida. Ofereceu à sé o báculo de prata e um cálix para servir nos pontificais. Deixou como governador do bispado o deão Dr. Reis Fisher, que já fora vigário geral, vigário capitular, professor e vice-reitor do seminário.

— Em 13 de Fevereiro foi o mesmo deão eleito vigário capitular.

— Em 9 de Junho foi transferido da diocese de Macau para a de Angra, D. José Manuel de Carvalho, que em 11 de Novembro deu entrada solene na catedral.

— Em 31 de Dezembro nomeou vigário geral ao deão Dr. Reis Fisher.

1903 — Em provisão de 10 de Agosto, tornou obrigatória no seminário a aula de Música e Canto Gregoriano, até então facultativa, e aprovou um novo regulamento que mandou publicar no Boletim Eclesiástico.

— Em 16 de Agosto seguiu para S. Miguel em visita pastoral, tendo regressado em 27 de Novembro.

1904 — Na noite de 24 de Abril, no paço episcopal, D. José foi acometido de doença súbita de que resultou a morte.

— Em sessão de 25 de Abril, procedeu-se à eleição de vigário capitular, ficando eleito Mgr. Cónego Ferreira. Nessa mesma sessão, já depois de realizada a eleição, foi recebido um ofício do Governo Civil, dizendo que Sua Magestade insinuava para vigário capitular o Dr. Reis Fisher. Como o documento régio só foi apresentado em 13 de Maio, o cabido respondeu a Sua Magestade, declarando que havia realizado a eleição dentro do praso

canónico e que a carta régia só havia chegado 17 dias depois do falecimento do último prelado.

— À sessão de 13 de Junho, foi presente ao cabido uma portaria do Governo, censurando-o e declarando que o Governo «*não reconhecia o vigário capitular eleito*», em consequência do que não lhe poderia pagar a respectiva côngrua,

— A 10 de Julho, Mgr. Ferreira publicou uma provisão em que fazia um apelo à irmandade de N.ª S.ª do Livramento para, com o auxílio do clero e dos fieis da diocese, ser adquirida a casa dos Remédios a fim de ser nela instalado o orfanato do Beato João Baptista Machado.

— A 3 de Novembro pedia em nova provisão aos párocos que se esforçassem junto dos governadores civis dos distritos, para que os actos eleitorais deixassem de ser realizados nas igrejas, como o concedia a nova lei eleitoral.

— Em comemoração do ano jubilar da Imaculada Conceição que decorria, ofereceu à Sé Catedral 6 lustres e fazenda para os cortinados dos arcos exteriores das capelas do S. S. e de N.ª S.ª de Lourdes, tendo custeado a despesa feita com as grades, mandadas colocar pelo falecido bispo nas portas que dão para a sineira.

— A 22 de Dezembro agradece em circular ao comércio local o ter mandado encerrar os estabelecimentos da cidade ao domingo, em comemoração do ano jubilar.

1905 — Mgr. Ferreira ofereceu ao cabido uma casula roxa com todos os seus pertences, destinada às missas corais, e 100$000 reis para a «*Schola Cantorum*», criada por iniciativa do Dr. Reis Fisher neste mesmo ano, e que tinha por director o P.e José Maria do Nascimento, mestre de capela da Sé. Nasceu a 18 de Julho de 1874 e foi ordenado presbítero em 1899. Foi professor de Música e Canto-Chão do seminário. Escreveu um «*Miserere*», premiado com medalha de ouro na exposição de Ponta Delgada em 1901 e uma «*Missa*» a instrumental. A« *Schola Cantorum*», funcionava na sala do antigo juizo eclesiástico.

— Deu entrada solene na catedral, no dia 26 de Julho, o 32.º bispo, D. José Correia Cardoso Monteiro. Era governador civil Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges que serviu de caudatário desde o cais até à Sé. Foi saudado o novo prelado pelo presidente da Câmara de Angra, Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos, num pavilhão especial mandado construir no Pátio da Alfândega. Houve na sé o costumado cerimonial litúrgico e solene Te Deum. Trouxe como secretário particular o P.e António Moreira de Araújo, que muito se evidenciou depois como fundador e director do jornal «Correio dos Açores», fundado em Março de 1908, durante a campanha jornalística que se desenvolveu na cidade, após as arruaças populares que neste ano de 1905 se iniciaram contra as irmãs de caridade, da Congregação de S. José de Cluny, enfermeiras do Hospital de Santo Espírito. Foram notáveis e violentas as polémicas que aquele jornal sustentou contra «O Tempo», que dirigia a oposição.

1906 — D. José Correia deu execução ao «*Rescrito*», concedido pela Santa Sé ao cabido de Angra, para o uso das novas vestes corais, iguais às usadas pelos capitulares das outras sés episcopais portuguesas, as quais começaram a ser usadas no 1.º de Novembro.

— Fez uma visita pastoral à diocese nesta ilha, suspensa por motivo de doença e a conselho médico.

1908 — A 3 de Fevereiro publicou uma circular, comunicando a infausta notícia do assassinato em Lisboa do rei D. Carlos e do príncipe D. Luis Filipe e mandando fazer os devidos sufrágios em cada paróquia.

1909 — A 17 de Junho seguiu para o Continente para fazer uso de águas medicinais.

— Foi de sua iniciativa a fundação da Conferência de S. Vicente de Paulo das senhoras, nesta cidade, a cuja reunião semanal presidia no paço episcopal. Subsidiou particularmente vários alunos pobres do seminário.

1910 — A partir de 1 de Janeiro mandou estabelecer na Sé, aos domingos, a missa para a catequese das crianças.

— Sendo acometido de pleurisia a 3 de Junho, faleceu D. José no dia 20 do referido mês.
— A 22, fez-se a eleição de vigário capitular que recaíu novamente no Cónego Mgr. Ferreira.

Após a proclamação da República, em 5 de Outubro de 1910, a vida da Diocese atravessou um período deveras perturbado, como de resto sucedeu em todo o país, agravado com o recrudescimento da questão religiosa que culminou com a separação da Igreja do Estado no ano seguinte (20 de Abril). Nessa altura havia ao serviço da Sé, 12 cónegos. Como porém a referida lei determinava a suspensão das prebendas canonicais e os ordenados a todos os empregados da Sé, estes passaram, em 1915, a receber apenas o subsídio que lhes concedera o fundo do culto diocesano. As faltas que por morte, ausência e resignação se foram sucessivamente verificando, só parcimoniosamente foram sendo preenchidas, reduzindo cada vez mais o respectivo quadro. A capela da Sé foi suprimida, sendo substituída pela do seminário. Em 1940, deixaram de ser cantadas ao domingo as missas-do-dia, por não haver sacerdotes que as acolitassem. Em 1945, havia apenas um cónego e daí em deante deixou de se fazer o ofício coral, mantendo-se apenas a missa diária e actos do culto que não exigissem canto coral. No entanto, e após um período de estagnação que se arrastou por mais de 10 anos, algumas obras notáveis se realizaram na Igreja-Mãe da Diocese, que merecem aqui referência, além das que, em 1922, foram executadas por iniciativa do beneficiado, P.e Eduardo de Sousa Marques e por subscrição pública, na remodelação do tecto que ameaçava ruina e que, por ser de cedro trabalhado, urgia salvar. Também, por iniciativa do mesmo sacerdote, com o auxílio sobretudo da colónia açoriana da América, da qual se distinguiu o banqueiro Guilherme Machado Luís, foi feita uma completa instalação eléctrica em todo o vasto templo e

reavivadas pinturas e dourados que se encontravam em adeantado estado de deterioração.

Em 1926 o relógio da Sé sofreu uma grande transformação, segundo projecto aprovado e executado numa oficina de Sacavém. A máquina recebeu grandes benefíciações, tendo-lhe sido instalado um mostrador luminoso e passando a ter dois ponteiros, um para as horas outro para os minutos, tal como ao presente se pode verificar.

Em 1957 fez-se a modificação arquitectónica do altar de N.ª S.ª de Lourdes e concluida, no ano seguinte, a remodelação total da bancada da Sé, obra esta em que se dispenderam 40 contos.

A partir porém da vinda do actual prelado, D. Manuel Afonso de Carvalho, o número de cónegos e outras dignidades tem aumentado notàvelmente procurando dar aos actos do culto o esplendor de que habitualmente se revestiam, auxiliados pela magnífica capela do Seminário cujo valor ascencional se tem tornado notável nos últimos anos.

O Seminário, em virtude da Lei da Separação, foi encerrado em Junho de 1911, sendo arrolados e confiscados os seus bens, assim como os do paço episcopal. À frente da Diocese, estava o cónego Mgr. Ferreira, o qual, por motivos de doença e minado de desgostos, resignou o cargo em Dezembro do mesmo ano, tendo falecido em 3 de Maio do ano seguinte. À frente do Cabido encontrava-se o cónego Dr. José Bernardo de Almada que acumulou essas funções com as de ouvidor eclesiástico, por ter sido imposto pelo Governo ao titular deste, o cónego Dr. Reis Fisher, o desterro por dois anos fora do dístrito, pelo que seguiu para Ponta Delgada em 17 de Setembro daquele mesmo ano. O Dr. Almada desenvolveu notável acção na reorganisação dos serviços dio-

cesanos, principalmente como vice-reitor do seminário o qual foi alojado em três edifícios alugados para o efeito no lugar das Bicas e Boa Hora, nos arredores de Angra, onde funcionou até 1914 - 15, data em que foi transferido para o prédio, então adquirido na Rua Duque de Palmela, que fora solar dos Barões de Ramalho, onde se encontra ainda instalado e no qual têm sido realizadas importantes obras de adaptação.

De 24 de Novembro a 3 de Dezembro de 1926, realizou-se em Lisboa, o primeiro concílio plenário português, no qual o Dr. Almada assistiu como representante do cabido de Angra. Tomando parte activa nos diferentes trabalhos, revelou notável cultura sobretudo em assuntos de Direito Canónico, o que mereceu as melhores referências da Imprensa de então. Nas cerimónias de encerramento do concílio em 3 de Dezembro do referido ano, foi ao cónego Almada confiada a regência de um dos coros que tomaram parte nessas imponentes festividades, realizadas na sé catedral de Lisboa, o que demonstra o reconhecimento da sua também vasta cultura musical, já evidenciada em Coimbra, quando ali tirava o Curso de Direito, fazendo parte da real capela da Universidade. Foi um dos ornamentos da Igreja no seu tempo e figura das mais relevantes da diocese de Angra. Por sua iniciativa foram criados na ilha Terceira os primeiros sindicatos agrícolas, de harmonia com os princípios da Acção Católica, tendo sido, no dizer das justas palavras do Dr. Corte Real e Amaral, «*um verdadeiro precursor do moderno movimento corporativista*», pois no próprio «Boletim Eclesiástico dos Açores» de que foi Director e que profundamente remodelou, exerceu verdadeira propaganda nesse sentido, preconizando a associação do povo pelas suas classes profissionais e o dever que os párocos tinham de auxiliarem a organização de tais sindicatos, esclarecendo a todos a maneira como tais organismos deveriam ser estabelecidos. Defendeu ainda a fundação

de caixas de crédito e seguros agrícolas, assistência e previdência rurais, cooperativas de consumo, de produção e outros benefícios de alto valor social, procurando sempre enaltecer e aconselhar a acção do clero paroquial nestas realizações, pois só assim, dizia, o Padre será «*o servo de seus irmãos, o benfeitor dos desprotegidos, o amigo devotado do povo, o representante amado do Pai de todos que está nos Céus*», e só assim «*convencerá aos que o ignoram e perseguem em nossos dias, que a sua sotaina, gasta, poída e usada, traz sempre, a espalhar flux, as ricas e magníficas sementes de boa fraternidade, do legítimo progresso dos povos, da verdadeira justiça social*».

Na mesma ordem de ideias, fundou a «Mutualidade Eclesiástica Açoriana», tendo-lhe sido prestada devida homenagem pela respectiva direcção em 23 de Novembro de 1932, a qual culminou com o descerramento do seu retrato numa das dependências da Sé, a que se associaram outras classes sociais do arquipélago.

Como canonista eminente, além dos trabalhos apresentados ao primeiro congresso açoreano, em 1938, deixou algumas publicações como «S. Francisco de Assis e o seu Apostolado Social» (1927) e outras, o «Guia Prático do Clero» de que só publicou o 1.º Vol. de 500 págs. em 1937, deixando contudo manuscrito o 2.º Vol., obra que constitui o seu trabalho de maior vulto e cuja publicação não poude completar por falta de saude. Faleceu em 4 de Novembro de 1948.

O cuidado que tem merecido aos dirigentes do Seminário o ensino do Canto Coral, levou à criação de um magnífico orfeon, cujas exibições, tanto nas festividades internas como nas religiosas na catedral e noutras igrejas do arquipélago, tem alcançado por vezes enorme êxito, sobretudo sob a regência do padre José d'Ávila, do Cónego Dr. Garcia da Rosa e do então Padre Dr. Edmundo Manuel Garcia Machado da Silveira, que em

Roma foi especializar-se nesta modalidade, tendo contribuido então, proveitosamente, para a cultura musical do meio.

A quando da vinda aos Açores da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, o que representou um dos mais impressionantes episódios da vida religiosa terceirense de todos os tempos, deu aquela, entrada solene na sé de Angra em 12 de Junho de 1948. Neste acto se distinguiu bastante o padre João Baptista Ferreira, então pároco da Sé, tendo sido por sua iniciativa colocada uma memória, da autoria do poeta e escultor terceirense Francisco Maduro Dias, no pórtico da catedral do lado do Evangelho.

Actualmente o Arquivo Distrital de Angra conseguiu adquirir um exemplar completo das «Constituições Sinodais do Bispado» do qual, por cortezia do seu ilustre director, publicamos a gravura do frontespício. Foram impressas em Lisboa por João Blavio de Colónia, no ano de 1560 e pertencem à Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo. Esta gravura vem publicada no Vol. II dos mesmos Biblioteca e Arquivo, n.os 6-8 referente aos anos de 1954 a 1956 e distribuido em Fevereiro de 1970.

XVIII

Casas do Corvelo

Em 1867 estavam descritas no Registo Predial como «*Casas nobres, compreendendo lojas, cavalariças, 1.º e 2.º andares*». Pertencia a Francisco Leite Botelho de Teive, casado, proprietário morador na cidade de Ponta Delgada ([1]). Passou depois a sua viuva, D. Tereza Ribeiro Leite, da mesma cidade, que fez doação do prédio em 1882 a sua filha D. Catarina Amélia Leite de Carvalhal, viuva de João Dias de Carvalhal ([2]) (Notas do tabelião de Ponta Delgada, H. da Câmara Frazão).

Em 1900 foi inscrita a favor da Caixa Económica de Angra do Heroismo como garantia de hipoteca especial e convencional, constituida pela ASSEMBLEIA ANGRENSE (Escritura de 8 de Outubro de 1900 nas notas de Pedro Paim—Indice n.º 1, letra A-fls. 80 v.), a fim de nela instalar a sua sede. Contudo, em 1902, lá esteve instalada a RECREIO DOS ARTISTAS ([3]), até 1909, ano em que mudou a sua sede para o antigo Convento da Graça, permitindo assim que a demolição do prédio se iniciasse.

Foi adquirida à ASSEMBLEIA por João Corvelo de Ávila, por escritura de 25/6/1908, lavrada nas notas de Luís da Costa desta cidade, e após a saída da RECREIO, foi demolida para em seu lugar construir dois prédios geminados, um com toda a frente para a Rua Infante D. Luis (antiga Rua dos Cavalos e hoje do Rio

de Janeiro) e o outro na esquina, com parte para esta rua e parte para a Rua Serpa Pinto. Na parte do norte, por morte do proprietário, a 16 de Junho de 1936, ficou sua viuva e filhos solteiros, e na restante seu genro António Jacinto de Sousa Pereira ([4]), dentista, que montou consultório na loja da esquina. Passou depois, por partilhas, a José Corvelo de Ávila, funcionário da Alfândega de Angra, e consorte D. Emília do Couto de Sousa Corvelo Ávila, professora do Ensino Primário, aposentada.

Todo o prédio foi adquirido por Urialdo da Cunha Bettencourt, seu actual proprietário, em 1965, tendo escritório e depósito de medicamentos na loja da esquina.

Nos baixos do prédio (n.os 49 a 53) o bandarilheiro sevilhano António Herrera *(Anillo)* montou um café, «*LA GIRALDA*». De seu nome completo António Herrera Ponce, «*Anillo*» veio pela primeira vez a Angra, fazendo parte da quadrilha do matador espanhol «*Lobito*», em 1904. Aqui se fixou mais tarde, e em 3 de Março de 1912 instalou o café referido, com restaurante e bilhar anexos, no qual se serviam vários acepipes da culinária espanhola, fornecendo também para fora, a qualquer hora da noite, refeições prèviamente encomendadas e esmeradamente confeccionadas. No ano seguinte abriu na Rua do Salinas n.º 23 uma casa de hóspedes. Não esqueceu porém a sua profissão anterior, tomando parte em alguns espectáculos taurinos, quer como bandarilheiro quer como empresário.

Depois de 1932, ali instalou o ex-professor primário Manuel Soares de Medeiros, uma mercearia com o nome de PÉROLA DA CHINA. Ali esteve também instalada a COOPERATIVA DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, de efémera duração, passando depois a depósito da FABRICA DE TABACO ESTRELA, que se mantem.

Numa parte do antigo edifício, acima descrito, e conjuntamente com a ASSEMBLEIA ANGRENSE, esteve instalada a tipografia do jornal O ANGRENSE.

Nela residiu também o general Júlio Maria Silvano. Em 1828 alistara-se na Companhia de Voluntários criada na Ilha Terceira, e no ano seguinte assentou praça no Batalhão de Caçadores 5. Fez parte do «*exército libertador*» e com o posto de tenente-

Rua da República
(Antiga Rua da Sé)
Pela direita: Casa do Dr. Noronha, Casa do Manuel Constantino, Casa do João Manuel Martins, Casa do Dr. Valadão, Casa do Adão, Casa do Moutinho

Casas do Corvelo

Ao centro, antes da reconstrução, vendo-se a procissão do Santíssimo descendo a escadaria da Sé (fins do século XIX)

I — Casas do Francisco Latoeiro

À direita

Casas do Corvelo
Aspecto actual

II — Casas do Francisco Latoeiro

-coronel. organizou na mesma ilha, em 1864, o Batalhão de Caçadores, n.º 10 de que foi o primeiro comandante. Reformou-se em general de Brigada em 1869 e teve a mercê de comendador da Ordem Militar de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa, em reconhecimento de serviços. Era presidente da câmara municipal de Angra quando, em 21 de Agosto de 1872, desembarcou nesta cidade o bispo desta diocese, D. João Maria Pereira de Amaral e Pimentel, tendo proferido uma saudação em nome da cidade ao novo prelado, num pavilhão especialmente preparado no Pátio da Alfândega.

Faleceu na dita casa em 1890.

---

(1) — Era tenente-coronel agregado do Regimento de Milícias de Angra e, em 31 de Janeiro de 1826 foi-lhe concedido, por proposta do governador e capitão-general das ilhas dos Açores, o posto de tenente-coronel efectivo do mesmo regimento. Na mesma ordem de serviço, o sargento-mor agregado daquela unidade, Jacinto Pacheco de Lima e Lacerda, foi nomeado sargento-mor efectivo, também por proposta do capitão-general. (Arquivo Histórico Militar — Catálogo dos Decretos do extinto Conselho de Guerra).

(2) — Era filho de João Carvalhal da Silveira, natural do Faial, que fez parte do batalhão de voluntários da rainha, onde teve os postos de tenente e capitão. Foi condecorado com a medalha n.º 7 das campanhas da Liberdade e serviu na alfândega de Angra como verificador, escrivão de cargas e descargas, oficial, director interino e chefe fiscal. Sua mãe, Dona Genoveva Olímpia Leite, era filha de Francisco Leite Botelho de Teive, fidalgo cavaleiro da Casa Real e comandante do batalhão de milícias de Angra, e de D. Catarina Borges Teixeira. João Dias do Carvalhal faleceu em Ponta Delgada em 1885, desde quando a casa ficou pertencendo a sua viuva.

(3) — Quando ali se instalou, em 16 de Julho, festejando o seu 25.º aniversário, inaugurou a nova bandeira associativa, de seda azul bordada a ouro, que ainda hoje se pode admirar na sede actual.

(4) — Conhecido, como seu pai, que também era dentista, pela alcunha de «*Cabedal*», exerceu vários cargos públicos, entre os quais o de procurador à Junta Geral do Distrito e fez parte da direcção de algumas associações de assistência e recreio. «*Cabedal*» tem na linguagem popular o significado de «*abundância*». «*Pessoas de cabedal*» são indivíduos abastados, de «*muitos teres*», como também se diz.

XIX

I - Casas do Francisco Lateeiro

Pertencia inicialmente ao vínculo «*do Barroso*» (Vid. casa contígua) e, em 1867, ainda incluida nas «*Casas de D. Maria dos Prazeres*», nome da viuva de António Teixeira de Sousa Alcoforado, da cidade de Lamego. Nela morou e depois a adquiriu, Francisco José dos Santos, com oficina de funileiro numa loja da casa contígua, para o lado da Rua da Sé. Hoje é residência e consultório médico da Dr.ª D. Nazareth Lourenço Caetano Martins.

Nas lojas estiveram instalados vários estabelecimentos, entre os quais mencionamos, além da BARBEARIA ANGRENSE, no extremo norte, a MERCEARIA TARRAFEIRO, a BRANCA DE NEVE (confecções para crianças) e actualmente a MINI-FOTO, da firma Bettencourt & Ramalho, da qual faz parte, como gerente-técnico o antigo empregado da FOTO-LILAZ, da Rua de Lisboa, Manuel Bettencourt, com artigos de perfumaria, papelaria e fotografia. Na parte sul está instalada a FARMÁCIA CENTRAL, fundada pelo Dr. Manuel de Mesquita, licenceado pela Universidade de Coimbra e hoje na posse de sua viuva D. Almena de Mesquita.

XX

II - Casas do Francisco Latoeiro

Pertencia ao vínculo denominado «*do Barroso*» (que compreendia também as casas contíguas. para o lado da Rua Rio de Janeiro) e passou a António Teixeira de Sousa Alcoforado, livre e alodial, por virtude das leis de desvinculação. Tinha os números de polícia 55, 57, 59, 61 e 63 da Rua Infante D. Luís [1] e 91, 93, 95 e 97 da Rua da Sé. Passou à sua viuva, Dona Maria dos Prazeres de Carvalho Rebelo Teixeira de Sousa, conhecida por «*Morgada do Barroso*». Foram depois seus herdeiros o Dr. Manuel de Carvalho Rebelo e sua consorte e irmãos D. Maria da Soledade Zélia de Sousa e Silva, D. Maria do Carmo Carvalho Rebelo Teixeira de Sousa Mimoso e Diogo Ruy de Lopes de Carvalho Rebelo Teixeira de Sousa, todos de Lamego e ausentes, representados por seu procurador nesta cidade, Bento José de Matos Abreu, negociante e proprietário. Foi este outorgante na venda feita ao Dr. Francisco Jerónimo da Silva, que, após o seu falecimento, em 1811, deixou o prédio, por herança, a seu irmão João Maria da Silva, casado com D. Maria Delfina Coelho Borges, proprietários, moradores nesta cidade. Nesta casa habitou, durante alguns anos, D. Emília Campos Borges, avó do Coronel João Alpoim Borges do Canto.

Tendo passado à posse de Francisco José dos Santos, pro-

prietário e funileiro, e de sua mulher Maria José dos Santos, herdou-o depois o filho destes, João José dos Santos, cuja viuva deixou o prédio, em partes iguais, a duas herdeiras: D. Maria Letìcia Mourato, solteira, e D. Maria da Conceição Mendes Pereira Ramalho, viuva de José Ramalho, suas actuais possuidoras.

O edifício conserva a traça primitiva (Sec. XVII) tendo um «*passo*» fixo, na frontaria voltada à actual Rua do Rio de Janeiro. Este e o que se encontra na CASA DO MÃO GORDA, na Rua Duque de Palmela, são os que restam na cidade, onde existiam cinco (2).

Nos baixos houve os seguintes estabelecimentos: Na parte voltada á Rua da Sé, «LOJA DO PÃO»; oficina de funileiro de Francisco José dos Santos; a SAPATARIA AZEVEDO (Vid. Boletim do I. H. I. T., n.º 11 - 1953 - pág. 243), e presentemente a CASA FONSECA, de Horácio Fonseca. Na esquina houve a CASA FERREIRA, até aos começos do Século actual (3). Actualmente está ali instalada a CASA GUIOD DE CASTRO fundada por João Guiod de Castro, antigo oficial dos Correios e depois comerciante por grosso e industrial, estabelecimento que se encontra na posse de seus herdeiros.

---

(1) — Assim chamada por homenagem da Câmara Municipal quando da visita que o Infante fez à ilha Terceira em 30 de Outubro de 1854 vindo acompanhado pelo Par do Reino conde de Linhares, a bordo da corveta de guerra «*Bartolomeu Dias*».

(2) — A Irmandade de Santa Cruz e Passos, que Felix José da Costa, no seu «*Angra do Heroismo*», diz datar do Sec. XVII, opondo-se, em 1853, a uma sugestão camarária para a extinção dos «*passos fixos*» com altares fechados, sitos nas ruas de Santo Espírito, Sé, do Duque de Palmela, do Rio de Janeiro e de Jesus, aduziu que eles eram propriedade sua «*ha séculos*». Contudo e embora tal sugestão não houvesse sido aprovada, três desses «*passos*» já foram demolidos.

(3) — Quando, em 1906, se pensou organizar em Angra uma empresa para «*Exploração de Carreiras de Automóveis*», neste estabelecimento se colocaram as primeiras listas de inscrição, sendo as acções a 5$000 reis.

XXI

Casa do Morgado

Também conhecida por CASA DOS ALMEIDAS, tinha o n.º 22 de policia e tem hoje o n.º 103. Pertencia à nobre família deste apelido. Seu último possuidor foi Joaquim de Almeida Tavares do Canto, «*fidalgo cavaleiro da Casa Real, senhor e herdeiro da Casa e Morgado de seu pai. Foi um dos principais chefes do partido miguelista na ilha Terceira e, como tal perseguido pela Junta Provisória de Angra, encarregada de manter a legitima autoridade d'el-rei D. Pedro IV, a qual ordenou, quanto a ele, ao corregedor interino e intendente geral da policia, o seguinte*:

(a) — *que tornasse público, na dita cidade e nos diferentes distritos da ilha Terceira, que seriam pagos imediatamente 200$000 réis a quem o apresentasse preso, ou denunciasse em segredo o lugar onde se achava acoutado ou escondido;*

(b) — *que fizesse intimar a sua familia para, no praso de 24 horas, se apresentar na mesma cidade sob pena de serem queimadas as suas casas;*

(c) — *que se processasse o sequestro de todos os bens que fossem encontrados a portas a dentro das ditas casas;*

(d) — *que fizesse tambem intimar os juizes dos limites da ilha, que as suas casas seriam queimadas se nos respectivos distritos consentissem o dito chefe rebelde*;

(e) — *que, finalmente, mandasse tambem lançar fogo ás casas dos povos que se recusassem a auxiliar a captura do mesmo chefe* (1).

O solar da família era na «*Casa do Posto Santo*» (assento de morgado) mas tinha residência urbana nesta casa da Rua da Sé.

Adquirida pelo comendador Joaquim António de Mendonça e Menezes (2) regressado do Brasil onde casara, na Baía, com D. Inez Alves Mateus, logo fez substituir (3) o brasão de armas então existente, pelo dos Menezes e Pamplonas que ainda hoje se vê na fachada, ali estabelecendo a sua residência.

Foi o primeiro cônsul do Brasil nesta cidade (12-2-1852) após a independência daquele país. Sua filha, D. Filomena de Menezes casou com António Casimiro Mourato (vid. CASA DO CORPO DA GUARDA), avô de D. Maria Letícia Mourato, actual representante directa da família, ali também residente. O pai desta, Ilídio de Menezes Mourato, era farmaceutico e devotado cultor da música, tendo tomado parte, como pianista, em muitos espectáculos e concertos. Sua filha, continuadora das tradições paternas, é professora de piano e tem tomado parte também em vários agrupamentos musicais como pianista.

Além de magníficas salas e mobiliário de valor, a casa tem um notável armário no fundo do qual existe uma porta que conduz a escada interior e serviu de esconderijo, segundo é tradição, a vários políticos em evidêndia na época conturbada das lutas liberais, em que as perseguições e ameaças de prisão e morte eram assaz frequentes.

Nos baixos existiu a FARMÁCIA MOURATO, depois adquirida por Francisco Lúcio Fagundes Júnior, também farmaceutico, passando a denominar-se FARMÁCIA FAGUNDES. Passou depois a FARMÁCIA LOURENÇO, (alopatia e homeopatia) sucedendo-lhe a actual FARMÁCIA VASCONCELOS, do farmaceutico João da Cunha Vasconcelos. No extremo oeste houve um estabe-

lecimento de latoaria, na mesma loja onde Ângelo Machado Teixeira (4) teve uma barbearia, estando hoje a LARISOL, também com oficina de latoaria e venda de quinquilharias.

---

(1) — Nobiliário, Tit. II — Vol. I.

(2) — Foi-lhe concedido, por carta régia de 29 de Abril de 1854, registada no Cartório da Nobreza (Liv. VIII) o seguinte brasão de armas: — «Um escudo partido em pala: na primeira as armas dos Menezes e na segunda a dos Pamplonas, elmo de prata, aberto guarnecido de ouro, paquife dos metais e cores das armas; timbre, o dos Menezes e por diferença uma brica de azul com bezante de prata» (Nobiliário, Tit. LIX). Em 17 de Setembro de 1840, Joaquim António de Mendonça e Menezes, natural da Vila da Praia, requereu passaporte para o Brasil, com destino à Baía donde saíra em 1838. Era casado com D. Inez Álvares, tinha três filhos menores e fazia-se acompanhar por dois criados (Vid. «*Relvação de Emigrantes*», de Raimundo Belo, in Boletim do I. H. I. T. n.º 9 — 1951, pág. 98). Era filho de Dona Maria Leonor Teles de Menezes Pamplona e de seu marido Francisco Vieira de Mendonça (Nobiliário, vol. II, pág. 145 - 2.ª ed.).

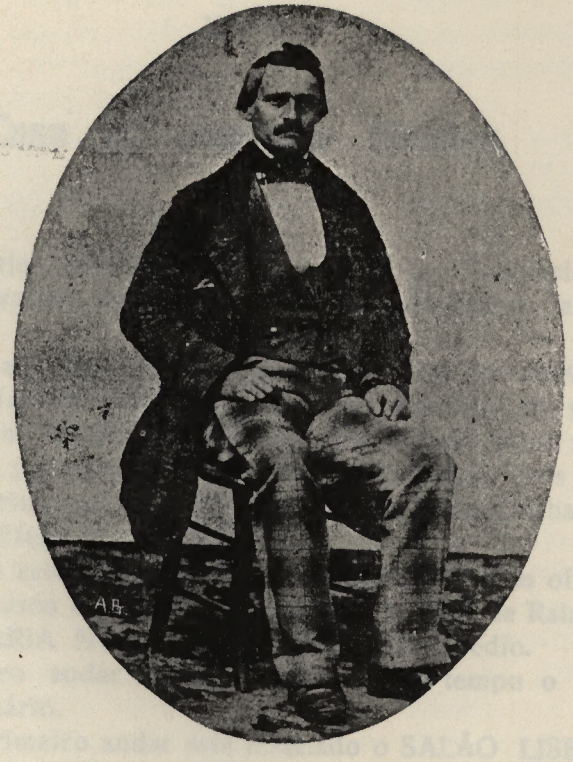
(3) — A esta versão se opõe a sr.ª D. Henriqueta Maria de Castro Menzes Moutinho Cardoso que, em carta para o «Diário Insular», de Angra, e a propósito de uma local inserta naquele jornal, escreve:

«Ao regressar a Lisboa da minha costumada estadia nas Termas, li em casa de uma amiga e conterrânea um artigo no «Diário Insular», de 5 de Setembro passado, com o título: BREVES NOTAS — CASAS BRASONADAS. Escreve o autor que o brasão da casa da Rua da Sé é dos Almeidas. Lamentável êrro!! O brasão que encima a porta daquela casa é dos Menezes e Pamplonas. Foi concedido por D. Fernando Rei Regente dos Reinos de Portugal e Algarves, ao meu bisavô Joaquim António de Mendonça e Menezes em carta de brasão «*por seus pais, avós, e mais ascendentes, serem pessoas nobres e ilustres das famílias dos Menezes e Pamplonas*», podendo-o usar e trazer em suas «*firmas, aneis, reposteiros, talheres, sinetes e divisas, pô-lo em suas casas, capelas e mais edifícios, sobre própria sepultura*», etc., etc.. Assim vem na carta de brasões de armas de nobreza e fidalguia dada ao referido meu bisavô, homem que tinha caracter brioso e seria incapaz de residir numa casa comprada para sua habitação e estar com os brasões de outros. Envio-lhe, juntamente com esta carta, cópias que mandei tirar na Torre do Tombo, do Livro 8, página 380, do Regis-

to dos Brasões de Armas de Nobreza e Fidalguia que insere aquela concessão, assim como da justificação. Esta última constitui um exemplar ùnico, considerado precioso. Vem este esclarecimento para rectificar não só o citado artigo como também uma referência, há tempos, do Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, ou na «Revista Insular» ou no «Instituto Histórico da Ilha Terceira». Também numa destas publicações se faz errada alusão aos brasões dos Almeidas na casa da Rua da Sé. O meu primo Alfredo de Mendonça, neto do meu bisavô Joaquim António de Mendonça e Menezes, contava que num momento de crise financeira os Almeidas venderam a casa da Rua da Sé ao dito meu bisavô. Então a casa não tinha nenhum brasão. Só quando o Mendonça e Menezes a comprou lhe mandou colocar as suas armas em pedra, que ainda lá estão, pois a actual proprietária é uma bisneta de Joaquim António de Mendonça e Menezes que tem todo o direito a ter os brasões na casa, enquanto lá viver. Precisamente por entender que *«é preciso preservar esses valores com consciência»* e porque *«estas coisas não voltam a não ser em imitação»*, como muito bem se diz no «Diário Iusular», aqui fica a rectificação. Pedindo a publicação desta carta no seu conceituado Jornal, desde já agradeço com muita estima e consideração, (ass.) Henriqueta Maria de Castro Menezes Moutinho Cardoso».

(4) — Ângelo Machado Teixeira («Mestre Ângelo») foi notável amador dramático e ensaiador dos principais grupos que em Angra se dedicaram à Arte de Talma na primeira metade do ,século XX e a seus méritos recorreram algumas das companhias de profissionais vindas do Continente em digressão pelos Açores. Quando faleceu era funcionário aposentado da secretaria do Liceu Nacional de Angra. Distinguiu-se na interpretação de «tipos regionais», ficando célebre a personagem de «Ti'Miguel» na opereta «Água Corrente» cujo grupo lhe prestou sentida homenagem no Teatro Angrense constituindo verdadeira apoteose. Ensaiou e tomou parte em muitos espectáculos teatrais a cargo de amadores, obtendo sempre assinalado êxito.

Casa do Mourato



Joaquim de Almeida Tavares do Canto
Morgado de Almeida
(Vid. **Casa do Mourato**)

XXII

Casa do Joaquim Mendes

Era senhoria directa do prédio a Junta de Freguesia da Sé, como administradora dos bens da Confraria do Senhor Jesus e S. João Baptista.

Pertenceu ao Visconde de Bastos (1) e passou em 1869 a Caetano José Martins, de Santa Luzia de Angra. Em 1871 era propriedade de Joaquim Machado Mendes (2). Tinha o n.º 24 de polícia. Era constituida por primeiro andar e loja. Tem hoje dois andares e o n.º 115, pertencendo a Augusto Fernando da Cunha que a comprou a D. Elvira Rocha de Sousa.

Nos baixos esteve muitos anos estabelecido com oficina de latoeiro, Francisco de Aguiar, por alcunha «Pão de Rala». Hoje está a SAPATARIA NOVA, do proprietário do prédio.

No primeiro andar morou durante muito tempo o dispenseiro do Seminário.

Hoje no primeiro andar está instalado o SALÃO LISBOA, de Albertina das Graças Ortiga de Mesquita, cabeleireira de senhoras.

---

(1) — Era general de Divisão e tinha a Gran Comenda da Ordem Militar de Avíz.

(2) — Em várias escrituras em que o encontrámos, durante as consultas efectuadas em Livros de Notas dos Tabeliães e Notários de Angra, figura umas vezes como *Sapateiro*, outras como *Carpinteiro*.

XXIII

Casa do João Crisóstomo

Pertence a D. Alcina Lemos que a herdou de seu pai, João da Rocha Lemos, conhecido por «*Mãos Grandes*» ou «*Mão Gorda*» e morava no Alto das Covas (Largo do Dr. Oliveira Salazar), esquina da Rua do Conselheiro Anastácio (Vid. CASA DO CHICO CORVELO).

É constituida por duas casas: — a que tinha o n.º 26 de polícia pertencia a Manuel de Sousa e José Linhares da Rocha, e a que tinha o n.º 28 de polícia e foi pertença de Jacinta Isabel da Silveira e de Francisco Joaquim Pinheiro em 1878. Comprou-os João Crisóstomo Pereira, comerciante (Vid. CASA DE JACINTO CÂNDIDO), que as adaptou a uma única moradia, tal como se encontra actualmente e tem entrada pelo n.º 127.

Na primeira, que tinha apenas dois pisos, esteve instalado durante alguns anos, no primeiro andar, o famoso «*Grupo dos 13*», constituido por Alexandre Borges, Augusto Cesar de Castro Coelho, capitão Manuel Caetano, capitão Alberto Brito Borges da Costa, os três irmãos conhecidos por «*Os Casacas*» (Bento e António Gonçalves de Freitas, açougueiros, e Manuel Gonçalves de Freitas, conhecido por «*Mudo Barbeiro*»), Henrique de Lima Gomes, capitão Luís Alves, António de Noronha Ramalho, António José da Silva «*Tarrafeiro*», Sebastião Cardoso (de Vale de

Linhares) e Joaquim Mendes, este como arrendatário do andar e dirigente do Grupo que ali se reunia quase diàriamente, aos serões, jogando às cartas, ao dominó, ao gamão e às damas, de mistura com animada cavaqueira e algumas «*ceias pacatas*», embora terminassem às vezes a horas avançadas da noite... A par porém das estravagâncias e até de possíveis excessos, o Grupo desempenhava uma missão simpática, protegendo a «*pobreza envergonhada*» que ao auxílio de qualquer dos associados recorria nos momentos difíceis da vida e que todos, solidàriamente, ajudavam com frequência, na medida de seus recursos.

Não tinha estatutos aprovados, mas encontrava, na consciência geral, a base social indispensável à realização de um fim humanitário que todos cumpriam a seu modo, sem necessidade de regulamentação e com dispensa de «*prestação de contas*» e notícia nos jornais, para se considerar legalizado.

Na loja está instalada a SAPATARIA PIMENTEL.

Nos baixos da segunda há uma loja de fazendas denominada ALFAZEMA.

XXIV

Casa de José do Casão

Era uma velha casa, abarracada, já sem condições de ser habitada, existente na esquina da Rua da Sé para a Rua de Jesus, na qual se vendia carne apenas aos domingos e dias de festa tradicionais, ainda nos fins do século XIX. Foi adquirida por José Joaquim Rodrigues, conhecido por «*Mestre José do Casão*» por dirigir as oficinas de Alfaiate que com outras de Sapateiro, funcionavam no Castelo de S. João Baptista, vulgarmente conhecidas por «*Casão*», nas quais eram confeccionados os artigos de fardamento e calçado para as unidades nele aquarteladas. Depois de demolida, construiu o actual edifício, tendo nos baixos um estabelecimento de fazendas. Ausentando-se, com a família para o Continente, foi aqui estabelecer-se, com a SAPATARIA ANGRA, Francisco de Sousa Martins, que dispunha de oficina anexa, para o lado da Rua de Jesus. Por morte deste, passou a seus herdeiros, apenas como estabelecimento de venda de calçado. Hoje é depósito de vário material respeitante às firmas de que é representante nesta ilha, seu filho Adalberto Hélio de Sousa Martins, proprietário da SAPATARIA ALIANÇA e da ELECTRO-ANGRA, a que nos referiremos quando tratarmos da CASA DA CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA.

XXV

Casa do General Elias

Foi adquirida por compra a D. Maria Augusta Neves Borges, viuva de Miguel Coelho Borges, por Gabriel da Sousa Pereira e D. Emília Amélia Pereira (escritura de 11-6-1874, do tabelião Pires Toste) que nesta data nela habitavam, tendo então o n.º 173 de polícia, sendo a entrada pela Rua de Jesus. Pertenceu depois a João Alberto Rebelo, recebedor do concelho e proprietário e consorte D. Carlota Quintanilha Rebelo. Bento José de Matos Abreu, abastado comerciante em Angra, adquiriu-a por escritura celebrada em notas do tabelião António Taveira Pires Toste, de 14 de Dezembro. Esta e outra casa anexa, na esquina da Rua de Jesus para a do Pintor, habitada por D. Margarida Moniz da Silveira, filha de Henrique da Silveira e de D. Maria Quitéria de Menezes Moniz, custaram 4.800$00 escudos. Foi herdeira D. Amélia da Rocha Matos Abreu Ribeiro, casada com o general Elias José Ribeiro J.º (1). Por retirada destes para o Continente, foi comprado o prédio pelo irmão da dita senhora, José Júlio da Rocha Abreu, pertencendo hoje a sua nora, D. Maria Cecília Simas de Mesquita Abreu, por falecimento de seu marido, Eduardo Pereira Abreu (2).

Nos baixos, do lado da Rua da Sé, até 1910 esteve instalada uma oficina de marceneiro, cujo proprietário era conhecido por Mestre André e que neste ano embarcou clandestinamente para os

Estados Unidos da América no vapor «Roma» em que seguia uma excursão de terceirenses à cidade da Horta, primeiro porto de escala. Gabriel de Fraga teve ali uma casa de mobílias, na qual se vendiam também bilhetes para touradas na Praça de S. João. Algum tempo depois, António Rodrigues montou uma Alfaiataria Em 1930, mestre Ramiro Paula da Costa abriu um «*atelier*» de cabeleireiro para senhoras, transformado depois na BARBEARIA TERCEIRENSE hoje existente, pertença do filho Orlando Evangelista Lestinho da Costa, que utiliza apenas duas portas para o lado do poente. Em 1943, estabeleceu-se com a SAPATARIA ÉLITE, Eusébio da Cunha Ramos, cujas oficinas foram instaladas nas lojas contíguas, para o lado da Rua de Jesus. Em 1968 foi a sapataria adquirida pela firma Garrão & Reis, de Màrio Garrão e Manuel Correia dos Reis, para no local abrirem um estabelecimento de fazendas e modas, que designaram por ELIELA. A sapataria, com oficina anexa, ficou toda instalada nas lojas da Rua de Jesus.

---

(1) — Nascido em 9 de Janeiro de 1846, foi coronel comandante do Regimento de Infantaria n.º 25 e Governador do Castelo de S. João Baptista. Era Comendador da Ordem de S. Bento de Aviz, Cavaleiro da Ordem de Cristo e condecorado com a medalha da classe de comportamento exemplar. Foi jornalista distinto, tendo colaborado em vários jornais angrenses. Publicou um folheto intitulado «*Carta ao reverendo Rogério da Costa*».

(2) — Informações gentilmente cedidas em 1965 pelo neto deste, o estudante universitário sr. Jorge de Abreu Forjaz, filho do Dr. Cândido Pamplona Forjaz.

XXVI

Casa de Joaquim Vieira Coelho

É hoje pertença de Guilherme Carlos Machado, professor primário, e fora de Aldino José do Amaral e depois de sua viuva em 1874 (esc. do tabelião Pires Toste, de 1-6-1874) passando a seu filho António Aldino do Amaral, pai do Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral (1) que nela cohabitou com seus pais durante algum tempo.

Na loja teve, durante muitos anos, o referido proprietário Aldino José do Amaral, o seu escritório de comerciante por grosso, de trigos que embarcava para o Continente e outras ilhas. Mais tarde ali foi montada uma mercearia denominada AMOR DA PATRIA, de que era proprietário D. José Sieuve de Menezes, filho de 2.° Conde de Sieuve de Menezes. Esteve depois ali instalado Inácio Rocha, continental, com oficina de relojoeiro. A mesma loja serve hoje de depósito à FRUTARIA PIMENTEL.

(1) — O Dr. Corte Real e Amaral é licenciado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e diplomado pela Escola Normal Superior da mesma cidade. Ainda estudante universitário, prestou serviço militar em Angola durante a primeira Grande Guerra onde, como oficial, veio a desempenhar as elevadas funções de

Comandante Geral das Forças Expedicionárias de Ocupação do Planalto de Benguela (Bié-Huambo), obtendo honrosos louvores e condecorações. De regresso do Ultramar, em 1920, foi colocado no Quartel General, em Coimbra, onde serviu até 1929, desempenhando o cargo de chefe da repartição de Justiça e, cumulativamente, o de professor interino do liceu, após a conclusão dos respectivos cursos. Resolvendo abandonar o serviço militar e servir a carreira do Magistério, foi, por concurso, nomeado professor efectivo dos liceus em 1929, e em 1931, foi-lhe confiado, em comissão de serviço, o cargo de reitor do liceu de Angra. Neste liceu, em que seguidamente se efectivou como professor do 5.º grupo, se manteve como reitor até 1939, ano em que teve de abandonar tais funções por serem então incompatíveis com o cargo de presidente da Câmara Municipal de Angra para que, com indicação superior, fora nomeado, com o fim também de vir a representar o arquipélago dos Açores na Câmara Corporativa, O seu reitorado foi assinalado com notáveis melhoramentos, não só materiais como morais, tendo o liceu passado por uma completa e eficaz remodelação que lhe consitou não só o apreço público, como do Governo. Desenvolveu acção notável na administração pública e na política local, quer como presidente da Câmara Municipal de Angra e presidente da Junta Autónoma dos Portos de Angra, quer como governador efectivo do distrito e provedor da Santa Casa da Misericórdia quer ainda como procurador à Câmara Corporativa em várias legislaturas. Tem colaborado largamente na imprensa açoriana. É sócio da Academia de Ciências e Artes de Cadiz e bem assim da Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo nesta figurado, desde início, nas direcções da comissão insular a ela adstrita, comissão de que actualmente é vice-presidente. É sócio fundador do Instituto Histórico da Ilha Terceira, em cujo boletim se encontram trabalhos de investigação histórica e de valor biográfico, alguns publicados em separata. Publicou também vários volumes, e opúsculos alusivos à história e administração pública da Ilha Terceira, pondo em relevo os mais destacados vultos da terra açoriana. É sócio da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e outras.

Ao seu nome estão ligados alguns notáveis empreendimentos visando a valorização de serviços públicos como a canalização de águas à cidade — o maior e mais útil melhoramento para a saúde pública, higiene e comodidade da população citadina e há mais de cinquenta anos reclamado como urgente, benefício esse que estendeu ainda a algumas freguesias rurais, especialmente S. Bartolomeu. Na construção de edifícios escolares, so-

bressaiu a monumental ESCOLA DO INFANTE D. HENRIQUE, estabelecimento de primeira ordem no seu género. Para o embelezamento da cidade muito contribuiu a ampliação do Largo Prior do Crato e a implantação ali do novo edifício dos Correios, a urbanização do Alto das Covas (hoje Largo do Dr. Oliveira Salazar), bem como o alargamento das velhas ruas que lhe são adjacentes (da Madre de Deus e do Dr. Moniz) além de outras dispersas pelo burgo. Idênticos melhoramentos se estenderam às freguesias rurais do concelho, tais como novos fontenários, bebedouros para gado, lavadouros cobertos e até iluminados, aformoseamento de largos, calcetamentos, etc.. Dentro da acção cultural e educativa há a registar, com relevo, os monumentos a D. António Prior do Crato, a Ferreira Drumond (em S. Sebastião) e ao Dr. Manuel António Lino, no Jardim Público. O museu do liceu de Angra lhe deve a valiosa oferta duma colecção de armas e artefactos gentílicos da Província de Angola que conta na secção ultramarina, por ele próprio coleccionada quando ali prestou serviço militar e doada àquele estabelecimento de ensino quando ali era reitor. A biblioteca municipal tomou também, ao tempo em que ali foi presidente da Câmara, notável impulso, sendo enriquecida com a aquisição de numerosos volumes tanto de obras culturais como recreativas dos melhores autores contemporâneos.

Da sua biblioteca particular fazem parte centenas de volumes de valor científico e literário, nos quais se integra uma notável colecção de obras editadas no Arquipélago, nomeadamente na cidade de Angra, algumas delas raras e de valor inestimável. Já aposentado há alguns anos, continua por bibliotecas e arquivos a dedicar-se a trabalhos de investigação, sobretudo respeitantes à vida do Arquipélago e aos vultos mais proeminentes da sua história.

É filho de António Aldino do Amaral e de D. Isabel Moniz de Sá Corte Real, filha de João Moniz de Sá Corte Real, pertencendo assim, por sua mãe, às mais antigas e nobres famílias da Ilha Terceira (Vid. Nobil. da Ilha Terceira, de Carcavelos).

Ao longo da sua operosa vida, militar, política e didática recebeu do Governo da Nação honrosos louvores, sendo distinguido com as seguintes condecorações: — Cavaleiro, Comendador e Grande Oficial da Ordem de Cristo; Oficial e Comendador da Ordem de Instrução Pública; Comendador da Ordem de Benemerência; Cavaleiro de Aviz; medalha de prata de comportamento exemplar, etc..

XXVII — XXVIII

Casas do Pompeu

Tinham os n.º 27 a 29 de polícia.

São as duas casas que ficam a nascente da CASA DO JOÃO COELHO, e que pertenceram a Pompeu Marques da Silva. A primeira, conhecida por CASA DO BARTOLOMEU, por ter pertencido a Bartolomeu Correia de Melo, foi adquirida por António Nunes, do Porto Judeu, que a vendeu a José de Lemos, natural da ilha Graciosa, para na loja estabelecer uma oficina de sapateiro e depois a SAPATARIA POPULAR que ao presente se mantem.

Também nos baixos dela Bartolomeu Correia de Melo tivera uma oficina funerária.

A segunda, conhecida por CASA DO COELHO DOS LIMÕES, foi adquirida ao Pompeu por João Coelho Ribeiro, de Vale de Linhares, que passou a ser conhecido por Coelho dos Limões, por vender destes citrinos na loja que possuia a nascente da LOJA DO BURACO. Nos baixos teve instalado um açougue.

O edifício tinha apenas dois pisos (r/c e 1.º andar). Passou depois a Bartolomeu Correia de Melo, agente funerário, com oficinas também na casa anteriormente descrita, tendo vendido as duas a António Nunes, do Porto Judeu.

Na loja, João Vieira Valentim tem um estabelecimento de fazendas, denominado LOJA DO POVO, no n.º 158 actual.

Nela habitou por largo tempo João Borges, alfaiate, com oficina no r/c, tendo numa parte do primeiro andar o gabinete para medidas e provas. A filha, Soledade Borges, foi a primeira amadora dramática a pisar palcos públicos, pois, até então, tanto os papeis masculinos como os femininos eram desempenhados apenas por homens (1). No teatro só apareciam as artistas profissionais integradas nas diferentes companhias, tanto líricas como dramáticas, que se deslocavam às ilhas. Soledade Borges fez parte do famoso GRUPO DRAMÁTICO MONIZ BARRETO, com longa actuação em espectáculos de beneficência nesta cidade de Angra (Vid. «Arte de Talma», de Miguel Forjaz).

Hoje, o prédio pertence a José Domingos da Silveira que lhe melhorou a fachada, acrescentando-lhe mais um andar. José Domingos é proprietário do estabelecimento da Rua de Lisboa (à Praça da Restauração) denominado LOJA DOS LINHOS, ao qual já fizemos referência.

Anteriormente à CASA DO POVO, de Vieira Valentim, acima referida, houve uma mercearia e uma casa de pasto.

---

(1) — No «DIÁRIO DO CONDE DE VARGAS» (Bol. do I. H. I. T. n.º 16 pág. 246), o autor descreve um espectáculo levado à cena por amadores em Angra na noite de 31-1-1836, em que se lê: «*Em cima, numa galeria, estavam as senhoras, e na plateia os homens (...) Catarina, a noiva, quase tão alta como Mahrens, e calçando botinas tão vermelhas como as patas de um lagostim (...) e um salote branco que chegava um pouco abaixo do joelho (...) figura principal da peça, foi o que mais agradou a Mahrens: este acreditou firmemente que ela era de facto uma mulher; a ilusão foi perfeita*», embora, nos tempos de hoje, quase nos custe a acreditar...

XXIX

Casa do João Coelho ou do Comendador

Pertencia a Vicente Reinaldo Machado de Andrade e depois a seus descendentes, passando mais tarde à posse do comendador Luís Augusto Pamplona Coelho Borges, inspector das alfândegas residente em Lisboa, e esposa D. Maria do Carmo da Silva Rocha Coelho Borges (1). Hipotecado por estes à Caixa Económica da Misericórdia, foi adquirida por João Coelho de Sousa Pacheco (2) em 4 de Março de 1911. Ali estabeleceu sua residência, tendo na loja da esquina montado uma mercearia e depósito de vinhos. Na loja a nascente, Francisco Rodrigues Serpa teve um restaurante que passou depois a José Diogo da Silva. Hipotecado novamente o prédio à Caixa Económica da Misericórdia, foi adquirido em leilão por Manuel Nunes Ávila, das Fontinhas, conhecido por «*o Venezuela*» por ter sido emigrante para aquela república da América do Sul. No primeiro andar esteve instalada a «PENSÃO ECONÒMICA», estando ao presente uma «CASA DE BORDADOS» que pertenceu a José Ramalho e está na posse de seus herdeiros. No r/c está actualmente instalado o «RESTAURANTE MACHADO» de que é proprietário José Machado Gomes.

Ao todo, o prédio está dividido em 6 moradias. Esteve nele instalada a «RECREIO DOS ARTISTAS», de 15 de Outubro a 31

de Dezembro de 1911, quando, por motivo de incêndio na sua sede, na Graça, teve de abandoná-la por algum tempo.

---

(1) — Tinha nos baixos, para os lados da Rua da Sé, um grande depósito de cal, cremos que o único então existente na cidade, de venda por atacado.

(2) — Foi lavrador abastado e criador de gado bravo.

XXX

O Alto das Covas

Assim é designado no vulgo o Largo do Dr. Oliveira Salazar, que antes teve o nome de Largo 11 de Agosto em homenagem à batalha da Praia, entre absolutistas e constitucionais, a qual acrescentou à histórica vila o aposto honroso «*da Vitória*». Seria, no início da fundação de Angra, um sítio ermo, quase fora de portas, designado apenas por «*às covas*», por nele existirem, abertos no tufo negro do solo, os primitivos celeiros em que se guardava o trigo, cada qual coberto por uma laje com as iniciais ou a sigla do respectivo dono ([1]).

Com o distender do burgo para oeste, a partir da Praça — pela Rua que ia até à igreja de S. Salvador (depois Sé) e se prolongava no caminho designado por «*que vai para as covas*» e depois passaria a «*Rua das Covas*» antes de ser incorporado na «*Rua da Sé*» — o amplo terreiro começou a ser rodeado de casario primeiro pela banda do sul, no mesmo alinhamento que já vinha desde a Praça e, depois na direcção norte, ligando com os prédios já construidos na Rua do Rego, até que, aberta pelas freiras de S. Gonçalo a «*Rua Nova de Valflores*» (hoje do Conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt), as casas que, no alinhamento da igreja conventual se foram sucessivamente construindo, acabaram por delinear, por oeste, o amplo largo das Covas, deixando em aberto o accesso ao bairro de S. Pedro (hoje Rua Dr. Sidónio Pais). Mas

ficavam ainda, a N., uns terrenos de cultura que, só em fins do século XVI, teriam sido adquiridos para neles se construir o convento da Graça, concluido já depois de 1604 (Vid. CONVENTO DA GRAÇA). Estariam incluidos nos «*28 alqueires de terra*» que o deão Lopo Gil Fagundes possuía na cidade «*acima das Covas*»? É muito provável que assim fosse, porque o rico deão, a par de abastado proprietário (só em S. Sebastião, no Vale das Vacas, tinha «*tanta terra*» que rendia 5 moios de trigo) (2), era também generoso para as coisas da Igreja, pois ao morrer, em fins de 1630, além do rendimento para a erecção duma capela onde foi sepultado (3), deixou em testamento, aos padres da Companhia de Jesus «*para lá descansarem dos seus muitos trabalhos*», uma quinta que possuia no Posto Santo, e ao cabido, «*para residência dos Deãens*», as casas onde tinha aposentadoria, situadas «*na rua chamada dos Deãens, hũas casas de alto e baixo, defronte da sacristia de S. Gonçalo, que partem de norte com a travessa que vai para a estrada e Boa Nova...*» (Boletim do I. H. I. T., n.º V, pág. 212) e parece corresponderem ao imóvel hoje ocupado pela «RECREIO DOS ARTISTAS». Possivèlmente até teriam sido os terrenos do Alto das Covas oferecidos ou cedidos por baixo preço, aos gracianos que não se davam por satisfeitos com o lugar prèviamente escolhido na Guarita por Fr. Varejão, para fundação do convento na cidade, por «*estar algum tanto afastado e longe para a devoção do povo*».

O amplo imóvel construido, com igreja anexa, completou o enquadramento da praça.

No extremo oeste do muro que rodeava o imóvel foi reconstruido pela Câmara (1646) um antigo chafariz, já ali existente desde o Séc. XVI, colocando-se-lhe duas bicas, tanque e amplo bebedouro para animais, tendo a encimá-lo, lavrado em cantaria, o escudo de armas municipal. Tinha o povo por milagrosa a água que dele brotava, sobretudo em questões de amores, afirmando que todo o estranho que dela bebia se tornava em amigo dedicado da Terceira, pelo que, quando um representante da autoridade se mostrava mais exigente ou menos compassivo

com os delinquêntes, por falta de cumprimento da lei, dele se dizia: «*precisa beber água do Alto das Covas*», tal a convicção existente de que. dessedentando-se nela, logo o funcionário abrandaria a rigidez de princípios em que assentava a administração da Justiça.

No ângulo SO. da ampla praça erguia-se o pelourinho municipal.

Em 1788, havia duas tabernas, conforme referência feita nas posturas dessa data.

Quando teria sido erguido o pelourinho não conseguimos averiguar, mas é de admitir que o fosse logo após a criação do senado angrense, em 1474, por volta de 1478, data da elevação de Angra a vila, ou mesmo só a partir de 1480 quando os dois juizes ordinários, um dos quais presidia ao senado, iniciaram a sua acção, sentenciando em primeira instância todas as causas cíveis e criminais, de que só havia apelação para o tribunal do donatário ou, nos casos devidos, para o Grão Mestrado. Drumond, nos «Annaes» (Vol. I pág. 228) diz que «*logo em princípio do anno de 1581*» Ciprião de Figueiredo, «*sendo-lhe apresentada em Angra uma sentença do desembargo, passada em nome d' El-Rei Filippe, não só elle a recusou cumprir, mas até a fez queimar junto do pelourinho com toda a solenidade*», e Linschoten, em 1595, o assinala na célebre carta (4).

Os Pelourinhos, tão antigos como a nacionalidade, tinham quase sempre notável valor artístico, pois eram de pedra lavrada, repletos de ornatos que canteiros em cada terra, dos mais sabedores e destros, executavam à compita com os das terras visinhas, apesar do fim a que se destinavam não ser de molde a pensar-se que exigiriam na sua confecção tamanhos requintes de arte como os que apresentam alguns dos muitos exemplares ainda felizmente existentes por todo o país, onde como joias de inestimável valor etnográfico e artístico subsistem, vinculando ao presente um passado histórico já quase milenário. O «*das Covas*» subsistiu até ao século XIX, pois nele se cometeu um desacato contra o bispo D. José Pegado de Azevedo, na madrugada de 25 de Junho de 1808, aparecendo junto dele «*um boneco pendurado pelo pescoço,*

revestido de fina alva; capa d'asperges de seda, e mitra...» como protesto contra as medidas repressivas que o prelado tomara em defesa da moral, procurando acabar com o desregramento de certos párocos e reprimir escândalos que se praticavam entre fidalgos e algumas freiras do convento de S. Gonçalo. A atitude então tomada em defesa do bispo pelo capitão-general, conde de Almada, de que resultou o pronto castigo dos incriminados, faz supor que tenha partido deste governador a iniciativa da retirada daquele pelourinho, pois dessa data em diante nenhuma referência encontramos que permita certificar a sua existência.

Anexo ao largo e completando-o para o poente, já a entrar na rampa que o liga ao bairro de S. Pedro, ficava o «*Palratório das Covas*», do convento de S. Gonçalo e, logo a seguir, o jardim onde hoje existe o pavilhão da A. N. T., em cujo muro está hoje implantado o chafariz das Covas, a que atrás nos referimos, quando para ali teve de ser mudado por efeito da remodelação e urbanização do largo.

O Alto das Covas, como quase toda a cidade afinal, foi teatro de lutas aguerridas, não só durante a Restauração, como, já no século XIX, entre Constitucionais e Absolutistas.

Quando iniciado o cerco ao castelo (1641), o capitão Constantino Machado ali abriu as primeiras trincheiras («Alegrias», pág. 60) com o esforçado auxílio do povo amotinado e até do Clero, animados todos pelo exemplo de Fr. Fernando Naranjo que, como diz o Padre Saa Soto Mayor «*com ser seu pai castelhano, assi se levou do amor de suas duas maens, a patria, e natural...*».

Ali estiveram também os capitães Manuel Lourenço e Galaor Borges. Por cima do «*tanque das covas*» fez Miguel do Canto construir um reduto a que chamavam de S. Francisco «*donde se bateo fortemente ao inimigo, sendo o mais perigoso e descoberto a elle*», segundo a expressão do P. Soto Mayor. Durante todo o cerco, o Alto das Covas foi o grande nó de comunicações onde se articulava todo o sistema de entrincheiramentos, entre a Praínha e os Portões de S. Pedro. Encostada ao muro do convento de S. Gonçalo (possivèlmente onde hoje existe o chafariz) foi construida uma barraca de madeira, coberta de telha, para alojamento da

Companhia de serviço, a que o povo passou a chamar «*Barraca dos Fidalgos*» ou «*Galinheiro*», por ali se comerem muitas galinhas.

Memorável ficou a acção de Stokler na manhã de 3 Abril de 1821 após a revolta da véspera no Castelo, em que se fez proclamar a Constituição. Reunindo forças da milícia e muito povo no Alto das Covas, propoz-se com elas bloquear o Castelo. Foi porém mal sucedido no intento, pelo que teve de retirar para a vila da Praia, perseguido por patrulhas dos revoltosos.

Nesta praça se realizou, até 1806, a feira franca da ilha Terceira estabelecida em 1800 pelo governador Diniz Gregório de Melo, em cumprimento da provisão de 21 de Maio. Realizava-se nos dias 24, 25 e 26 de Junho de cada ano, sendo presidida pelo juiz de fora da cidade, devendo a ela concorrer todos os comerciantes e vendedores dos três concelhos da ilha e sendo as demarcações de lugares feitas pela câmara de Angra, pagando «*os que vendiam por vara e côvado*», 1200 reis; os ourives e artífices, 600; os taberneiros, 400; os «*vivandeiros de hortalíças*», 300; e todos os mais a 200 reis. Os negociantes «*matriculados*» pagariam 1000 reis. As fintas destinavam-se ao sustento dos expostos. A feira parece ter nascido com maus auspícios, pois logo no dia da inauguração (24-6-1800) às três e meia da tarde, a terra tremeu com tanta violência que nalgumas freguesias da ilha houve casas arruinadas, ouvindo-se estranhos ruídos subterrâneos que puzeram a população em alvoroço. O sismo repetiu-se nos dias subsequentes, até 4 de Setembro, pelo que se realizaram muitas procissões e penitências.

No dia 3 de Dezembro de 1853, na quebra dos escudos realizada em Angra por morte da rainha D. Maria II, ocorrida em 26 do mês anterior, o 2.º escudo foi quebrado no Alto das Covas, cerimónia que ali teve lugar pela primeira vez. Procedeu ao acto o vereador Dr. José Augusto Nogueira Sampaio. Da solenidade de que tal acto se revestiu nos dá conta a seguinte notícia, constante dum manuscrito da época existente na Câmara Municipal: «*PRESTITO — Era o prestito formado em duas alas, conforme o*

programa, da maneira seguinte: — Na frente iam dois officiais de diligências da câmara, e entre elles um empregado do município com uma sacca preta para receber os fragmentos dos escudos. — Seguiam-se os escrivães dos differentes juizes e tabelliães publicos; — iam depois os juizes eleitos, juizes de paz e regedores de parochia; — logo após os advogados publicos, e em seguimento os proprietários e mais cidadãos convidados, sem distinção de classes; — o reitor e lentes do Lyceu e professores de primeiras letras; — os chefes das repartições públicas com os empregados respectivos; — os vice-consules de diversas nações estrangeiras; — os reverendos eclesiasticos; — seguia-se a camara municipal composta de Frederico Ferrreira Campos, comendador Aniceto António dos Santos, visconde de Bruges, doutor José Augusto Nogueira Sampaio, António José Vieira Rodrigues Fartura Júnior e António da Silva Baptista, o qual levava de uma bandeira preta com as armas do municipio cobertas de crepe (faltando o presidente João Toste Parreira por doente); — depois o governador civil e seu secretário; — o barão de Bastos general comandante da 10.ª divisão, com seu ajudante de ordens e chefe do estado-maior; — o juiz de direito, juiz ordinário, delegado do procurador régio, o sub-delegado da Praia da Vitória; — o administrador do concelho com seu escrivão; — o ouvidor eclesiástico; — o deão presidente do cabido; — os officiais do estado-maior e mais officialidade militar; — fechando o prestito o 1.º batalhão do regimento 5º, de infanteria, seguido de grande numero de concorrentes». Neste dia, além de todos os sinos das igrejas da cidade, também o da câmara dobrou a finados, enquanto durou a quebra de escudos. A maneira como foram vestidos os vereadores vem assim descrita: «*Chapéo de abas grandes coberto de merinó preto. Gravata preta de merinó, de pontas. Bacalhaus de escomilha muito anilada. Colête de casemira preta. Sapatos de escodo preto. Calções de merinó preto com fivelas pretas ou cobertas de preto. Meias de lã preta. Capa de lila preta ou merinó comprida. Fumo no chapéo cahido do lado esquerdo até abaixo dos joelhos*».

Em 28 de Maio de 1937 foi solenemente inaugurado o largo depois de ampliado e urbanizado tal como hoje se encontra, sen-

do colocada a placa indicativa do nome do Dr. Oliveira Salazar como homenagem do município ao então chefe do Governo.

Desde a inauguração, em 1870, da praça de toiros de S. João, situada ali a dois passos, o Alto das Covas passou a ser particularmente concorrido nas tardes de tourada. Ali descarregavam as carroças e charabans que traziam os frequentadores que nesses dias vinham «*do monte*» para a cidade, assistir às corridas e para ali convergia a «*afícion*» angrense a partir das dez horas da manhã, para estar presente à chegada dos toiros e à sequente «*embolação*» que era também de grande interesse para muitos, sobretudo os «*entendidos*», os quais julgavam saber, pelo comportamento do gado naquele acto, as qualidades de bravura ou mansidão de que as rezes dariam prova na corrida da tarde, poucas horas depois. O gado vinha do mato, em manada, pela «*Canada dos Toiros*» abaixo, pastores de camisola correndo à frente e atrás dos bichos, empunhando os bordões enconteirados. À entrada da porta que dava ingresso aos currais, havia um tapume de madeira atravessando a estrada, para evitar que alguns dos cornúpetos se tresmalhasse. Mas nem sempre a segurança era completa e às vezes um ou outro se escapava, derrubando qualquer das tábuas carunchosas. O caminho da fuga era então pela Rua da Boa Vista ou pelo próprio Alto das Covas, o que tanto fazia afinal para que o alvoroço se estabelecesse em toda a cidade, pois já se sabia que em nenhuma parte dela se estaria livre de maus encontros, o que com assaz frequência acontecia. Contudo, o Alto das Covas, como centro de convergência dos curiosos, era o mais atreito a cenas de balbúrdia e verdadeiro pânico, tal como acontece ainda hoje com as «*esperas*», por ocasião das Festas da Cidade, que começando nos Portões de S. Pedro e através a larga Rua Dr. Sidónio Pais, continuam até à praça de toiros, ao contrário portanto do que dantes acontecia. Mas houve sempre quem gostasse desses precalços e muitos estariam até desejosos de que a fuga dos toiros fosse, em vez de hipotética, uma realidade permanente, porque para os aficionados «*do osso*» todas as modalidades em diversões taurinas constituem atractivo irresistível. Haja em vista o caso picaresco que o «*Ti Bàlhão*» costuma contar e

Convento da Graça

Esquina da Rua da Madre Deus, antes das demolições efectuadas

Casa do Manduca Areias
(Quando nela residia Frederico Augusto Lopes da Silva)

Alto das Covas

(Lado sul)

Pela direita: Casa do Chico Corvelo ou do «Mãos Grandes», Casa do Brasileiro Melo, Casa da Hermínia e Casa do Cabeceiras (esquina da R. dos Canos Verdes)

Rua da República, vista do Alto das Covas

Casa do General Elias

que é prova cabal daquela «*doença*» que ele sempre sentiu pela festa brava.

Tinha-lhe morrido em S. Pedro uma tia de quem na verdade era amigo e a cujo funeral assistia compungido. Havia porém nessa tarde uma grande tourada na Praça de S. João. E justamente quando o cortejo fúnebre subia a ladeira do Alto das Covas, a passo molanqueiro, ouviu-se nitidamente a filarmónica tocar um «*passo-doble torero*», enquanto muitos retardatários passavam apressados a caminho da «*fiesta*». Estridente, o clarim deu o sinal para entrada da quadrilha na arena, e foi o bastante para que o António Machado Bendito—como se chama o «*Ti Bàlhão*» de quem acabamos de falar—pretextando junto dos parentes uma qualquer indisposição momentânea que não lhe permitia acompanhar o préstito fúnebre, abandonasse o cortejo de dor... e se «*pisgasse*» para a tourada, correndo mais que todos pela rua da Madre de Deus acima, direitinho ao redondel, só para não perder aquelas duas horas de festa rija, tão querida ao seu coração. E quando alguem lhe falava do caso insólito, comentava sem nenhum peso na consciência: — «*Claro que fugi para os toiros! Assim como assim, minha tia enterrava-se à mesma...*».

Nessa altura o «*Ti Bàlhão*» teria apenas trinta e poucos anos. Mas se fosse hoje (com mais de 80 bem medidos) aconteceria precisamente o mesmo, porque apesar da idade avançada continua com o espírito jovem que todos lhe conhecem, e a «*doença incurável*» de que sempre sofreu não consegue diminuir de intensidade. E como o «*Ti Balhão*» há muitos anos vive na ilha Terceira de Nosso Senhor Jesus Cristo, para onde veio do Rio de Janeiro com 2 ou 3 anos, cremos bem que dela não sairia senão... para a «*Feria de San Isidro*» ou para a Monumental de Madrid—tal o apego que lhe nasceu pela Festa Brava e o amor que criou à terra onde lhe foi dado conhecer a «*Arte de Montes*», paixão maior de toda a sua vida. Fala sobre ela «*como um doutor*», sendo apreciadas duma maneira particular as suas crónicas taurinas na Imprensa de Angra, assinadas com o pseudónimo de «*Estirau*», o que só por si é símbolo de quanto «*sangre torero*» lhe corre nas veias túmidas.

Cremos que incompletas ficariam as tradições taurinas do ALTO DAS COVAS, se omitíssemos este episódio «*histórico*» que tão eloquentemente as assinala, e por isso aqui o deixamos narrado para elucidação do leitor (5).

---

(1) — Viterbo no seu «Elucidário» diz que estes celeiros antigamente se chamavam *silos* e que os mouros os denominavam *atamorras, matamorras* ou *matmorras*. Atribuia-os aos árabes quando dominaram Lisboa, e dum documento encontrado em S. Vicente de Fora se conclue que os portugueses ainda os usavam no sec. XVI. Contudo, em excavações feitas entre 1901 e 1906 na mesma cidade, outros semelhantes se encontraram um 1926, em Carnide, que devem datar de época anterior ao domínio romano, pelo que não se pode determinar a qual das civilizações devem ser atribuidos. Não ad[illegible] portan[illegible] que os primeiros povoadores das ilhas para eles te[illegible]am levado o seu uso. Há, de resto, referências deles nas ilhas d[illegible] Madeira, Santa Maria, S. Miguel e Porto Santo.

O Padre António Cordeiro descreve-os assim, na sua «*H[illegible]ria Insulana*» : — « *São grandes covas abertas na terra, e cada cova é muito funda e leva muitos moios de trigo com seu bocal redondo em cima [illegible] tres palmos de diâmetro, que se tapa com uma só pedra de cantaria redonda, como uma mó de moinho com sinal em cima do dono de quem é aquela cova e no grande e fundo vão redondo da cova se conserva o trigo como no ventre de sua mãe a terra, tão puro e limpo de todo o bicho e vicio, que se tem experiencia de ser melhor e fazer melhor pão o trigo das covas que o de graneis ou celeiros das casas de fora (...) e em tais covas chega a estar o trigo ano inteiro e sempre perfeito*». O sistema de celeiros em «*covas*» foi usado até fins do século XVI (1572), diz o Dr. H. Braz em «Sob o Signo do Sacrifício».

Viterbo, na descrição das covas encontradas em Lisboa, diz que «*Eram do feitio de uma cisterna com três ou quatro braças de alto e largas à proporção, e aí o trigo se conservava anos, depois de debulhado e limpo, coberto com palha e recoberto com terra*», o que demonstra haver certa diferença na construção. Quanto ao praso de conservação, não admira que, em Angra pelo menos, se não tenha feito a experiência, pois era principal produto de exportação para o continente e haveria toda a conveniência de renová-lo em cada ano, para dar lugar ao da nova colheita. As que em 1901 se descobriram em Lisboa, na Mouraria, tinham 1,20 m. de altura, 1,00 m. de diâmetro no bojo, e 0,70 m. no bocal e eram tapa-

das por uma lage redonda. Em Carnide encontraram 12 em 1926, quando se procedia à construção dum colector, tendo cada uma 1,85 m. de altura, 1,65 m. de diâmetro no bojo e 0,44 m. de bocal, tapado também com uma lage redonda (jornal «O Século», de 10-9-1926).

(2) — Vid. Boletim do I. H. I. T., n.º 5, pág. 212.

(3) — Segundo consta do testamento do deão, trata-se de «*hũa capela no dito Colégio a qual será da invocação de São Paulo apostolo e São Francisco Xavier e se procurará haver lugar em que se ponha a imagem da Santa Madre Virgem Thereza de Jesus, em cujos dias se cantará Missa solemne com suas vésperas, e os gastos de tudo, assim na dita cappela e imagens dos santos e festas de seus dias, se façam primeiro que nenhũa outra cousa, do rendimento que ficar de minha fazenda, isto sem embargo de qualquer clausula ou determinação que assima fique*». Também determinou que na mesma ficassem os restos mortais de seu irmão (já falecido) cónego Francisco António Fagundes, mestre-escola da Sé de Angra.

(4) — Em 1583, pelo Conde Manuel da Silva, havia sido condenado por injúria, «*certo homem d'Angra, por appelido o Cento e Vinte*», o qual, depois de percorrer as ruas da cidade com uma mordaça na boca, «*supplicio que por infâmia se fez a muitos*», e de ter sido açoitado, se manteve, durante duas horas, com a mão direita pregada na «*chumbada que para êsse effeito havia no pellourinho*». E Drumond esclarece na nota 8 de pág. 325, do Vol. I dos Annaes: «*A mão era pregada com um prego entre os dedos polegar e index*». Sobre os «*Pelourinhos*» vid. o estudo histórico de Félix José da Costa (1926) e Os Pelourinhos Portugueses, de Luis Chaves (1930).

(5) — Outras notas não queremos deixar de citar que ao Alto das Covas se referem como sejam:

a) — *Gaspar Affonso de Azevedo*, filho de Diogo Fernandes de Boim e de Marinha Affonso d'Azevedo, era conhecido por «*o das Covas*» por ali residir, e foi herdeiro do vínculo instituído por sua mãe. Faleceu em 1546. Sua irmã Catharina Affonso d'Azevedo, casada com Lopo Gil Fagundes, teve a João Lopes Fagundes de Sousa que, em 1579 era vereador da Câmara de Angra. Affonso Annes Netto, cunhado de Gaspar, morava no sitio das Covas (Nobil. III. LXIV — pág. 483).

b) — *Beatriz Rodrigues Fagundes*, filha de Affonso Gonçalves Baldaia casou com João Alvares de Carvalho, denominado «*o dos graneis*» por ser o primeiro que os construiu na Terceira, diz Maldonado, na Fenix Angrense.

c) — *Carta de Luis Teixeira*, feita em Lisboa em 1587, assinala um

«*Granel delrey*» junto ao porto entre a Ponta do Negrito e a Ponta Gorda, para oeste de Angra. Seria seu construtor João Alvares de Carvalho, acima citado? As «*covas*» só foram usadas até 1572, como se disse na nota 1.

XXXI

Casa do Cabeceiras

Está situada à esquina da Rua D. Afonso VI, conhecida por Rua dos Canos Verdes. Pertencia a José Machado Cabeceiras [1] que durante muitos anos teve uma agência funerária, com oficina anexa no rez do chão.

Dispunha de «*berlindas*» e outros carros mortuários, além de variado material usado nas cerimónias fúnebres.

Após a sua morte, a agência funcionou durante algum tempo ainda, sob a direcção do filho, João Cabeceiras, que em breve teve de trespassá-la, sendo forçado a vender vários prédios da herança paterna. A casa pertence hoje ao graciosense Daniel Vasconcelos Mendonça, por alcunha «*o Lourinho*», que nas lojas se estabeleceu com mercearia, sucessora da que ali teve o «*Tio Machuca*», que para ali mudou a «*venda*» que possuía nos baixos da CASA DO HENRIQUE DO PORTO, quando este a adquiriu em 1909.

---

[1] — João Machado Cabeceiras foi, segundo cremos, o primeiro industrial neste género, montando um serviço permanente e de boa organização, dispondo, além de carros próprios, de todo o mate-

rial inerente àquela indústria, até então muito rudimentar e sem pessoal especializado que garantisse uma assistência digna aos actos fúnebres. O transporte de cadáveres que, desde remotos tempos era feito em «*carretas*» de tracção manual, descobertas e da maior rusticidade, passou a ser feito em «*berlindas*» de tracção animal, mais ou menos ornamentadas consoante a categoria e a posse das famílias. Nas oficinas anexas se fabricavam os «*caixões*» e as «*urnas*», algumas já com certo esmero, para o que dispunha de pessoal devidamente habilitado, como era também o que acompanhava os féretros, deixando relegados para a história os pouco dignos e mal trajados «*gatos-pingados*» tradicionais. Sob estes aspectos, «*mestre José Cabeceiras*», como era conhecido, teve uma acção deveras meritória no meio angrense, no que foi secundado pela também notável melhoria nas «*cocheiras*» da cidade que também adquiriram «*berlindas*» e «*coupés*» apropriados, alguns de certo valor artístico, tal como hoje se pode observar no Museu Regional. A organização dos préstitos, também à sua responsabilidade, passou a ter melhor ordem, bem como todo o cerimonial que os precedia, desde a exposição do cadáver em câmara ardente até ao transporte das urnas para a igreja e para o cemitério, o que não era fácil, sobretudo quando ao cortejo concorriam muitos hipomóveis, como acontecia ainda até aos começos do actual século, pois o primeiro carro motorizado só apareceu, trazido pelo luso-brasileiro Augusto da Mota, em 1905 (A União, de 25-6-955, na secção «*Ha 50 anos*»), e alguns anos teriam de decorrer até que o seu uso fosse generalizado, a ponto de fazer desaparecer por completo os veículos de tracção animal nos transportes citadinos.

XXXII

Casa da Hermínia

Pertencia à família de Abel Tavares Teixeira, continental. Foi director de Finanças. Sua irmã D. Juliana Falconieri Tavares Teixeira de Oliveira, foi professora de harpa e outros instrumentos, leccionando música no Porto e nesta cidade. Foi adquirído o prédio por Eduardo Gouveia, comerciante, em 24 de Abril de 1943.

É conhecido por CASA DA HERMÍNIA por nela ter habitado durante muitos anos, D. Hermínia Pimentel Borges, falecida com a provecta idade de 87 anos, (1) em Abril de 1969.

Na loja, António Ferreira Fialho teve uma barbearia. Quando começou o uso das senhoras cortarem o cabelo segundo o modelo «*Garçonne*», importado de França, mestre António foi talvez o primeiro artista a especializar-se no moderno corte, pelo que, em breve, não teria mãos a medir na aplicação da sua arte, dispersando suas actividades por casa das freguesas, dado que ao tempo as senhoras ainda não estavam habituadas a frequentar estabelecimentos desta espécie, nem tão pouco os havia, segundo cremos. Por isso, quando na oficina aparecia uma chamada de qualquer cliente (ao tempo, também os telefones eram desconhecidos) reclamando os seus serviços, mestre António respondia muitas vezes: — «*Agora não posso. Tenho de ir a casa de Fulana*

fazer uma garçonne»... o que era motivo de comentários jocosos por parte dos que, mais que o modesto artista, sabiam traduzir à letra aquela palavra francesa tão em voga. E daí ser o mestre António conhecido por *«O António das Garçonnes»*, mesmo depois de ter deixado a especialidade que o tornou célebre...

Hoje está ali instalado o PINÓQUIO, com livraria, papelaria, bijutarias, brinquedos, perfumaria, etc.

---

(1) — Era filha do capitão de fragata Manuel Antonio Borges e de D. Amélia Pimentel Borges.

XXXIII

Casa do Brasileiro Melo

Pertenceu a José dos Santos Augusto e tinha o n.º 16 de polícia. Foi adquirida depois por Joaquim Teixeira Brasil (1), proprietário e um dos grandes animadores para a construção do novo edifício da Câmara Municipal, no século XIX. Sucedeu-lhe João Luís de Melo, brasileiro, natural do Rio de Janeiro e casado com D. Maria Santa Brasil de Melo, que faleceu em 1950. Seu filho único, José de Melo Brasil, que foi aluno do liceu de Angra e desportista entusiasta, faleceu bastante novo, em 17 de Janeiro de 1919, solteiro (2). Pertence hoje a D. Gabriela Oliveira, que a herdou de D. Maria Santa, sua madrinha, neta de Joaquim Teixeira Brasil.

Nos baixos há uma loja de ferragens, pertencente a Fernando Neto Cristóvão. Anteriormente esteve ali um estabelecimento de mercearia e líquidos que pertenceu a vários proprietários, entre eles José Valeriano de Sousa, José Bento Cardoso e Serafim da Cunha, e a «PAPELARIA CANÁRIO», no n.º 171.

---

(1) — Era presidente da Direcção da Caixa Económica de Angra em 1875.

(2) — Vid. Boletim do Arquivo Distrital n.os 4 e 5, Vol. II, 1953, pág. 7.

XXXIV

Casa do Chico Corvelo ou do «Mãos-Grandes» ou «Mão-Gorda»

(também conhecida por prédio do Severo Moniz)

No sítio onde foi implantado o actual edifício, na esquina do largo do Doutor Salazar com a rua do conselheiro Nicolau Anastácio, existiam duas casas velhas, uma com frente para o poente, que pertencia a Tomaz José Pereira e outra com frente para N. pertencente a Francisco de Paula Moniz e consorte D. Mariana Augusta de Bettencourt Moniz. A primeira encontrava-se na posse dos herdeiros daquele desde 30 de Junho de 1870 e a segunda adveio por herança ao filho Severo Moniz, como universal herdeiro, quando foram adquiridos por este para construir o edifício actual, com duas frentes, uma para o Alto das Covas, outra para a Rua do Pintor. A entrada era pelo Alto das Covas onde, no r/c, tinha lojas para comércio, sendo uma, mercearia. Do lado da Rua do Pintor também havia lojas uma das quais servia de escritório ao proprietário. Tinha o n.º 17 de polícia.

Adquirido por Francisco Corvelo de Ávila que habitava na casa junto à ermida de Santa Filomena, foi dividido em duas

moradias (1.º e 2.º andar) tendo passado a entrada comum para o lado da Rua do Pintor. O estabelecimento de mercearia passou a propriedade da firma ERNESTO DE FREITAS & COMP., de que faziam parte, além do proprietário do prédio, Francisco Corvelo, os irmãos Ernesto e Pedro de Freitas.

No 2.º andar do prédio habitou o maestro-compositor Henrique Vieira, a que nos referiremos na CASA DO MARTINS (Notas).

Vendido a João da Rocha Lemos (por alcunha «*Mão-Gorda*») e consorte Maria da Conceição Lemos, passou, por morte destes, a sua filha mais velha, Alcina Lemos Lourenço, actual possuidora. Por morte de Francisco Corvelo o estabelecimento passou aos dois irmãos Freitas, sob a firma ERNESTO DE FREITAS & IRMÃO, e, por morte destes, à firma BERBEREIA & FALCÃO, da qual passou a Zeferino Pinheiro. Nos baixos de todo o prédio, este com entrada principal pela rua do Conselheiro Anastácio, está instalada presentemente a PASTELARIA ANGRA, de Francisco de Matos, antigo empreiteiro e mestre de obras.

Nas duas primeiras portas, a nascente, esteve alguns anos instalada a ALFAIATARIA CORDEIRO, cujo proprietário, António Cordeiro, foi notável amador da Arte de Talma, tendo feito parte do célebre GRUPO DRAMÁTICO MONIZ BARRETO, a que já fizemos referências no decorrer destas memórias.

XXXV

Casa do Manduca Areias

Tinha o n.º 2 de polícia.

Pertenceu a Manuel José de Castro e, com a casa que a extrema pelo S., eram do P.e Frederico Amâncio d'Almeida Mendes. Foram pertença de Elias da Cunha Pinto, que vendeu, a primeira, ao luso-americano João da Rocha Lemos «*Mão Gorda*». A segunda vendida a Mateus de Sousa (brasileiro), foi adquirída por Manduca Areias, e daí lhe veio o nome por que é vulgarmente conhecida, hoje propriedade da sua filha Maria Lígia da Costa Areias. A de Rocha Lemos coube em partilhas à filha mais nova deste, Lídia Lemos Bettencourt, ausente por vários anos nos Estados Unidos da América e hoje residente na Rua da Sé (1).

Nos baixos da segunda casa (dita do Manduca Areias) houve no século findo uma tenda de barbeiro, dos três irmãos Farinha, cuja actividade não se limitava ao exercício daquela profissão, porque, conjuntamente, ensinavam a ler aos fregueses analfabetos, o que supomos ser caso inédito, pois o mais tradicional é transformar a oficina em centro de cavaqueira e maledicêndia, pelo que os barbeiros têm grande fama de faladores. Estes parece que se dedicavam a coisas mais úteis, pois além de transformarem em sala de aulas a ampla oficina, também nela davam lição de «*jogo de pau*», desporto muito em voga nessa época e que infelizmente se deixou perder no meio terceirense onde contava grande número

de adeptos e notáveis jogadores. Mas apesar de muito frequentada, ainda deixava tempo livre aos seus proprietários para uma outra actividade em que também deram provas pessoais de largos conhecimentos: o ensino da Viola, de 5 e 6 parcelas, contribuindo assim para a criação de um centro artístico a que concorriam os grandes mestres desse tempo. Dessa actividade renasceu o gosto pela organização de «*Ranchos*» que, na cidade e arredores, muito contribuiram para animar a quadra do Natal, hoje em completo declínio, apesar de várias tentativas feitas para reanimá-lo em certos aspectos do antigo gosto popular pelo Presépio e pelos «*Ranchos dos Reis*». Na parte de acompanhamentos, pontificavam os «*Malhinhas*» ou «*Ferrolhos*» (pai e filho), notáveis tocadores. O filho era também exímio em guitarra, pelo que os dois se tornaram célebres, na organização de «*Serenatas*», outra modalidade artística que fez as delícias de nossos avós e perdurou até meados do século actual. Foram portanto os três irmãos Farinha elementos utilíssimos na divulgação de actividades artísticas e de carácter desportivo que hoje se encontram quase totalmente extintas, por falta de continuadores.

Posteriormente à barbearia, estiveram ali estabelecidos com vários ramos de negócio, Luís Pimentel (conhecido por Luís Bòdica), José Ferreira que emigrou para o Brasil, a firma Pamplona & Sousa com a casa RÁDIO SOM, Adalberto Martins e José Louro com a casa FLÓRIDA, depois mudada para a Rua da República. Actualmente encontra-se lá estabelecida a firma Silva & Pereira, Lda. com uma casa de artigos electricos denominada ELECTRO-ESTRELA.

Nesta casa habitou durante alguns anos, tendo nela falecido em 31 de Dezembro de 1941, Frederico Augusto Lopes da Silva, chefe da secretaria da Junta Geral, aposentado, e director da Caixa Económica de Angra do Heroismo. Foi farmacêutico da Misericórdia e presidente da câmara municipal da Praia da Vitória. Era presidente da junta geral do distrito quando da visita régia à ilha Terceira, em 1901. Foi reitor do Liceu Nacional e provedor do Hospital de Santo Espírito. Como jornalista fundou e dirigiu vários jornais, escrevendo também algumas peças de Teatro, uma das quais, «*Honra e Glória*», por ocasião do ultima-

tum da Inglaterra. Foi escrita em 11 dias e levada á cena no Teatro Angrense em 20 de Junho de 1890, tendo-se nessa noite cantado, em público e pela primeira vez na ilha Terceira, a canção patriótica «*A Portuguêsa*», adoptada após a proclamação da república como hino nacional. Cantou-a Francisco de Paula Moniz Barreto, formando coro as vozes de Aniceto António dos Santos, António José da Rocha, Manuel Vieira Mendes da Silva e António Gil de Freitas, sendo, também, acompanhada pela numerosa assistência, com o mais patriótico entusiasmo. Frederico Lopes deu o melhor do seu esforço à defesa das causas que mais interessavam ao progresso do Arquipélago, nomeadamente durante as campanhas sobre a «*Unificação da Moeda*» e a «*Autonomia dos Açores*», de cujas comissões de propaganda fazia parte e bem assim na campanha anti-clerical da imprensa contra a presença no Hospital das Irmãs de Caridade que ele. como provedor, tinha contratado para o serviço de enfermagem, e donde mais tarde foram expulsas por virtude da lei da separação da Igreja do Estado e outras que os governos de então promulgaram. Foi notável a sua acção como delegado da junta geral de Angra, na reunião conjunta dos organismos congéneres, da Madeira e dos Açores, realizada na cidade do Funchal, para elaboração das bases duma autonomia administrativa nos dois arquipélagos, e que mais tarde viria a concretizar-se.

---

(1) — Nos baixos esteve estabelecido com «*ferro-velho*» Edmundo Ávila Canário, amador tauromáquico de merecimento, que se estreiou em 1915, com 15 anos de idade, na Praça de S. João, numa corrida de beneficência a favor dos antigos amadores locais José Vicente e Luís Gonzaga. Em 1920 foi-lhe concedida a alternativa de bandarilheiro por Plás Flores, artista espanhol que veio em várias «*tournées*» à Terceira, usando então pela primeira vez o «*traje de luces*». Era filho do famoso bandarilheiro Luiz Canário, o primeiro açoriano que no Campo Pequeno recebeu alternativa e depois emigrou para o Brasil, ali actuando por vários anos, até que, no Rio de Janeiro, bregando para o cavaleiro José Bento de Araújo, foi gravemente colhido, vendo-se obrigado a afastar-se definitivamento do toureio. Era exímio nas sortes «*à gaiola*». Bastante

ágil, saltava com facilidade do redondel para a barreira, servindo-lhe de trampolim o estreito estribo que havia nos «*borladeros*» (esconderijos). Dizia-se que d'aí lhe viera o epíteto de «*Canário*» que adoptou para nome artístico.

Edmundo Canário faleceu em Angra a 6 de Abril de 1969.

XXXVI

Casa do Henrique do Porto

Faz esquina do largo Dr. Salazar para a rua Sidónio Pais. Tem os números 1, 3, 5 e 7 a começar na frontaria norte e os números 15 e 16 na frontaria do nascente. A entrada do prédio é pelo número 5. Na loja número 1 esteve instalado um estabelecimento de «*ferro-velho*», conhecido por LOJA DO MESTRE INÁCIO. Nos números 3 e 7 do lado da rua Sidónio Pais, e 15 e 16 do largo Dr. Salazar, encontra-se estabelecido com a MERCEARIA POPULAR, Manuel Machado Toste. Neste mesmo local existiu a VENDA DO MACHUCA, espécie de taberna ao serviço quáse exclusivo dos carreiros e carroceiros que no largo estacionavam seus veículos e vinham abastecer-se de água no chafariz que lhe ficava fronteiro, sobretudo nos anos de seca, vindos da parte oeste da ilha (S. Mateus, S. Bartolomeu e Cinco Ribeiras).

A casa, composta ao tempo de duas moradias, era foreira em 700 réis à paróquia de S. Bartolomeu e pertencia a Francisco de Paula da Silva, viuvo de D. Faustina Pamplona de Menezes. Por morte deste, passou, em partes iguais, a suas filhas, D. Cristina Amélia Pamplona da Silva e D. Adelaide Pamplona da Silva. Por morte desta passou, na metade correspondente, à posse de D. Vitorina Augusta Pamplona, viuva de Francisco de Sousa Rodrigues, proprietário, residente em S. Paulo, Brasil, onde faleceu.

Convento da Graça

Muro da cerca e chafariz, arquinhas e bebedoiro do Alto das Covas, antes das demolições efectuadas

Chafariz das Covas

Aspecto actual, à entrada do dispensário do I. A. N. T.

Convento da Graça

Muro da cerca e antigo mictório e chafariz das Covas, antes das demolições efectuadas

Convento da Graça

Ao tempo em que ali esteve instalada a Recreio dos Artistas

Por escritura de 9 de Dezembro de 1909, foi adquirido às proprietárias, D. Cristina Amélia e D. Vitorina Augusta, por Henrique Gomes de Azevedo, conhecido por «*Henrique do Porto*», tendo passado, por morte deste, a suas duas filhas, D. Adelaide Gomes de Azevedo, solteira, e D. Regina Gomes de Azevedo dos Santos,casada com João Ferreira dos Santos.

XXXVII

Convento da Graça

Segundo o P.e António Cordeiro, viera do Continente, cerca de 1570, um mancebo, natural de Freixo de Espada à Cinta, de nome António Varejão, que daqui abalou para Salamanca onde, «*por ser virtuoso e de bom engenho*», ingressou no Convento de Santo Agostinho, tomando as ordens de sacerdote. Voltando à Terceira, aqui pregou «*muito bem e com muito fruto*» durante algum tempo, seguindo depois para a América Espanhola onde conseguiu avultados cabedais. Novamente de volta à Terceira e com o fim de construir na Guarita um hospital destinado a internar e tratar doentes provindos das Índias Ocidentais, (1) obteve «*muitos moios de renda anual de trigo*», pelo que começou desde logo a construção. No entanto, já depois do edifício concluído, mudou de ideias, distribuindo uma parte das rendas à Misericórdia de Angra e entregando a outra ao seu provincial de Portugal, destinada a fundar, nesta cidade, um convento de frades gracianos, o que só poude efectivar-se depois de 1584, após o termo das lutas entre Filipe II de Espanha e D. António Prior do Crato.

O terreno para sua implantação primeiro escolhido, foi, como acima mencionamos, o da Guarita, que depois foi vendido a Pedro Cardoso Machado por 160$000 reis, para nele fundar o Convento da Conceição das Freiras.

Também, pelo monarca espanhol, por alvarà de 9 de Dezembro de 1589, lhe havia sido autorizado edificar o mosteiro junto à ermida de Nossa Senhora dos Remédios, em terrenos pertencentes a Manuel do Canto e Castro. Nenhum destes locais porém, satisfez inteiramente os desejos do seu instituidor, sendo finalmente preferido o sítio das Covas, onde foi construído o imponente imóvel que só devia ter ficado concluído depois de 1604, pois nessa data ainda se encontrava na Guarita o «*veneravel padre*» Fr. Manuel Pereira, por guardião do convento. Seriam os terrenos em que foi construído, pertencentes ao Deão Lopo Dias Fagundes, falecido em 1630? É natural que sim, pois segundo o Cónego Pereira, era homem muito rico e na cidade, «*acima das Covas*», possuía 28 alqueires de terra. Deixara aos padres da Companhia de Jesus uma quinta que possuía no Posto Santo «*para lá descansarem dos seus muitos trabalhos*», e a casa onde morava, também na cidade ao cabido, para residência dos deães. Além disso mandou fazer uma capela, na igreja do Colégio, para nela ser sepultado, onde jaz, com seu irmão o cónego Francisco Fagundes, mestre-escola da sé de Angra. E como muito mais possuía, em terras e casas, nesta ilha, não custa admitir que fosse ele o doador dos terrenos para a fundação do novo convento, (Vid. Boletim do I. H. I. T., n.º 5-1947, págs. 212/213).

A igreja era «*grande e bem aceada*» e o convento «*competente*», no dizer do padre António Cordeiro.

Aos gracianos que nele se alojaram foram desde logo concedidas tantas prerrogativas e indulgências (2) que o povo chamava «*Roma*» ao convento, dizendo, quando a ele se dirigia:- «*Vamos a Roma*», tal o prestígio que criaram seus pregadores, confessores e religiosos, em tão grande número que dali sairam uns tantos a fundar mais dois conventos, um na Praia outro em Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel. O prior, Fr. João da Purificação (3) confessor de D. Álvaro de Viveiros, governador do castelo de S. Filipe do Monte Brasil, foi escolhido por Francisco de Ornelas para emissário, a fim de tratar da rendição após a aclamação de D. João IV na Praia, fazendo-se acompanhar nessa espinhosa missão por «*hum fidalgo da cidade, chamado Estevão da Silveira por este ser dos principais da cidade*», como diz o padre Cordeiro.

Foi porém mal sucedido, porque o castelão o mandou prender depois de autoado (4).

Entre a douta comunidade há ainda a salientar, como «*insignes oradores*» o padre Fr. Tomaz Branco e o padre-mestre Fr. Pedro de Lacerda, citados por Ferreira Drumond, nos «Annaes».

Em 1829, foi o convento profanado, tendo-se nele aquartelado o Batalhão de Caçadores n.º 2, criado pela Ordem do Dia n.º 29, de 23 de Agosto do mesmo ano.

Após a vitória da revolução liberal de 1832, por ordem da Junta Provisória e depois de confiscadas as pratas dos conventos, foi este, juntamente com a igreja, vendido em hasta pública, em 26 de Agosto do ano seguinte, por 8.100$000 reis, tendo-o adquirido o coronel José Francisco Barbosa que o transformou profundamente e nele fixou residência tendo mandado destruir a igreja (5).

Não o gozou porém por muito tempo, pois em 1847 era já residência do conselheiro Alexandre Martins Pamplona Corte Real, um dos componentes da Junta Provisória estabelecida em Angra para defesa dos direitos da rainha D. Maria II, sobraçando a pasta dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (6).

Em Setembro de 1894, tinham vindo para a Terceira os jesuítas, padres Francisco Pereira Henriques de Oliveira e João Bento Justino, a fim de dirigirem os exercícios espirituais do Clero, ficando depois, a convite do bispo D. Francisco Vieira de Brito, como directores espirituais do seminário. Instalaram-se no solar dos Remédios. Passado algum tempo, adquiriram, a 13 de Julho de 1895, em nome do P.e Justino, o edifício da Graça, para ali montarem um colégio, admitindo alunos internos, semi-internos e externos. Decerto não chegariam a realizar seu intento, ao menos completamente, porque o edifício se encontrava em grande parte devoluto e, em 10 de Setembro do ano seguinte foi o prédio hipotecado à Caixa Económica de Angra por 3.600$000 reis, certamente para poderem completar as obras de adaptação necessárias.

Como o edifício era muito amplo, com quatro corpos, em quadrado, tendo ao centro a cerca e claustro, os sucessivos

proprietários não o ocupavam na totalidade, e por isso nos aparecem várias entidades ali instaladas durante o período compreendido entre 1867 e 1910. Em 1872, por exemplo, sabemos que, na ala voltada ao nascente, que dava para a Rua Queimada, Alexandre Sebastião Borges da Costa tinha, na parte restante dessa ala, uma padaria. Na mesma ala, em 1895, teve sede a «SOCIEDADE COOPERATIVA DE CONSUMO» a qual pagaria de renda 240$000 reis anuais nos dois primeiros anos e 300$000 reis nos seguintes. O contrato era válido por seis anos e todo o prédio fora avaliado em 6.000$000 reis. Ignoramos por quanto tempo ali se conservou, mas, em 1893, João Carlos Kilberg tinha lá montada uma padaria, possívelmente no mesmo lugar onde existira a de Sebastião Borges. No ano imediato (1894), nas amplas salas da ala sul, realizou-se um grande leilão do recheio da residência e de mobiliários, para liquidação da herança de Militão Pamplona, e em 11 de Março de 1896, a «POPULAR ANGRENSE» realizou nos principais salões um baile de gala que se revestiu de grande aparato e foi muito concorrido.

Em 17 de Abril de 1901, após terem sido detidos e levados para o Castelo por ordem do governador civil, sob a pressão de vários motins populares provocados pelo célebre «*caso Calmon*», foram os padres expulsos da Terceira nessa mesma noite, regressando ao continente a bordo do «Açor», para o qual embarcaram pelo cais do Fanal, furtando-se assim à ira popular. Contudo, por volta de 1903, tornaram a alojar-se na Graça os padres Francisco de Paula Barcelos ([7]), terceirense, Alexandre Castelo, Vilas Boas e outros, também jesuítas, tendo porém retirado pouco depois.

Em 1909, nos primeiros dias de Abril, ali se instalou a sede da «SOCIEDADE FILARMÓNICA RECREIO DOS ARTISTAS» que teve de deixar a sede anterior na rua dos Cavalos, para demolição do prédio onde estava instalada. Após a proclamação da República, o prédio foi integrado no património nacional. O governador civil de então, Joaquim Teixeira da Silva, deligenciou obter, junto do Ministério das Finanças, a cedência do edifício para sede do Asilo de Mendicidade, o que não chegou a concretizar-se, como não se concretizara também, em 1890, o pedido do bispo D. Francisco Maria, para ser para ali transferido o liceu, a fim de

que o seminàrio pudesse ocupar todo o edifício do antigo convento de S. Francisco.

Em 1916, após a entrada de Portugal na Grande Guerra, foi o edifício requisitado para aquartelamento da Companhia de Metralhadoras do R. I. 25, desalojado do Castelo por terem sido concentrados na fortaleza todos os súbditos alemães residentes em Portugal, ao tempo da declaração de guerra à Alemanha, pelo que a «*Recreio*» teve de abandonar o edifício. Depois de terminado o conflito, foi o prédio vendido a esta sociedade para instalação da sua sede, sendo adquirido por 2.000$000 reis incluindo os terrenos anexos, limitados pelas ruas Queimada, da Boa Vista e da Madre de Deus.

Na antiga igreja e nos terrenos circundantes, alugados à «*Recreio*», instalou-se a sede do «SPORTING CLUB DA TERCEIRA», ao tempo fundado e cujo objectivo principal era o desenvolvimento da Educação Física, pelo que ali montou um ginàsio, campos de tenis, voleibol, basquetebol e um pequeno parque infantil para diversão dos filhos de sócios. Mantinha em pleno funcionamento aulas de ginástica para adultos e crianças, e um curso de natação que era ministrado no Porto de Pipas. A favor dos fundos associativos realizaram-se quermesses e jogos de competição cujo êxito a imprensa largamente referiu. Organizaram-se também excursões, com prática de campismo, a vários pontos da ilha, incluindo a Serra de Santa Bárbara cuja ascenção, ao tempo, era difícil por deficiência de acessos. De acordo com o Club União Micaelense de Ponta Delgada, foi contratado o professor de Educação Física, ao tempo tenente, Henrique Galvão, diplomado pela escola francêsa de Juinville-le-Pont, que aos Açores veio, em dois anos consecutivos, ministrar o ensino e a preparação de monitores para as diferentes modalidades. Pela primeira vez os alunos do seminário de Angra tomaram parte em competições desportivas no Campo de Jogos da Cidade, organizadas por esta associação.

Em 4 de Fevereiro de 1935, a Comissão de Construções Escolares adquiríu à «*Recreio*», por 150 contos, o edifício e todo o terreno anexo, para nele ser construída a Escola Primária Infante D. Henrique. Contudo, antes de ser construído, foi o imóvel novamente requisitado pelo Estado para, durante a Segunda Guerra

Mundial, entre 1941 e 1945, servir de quartel ao 1.° Batalhão Expedicionário do R. I. 10, de Aveiro; ao B. I. 77, mobilizado pelo B. I. I. 17; ao Batalhão de Metralhadoras 3 e à 1.ª Comp. Expedicionária do R. E. 1, do Porto, sucessivamente. Após o termo da guerra e depois da criação do Arquivo Distrital de Angra do Heroismo (1948) foi este ali provisòriamente instalado, até ao ano de 1951 em que se transferiu para as instalações actuais, no Palácio Bettencourt. Sofreu então o edifício importantes beneficiações para instalação da Escola do Infante D. Henrique, sendo-lhe modificada a fachada nos moldes em que se encontra presentemente. Nos terrenos adjacentes, para norte, foram construídos um ginásio e uma cantina, como anexos ao importante conjunto escolar que serve as freguesias da Sé, S. Pedro e Santa Luzia, da cidade. A pedido do director escolar, Prof. Luís de Lima foram pela Comissão Nacional do Centenário Henriquino, mandados colocar no átrio da escola, dois paineis de azulejos, reproduzindo a carta das explorações marítimas dos portugueses no Atlântico Norte, ordenadas pelo Infante.

---

(1) — Outros cronistas opinam que se tratava de um convento e não hospital.

(2) — Entre os manuscritos do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa, compilados pelo cónego Isaías da Rosa, há um do Séc. XVI que é cópia autêntica de um alvará de D. João III, autorizando o Convento da Graça a poder tirar «*das ilhas de Angra e Graciosa*» todo o trigo de que ali dispunha de foros e esmolas.

(3) — Em «*Alegrias de Portugal*», de Sotto Mayor, na «*Diocese de Angra*», do Cónego Pereira e nas «*Notas sobre os Conventos*», de Pedro de Merelim, vem designado por Fr. João da Assunção, enquanto que vários historiadores, como Drumond, J. J. Pinheiro, Sampaio e outros, seguem o autor da «*História Insulana*» que diz chamar-se Fr. João da Anunciação. Mont'Alverne, nas «*Crónicas*», limita-se a referir que D. Álvaro «*à falsa fé prendeu o padre prior de N.ª S.ª da Graça*» sem contudo lhe mencionar o nome.

(4) — «*... e em a prizão morreram ambos*», conclue o padre Cordeiro.

(5) — Na noite de 25 de Março de 1836, deu o coronel Barbosa um baile «*extremamente brilhante*» na sua nova residência, para o qual fo-

ram feitos convites com oito dias de antecedência. A este respeito diz o conde de Vargas Bedemar, na correspondência publicada no Bol. n.º 16 do I. H. I. T. (pág. 255): — «*Esta noite haverá um grande baile em casa de um coronel Barbosa (...). Os convites foram feitos há três semanas e as senhoras da cidade falam com entusiasmo dos bailes que ele deu em tempos passados. O Barbosa esteve em África onde fez uma grande fortuna. Quando regressou comprou aqui um convento e há oito meses desposou uma religiosa. Segundo os nossos velhos princípios, ele deveria arder eternamente como uma tocha em enxofre*».

(6) — Víd. «*Nobiliário*», de Carcavelos, no Tit. dos Pamplonas.

(7) — Seu sobrinho, o P.e Tobias Ferraz de Barcelos, era também terceirense. Nasceu em Angra a 3 de Outubro de 1891. Era filho de Miguel de Barcelos e de D. Maria Tereza de Noronha Ferraz. Cursou o liceu de Angra e completou o curso secundário no Colégio de Campolide, em Lisboa. No ano lectivo de 1910-1911, frequentou o 1.º ano da Faculdade de Direito em Coimbra, tendo, no ano seguinte, entrado para a Companhia de Jesus, no noviciado de Oya, em Espanha, onde completou a sua formação religiosa. Quando a Companhia voltou a Portugal foi nomeado mestre de noviços, em Coimbra, e no triénio de 1947-50 foi-lhe confiado o alto cargo de provincial no nosso país, sendo, em Maio deste último ano, nomeado Superior da Residência do Porto. Além dos exercícios espirituais que dirigiu em várias províncias portuguesas, dedicou-se, em particular, ao apostolado dos soldados doentes no hospital militar do Porto, sendo porisso condecorado pelo comandante militar da 1.ª Região. Foi um dos mais entusiásticos propugnadores da canonização de S. João de Brito. Acompanhou o P.e Cruz na visita que ele fez aos Açores, onde veio dirigir os exercícios Espirituais ao Clero nesta cidade. Na igreja da Sé fez a novena para a festa de N.ª S.ª de Fátima, sendo as suas práticas ouvidas com desusado interesse por muitas centenas de fieis. Pertencia a uma das mais nobres famílias angrenses, contando na sua ascendência o grande mártir e missionário Beato João Baptista Machado, padroeiro da Diocese de Angra. Faleceu na cidade do Porto em 1969, com 78 anos de idade.

Convento da Graça

Portão principal e muro da cerca até à Rua Queimada, antes das demolições efectuadas

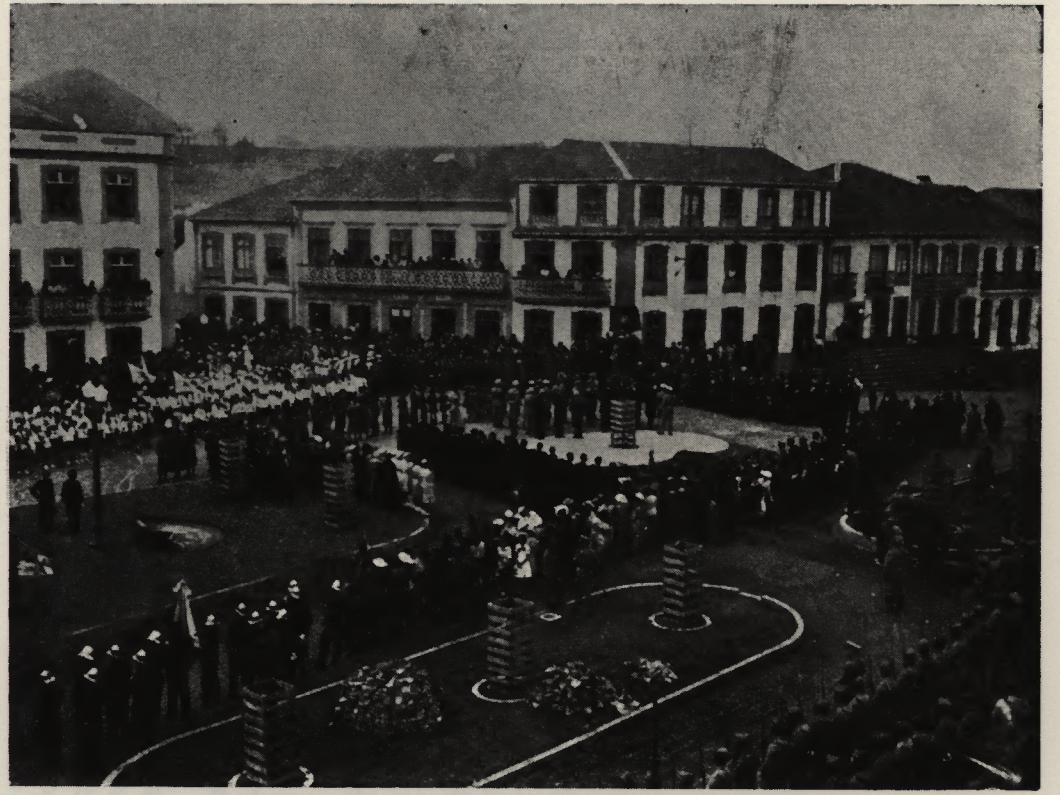
Convento da Graça
Trazeiras do edifício no início das demolições

O Alto das Covas

(Ângulo N. E.)

Desde o Portão da Graça à Rua do Rego

Casa do Francisco Coelho Nogueira, mais tarde do **Dr. Guilherme Pinto** que a acrescentou para N. (esquina da Rua do Rego) e **Casa do Martins**



Inauguração solene do novo Largo Dr. Oliveira Salazar

(Antigo Alto das Covas)

XXXVIII

Casa de Francisco Coelho Nogueira

Era foreira em 320 reis a D. Catharina Amélia Leite Botelho viuva de João Dias de Carvalhal.

A filha de Francisco Coelho Nogueira, D. Deolinda Nogueira Reis, casou com Guilherme Reis, despachante da Alfândega de Angra.

A casa foi reconstruída depois de um violento temporal que lhe levou o tecto, mas a fachada foi apenas melhorada, mantendo a antiga traça.

No rez do chão havia uma barbearia.

O prédio foi adquirido pelo Dr. Guilherme Pinto de Sousa que foi professor e reitor do liceu nacional de Angra, sendo hoje de seus herdeiros.

No r/c, o Dr. Guilherme Pinto teve escritório e, por ocasião da mobilização de diferentes unidades para reforço da guarnição da Terceira, durante a grande guerra de 1941 a 1945 estabeleceram ali consultório alguns oficiais-médicos dos batalhões mobilizados. Depois abriu ao público o estabelecimento de vendas de material eléctrico ELECTRO-RÁDIO, de Fausto Rodrigues Cristóvão, um dos fundadores da estação emissora do Rádio Club de Angra.

XXXIX

Casa do Martins

Pertenceu a João Caetano Martins e depois a seus descendentes, tal como a CASA DE DONA VIOLANTE, que faz esquina para a Rua da Sé e lhe fica anexa. Nela habitou (quando capitão do R. I. 25) o coronel Luís Silvano, comandante do R. I. 6 da cidade do Porto, onde faleceu. Sua esposa, D. Júlia Nogueira Silvano, era parente próxima do poeta Fernando Pessoa. Aqui também residiu o maestro-compositor Henrique Vieira ([1]).

Na porta larga e janela de grades do rez do chão, Joaquim Ferrador tinha instalada sua conhecida oficina, de grande utilidade numa época em que todos os transportes eram de tracção animal e no Alto das Covas se fazia a maior parte do estacionamento de viaturas, vindas do campo. Passou depois António Paim a instalar ali uma cocheira. Hoje é uma taberna de que é proprietário António Jacinto. Na parte central, João Ferreira da Rocha Paim montou a PASTELARIA AÇOREANA que passou a José Rodrigues Alves e é hoje de João de Sousa. Na parte encostada ao portão de entrada, junto ao prédio da Rua da Sé, Luís Encarnação Filipe tem uma oficina de sapateiro.

Além de verdadeiro mestre em seu ofício, que havia de dar-lhe o nome por que era vulgarmente conhecido, Joaquim Ferrador foi habilíssimo curandeiro, a ponto de ser muitas vezes

ouvido por veterinários, em casos duvidosos para a cura dos quais a prática contribuia pelo menos para uma mais rápida debelação do mal, sendo até convidado para auxiliar certas intervenções cirúrgicas. Também não era caso invulgar acudir a seres humanos com «*receituários*» de urgência em momentos de aflição, o que fazia sempre sem quaisquer intuitos lucrativos.

---

(1) — Henrique Vieira da Silva nasceu em Angra do Heroismo em 31 de Março de 1896, na casa n.º 16 da rua da Miragaia, freguesia de Santa Luzia. Era filho de Manuel Vieira da Silva, oficial da Junta Geral e considerado jornalista, e de D. Maria Paula Vieira da Silva, ambos desta cidade.

Com doze anos apenas, aluno do 3.º ano do liceu, compoz a partitura de uma parte de piano ajustada à cadência de uma serenata; «*cavou*» as partes para que cada executante estudasse a solfa que lhe tocasse; e às noites, quando o luar rondava pelos céus, a academia angrense saia em serenata. Eram fracos os recursos dos executantes e a diversidade dos instrumemtos não seria a mais recomendável para «*músicos*» tão insipientes, mas a ideia e o notável esforço do seu organizador, conseguiram ganhar a simpatia do público que, em grande número, acompanhava os estudantes e os aplaudia. Dessa iniciativa surgiria uma outra: a da criação do «*Hino Académico*», elemento que muito poderia contribuir para insuflar a coesão, tão necessária à gente moça. O jovem poeta Abel Moutinho teve a primasia da escolha e Henrique Vieira compoz a música. Imediatamente iniciados os ensaios, aguardava-o a estreia auspiciosa que oficialmente teve, quando da recepção dum grupo académico do liceu de Ponta Delgada em que foi cantado por um orfeon, primorosamente ensaiado e que recolheu frenéticos aplausos na sessão de boas vindas. Foi, no dizer dos entendidos, uma nota cultural de notável alcance.

Sendo hábil executante de bandolim, Henrique Vieira fez parte da «*Tuna do Club Musical Angrense*», ao tempo instalada na Rua de S. João, e aos desassete anos organizou o «*Trio Henrique Vieira*», composto por Henrique Borba (violino), Ilídio Andrade (piano) e o regente (rabecão), tendo actuado, com sucesso, nos famosos serões do Lawn Tennis Club. Pouco depois, associando-lhe mais dois elementos, organizava o «*Quinteto*» que célebre ficou nas actuações mantidas, durante vários anos, quer no Teatro

Angrense, quer no Salão Caridade, da Cozinha Económica Angrense, (neste enquanto duraram as obras naquele).

Os êxitos alcançados, contribuiram para que, com o apoio de outros executantes que foram dos melhores nas últimas gerações (os irmãos Reis Neves, o Dr. Luís Ribeiro, João Carlos Moniz, e outros) generosamente dessem o concurso para a constituição da «*Orquestra Henrique Vieira*», sem dúvida a melhor e mais completa de quantas Angra conseguira até então organizar.

Mas Henrique Vieira não se limitava a dirigir e manter em forma este magnífico conjunto. Simultâneamente leccionava música (piano, violino e contrabaixo de cordas), dirigia um grupo bandolinístico e uma tuna na Associação dos Empregados no Comércio, bem como outros agrupamentos musicais, além de um grupo orfeónico de cem vozes (em quatro naipes) da Escola Industrial e Comercial de Angra do Heroísmo onde foi professor contratado de música e canto coral. Foi para ele uma época de labor exaustivo. Mas se algumas queixas se lhe ouviam, não era contra o trabalho, mas contra a ausência de alguns executantes nos ensaios, o que sempre foi causa de grande amargura para ele.

Como musicógrafo deixou-nos, além de numerosas composições para orfeon e coros com acompanhamento de orquestra, vários trechos para piano e canto e outras composições de género ligeiro. As duas operetas «*Água Corrente*» e «*Glória ao Divino*» são de facto as suas melhores obras e constituem, sobretudo pela inspiração baseada em temas regionais, verdadeiros monumentos musicais à ilha em que nasceu. Delas disse Henrique Borba, o nosso mais conceituado crítico musical: «*Aquela música não é terceirense por ter sido escrita por um filho desta ilha. É terceirense porque através da sua melodia e da sua harmonia, sentimos a estilização subtil e calma das canções da nossa gente*».

Dois albuns atestam a sua actividade de musicógrafo, um de composições para piano e outro para bandolim napolitano em que ele foi notável executante.

Foi aluno dos chefes de banda, João Lopes e Gustavo Coelho, quando prestaram serviço no R. I. 25 aqui aquartelado, do último recebendo as primeiras noções de harmonia e contraponto.

Após a frequência do liceu onde se matriculara 1905/07 embarcou para Lisboa com a ideia de se formar em Farmácia, como era desejo dos pais, mas a Música continuava a atrai-lo e na capital estudou contrabaixo, violoncelo e violino, tendo obtido também o diploma para afinação e reparação de pianos, conhecimento de que fazia uso apenas para serviço dos agrupamentos de sua chefia.

Voltando à Terceira, desempenhou os cargos de bibiotecário

interino da Câmara Municípal, sub-inspector da Previdência Social e chefe de secretaria da Santa Casa da Misericórdia de Angra, lugar em que se manteve até à reforma. Foi guarda-livros da Fábrica de Tabacos «*Ancora*» e da Fábrica de Cortumes Terceirense, Lda.. Comulativamente, ministrava o ensino particular de Música, no que era auxiliado por sua esposa, D. Hália Quina Falcão dos Santos Silva, notável amadora de Canto e Piano, que muito contribue ainda para a divulgação da cultura musical no meio angrense.

Falecido em 6 de Novembro de 1957, deixou publicados alguns folhetos com conferências que proferiu em várias associações, entre as quais a Associação dos Empregados no Comércio de que era sócio honorário e a associação «*Utile Dulci*» de que foi fundador, com Luís Pimentel, João Cardoso de Ávila, José do Couto de Sousa e outros.

XL

Casa de D. Violante

Teria sido residência nobre, ao menos temporária, de João da Silva do Canto (1), provedor das armadas por morte de seu pai Pedro Annes do Canto e de seu irmão mais velho António Pires do Canto que sucedera àquele e tinha residência no solar dos Remédios. Faleceu em 1576.

Sua filha única, Dona Violante da Silva do Canto, foi acérrima partidária dos direitos de D. António ao reino de Portugal pondo toda a sua enorme fortuna ao dispor do «*rei português*». Sustentou à sua custa as companhias de ingleses e franceses que nesta ilha se estabeleceram em reforço das tropas da guarnição após a aclamação do soberano, tendo a honra de receber, no salão nobre de sua casa, a visita de cortezia que lhe fez, à chegada a Angra, D. António Prior do Crato, para pessoalmente lhe agradecer todo o auxílio prestado à causa que tão patriòticamente abraçara. D. António fez revestir essa visita da maior solenidade, saindo da «*Casa do Capitão*» onde estabelecera residência, à frente dum esquadrão a cavalo e dos quinhentos archeiros e mosqueteiros de sua guarda, com todas as altas dignidades de sua corte e acompanhado de muito povo. Diz o Dr. Gaspar Frutuoso que D. António, «... *na visitação que lhe fez, prometeu de a fazer, muito grande senhora, pondo-o Deus em seu estado, como desejava, porque ela lho tinha bem merecido. A qual, como muito discreta e*

prudente, lhe fez uma notável prática e oferecimento de sua fazenda, na qual lhe pediu de mercê a tivesse por lembrança, que não tinha pai nem mãe e tomava a Sua Magestade por êsse, e que ela tinha de seu oitenta ou cem mil cruzados e a maior mercê que lhe faria era mandá-los gastar todos em seu serviço, porque, se ela não o havia de ter por rei e senhor, não queria vida, nem fazenda.. »(2).

Antes de partir com destino a França, voltou a fazer-lhe as despedidas, com promessas de grandes mercês logo que expulso fosse de Portugal o rei usurpador.

Mais tarde, em 1583, após a capitulação da Ilha e a entrada em Angra das tropas espanholas, a CASA DE DONA VIOLANTE foi escolhida para residência do triunfador Marquês de Santa Cruz que, por especial recomendação de Filipe II, determinou que o convento de S. Gonçalo (ao qual. antes da chegada a Angra dos invasores, a ilustre dama se recolhera com seus familiares, aias e criadagem) fosse guardado por uma companhia de linha, a fim de o subtraír a qualquer excesso da soldadesca durante os dias de saque a que a cidade foi sujeita. O próprio Marquês foi visitá-la ao convento para lhe assegurar, em nome de Sua Magestade, a maior protecção, comunicando-lhe os propósitos régios de a fazer conduzir a Espanha num dos navios da armada real que se encontrava fundeada no porto, embarque que se fez com a maior pompa.

No tecto apainelado do salão nobre existem ainda esculpidos dois brazões, dos Cantos e dos Castros. Na fachada foi mandada colocar, pelo secretário geral servindo de governador civil, Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, uma placa comemorativa, por ocasião do Duplo Centenário da Fundação e Independência (1940), contendo os seguintes dizeres:

«Aqui residiu no Século XVI
DONA VIOLANTE DO CANTO
exemplo sublime
de virtudes patrióticas
na defesa do rei português
D. ANTÓNIO»

A casa continuou efectivamente em posse dos descendentes, até cair no 2.º ramo (dos Munhoz) e na pessoa de D. Inácio de Castil Blanco do Canto Munhoz marechal de campo e partidário de D. Miguel, que ali viveu até 1828, data em que foi expulso para Livrepool pela Junta Provisória que mantinha na ilha Terceira os direitos de D. Maria II ([3]).

Foi a primeira sede da Assembleia Angrense.

Nela esteve instalada durante anos a sede do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Angra do Heroísmo (no primeiro andar), sucessor da Associação dos Empregados no Comércio (vulgo, dos Caixeiros), fundada em 6 de Novembro de 1901 e o Sport Club Lusitânia (no segundo) em cuja posse se encontra presentemente todo o prédio que tem o n.º 196 da Rua da República.

Ao tempo em que nele se instalou a assembleia, era seu proprietário João Maria Afonso, passando depois, por compra, a Joaquim Caetano Martins, e deste, por herança, a seu filho José Caetano Martins que habitava o segundo andar, ficando no primeiro o Sindicato. Este encontra-se hoje com sede na Rua de Jesus.

Nos baixos do prédio estiveram, de nascente para poente, instalados os seguintes comerciantes: Francisco José Coelho, com barbearia, que passou a seu filho Alberto Coelho; Abel Garcia Lisboa, com mercearia, que herdou de seu padrasto, sucedendo-lhe Helder Bartolomeu Correia de Melo que o dividiu em dois estabelecimentos, um de fazendas, ROSA D'OURO, e outro de mobílias e antiquário. A seguir ao largo portão de entrada para o edifício (na parte do Alto das Covas, há uma outra entrada que serve directamente o segundo andar) existe um depósito e uma oficina, também de Helder de Melo, onde fabrica caixões funerários.

([1]) — «*João da Silva do Canto era dos Sousas e Menezes*». (Saudades da Terra — Livro VI, cap. 30). A Pedro Annes do Canto e a todos os seus descendentes, foi concedido, por carta régia de 28-1-1539, registada na Chancelaria de D. João III (Liv. XXVII, fls. 4) o seguinte

brazão de armas: «Escudo vermelho com um baluarte de prata lavrado de preto, e nele quatro bombardas de sua côr, com o pé do escudo de prata, e um elmo, paquife e timbre das armas da sua geração. Este brazão existe na fachada do solar dos Remédios e na frontaria da capela respectiva, enlaçado porém com os dos Castros, de seis arroelas. (Nobiliário da Ilha Terceira, por Eduardo de Campos, Vol. I).

(2) — «Saudades da Terra», Livro VI, págs. 168/9 da edição de 1963, do I. C. P. D.

(3) — «Nobiliário» (Vol. I., Tit. XXV). D. Inácio hospedou-se em casa do Visconde de Asseca, enviado especial de S. M. Fidelíssima em Londres tendo ali prestado juramento de fidelidade a D. Miguel I reconhecendo-o como seu «*rei e senhor verdadeiro e natural*». Foi casado com D. Maria Monteiro, irmã da Viscondessa de Bruges, D. Elvira Monteiro, e filha de Joaquim Monteiro, cônsul geral de Portugal nos E. U. América. Em 5 de Agosto de 1738, no testamento de D. Francisco Munhoz, casado com D. Luzia Margarida pode ler-se: — «*Tomo a minha terça nas casas grandes em que moro ao canto defronte da igreja de N.ª S.ª da Graça e deixo a minha terça a meu filho D. Manuel Ignacio de Castil Branco...*».

Um dos dois escudos que encimam o tecto do salão nobre (ainda não totalmente identificados até há pouco) parece ser a reprodução fiel de um selo branco que autenticava a assinatura de D. Inacio de Castel-Branco do Canto Munhoz de Mello e Sampayo em documento recentemente encontrado pelo Dr. António de Ornelas Mendes no Arquivo Nacional do Torre do Tombo, segundo revela Jorge Forjaz num artigo sobre «*A Casa de D. Violante do Canto*», publicado no n.º 7577 do jornal «Diário Insular» desta cidade.

XLI

O Convento da Esperança

Por meados do Séc. XVI, a madre Isabel de Jesus ([1]), freira professa do Mosteiro de S. João Baptista, da cidade da Horta, deslocou-se à Terceira a fim de procurar alívios para uma grave moléstia de que sofria. Veio acompanhada do licenciado Marcos Pereira e da madre Jerónima do Espírito Santo, religiosa de grande virtude, e tomaram pousada nas casas de Bárbara de Morais, sendo tratada *«com os doutores Diogo Vaz e Francisco Dias, que na cura trabalharam quanto puderam»*. Pouco tempo depois, achando-se completamente curada, resolveu manifestar ao Altíssimo o seu reconhecimento, fundando em Angra um convento. Valeu-se de seu irmão, Álvaro Pereira Sarmento, *«pessoa de vastos cabedais»* ([2]) para conseguir obter do papa Paulo IV a bula necessária.

Tratou no entretanto de procurar sítio adequado ao fim em vista, concluindo por entrar em negociações com a própria Bárbara de Morais, mulher de Aleixo Gomes, escrivão de ofício, ao tempo *«degredado da ilha, por certas cousas praticadas no cargo»* ([3]), para aquisição das casas que a mesma possuía na Rua da Sé, embora julgadas insuficientes.

Autorizada a construção por Paulo IV ([4]), começaram as obras no ano de 1550 ([5]), tendo como padroeiro da capela mor o dito Álvaro Pereira Sarmento.

Segundo a reforma do papa Urbano IV, o mosteiro pertencia à Ordem de Santa Clara e à obediência regular, sendo da invocação de Nossa Senhora da Esperança.

Logo de início foram enormes as contrariedades sofridas pelas duas devotas fundadoras. Braz Pires do Canto, fundador e padroeiro do convento de S. Gonçalo, moveu-lhes uma guerra feroz, sem qualquer razão plausível, opondo-se com o seu prestígio e a sua fortuna à efectivação da pia obra (6), a ponto de ter criado às duas religiosas dificuldades sem número. Contudo, foram prosseguindo com tencidade a obra encetada, vencendo, embora a custo, os obstáculos que se lhes deparavam.

Sentindo a necessidade de alargar as primitivas instalações, adquiriram no ano de 1678, por ordem do padre provincial Fr. Manuel de S. Jerónimo, uma azinhaga, denominada «*do Morrão*» (ou Mourão), pertencente a João Vaz de Sam Miguel, «*que vinha da rua do Rego para a rua das Covas*» (7), a fim de nela estabelecerem a portaria do convento (8), uma casa contígua à de Aleixo Gomes, pertencente a um tal João Gonçalves, alfaiate, por alcunha «*o Galego*» e ainda um alqueire de terra destinado à cerca do mosteiro (9).

Com o mestre de obras Sebastião da Ponte foi contratada a edificação da igreja e capela, por 36$000 reis, tendo iniciado os trabalhos em 1557, concluindo-os em 1560. Situava-se à esquina da Rua da Sé para a da Esperança (10).

Em 1582, quando das lutas a favor do «*rei português*», o convento foi visitado por D. António Prior do Crato, acompanhado por Ciprião de Figueiredo e pelo conde Manuel da Silva. Esta homenagem, que não se estendeu ao convento de S. Gonçalo, derivou do facto de terem as freiras da Esperança apoiado a causa de D. António, enquanto as de S. Gonçalo, em grande maioria pelo menos, se manifestaram afectas a Castela.

Em toda a obra do mosteiro gastaram-se «*835$846 reis*» (11), nele se albergando de início «*19 pessoas fora os servos da casa*» (12), para alimento das quais «*todos os sábados tomavam um tostão de carne, e pelas festas dois, e com eles faziam comunidade*» (13). Chegou a albergar mais de sessenta freiras (14). O par-

latório do convento ficava do lado da Rua da Esperança e era conhecido por «*Palratório da Esperança*».

Após a extinção dos conventos, este foi vendido em hasta pública, pela Prefeitura da Província, em 11 de Abril de 1835, por 2.625$000 reis, tendo sido demolido e transformado nas actuais moradias. Anteriormente, em 1832, já tinha sido cedida à Câmara a «*cerca*» do convento, para nela ser instalado o mercado municipal (Mercado Duque de Bragança).

---

(1) — Também designada por Isabel de Cristo.

(2) — Segundo Fr. Agostinho Mont'Alverne nas «Crónicas da Província de S. João Evangelista». Álvaro Pereira foi capitão e mamposteiro-mor da redenção dos cativos na I. Terceira, onde instituíu importante vínculo.

(3) — Idem, Idem.

(4) — A bula papal custou oito mil reis e trouxe-a do Vaticano Gaspar Alvernaz que por isso ficou com a alcunha de «*O Roma*».

(5) — É a data que se encontra num dos livros de tombo do mosteiro, exarada por Fr. Pedro de S. José, secretário da Província em 1701. Contudo, Félix José da Costa e A. Sampaio indicam o ano de 1557 como sendo o da fundação. Ferreira Drumond, nos «Annaes», diz que o convento se edificou em 1562.

(6) — Henrique Braz em «Ruas da Cidade» e Pedro de Merelim em «Notas sobre os Conventos da Ilha Terceira», citam episódios vários que pouco abonam do carácter de um tal opositor, ocupando então cargos da mais alta importância, como os de juiz eleito e presidente do senado da Câmara de Angra.

(7) — Como também então era designada a Rua da Sé, naquele troço entre a igreja de S. Salvador e as Covas.

(8) — Ainda hoje existe parte dessa azinhaga, a poente do mercado, incorporada nos quintais dos prédios adjacentes, um com frente para a Rua da Sé e outro com frente para a Rua do Rego, onde subsistia um portão de carro para serviço do mosteiro.

(9) — Área ocupada pelo actual Mercado Duque de Bragança. Foi comprado a Aleixo Gomes o terreno «*que estava detrás das casas de sua sogra Catarina Gonçalves, por trinta mil reis*», diz Mont'Alverne.

(10) — Vid. carta de Linschoten. Diz Mont'Alverne na «Crónica» já citada: *«a capela maior fundou Alvaro Pereira Sarmento na casa e torre do canto»*. Contudo, em «Ruas da Cidade» (pág. 145) Henrique Braz diz que era onde hoje existe o Teatro Angrense, o que não nos parece de admitir, porquanto, em 1599, já a casa referida era destinada a armazem de mercadorias desembarcadas, dando origem ao surto da grande epidemia que nesta ilha graçou no referido ano, e para o extermínio da qual foi resolvido lançar fogo ao edifício, assim se conservando por muitos anos.

(11) — Op. cit. pág. 67, Vol. III.

(12) — Idem, idem.

(13) — Idem, idem.

(14) — Entre as que ali deram ingresso, figura Ana Augusta Peregrino Faleiro Toste, natural de S. Sebastião, que o Dr. Ferreira Deusdado, nos «Quadros Açóricos» diz ter gerado, com 23 anos, um filho, fruto de amores ilícitos com o rei D. Pedro IV, quando nesta ilha esteve. Recebeu o nome de Pedro e foi sepultado, com apenas cinco anos de idade, no lugar denominado *«Sítio»*, nas traseiras da Sé. A freira faleceu a 29 de Maio de 1896, contando 87 anos, sendo-lhe mantida até à morte a prestação de egressa. Henrique Braz, em «Ruas da Cidade», cita o episódio, e Gervásio Lima, no «Breviário Açoriano», assinala-o no dia do baptismo do neófito, a 28 de Novembro de 1833.

O Convento da Esperança (Cont.)

A) — Casa de João Maria Tomaz

Foi granel anexo ao Convento da Esperança e estava na posse de João Maria Tomaz, comerciante, passando depois ao genro deste, João Luís Fernandes, conhecido por «*João da Caixa*», por ter sido muitos anos empregado da Caixa do Montepio Terceirense. Hoje pertence a seus herdeiros.

Nas lojas tem havido vários estabelecimentos, podendo mencionar-se, à banda do nascente: a «*loja do Ti Soares*», que vendia *tabaco da terra*, farinha e cereais; uma oficina de latoeiro de Vital Gregório dos Santos; uma frutaria de António Pereira Machado, que se ausentou para a América do Norte e a FRUTARIA PIMENTEL que pertence a António Alberto de Sousa Pimentel, seu fundador. Na parte do poente: uma mercearia e depósito de vinhos, conhecida por «*Loja do Ti Miguel*»; outra mercearia de António Augusto Pereira, conhecido por «*António Selá*», que se associou aos proprietários da LOJA IMPÉRIO e trespassou o estabelecimento a Manuel Vaz Lisboa que se ausentou para o Brasil.

Entre esta e a frutaria havia uma loja que servia de depósito e passou à taberna AVIÃO, sendo seu proprietário Constantino José, natural da ilha Graciosa, que a trespassou ao seu conterrâneo Brivaldo Espínola Bettencourt, hoje estabelecido na loja do lado poente, passando a anterior para depósito.

Esta casa era a única que, até há poucos anos, conservava a

feição primitiva. Do quintal da casa fazia parte a calçada feita na estreita azinhaga aberta para servidão dos carros que, com entrada por uma porta larga na Rua do Rego, faziam o abastecimento de géneros para o convento. As janelas, tanto para a Rua da Sé como para o interior, eram de guilhotina e tinham duas banquetas de pedra cada uma.

Pertencera a D. Ana Carlota Alton, viuva do «*vice-consul da Nação Britânica*» nesta cidade, Hilário Alton. Pertenceu também a José Machado Leonardo Bertam. Teve o n.º 2 de polícia, no Séc. XVIII.

O Convento da Esperança (Cont.)

B) — Casa do Kilberg

Fazia parte do antigo Convento da Esperança. A entrada é pela rua que dá acesso ao mercado.

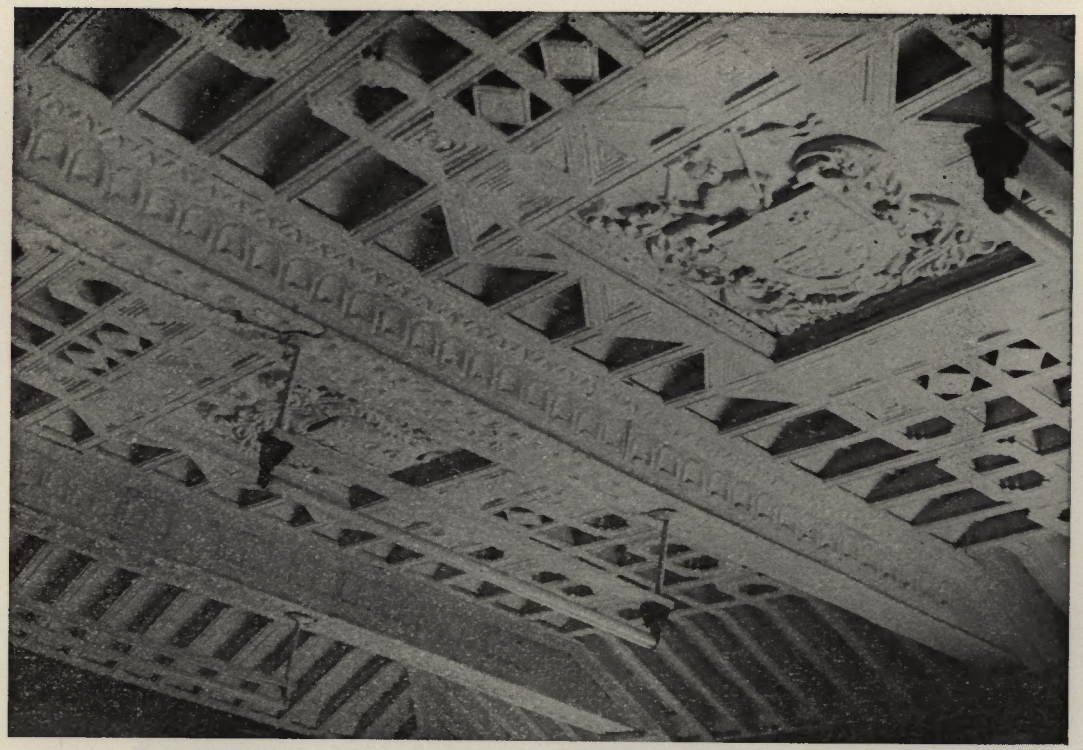
Era de Manuel Dias Pacheco, tendo sido adquirida por Francisco de Paula Menezes Toste, passando, por morte deste, ao irmão Luís de Menezes Toste, (conhecido por «*Luís Varrim*»), casado com D. Leontina Kilberg, estando ao presente na posse dos herdeiros: sua filha, D. Maria Kilberg de Menezes Toste, solteira, e seus genros, Mário de Sousa Brasil e João da Cunha Vasconcelos.

Nos baixos deste prédio estiveram estabelecidos: (1) José Pires, com mercearia, vinhos e louças de barro; Francisco Borges Scoto de Menezes, com louça de barro; José Rodrigues Caseiro, com mercearia e drogaria; e, actualmente Nildo Neves tem um estabelecimento de ferragens e utilidades domésticas com o nome de CENTRAL DE FERRAGENS (N.os 176 - 178). No n.º 180 esteve uma oficina de sapateiro e depois uma casa de venda de chapéus para senhora e crianças. Hoje está integrada na CENTRAL DE FERRAGENS.

Para o lado do Mercado Duque de Bragança há uma loja na qual José Garcia Valadão tinha escritório e um talho para venda de carne de vaca e de porco, pertencendo hoje a um sobrinho deste, José Gonçalves Leonardo, girando sob a firma José Gonçalves Vala-

Casa de D. Violante

Esquina da Rua da República (antiga Rua da Sé)



Casa de D. Violante

Tecto do salão

Convento da Esperança

A egressa Ana Augusta Peregrino Faleiro Toste

Convento da Esperança

«Mercado Duque de Bragança» (antiga cerca do convento) actualmente transformado

dão, Sucrs., com comissões e consignações. Tem um serviço de venda de leite ao domicílio, exportação de coiros, bem como os estabelecimentos de pastelaria e mercearia «MORCILAS», e talho de carnes verdes, de vaca e porco, sitos no Largo de S. Bento.

---

(1) — Por amável informação do Sr. António Machado Bendito, (a quem agradeço muitas e preciosas indicações, de memória, que bastante úteis têm sido no conjunto de investigações necessárias à realização deste trabalho) esteve ali estabelecida (em data que não consegui precisar) a «*Loja do Plácido*», a qual, entre outros produtos regionais, vendia batata doce, que ele tratava de maneira especial por forma a conservá-la sã por largo tempo, de tal maneira que em Janeiro a vendia em larga escala às padarias da cidade e a particulares que a utilizavam para fermento das massas. Ainda hoje, nas freguesias do campo, preferem este aos fermentos industriais, afirmando que ele dá ao pão de trigo, um sabor especial mais agradável.

O Convento da Esperança (Cont.)

C) — Casa do Soares das Cinco

Era de José Maria da Cruz e foi vendida «*ao Cronel José Francisco Alves Barbosa*» por 400$000 reis (L.º 5 de Notas do Tab. Domingos A. Coelho), em 30 de Maio de 1835.

Fazia também parte do antigo Convento da Esperança e faz esquina da Rua da Sé para a rua que conduz ao Mercado Duque de Bragança. É assim conhecida por ter pertencido durante vários anos a Francisco Soares, natural das Cinco Ribeiras. Passou depois a sua viuva, sendo vendida por esta a Luís Ourique e ficando na posse dos herdeiros deste. A casa passou por sucessivos donos, entre os quais se conta D. Ana Carlota Alton Borges, filha ou herdeira do «*Vice-Consul da Nação Britânica*», Hilário Alton, em 1836 residente nesta cidade. Foi também de José Machado Bertam (sic.) e Quitéria Soares Gabriel constando de «*casa com um andar, granel e loja*» no registo notarial.

Nos baixos havia primitivamente uma desnatadeira manual, anexa a um posto de venda de leite. Depois ali esteve instalado durante anos um açougue (1) conhecido por «*Açougue do Ti PÚPÚ*», que terminou na posse de seus herdeiros (2), tendo-se depois estabelecido José Baptista com artigos de mercearia, com venda de leite anexa. Sucedeu-lhe José Machado Nunes com uma FRUTARIA, e hoje João Coelho Borges, que na loja instalou a

CASA CHIADO com artigos diversos, tendo uma secção anexa e especial de OCULISTA. A casa tem hoje o n.º 170.

Foi arrematada no Leilão da Prefeitura, de 11 de Abril de 1835, por José Maria da Cruz, comerciante desta cidade, pela quantia de 300$000 reis. Constituia o lote n.º 3 e tinha 78 palmos de frente e 76 de fundo. As confrontações estavam assim definidas: norte, com «*rua projectada do Duque de Bragança*»; sul, com Rua da Sé; nascente, «*com parede que divide o Convento do Coro*»; e poente, *com parede que está em esquadria á rua da Sé e termina com a rua projectada*».

O leilão realizou-se no «*Palácio da Profeitura desta Provincia Occidental dos Açôres perante o Excellentissimo Profeito desta Provincia Luis Pinto de Mendonça Arraes, o Delegado do Procurador Regio o Bacharel João Silveira da Luz e Secretário Geral da Profeitura Nicollao Anastacio de Betencurt com todas as formalidades legais...*».

---

(1) — *Açougue*, no português arcaico, significava local de qualquer comércio: — «*Açougue de versas*», por exemplo, se chamava a um mercado de hortaliças. Só mais tarde tal designação ficou restrita ao sentido de local de venda de carne, como se emprega no norte do país e donde passou ao Brasil.

(2) — Dois filhos deste, António e Manuel, conhecidos pela mesma alcunha do pai (PÚPÚ) foram magarefes no matadouro municipal (ao Lameirinho), durante alguns anos.

O Convento da Esperança (Cont.)

D) — Casa do Baptista

Era de António da Silva Baptista [1], proprietário também da «*Quinta da Calha*» (à Ponta do Muro — S. João de Deus) que tinha ermida sob a invocação de S. Rafael, razão por que era conhecida também por «*Quinta de S. Rafael*». Após o falecimento, passou por partilhas a seu filho mais novo, Artur da Silva Baptista, que a deixou em testamento ao Asilo de Mendicidade de Angra, sob condição de nela instalar um asilo ao qual fosse dado o nome de seu falecido pai. Conjuntamente deixou também alguns foros em trigo. Como porém não houvesse possibilidade de reunir os capitais necessários à adaptação e ampliação do edifício ao fim a que se destinava, foi a quinta vendida pelos herdeiros (após demanda por estes imposta) à Ordem de S. João de Deus que nela estabeleceu a CASA DE SAUDE DE S. RAFAEL, destinada ao tratamento de doentes mentais, ao presente em plena e prospera actividade.

Na casa da Rua da Sé morou durante alguns anos o filho primogénito Jacinto da Silva Baptista. O prédio que tinha o n.º 6327 da Conservatória, vem assim descrito:— «*Morada de casas com seu quintal, confrontando pelo Norte com rua que dá servidão para a Praça Duque de Bragança, Sul com rua da Sé, Nascente com casa do Comendador António da Silva Baptista, e Poente*

com Dona Ana Alton Borges». Foi adquirida por Rodolfo de Menezes Pamplona, morador na Praia da Vitória, a D. Gertrudes Balbina da Conceição e D. Hermínia da Conceição de Sousa, solteiras, maiores, domésticas, «*por quarenta contos de reis insulanos*», e adviera a estas por testamento de Francisco Barreto do Couto que por sua vez a herdara de D. Guilhermina Moniz Baptista. Hoje pertence a Leonel Pamplona Ázera da Praia da Vitória, que a recebeu por herança.

Nos baixos do edifício estabeleceu-se com barbearia, Manuel Gonçalves de Freitas. Era conhecido por «*Mudo Barbeiro*» e foi pessoa muito considerada no meio pela afabilidade de trato, apesar da deficiência física que dera origem à alcunha e que não o inibia de explicar-se com clareza.

Deu esmerada educação aos filhos, sendo o primogénito, Álvaro Lourenço de Freitas, engenheiro hidráulico, director dos portos de Setúbal, e o segundo, Boaventura Gonçalves de Freitas, agente-técnico de Engenharia, há muitos anos radicado no Ultramar onde também tem exercido notória actividade profissional.

Na loja está presentemente o CENTRO COMERCIAL DE FAZENDAS, da firma «Silva & Franco».

---

(1) — Vimo-lo designado por «*Comendador*» nalgumas das escrituras consultadas. Foi vereador da Câmara Municipal em 1849, tendo assinado o auto de implantação da 1.ª pedra do actual edifício, no dia 11 de Agosto do referido ano. Era abastado proprietário nesta cidade. Foi o arrematante do lote n.º 2 no leilão do Convento da Esperança (Vide CASA DO SOARES DAS CINCO).

O Convento da Esperança (Cont.)

E) — Casa do Doutor Fernando Rocha

Fazia parte do lote n.º 2 no leilão do Convento da Esperança a que atrás nos referimos, arrematado por António da Silva Baptista, e era de começo uma única habitação, verdadeira «*casa nobre*» com grandes salões de alto pé direito e amplas janelas e sacadas, belo jardim e quintal, com saída para a aludida «*rua projectada do Duque de Bragança*» que dá acesso ao mercado do mesmo nome. Foi recebida por herança pelo Dr. Fernando Rocha, que era casado com D. Maria da Silva Baptista, filha do proprietário falecido. Dividida em dois prédios, foram estes vendidos, um a Luís Correia Vieira (o de nascente) e o outro a António Leal da Rosa, ambos luso-brasileiros. O de Luís Correia Vieira passou ao filho Luís Pedro Correia Vieira, e, após a morte deste e de suas duas irmãs, foi deixado a Ermelinda Linhares Nunes afilhada do antigo proprietário e que nele habita. Luís Pedro, vulgarmente conhecido por «*Lulu Vieira*», era muito estimado por seu modo afável e na cidade desempenhou alguns cargos de eleição, quer como vereador da Câmara quer como fazendo parte da direcção em sociedades recreativas. Suas irmãs, Maria e Alice, tiveram larga acção educativa no meio angrense, dando lições de línguas e lavores à mocidade escolar das últimas gerações.

Nos baixos da casa, encontra-se instalado o DEPÓSITO DA FÁBRICA DE TABACOS MICAELENSE.

Tem hoje o n.º 156 e foi adquirida ao Dr. F. Rocha em 26-1-1891.

A casa, do lado poente, adquirida por Leal da Rosa, era a mais ampla, ficando a ela pertencente o jardim e outras dependências do primitivo edifício. Foi vendida mais tarde a António Machado Fagundes, luso-americano, cuja filha casou com o então médico municipal da Praia da Vitória, Dr. Domingos Braga da Cruz, ausente no Continente, onde, na cidade do Porto, exerceu as funções de governador civil, sendo vulto proeminente na «*União Nacional*», de cuja Junta Central faz parte.

Tem nos baixos instalada a fotografia FOTO-CRUZ e o estabelecimento de mercearia de António Machado Nunes. A casa tem o n.º 158 da Rua da Sé.

Os prédios acima estão inscritos sob os n.ºs 18188 (L.º B. 45) e 20008 (L.º B. 50) na matriz da Sé (L.º B. fls. 164, n.º 45 e L. B. fls. 70, n.º 50 — Notas do Tab. Ant.º Taveira Pires Toste, de 26-Out.º-1895).

No pimeiro andar da casa que pertencia a António Fagundes e é hoje de seus herdeiros, habitou durante alguns anos o então capitão do R. I. 25, António Germano Serrão dos Reis Júnior, que em Angra desempenhou alto cargo de presidente da junta geral do distrito onde a sua acção se fez sentir de maneira notável, sobretudo no desenvolvimento da Agro-Pecuária. Como brigadeiro, exerceu as funções de governador militar do Arquipélago durante dois anos, valorizando com o seu prestígio pessoal as relações amistosas com os nossos aliados da NATO, durante aquele periodo difícil da mobilização de forças militares no Arquipélago estacionadas.

O Convento da Esperança (Cont.)

F) — Casas de Jacob Abohbot

O lote n.º 1 do leilão do mosteiro foi adquirido em 1835 e 1837 por Mimom Abohbot, natural de Mogador, hebraico de religião, comerciante e exportador de laranja, que nele edificou dois prédios, inscritos na conservatória em 1867 como «*moradias de casas nobres de dois andares*». São os que têm os n.ºs 140 a 150 da Rua da República e 54 a 56 da Rua do Dr. Eduardo de Abreu. Nos baixos do primeiro montou um estabelecimento em que vendia «*moinhos para trigo e milho, jogos de bandejas, ferros a vapor, etc*». (1) ao qual, em 1862, veio juntar-se o estabelecimento de fazendas que possuia na rua de S. João, passando o negócio a girar desde 1864, sob a firma MIMOM ABOHBOT & FILHOS.

Era rabi da sinagoga que então funcionava no 2.º andar do prédio da esquina (antiga ermida) e pessoa muito considerada no meio angrense. Famosos ficaram alguns bailes e recepções dados nas amplas salas de sua moradia.

Foi sócio fundador da associação comercial de Angra e seu director.

Por sua morte, em 21 de Julho de 1875, coube a seu filho Isaac um terço de seus bens, deixando à viuva o usufruto e a moradia do casal, onde continuaram a viver seus filhos (2). Mais

tarde, em 1911, o prédio foi adquirido em hasta pública pelo comerciante António José da Silva Carvalho, estando ainda na posse de seus herdeiros Elizabeth Abohbot. O prédio onde existiu a sinagoga foi comprado a Jacob por João Machado Gomes «*Caldeirão*», quando da cedência do prédio que este habitava na Rua da Sé (Vid. CASA DO CAP. JOÃO D'AVILA) ao Banco de Portugal, para construção da sua agência nesta cidade, pertencendo hoje a Manuel Gomes da Silva e sua filha Maria João da Conceição Silva. Neste prédio esteve por muitos anos instalada a residência e a escola primária de que era proprietário e professor Luís da Rocha (3) a quem umas poucas de gerações devem o ensino das primeiras letras. Era muito competente e leccionava também, como explicador, todas as matérias do curso geral dos liceus, tendo sempre avultado número de alunos. Ausentou-se para Lisboa em 1929 e ali faleceu. Nos baixos do prédio, para o lado da Rua da Esperança, houve uma taberna conhecida por «PORTA-ABERTA», onde hoje se encontra a «SAPATARIA REX» (4). No lado da Rua da, Sé, além de um armazem de víveres e ferragens «*com caixa do correio à porta*», propriedade de Mimom Abohbot & Filhos, houve uma barbearia que abriu ao público com o nome de «BARBEARIA CRISTIANO», com todos os requesitos modernos e, sem dúvida, a primeira de quantas existiam na cidade. Foi decorador o artista Maduro Dias que para lá pintou um quadro a óleo, de grandes dimensões, cobrindo toda a metade superior da parede do fundo, e representando parte do Castelo de Angra, tendo por centro a igreja de S. João Baptista. Hoje encontra-se ali instalada a «PÉROLA DA SÉ», estabelecimento de fazendas e modas, propriedade de Artur Augusto Fraga.

No prédio contíguo a este, para o lado da Rua da Sé, além dos estabelecimentos já referidos, houve ainda uma barbearia que foi de Ângelo Teixeira e é hoje a «SAPATARIA ADEMAR», e a «LOJA DO GRANDELA», fundada em 1919 (5) também ainda existente. Nos altos, após a saída de António José da Silva Carvalho, para Lisboa, habitaram vários inquilinos e ali funcionou, durante a segunda grande gerra e no período em que na Terceira estacionaram várias unidades militares (1941/45), a messe de oficiais da guarnição, seguindo-se-lhe a «PENSÃO MENDES» e

posteriormente a «CASA DE BORDADOS DE JOÃO LEITE», desde 1961 na posse da viuva D. Rafaela Reis Leite.

---

(1) — In. «Hebraicos», por Pedro de Merelim. pág. 32.

(2) — Foram seus filhos Isaac, José e Jacob. Este, educado em Inglaterra, foi figura de grande relevo na Terceira e nos Açores, sobretudo no jornalismo. Foi redactor, dos principais, do semanário «A Evolução», do padre José Bettencourt Cardoso, e, após a suspensão do jornal por desinteligências no seu corpo redactorial, proprietário e editor da segunda série, iniciada com maior formato e ostentando no cabecalho o seguinte: «*Orgão do Partido Republicano Terceirense e a folha de maior circulação nos Açôres*». A redacção era nos baixos do prédio referido. Tinha como colaboradores Frederico Lopes, Alfredo Campos e Aniceto dos Santos. Um filho de Jacob, de nome Abraham Abohbot, foi apreciado artista pintor, tendo exposto, em 1896, no estabelecimento de seu tio Isaac em retrato a oleo do Dr. António Moniz Barreto Corte Real, antigo reitor do liceu, que é considerado como uma das suas melhores obras.

(3) — No dia 29 de Outubro de 1941, data em que o ilustre professor completava 79 anos de idade, foi-lhe prestada homenagem por numeroso grupo de antigos alunos, consubstanciada no envio de uma mensagem encadernada em «chagrin» e na publicação, acompanhada de uma gravura do homenageado, de artigos vários, assinados pelo Ten. Coronel José Agostinho, Dr. Elmiro Mendes Soares de Medeiros, Isidro Costa e Guiod de Castro, na primeira página do jornal «A União».

(4) — Pertence à firma Cardoso, Rodrigues & Cabral, cujos proprietários são: Joaquim Cardoso da Silva, Ilídio Borges Rodrigues e Manuel Borges Lopes Cabral.

(5) — Foi seu fundador António da Silva Machado Júnior, natural do continente. Veio para a Terceira em 1900, empregando-se no estabelecimento de Severiano de Bettencourt, na Rua do Salinas, que era agente dos Armazens Grandela. Esteve ali empregado durante dezoito anos e do facto lhe adveio o nome de «ANTÓNIO DO GRANDELA» por que era conhecido. É actual proprietário, desde 1959, Guilherme da Silva Machado, irmão do falecido, também natural do continente e veio para a Terceira em 1912.

XLII-XLIII

Casa de Inácio Cardoso Leal

Era primitivamente um edifício de dois pisos, com duas frentes, uma para a Rua da Sé e outra para a Rua da Esperança, tendo a primeira, no rés-do-chão, seis portas, e no primeiro andar janelas servidas por uma única sacada. A entrada para todo o prédio era pela Rua da Esperança. Mais tarde acrescentaram-lhe um terceiro piso com janelas de gilhotina, continuando porém uma só moradia. Nos fins do século XIX foi dividido em duas: a primeira na esquina, com entrada pela Rua da Esperança, a segunda com frente para a Rua da Sé, tendo o portão da entrada pela mesma rua. Nesta parte habitou durante vários anos a família do Dr. José Maia, professor do liceu, sendo depois vendida a Atanásio Vasconcelos.

Nos baixos da primeira, Mateus José da Rosa Júnior, montou o CAFÉ MATEZINHO. Era filho de Mateus José da Rosa e de D. Bárbara Augusta da Silva Sieuve, e nasceu a 11 de Novembro de 1855, sendo baptisado na Sé desta cidade. Tendo o mesmo nome de seu pai e dada a sua compleição franzina, embora de estatura regular, era conhecido por «*Matezinho*». Estabeleceu-se com pastelaria e café na loja da esquina (duas portas para a Rua da Sé e outras para a Rua da Esperança). O CAFÊ MATEZINHO era muito frequentado pela sociedade angrense e foi centro de reunião dos

artistas que de Espanha ou de Lisboa vinham em digressão à Terceira e bem assim dos terceirenses aficionados pela Festa Brava. Entre uns e outros reinava a melhor das concórdias, compreendendo-se mutuamente, embora cada qual falasse na sua língua. Havia porém um terceirense que, talvez mais entusiasta, se aprazia em que o considerassem bilingue, isto é, capaz de fazer-se compreender por «*nuestros hermanos*», tão bem como se falasse para os compatriotas que apenas utilizavam os «*buenos dias*» e as «*buenas tardes*», os «*hasta luego*» ou os «*no comprendo*», entremeando as falhas na conversa com as saudações habituais. nas línguas de Camões e de Cervantes, trocadas de boamente como demonstração de «*amistad*» e boa camaradagem. Uma tarde porém, após certa discussão mais acesa entre um dos «*diestros*» e o presumido poliglota, quando este abandonou o café meio enxofrado por não ter conseguido impor o seu ponto de vista àcerca de determinado assunto técnico, o espanhol perguntou a um dos circunstantes de que «*isla*» era aquele «*valiente portuguesito*». Responderam-lhe que era da Terceira, pelo que ele se mostrou admiradíssimo. E querendo o interlocutor indagar das razões duma tal admiração, o «*diestro*» explicou em bom espanhol, que não sei se estará certo com a frase que vou escrever, porque não tenho as farroncas daquele meu patrício: «*Pero que habla de manera que io no comprendo... como comprendo à hustedes*».

Mas falemos do «*Senhor Matezinho*» como era de todos conhecido o apreciado cavaleiro amador terceirense. Conhecedor como poucos da Arte de Marialva, era também equitador de merecimento, adestrando as próprias montadas com sapiência e cuidados extremos. Começara porém como bandarilheiro amador, trabalhando em espectáculos taurinos de beneficência, ao lado de outros devotados amadores seus amigos, como o foram Alfredo Luís Campos, Francisco de Paula Moniz Barreto, Dr. Francisco de Sousa Bastos (que cedo se ausentou para o Brasil onde se distinguiu como advogado, estabelecendo banca no Rio de Janeiro) e José Bettencourt Morais Moniz.

Fez a sua estreia como cavaleiro amador aos 27 anos, numa tourada em benefício da Recreio dos Artistas, realizada na

Praça de S. João em 28 de Julho de 1883, e logo no ano seguinte, em 1 de Novembro, em homenagem ao distinto bandarilheiro João da Cruz Calabaça, e a 23 do mesmo mês em benefício do jovem João Calabaça Júnior, que acompanhara o artista seu pai, pela primeira vez, nesta digressão à Terceira. Em 1885, a 12 de Julho, novamente se apresentou em benefício da Recreio dos Artistas, e a 26 do mesmo mês na festa artística do também cavaleiro amador José Dias da Fonseca. A 3 de Julho de 1887, toureou em obséquio ao então empresário da Praça de S. João, Joaquim de Sousa Adão, (Vid. CASA DO ADÃO). Em 1892 tomou parte em duas corridas: uma a 28 de Agosto em benefício do Império dos Quatro Cantos, e outra, a 4 de Setembro, em benefício de D. Maria Teodora Pimentel, ao tempo aluna da Escola Médica de Lisboa, onde mais tarde concluíu a formatura em Medicina, vindo exercer o seu mister nesta cidade, sendo ainda hoje recordado o seu nome com saudade por quantos beneficiaram da sua desvelada assistência. Em 1893 tomou parte em quatro corridas: a 1 de Junho e 2 de Julho, por obséquio a Mateus Bernardo da Silva, então empresário da Praça de S. João; a 6 de Agosto, na sua própria festa artística e a 1 de Outubro novamente em benefício do Império dos Quatro Cantos.

Após a construção da Praça do Espírito Santo, de que era acionista como o fora também da Praça de São João, teve muitas outras actuações impossíveis de enumerar, mas que lhe grangearam a fama que ainda hoje rodeia o seu nome.

Ao retirar-se das lides tauromáquicas, não refreou nele o entusiasmo pela Festa Brava. No Café se vendiam os bilhetes para todos os espectáculos taurinos e tornou-se sensacional a festa que promoveu no adro da Sé, fronteiro ao estabelecimento, em celebração do 1.º aniversário da morte de um touro nesta ilha, pelo diestro espanhol Mateíto (1), na Quinta de Nossa Senhora do Rosário (2), na Terra-Chã, a 13 de Setembro de 1895. Iluminando a lanternas a fachada do estabelecimento, expoz numa das vitrines, a cabeça embalsamada da rez e muitas fotografias, enquanto no adro a filarmónica Recreio dos Artistas executava um concerto, subindo ao ar grande número de foguetes *«de assobio»*, ainda como rebendita aos rivais *«pechugas»*...

A colecção de ricos e artísticos arreios que possuía, foi cedida ao Museu Regional de Angra por seu filho e neto, Virgílio Mendes da Rosa e Ricardo Jorge, também apreciados cavaleiros amadores e grandes entusiastas de toiros, sendo o último reputado crítico tauromáquico, com larga e apreciada colaboração na imprensa local.

Em 20-3-1871, Mateus José da Rosa *«merceeiro»* adquiriu o prédio da esquina a Rosa Cândida, viúva de Tomaz Pereira, de Belém, só entrando porém na posse dele por morte da locatária. Tinha o n.º 6 de polícia. O prédio foi adquirido depois pelo capitão João Mendes de Freitas, estando hoje na posse de seus herdeiros.

Nos baixos da segunda casa, junto ao CAFÉ MATEZINHO Francisco Ávila de Vasconcelos (conhecido por *«Ávila da Havaneza»*), tinha um estabelecimento que, por sua morte, passou ao filho Atanásio Ávila de Vasconcelos (3) com o nome de PASTELARIA ATANÁSIO. A nascente desta, o então tenente-farmacêutico Miguel Maia montou uma farmácia em 1942, a qual foi vendida em 1945 a Francisco Lúcio Fagundes, estabelecido nos baixos da CASA DO MOURATO, passando desde então a ser ocupada a loja pela PASTELARIA ATANÁSIO que também, após o falecimento de Mateus da Rosa Jr., ocupou a parte correspondente ao CAFÉ MATEZINHO, na esquina da Rua da Esperança.

A casa que pertencera à familia Maia foi comprada depois por Atanásio Vasconcelos que, após grave doença contraída, passou o estabelecimento ao actual proprietário José Gaspar de Lima, antigo empregado e gerente, o qual procura manter a tradição da pastelaria, célebre pela confecção de doces regionais — os conhecidíssimos *«doces do Atanásio»* cuja fama ràpidamente se espalhou por todo o Arquipélago e até entre os turistas que por esta ilha passavam e ali se deliciavam com as especialidades encontradas, delas fazendo fornecimento para o resto da viagem.

As fotos que José de Lima amàvelmente nos cedeu e aqui apresentamos em gravuras, são suficientemente elucidativas para dispensarem mais larga descrição dos dois estabelecimentos acima referidos.

A situação excelente de que disfruta no centro comercial de Angra, tornou célebre a esquina onde hoje se encontra o estabelecimento, na linguagem corrente designada por «*Canto do Atanásio*», ponto de encontro para reuniões e para estágio dos «*mírones*», como passagem que é, quase obrigatória, na encruzilhada da vida citadina.

---

(1) — O Mateíto veio à Terceira em 1895, contratado pela empresa da Praça do Espírito Santo, ao tempo em que andavam muito acesas as rivalidades entre os partidários do Joseíto e do Pechuga. Os empresários daquela Praça, assediados pelos admiradores do famoso «*espada*», instaram com Mateíto para que matasse um toiro, à moda de Espanha. Como porém, pelas leís portuguesas, tal espectáculo fosse proibido, a sorte teve de realizar-se numa propriedade particular — a Quinta de N.ª S.ª do Rosário, na Terra Chã, pertencente ao morgado Barcelos que para tal fim cedeu um dos toiros da sua vasta ganaderia. Por rebendita, nenhum dos «*pechugas*» foi convidado a assistir à festa que, como era de prever, teve repercussão estrondosa.

Numa das tardes seguintes, em pleno redondel, Mateíto pediu à «*inteligência*» que o autorizasse a levar, até à Praça Velha, trasteando de muleta, o toiro que teria de lidar. Não lhe sendo tal consentido, iniciou a lide, obrigando o cornúpeto a dar duas voltas à arena, sempre dominado pela muleta, levando-o por fim aos médios onde simulou a estocada final. Pretendera assim provar ao director da corrida que seria capaz de cumprir a promessa que lhe fora recusada, levando o toiro, em passes seguidos, até à Praça Velha, distante cerca de 300 metros da do Espírito Santo. Tal foi o entusiasmo da assistência, que o caiador da Praça — mestre José Simões — ergueu o Mateíto sobre os ombros e com ele deu uma volta à arena, sob os aplausos da multidão. Por tal motivo, o mestre Simões, caiador de profissão, passou a ser conhecido (primeiro entre os «*pechugas*» e depois universalmente) por «*Cavalo do Mateíto*», alcunha que passou a filhos e netos. (Vid. «*O Irresponsável*», de 30-9-964, na secção «*Recordando ...*», assinada por «*Estirau*»).

(2) — Esta capela fora interdita por edital de 18 de Outubro de 1884, do

bispo D. Francisco Vieira de Brito, por desinteligências havidas entre o proprietário e o cabido ácerca da bênção de uma imagem.

(3) — Nasceu em Santa Luzia de Angra no dia 31 de Maio de 1879 e era casado com D. Maria Leonor Ribeiro Ávila de Vasconcelos, tendo falecido com a provecta idade de 84 anos, a 23 de Fevereiro de 1963.

Convento da Esperança

Pela direita: Casas de Jacob Abohbot
(a seta indica as janelas pertencentes à sinagoga)

Casa de Inácio Cardoso Leal

Ao tempo da fotografia já ali estava instalada a Pastelaria Atanásio

Praça (de toiros) do Espírito Santo

Ano de 1896

A Pastelaria Atanásio

Por volta de 1917

A Pastelaria Atanásio
Frequentadores do primeiro quartel do séc. XX

Casa de Inácio Cardoso Leal

Já dividida em duas moradias com modificação da fachada. A Pastelaria Atanásio ocupa todo o rés-do-chão. Esquina: «Canto do Atanásio»

XLIV

Casa do Manuel Vitorino

Pertenceu a herdeiros de Dona Violante do Canto e nela habitaram por muito tempo os Monizes do Couto, sendo o último Estevam Pacheco de Lima e Lacerda, filho de Luiz Pacheco de Lima e Lacerda de Vasconcelos e de Dona Catarina Josefa Borges da Silva do Canto, o qual casou com Dona Violante Moniz, filha de Álvaro Caetano Moniz Barreto, natural da Índia. Ao tempo pertencia a Manuel Moniz Barreto do Couto que era casado com Dona Rita Pulcheria de Ornellas Bruges Paim da Câmara, filha de Theotonio de Ornellas Bruges Paim da Câmara d'Avila e Noronha Ponce de Leão, 1.° conde da Praia da Vitória e de Dona Elvira Monteiro, e foi adquirida pelo dr. Manuel Vitorino de Bettencourt (1) em 1898, pouco antes do casamento deste com Dona Maria Benedita Sieuve de Menezes, filha do 2.° conde de Sieuve de Menezes.

A fachada actual é a mesma que já tinha à data da aquisição. Nela esteve instalada durante alguns anos a Assembleia Angrense, até que se mudou para a casa que é hoje pertença do dr. Teotónio Machado Pires, na Rua General Carmona.

Sabe-se que, em 1823, nela residia «o cadete João Moniz» (2).

Nas lojas, lado nascente, Arão Benarús teve uma tabacaria, onde hoje é o estabelecimento de fazendas denominado «CASA

BRANCA». Nas lojas do lado poente, abriu Francisco d'Avila Vasconcelos um estabelecimento denominado «CASA HAVENEZA». Era pai de Atanásio Ávila Vasconcelos, proprietário da «PASTELARIA ATANÁSIO». Também ali funcionou, já no final da primeira metade do século actual, um café denominado «CHAVE D'OURO» de Silvino Simões e Alberto Ferreira, muito frequentado pelos oficiais que para as ilhas vieram com várias unidades, ao tempo da segunda guerra mundial, como reforço às guarnições militares permanentes, para defesa do Arquipélago (3). Hoje é uma ourivesaria pertencente a João Bettencourt.

É actual residência da viuva Dona Maria Benedita Sieuve de Menezes Bettencourt. Seu neto, Jorge de Bettencourt Tavares da Silva, professor de Educação Física, diplomado pelo INEF, tem consultório na parte do edifício onde seu avô, o dr. Manuel Vitorino de Bettencourt, tinha consultório médico.

Abaixo houve um estabelecimento de quinquilharias, conhecido por «LOJA DO GIGUINHA DE S. PEDRO», onde hoje existe a «CASA BRANCA», estabelecimento de fazendas e modas.

---

(1) — Era jorgense, médico-cirurgião pela escola de Lisboa, desde 1893. Médico municipal e do Hospital da Misericórdia na Vila da Praia da Vitória, passou a médico do Hospital de Santo Espírito, em Angra, e foi procurador à junta geral do distrito, director do Posto de Desinfecção e guarda-mor de saúde de Angra do Heroísmo. Foi do Conselho de S. M. Fidelíssima.

(2) — (Vid. BOLETIM do I. H. I. T., n.º 2 - pág. 249/50). Era filho de João Moniz Barreto do Couto e de sua segunda esposa Dona Maria Constança do Carmo Pacheco de Lima e Lacerda. Nasceu em 1800 e faleceu a 2 de Março de 1870. Era Cavaleiro das Ordens da Torre e Espada, S. Bento de Avis e de N.ª S.ª da Conceição, e foi marechal de campo. Fez parte da «Expedição Libertadora» aos Açores. (Vid. NOBILIÁRIO - Liv. II - pág. 165/6). Na segunda metade do Séc. XVII nela habitaram descendentes de Gaspar Camello do Rego, nomeadamente o P.e Manuel de Sousa Meneses, que António Cordeiro diz (História Insulana — Liv. VI, cap. XXIII, pág. 121) ter

conhecido em Angra *«morando defronte da Sé há 60 anos»* e era filho de João Camello do Rego Pereira e Castelo Branco e de Dona Maria de Sousa Meneses. O padre Sousa Menezes escreveu um livro de geneologias que Drumond diz ser *«de importante valor»*.

(3) — Esteve depois instalada a CASA FUTURISTA (o Barateiro da Sé).

XLV

Casa do Zeferino

O prédio era de João Moniz Corte Real, tendo passado, por herança, a sua filha Ana Moniz Pamplona Corte Real que o vendeu, em 1871, a João da Costa Coelho, sem prejuizo do arrendamento vitalício que João Moniz, pai da vendedora, havia feito a D. Ernestina Moniz, irmã daquele e tia desta.

João da Costa Coelho arrendou as lojas, por 11 anos, em 19 de Novembro de 1868, com começo em 1 de Janeiro seguinte, sendo, a do lado nascente, já ocupada por Manuel Augusto da Costa e a do poente ocupada por Bento Machado Coelho. No prédio habitava ainda D. Maria Ernestina Moniz.

Após o falecimento desta, passou a Manuel Augusto da Costa e depois a João Zeferino da Costa, tendo passado à firma João Zeferino da Costa & Filhos que ali continuou com o estabelecimento de mercearias denominado «ARMAZENS ZEFERINO». Na loja do lado poente está instalada a casa «SISSI», de Missael Fernandes, com fazendas e modas.

O prédio foi adquirido por D. Alvarina Simões Flores, esposa do Dr. Henrique Henriques Flores, por escritura de 8 de Outubro de 1964. Salvo a mudança nas varandas de madeira que passaram a ser de ferro forjado, o edifício conserva ainda a traça primitiva.

XLVI

Casa do Severiano

Assim conhecida por ter sido habitada, por muitos anos, pelo comerciante Severiano Maria da Costa. Adquiriu nma casa velha, com duas janelas de peito e um postigo, pertencente a um tal Valentim.... que nos baixos dela tinha uma cocheira com entrada pela Rua da Esperança (hoje Rua Dr. Eduardo de Abreu), habitando o proprietário a parte do prédio voltada àquela rua.

Foi toda demolida para dar lugar ao prédio ainda hoje existente, nos baixos do qual, para a Rua da Sé, montou uma loja de ferragens, com três portas, sobre as quais tinha um letreiro com o nome do proprietário, SEVERIANO MARIA DA COSTA. Após a sua morte, assumiu a gerência seu filho primogénito, Severiano Frederico da Costa e, por morte deste, passou a Tomás de Mesquita Borba ([1]). Em 1966, por falecimento deste, foi adquirido por António Coelho Simeão que liquidou o estabelecimento, montando em seu lugar, após importantes obras de adaptação, o primeiro super-mercado de Angra denominado «MINI-MAX», com dois acessos, um pela Rua da República (antiga Rua da Sé) e outro pela Rua Dr. Eduardo de Abreu (antiga Rua da Esperança).

Severiano Maria da Costa, por seu casamento com D. Lúcia Borba da Costa, era cunhado do Prof. P.e Tomaz Borba que, como aluno distinto do seminário de Angra, com notáveis apti-

dões para a Música, foi mandado frequentar o conservatório de Lisboa, onde recebeu os conhecimentos complementares que lhe serviram de base para o profundo estudo a que se dedicou, contribuindo de maneira assaz notória para a divulgação da música na Educação Nacional, especialmante entre a mocidade escolar, para uso da qual compoz muitas canções de inspiração popular, quer para vozes quer para instrumentos musicais. Nas raras férias que passou na Terceira, era nesta casa que se instalava ou na que seu cunhado adquiriu no lugar do Pico da Urze, onde costumava passar a estação calmosa. O 1.° centenário do seu nascimento foi comemorado em todo o País no ano de 1968, com solenidades várias que bem demonstraram o valor em que era tido o ilustre compositor e professor do Conservatório durante muitos anos. À avenida que dá acesso ao Pico da Urze, deu a Câmara o nome de Avenida do Professor Tomaz Borba.

---

(1) — Era filho de João Vaz de Borba e de D. Cristina de Mesquita Borba. Grande aficionado pela Festa Brava, Tomás Borba foi ganadero e crítico tauromáquico de renome, tendo promovido, como empresário, a ida à Terceira de numerosas «*quadrilhas*» de artistas, tanto nacionais como estrangeiros, para actuarem na Praça de S. João, da cidade de Angra. Colaborou em vários jornais, especialmente em «A União», onde podem encontrar-se numerosas «Crónicas Taurinas» que assinava com o pseudónimo de «*D. Justo*» revelando-se um crítico de mérito, muito apreciado pela «*aficion*» portuguesa, entre a qual contava grandes e sólidas amizades sobretudo no grupo «Sector 1», da capital, de que era sócio. Foi presidente da direcção da Associação Comercial de Angra e fez parte dos corpos directivos de várias agremiações, especialmente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, onde desempenhou as funções de comandante durante alguns anos.

XLVII

Casa do José Lestinho

Em 1881 pertencia aos três irmãos, Manuel, Francisco e José Lourenço do Rego, que a herdaram de seus pais.

Nos baixos havia um estabelecimento de mercearias pertencente a Gabriel Augusto de Fraga, no qual este vendia também canários belgas, tendo obtido bonitos exemplares por cruzamentos com «*canários da terra*» (Fringilla serinos — Lin. Degl.), os primeiros tentados com êxito nesta ilha, segundo é tradição, embora o «*mestere*» de «*passareiro*» figure já entre aqueles que vêm mencionados nas posturas municipais e outros documentos muito anteriores.

José Gonçalves Lestinho [1] adquiriu o prédio e o estabelecimento, habitando o andar superior, que foi também ocupado pelo solicitador João Azera, posteriormente.

O prédio foi vendido aos irmãos Severiano Frederico da Costa e Luís Filipe da Costa, e na loja se estabeleceu Armando Pureza durante alguns anos, tendo-o trespassado depois a Francisco Martins Coderniz que, em 1946, deu sociedade ao seu antigo empregado Pedro d'Alcântara Sodré Areia, passando a girar sob a firma «*Francisco Martins Codorniz & C.ª*». No vulgo porém, ficou desde logo a ser conhecido por «*Loja do Pedrinho Amiguinho*», embora o estabelecimento se denominasse «CASA PRO-

GRESSO», hoje com os números 94 e 96, vendendo artigos de mercearia, quinquilharias, miudezas e brinquedos, além de artigos carnavalescos e fogos de Bengala, sendo muito procurado pela pequenada, sobretudo nas duas quadras do ano, Natal e Entrudo, por ali se encontrar a mercadoria própria, em abundância notável e por preços económicos. Quando uma criança se mostrava satisfeita com o brinquedo que adquirira, Pedro Areia usava habitualmente esta expressão: «*Quem é amiguinho? — É o Pedrinho!*». E como a resposta era sempre idêntica, passou a ficar no ouvido dos pequenos compradores, sendo êles quem de futuro a davam de motu próprio, poupando a esse trabalho o vendedor que, por tal motivo, ficou a ser conhecido em toda a cidade por «*Pedrinho Amiguinho*» (2).

Após o falecimento de Luís Filipe da Costa, vítima de um desastre de viação, o prédio tocou em partilhas a suas irmãs D. Cecília Borba da Costa, professora de Harpa do conservatório de Lisboa e concertista de renome, e D. Carmelina Borba da Costa, sobrinhas do padre Tomaz Borba, com o qual viveram em Lisboa até contrairem matrimónio.

É actual proprietário o Dr. Carlos António Macedo de Sousa, licenceado em Farmácia e proprietário da «FARMÁCIA SOUSA».

---

(1) — José Lestinho foi amador teatral de mérito, fazendo parte do «*Grupo Moniz Barreto*» e de outros constituidos nesta cidade. Miguel Forjaz, jornalista e também amador de merecimento, faz-lhe referências no seu livro «*ARTE DE TALMA NA ILHA TERCEIRA*».

(2) — Pedro d' Alcântara Sodré d' Areia foi, com o entusiasmo próprio do seu temperamento irrequieto, o verdadeiro fundador do *RÁDIO CLUB DE ANGRA*, a nossa primeira estação emissora. Associado com alguns amadores de rádio, na instalação dum pequeno posto experimental denominado «Radio Club de S. Pedro» (por ter tido início na freguesia de S. Pedro desta cidade) e animado com os resultados obtidos, meteu ombros à empresa,

Pela esquerda: **Casa do Manuel Vitorino** e **Casa do Zeferino**

Rua da República

(Antiga Rua da Sé)

Pela esquerda: Casa da Confederação Operária (antiga), Casa do Teixeira Organista e Casa do Mão-Gorda (nesta distingue-se o que foi granel e a casa de moradia)

Casa da Confederação Operária

Quando da Direcção faziam parte Artur Moniz Silva, como presidente, e Manuel José de Azevedo (Vid. Casas do Francisco Latoeiro) como tesoureiro, foi lançada a ideia desta nova sede, o que só poude concretizar-se após uns poucos de anos de trabalho e diligências várias por parte dos acima citados e de outros consócios

Casa do Mão-Gorda

Aspecto actual

sempre difícil, de adquirir mais adeptos e os capitais necessários à montagem de um posto emissor local, capaz de transmitir, não só à ilha Terceira mas às demais ilhas do Arquipélago, um programa diário e regular que constituisse um porta-voz dos terceirenses para os seus irmãos açorianos. E ao fim de alguns anos de trabalho insano de activa e valiosa assistência à empresa difícil e dispendiosa a que se abalançara, conseguiu que a todos se impusesse a obra visionada, fazendo-se ouvir por toda a parte, com interesse e agrado crescentes, «A VOZ DA TERCEIRA». Das precárias instalações de 1946, passou o clube a ter a sua sede oficial no Salão da Cozinha Económica Angrense e suas depêndencias do primeiro andar, dotada já com material de razoável potência e administração segura, com estatutos aprovados em 1947, de acôrdo com a legislação vigente e apto a desempenhar, com dignidade e brilho. a missão cultural e recreativa que ele sempre desejara atingir, com o notável e permanente auxílio de outras dedicações que soube procurar e felizmente encontrou para cabal satisfação de seus anseios.

Notáveis progressos se atingiram já, sem dúvida, mas as direcções sucessfvas que pelo Rádio Club têm passado, não limitando as suas actividades à manutenção do nível alto que presentemente atingiu, de ano para ano procuram ampliar o raio de acção do posto emissor, até conseguirem que seja ouvido por todas as colónias de açorianos espalhadas pelo mundo. E só nessa altura, que decerto não virá longe, Pedro d'Alcantara Sodré d'Areia se sentirá completamente satisfeito, vendo realizado o seu sonho de quase duas dúzias de anos. Assim ficará então, plenamente justificado, o «*título*» que a mocidade angrense lhe concedeu e há de perdurar na obra útil que à Ilha Terceira deixou, só pelo amor e esforços iniciais conseguida: — «*Pedrinho Amiguinho*» um grande e devotado amigo da sua e nossa terra.

XLVIII

Casa da Confederação Operária

A «CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA TERCEIRENSE» (Associação de Socorros Mútuos) foi fundada em 3 de Agosto de 1918, sob a designação de Associação de Construtores Civis, tomando a actual designação depois de à primeira se terem unido as classes de condutores de veículos e manufactores de calçado, a 12 de Junho e a 1 de Julho, respectivamente, por não permitir a legislação, então em vigor, que as associações mutualistas se organizassem com menos de quatrocentos sócios. A administração foi de início entregue a uma comissão presidida pelo engenheiro Francisco de Assis de Barcelos Coelho Borges (1).

A primeira sede foi estabelecida na Rua da Rocha, n.os 28 e 30, pagando de renda 6$000 reis mensais e a 1.a sessão ordinária foi realizada em 15 de Novembro de 1920, ficando nela eleitos os primeiros corpos gerentes. Entraram na urna 39 listas, tendo os mesmos ficado assim constituídos: ASSEMBLEIA GERAL — Presidente, Francisco A. B. Coelho Borges, e para secretários, António Vaz Lisboa e Guilherme Machado; para o CONSELHO FISCAL: Manuel Maria Pacheco, José Luís Raposo e Zozimo Cardoso da Silveira, e para suplentes, Francisco Augusto Teixeira e Eduardo Moreira Coelho; para a DIRECÇÃO: efectivos, João Cardoso Coelho, António da Costa, João Vieira da

Costa, Teodoro Vieira e Manuel José Teixeira; substitutos, António Lourenço Ferreira, Francisco de Sousa Martins, João de Borba de Oliveira, Joaquim José Vieira Junior e Manuel Machado da Silva. A posse foi-lhes conferida em 2 de Janeiro de 1921. As contas da gerência da comissão administrativa (desde 3 de Agosto de 1918 a 31 de Dezembro de 1920) foram aprovadas em sessão de 15 de Abril de 1921, sendo o activo de valor de 4.135.785 reis insulanos. Em sessão extraordinária de 27 Agosto de 1922, foram aprovados em assembleia geral os novos estatutos, pelos quais se rege.

Em 1926 a C. O. T. mudou a sua sede para a Rua de Santo Espírito n.º 100.

Em 11 de Setembro de 1933 foi adquirido o prédio da Rua da República, com os n.ºs 82 a 92 de polícia, então pertencente ao Banco Nacional Ultramarino, pelo preço de 40.000 escudos, isentos de siza. O B. N. U. havia-o adquirido a João Gonçalves Toste e consorte (o domínio útil) e a Cândido da Cunha Picanço (o directo) para instalação da sua agência, o que não chegou a concretizar-se. O edifício foi pela C. O. T. transformado em prédio de moradias, com dois andares, ficando parte do 1.º ocupado com a sede da confederação e a parte restante com moradia, assim como todo o 2.º andar, reservando-se todo o r/c para dois estabelecimentos comerciais.

Estiveram ali estabelecidos, do antecedente, os seguintes comerciantes: José Veríssimo de Borba, com loja de ferragens; «ADÃO & ALVES», sucessores da «LOJA ADÃO» (nos n.ºs 82 e 84); José Gonçalves Leonardo, proprietário da loja denominada «PRINCESA DAS MEIAS», com fazendas e modas (n.ºs 86 a 90) e Adalberto Hélio de Sousa Martins, (2) com a «ELECTRO-ANGRA» (artigos eléctricos e automóveis). Os proprietários destes dois últimos estabelecimentos habitam respectivamente o primeiro e segundo andares do mesmo prédio.

Prestaram assinalados serviços à colectidade, durante longos anos, dois artistas cujos nomes não poderão esquecer: Manuel Joaquim de Andrade, infelizmente já falecido, tipógrafo-editor, proprietário e fundador da LIVRARIA EDITORA ANDRADE a

empresa açoriana de maior renome, e o hábil funileiro Artur Moniz Silva, devotado propagandista do Sindicalismo Operário, actual presidente do Sindicato da Construção Civil e cuja actividade muito se tem evidenciado na construção de bairros para os associados, nesta cidade. Seu filho, Jacinto dos Reis Moniz Silva, que na C. O. T. ocupa presentemente o cargo de presidente da direcção, tem sido também elemento de primeira ordem na vida associativa local, sobretudo como Escuteiro-Chefe do Grupo que comanda e como delegado do qual tem tomado parte em «Jamborés» e outras reuniões internacionais, realizadas tanto em Portugal com no Estrangeiro, onde conquistou lugar honroso para o grupo representativo da Ilha Terceira.

---

(1) — Membro de uma das mais distintas famílias da Ilha Terceira, era ten. coronel de Engenharia e exerceu durante muitos anos o cargo de director das obras públicas da junta geral do Distrito. Á sua acção junto do Governo e das classes trabalhadoras locais, deve a C. O. T. a sua fundação, tendo sido também, por sua iniciativa, que a ESCOLA INDUSTRIAL então recentemente criada nesta cidade, passasse a funcionar como ESCOLA INDUSTRIAL E COMERCIAL, o que se traduziu em grande benefício para as classes menos abastadas. De caracter impulsivo, embora afável no trato normal, insurgia-se contra as peias burocráticas, sempre que elas, representavam, sobretudo, exagero ou incompetência da parte de quem provinham as dificuldades levantadas. Para tais casos e para prevenir possíveis e mais que prováveis *«explosões»* de irritabilidade, sempre susceptíveis de aflorar ao seu génio irascível, mas que fazia por evitar na presença de subordinados, o eng.º Assis mandou fazer um *«carimbo especial»* contendo duas palavras apenas, que traduziam *«eloquentemente»* a vontade de *«desabafar»* que lhe estava na massa do sangue... *«V. B.»* — eram as iniciais dessas palavras que, entre os seus íntimos, sabedores da existência do carimbo e do seu conteúdo, era conhecido por *«o carimbo do Assis»* e por estes inofensivos dizeres substituiam também o desejo que sentiam na aplicação *«tout court»* da expressão que nele vinha em *«português de lei»* e sem abreviaturas...

(2) — É agente da Volkswagen, da Philips e de outras marcas de renome na indústria congénere. Desempenhou, com muito acerto e

invulgar actividade, as funções de presidente do Grémio do Comércio, secundando várias iniciativas das autocracias locais na defesa de prorrogativas de interesse para os Açores e para o distrito de Angra, tomando parte activa na realização das Festas da Cidade e noutras iniciativas particulares, concernentes à valorização do meio angrense.

XLIX

Casa do Teixeira Organista

Pertencia ao morgadio de que era administrador José Correia de Melo, natural do Porto, e foi adquirido por Francisco Gonçalves Toste, da Ribeirinha, a Maria Gertrudes Ludovina, viuva de Aniceto de Almeida que a herdara de seu irmão, o padre Pedro de Alcântara e Andrade.

Nela habitou João Teixeira Soares da Luz que era organista da Sé e nos baixos da casa montou uma pastelaria.

Guilherme António de Lima Monteiro era farmacêutico e havia-se estabelecido, cerca de 1832, na Praça Velha (Vid: CASA DO CORPO DA GUARDA) tendo falecido por volta de 1870. A filha deste, D. Joana Augusta Monteiro, mudou a farmácia para a Rua Direita, ficando como responsável Luís Pereira da Cunha que lha comprou em 1889, associando-se ao farmacêutico Pedro de Lemos, como já foi dito.

Tendo D. Joana casado com João Teixeira Soares da Luz, resolveu restabelecer a farmácia do pai no prédio da Rua da Sé, na mesma loja onde existiu a pastelaria, para o que, a partir de 1 de Janeiro de 1899, João Soares da Luz fez novo escrito de arrendamento «*ficando a seu cargo os melhoramentos que julgar necessários para tal fim (...) e obrigando-se o senhorio a água corrente de torneira*».

Como a filha do casal se tivesse consorciado com Francisco de Paula Rebelo, farmacêutico, estes a receberam por herança do pai e sogro e a farmácia passou a denominar-se «FARMÁCIA REBELO» a partir de 1 de Janeiro de 1920.

Era praticante, já do tempo da «FARMÁCIA MONTEIRO», Luís Borges Pimentel que, após a morte de Francisco Rebelo a adquiriu aos herdeiros, desde quando passou a denominar-se «FARMÁCIA PIMENTEL». É hoje propriedade do filho deste, Felton da Rosa Pimentel, farmacêutico, devotado cultor da arte fotográfica e apaixonado realizador cinematográfico que, em diversos concursos, tem recebido mensões especiais pela apresentação de documentários da vida regional terceirense, prestando assim valioso contributo à divulgação da paisagem e dos costumes mais característicos, não só da Terceira como até das outras duas ilhas do Distrito: — S. Jorge e Graciosa. Lutando, como todos os que a tanto se abalançam, contra a falta de apoio das entidades responsáveis, continua prosseguindo na sua tarefa benfazeja, e de esperar é que, a ajuizar pelo que já produziu apenas com o próprio esforço, realize obra de proveito para a terra açoriana, que será sempre a almejada meta de seu louvável propósito. Nesta providencial tendência para ser útil ao torrão natal, Felton Pimentel não fará mais que seguir as pisadas de seu falecido pai, cujo coração sempre pulsou pelo bem comum, mantendo exemplar conduta de vida para que, pelo próprio exemplo, se sentisse mais apto a propagar suas ideias de humanitarismo e justiça social. Fundando, com outros companheiros do mesmo ou semelhante estofo moral, uma associação cujo nome era já um aliciante cartaz (UTILE DULCI) iniciou a publicação dum jornalzinho, redigido, composto e impresso pelos próprios associados, cuja colecção, de reduzidos números embora, merecia ser arquivada na Biblioteca Pública para consulta da gente moça, pelos salutares princípios em que assentava a doutrina exposta. Dela faziam parte, que nos lembre, João Francisco de Ávila, Henrique Vieira da Silva, José do Couto de Sousa, Américo Vieira (todos já falecidos) e outros que, como estes, foram cidadãos prestantes da sociedade em que viveram, realizando obra cultural e de assistência digna de registo, tanto mais que dela nunca fizeram nem pretendiam fazer alarde,

mas que se se afirmou vincada e proveitosamente, apesar da mediocridade de recursos de que dispunha, apenas resultantes do esforço próprio.

A «FARMÁCIA PIMENTEL» é uma das melhor fornecidas da ilha Terceira e o seu actual proprietário é representante distrital de vários laboratórios, nacionais e estrangeiros, entre os quais: Boehringer Ingelheim (Unilfarme), Rounel, Jaba, Unitas, Saúde, Canobbio, Nostrum, Benfica, Horus, Cordeiro, Robafarn e Carlo Erba, e depositário de Gimenez-Salinas & C.ª, especialista em aparelhagem médica e de consultório, laboratorial e hospitalar da firma David Correia, e agente da Casa Ortopedia Cortazzi, uma das mais cotadas da capital.

A título de curiosidade e por se tratar duma figura típica popular da nossa terra, nos primórdios deste século, recordamos que, desde a primitiva «FARMÁCIA MONTEIRO», esteve empregado como serviçal, por sinal bastante activo e cumpridor, José da Rocha, que todos conheciam pela alcunha de «*José Vapor*» embora a origem dela fosse por todos ignorada, mas que, pelo que se conhece de muitas de suas características, devia ter por base a aversão que sentia pela alusão feita ao sinal que dantes emitiam certos navios à chegada ao nosso porto: um tiro de peça. Bastava para tanto imitar com a boca esse som característico — *Pum!* — para que o José Vapor perdesse a cabeça, vociferando ameaças. A estudantada do liceu encontrava nele a melhor «*válvula de escape*» para seus aborrecimentos ou para seus desejos de estúrdia. E como o José Vapor tinha pretenções a intelectual, sentia-se bem na roda dos académicos, ouvindo atento as suas prelecções e, o que era pior para ele, aceitando sem reserva os conselhos que lhe davam. Tinha certa facilidade em fixar e reproduzir o que lhe ensinvam, e daí a série de disparates que repetia sem hesitações, sempre que a ocasião lhe parecia idónea, de acordo com os malfadados ensinamentos recebidos. Aprendia frases em línguas estrangeiras, cuja tradução lhe era falseada, dando-lhes sentido que agradasse à sua vaidade nata, e porisso as disparava com ênfase, tomando um ar de pessoa importante, portadora de um espírito superior, para além do comum das gentes, o que mais cómicas tornava suas atitudes e seus dislates.

Quando alguém, atenciosa e reverentemente o cumprimentava, dando-lhe os bons dias e tirando-lhe o chapéu, o José Vapor, que ficava fulo quando pela alcunha o tratava a garotada da rua, respondia em francês, quase em transe comovido: – «*Je suis un grand paquebot*», tal como lhe haviam ensinado os «*intelectuais*» do liceu.

Se, no decorrer duma conversa, elogiavam seu talento, era certo declarar, em bom alemão, dando-se ares de poliglota: — «*Ia! Ich bin ein Pferd!*», como se o ser «*cavalo*», embora na língua de Goethe, fosse menos desprimoroso que o «*cabeça d' abrótea*» que lhe chamava o rapazio irreverente e tanto fazia bulir a sua dignidade ofendida.

Tipos havia então, em Angra (o «*Giraldinha*», o «*Sô Major*» o «*Pedra Fundamental*» e outros) que se tornaram célebres pela comicidade do seu físico ou pela excentricidade de seus temperamentos — mas nenhum como o «*José Vapor*» para reunir tão extranhas condições de vulnerabilidade ao disfruto e à hilariedade das turbas (Vid. «Tipos da Minha Terra», de João Ilhéu, Angra, 1927).

Ainda, nos baixos deste prédio, e com o número de polícia 76, existe o estabelecimento de fazendas denominado «LOJA CONFIANÇA» que pertenceu a António José da Silva Carvalho, depois associado com os empregados José Farinha e José Simões. Tendo-se António José da Silva Carvalho ausentado para o Continente continuou a mesma sociedade até que, desligando-se o sócio José Simões, em 1936, o estabelecimento passou ùnicamente a José Farinha. Hoje pertence aos filhos deste, Manuel Pedro Farinha e Arnaldo Farinha, ostentando ainda na fachada o primitivo globo com a mesma designação «LOJA CONFIANÇA» e explorando o mesmo ramo de negócio.

L

Casa do Mão-Gorda

Pertencia em 1700 a Guilherme Pereira Maramaque e Silveira ([1]), tesoureiro-mor da Sé de Angra, e fora de sua bisavó Dona Briolanja Pereira, casada com António de Lacerda Pereira. Deixou-a em testamento a seu sobrinho Guilherme, filho de sua irmã e afilhada Dona Mariana e do segundo marido desta Jacinto Furtado de Mendonça.

Estava situada «*no canto da rua da Sé*», junto às casas de Pedro da Fonseca, sitas na «*rua do Palácio*» e pertencia, com outros «*bens de raiz*» a um morgado instituído por seus antepassados. Pertenceu a Guilherme Augusto da Costa Martins ([2]) que foi músico, organista, violinista e professor de piano. Era conhecido pela alcunha de «*Mão-Gorda*».

O prédio actual compunha-se de um prédio de moradia (o da esquina, n.º 1 de polícia), que pertencia a João Sarmento de Lacerda, por óbito de sua primeira consorte «*a excelentissima dona Maria José Pacheco de Melo e Menezes*», (sua segunda esposa foi Dona Joaquina Amélia da Silveira Lacerda), e o segundo da parte da Rua da Sé, anexo a este, «*uma casa de dois sobrados que serve de graneis*» e pertencia a Caetano Francisco Pinheiro, herdeiro de Dona Gertrudes Rosa, que pagava foro ao dito João Pereira. Tinha o n.º 10 de polícia.

Os dois prédios foram adquiridos por António Jacinto Martins casado com D. Maria José Ferraz, por intermédio de seu procurador Vitorino José Correia Pestana, desta cidade, pelo preço de três contos de réis «*livres para elles vendedores*», em 12 de Maio de 1852. Continua na posse de seus descendentes.

Na loja da esquina encontra-se a «FARMÁCIA SOUSA», do farmaceutico Manuel Eusébio de Sousa, natural de Vila Franca do Campo (S. Miguel), que veio para a Terceira em 1886, com 27 anos de idade, a fim de dirigir a botica que anteriormente ali existia, pertencente a João dos Santos Pais, farmacêutico desta cidade, e que Manuel Eusébio adquiriu após a morte daquele. Faleceu em 1928, tendo portanto permanecido nesta cidade cerca de 43 anos. Seu filho primogénito, com o mesmo nome, foi aluno distinto do liceu e colaborou largamente na imprensa local. Seu filho segundo, Carlos Rodrigues de Sousa, foi praticante no estabelecimento de seu pai e tirou o curso de Farmácia, sucedendo-lhe na gerência até à sua morte. Hoje é pertença de seu filho Carlos António Macedo de Sousa, também farmacêutico pela Universidade de Coimbra.

A casa deve datar do séc. XVII. Tem um «*passo*» fixo (idêntico ao que existe também na rua Rio de Janeiro), na parte da frontaria voltada para a Rua Duque de Palmela (Vid. CASA DO FRANCISCO LATOEIRO-B — Nota 2).

A «FARMÁCIA SOUSA» foi centro de uma tertúlia em que pontificavam o médico-literato Dr. Manuel António Lino ([3]), o comerciante e jornalista Manuel Borges de Ávila ([4]), o afamado floricultor José Sebastião de Castro do Canto, secretário da Câmara Municipal e também amador fotográfico de merecimento, o padre Eduardo de Sousa Marques, pároco da Sé, e outros, como o poeta Armando Cortes Rodrigues, que foi aqui professor do liceu e breve se tornou grande amigo da Ilha Terceira, tendo nela radicado fundas amizades que saudosamente recorda ainda em muitos dos seus escritos. Todos eram, além de amigos do proprietário, frequentadores assíduos da farmácia. Todavia, era o Dr. Lino quem pontificava no *areópago*, embora ao padre Marques coubesse a parte de animador das conversas e discussões

entremeando as intervenções frequentes com chistosos comentários e anedotas a propósito que muito faziam rir os circunstantes. Dele se contavam algumas «*saídas*» espirituosas que julgo merecerem registo especial, por melhor traduzirem seu feitio chocarreiro.

Como pároco da principal freguesia da cidade, acompanhava todos os funerais que se realizavam na Sé e que, forçadamente, tinham de passar em frente da farmácia. Ao tempo, distante ainda da tracção mecânica, só mais tarde generalizada, as «*berlindas*», pesadas e de alto dossel dourado, tiradas a uma parelha de cavalos, desciam a rua, vagarosa e solenemente, talvez para evitar escorregamentos na calçada, mas certamente também para darem certa imponência ao acto, aligeirado nas eras decorrentes, mais de harmonia com a vida activa e a queda de arcáicos preconceitos...

Atrás da berlinda vinha o «*coupé*» com o pároco, acompanhado do sacristão com a cruz e a caldeirinha.

Como todas as notícias, boas ou más, corriam célere no burgo, constituia motivo de extranheza o desfile de um funeral sem que prèviamente se soubesse quem tinha falecido. E por isso, à passagem do féretro, era frequente alguem, à porta dos estabelecimentos ou à beira dos passeios, procurar informar-se do acontecimento, perguntando por acenos, ao padre Marques, quem tinha morrido. Duma vez, para satisfazer a curiosidade de certo interlocutor, o pároco com a solicitude e a cortezia habituais, respondeu, também em mímica, sem perder a compostura e a gravidade do momento, limitando-se a estender o indicador da mão direita para a frente, assim como quem diz: «*é o que vai ali adeante!*»

Quando, em Angra, o fotógrafo António Luís Lourenço da Costa (conhecido por «*Bico di Pena*» por se ter, no Brasil, especializado neste género de desenho) realizou uma exposição de trabalhos executados no seu «*atelier*», entre as muitas ampliações expostas, figurava como das mais notáveis, a de um ancião, de longas barbas à Tolstoi, que atraía, pela naturalidade da expressão e cuidada execução artística, as atenções dos visitantes. Entre um numeroso grupo de admiradores estava o padre Marques. Aventa-

vam-se hipóteses sobre a identidade do fotografado. E quando a divergência de opiniões era mais notória, um dos intervenientes voltou-se para ele e perguntou: «*Este sujeito não será um Fulano de Tal PIRES, da freguesia de S. Bento ?*». Resposta pronta do padre Marques: «*Não, meu amigo, este PIRES ... é doutra loiça!*»

Cremos que estes dois exemplos chegarão para comprovar ao leitor toda a verve comentarista do velho pároco da Sé, cujo múnus exerceu com rara dedicação, grangeando a estima de seus paroquianos que muito prantearam o seu prematuro desaparecimento.

Na loja da parte poente, isto é, no edifício que era antigo granel, José da Silva teve uma mercearia, a qual passou a seu filho Manuel, conhecido por «*Giguinha*». No estabelecimento se reuniam para compras (e para a conversa) as criadas de servir. Os criados, reuniam-se na «MERCEARIA FELISBERTO», para não haver misturas... Ali se estabeleceu depois António José da Silva (Tarrafeiro) também com mercearia, tendo-o substituido, em 1945, o comerciante António Coelho Mendes, com um estabelecimento de fazendas denominado «LOJA DO COELHO», ainda existente, embora na posse dos herdeiros deste.

---

(1) — Guilherme Pereira Maramaque da Silveira era filho de Gonçalo Pereira Machado e de Dona Ana da Silveira, «*moradores no Faial*», neto paterno de Pedro Enes Machado e de Dona Isabel Pereira. Sua avó, Dona Isabel, era filha de António da Silveira e de Dona Jerónima Duthes (sic.) e o dito António da Silveira era filho de Tristão Pereira, cujos pais, Diogo Pereira e Catarina Correia eram «*do Reino de Portugal*». Dona Jerónima era filha de Briolanja Neto e de Conçalo Nunes Dutra.

(2) — Guilherme Augusto da Costa Martins foi professor da «Aula de Música» que funcionava na claustra da Sé, destinada a meninos do coro e capelães e que constituiu um poderoso auxiliar para o incremento da cultura musical do meio angrense, na 2.ª metade do Séc. XIX. Nomes como o de Manuel Vieira Mendes da Silva, Aniceto António dos Santos, Alfredo Luís Campos, António José da Rocha e Francisco de Paula Moniz Barreto, como o de Guilher-

me Martins e ainda outros, foram expoentes dessa época em que o padre Tomaz Borba, também aluno daquela escola, menino do coro e capelão, começou a revelar-se o autêntico *«génio da Música»* que depois foi, até ao fim da sua vida.

(3) — O Dr. Manuel António Lino nasceu na ilha Terceira, onde seus pais, da ilha do Pico, haviam fixado residência. Aluno distinto do liceu, formou-se em Medicina na Universidade de Coimbra, onde todo o seu curso brilhante foi sempre classificado com *«accessit»*. Estabelecido em Angra, não se limitou a exercer o seu mister dedicando-se ao estudo das Ciências e das Artes, cultivando a Poesia, escrevendo para o Teatro, votando-se à Floricultura e ao ensino das ciências, distinguindo-se como professor do liceu, manifestando-se, em tudo, um homem superior e um devotado amigo da sua terra, à qual prestou inestimáveis serviços. Publicou um livro de sonetos *«Edelweiss»* e escreveu várias peças de teatro como a opereta *«Rosas e Crisântemos»* de que compoz também a música, a comédia *«Luz Bendita»*, a peça regional *«Os Ratos»*, de raro engenho, e muitas outras composições que infelizmente ficaram inéditas, apenas do conhecimento de amigos a quem as lia na intimidade de sua casa, em serões que ficaram memoráveis pelo requinte artístico de que ele sabia rodeá-los. O Dr. Luís, Ribeiro, o Dr. Cortes Rodrigues, o poeta e artista Maduro Dias e outros amigos que ele muito estimava e considerava, reunia-os frequentemente em sua residência ou na Quinta, pequenina e bela, à qual dedicava extremos de carinho e a que poz o nome de *«Jericó»* e onde cultivava as suas adoráveis flores, das quais fez algumas exposições no salão da Câmara Municipal e constituiram verdadeiras manifestações artísticas. Nas vitrinas da *«Loja do Buraco»* desse outro grande amigo que era José Leite, com frequência apareciam expostos exemplares magníficos dos seus jardins, sobretudo as rosas e os crisântemos que mereciam sua especial predilecção e cultivava com verdadeiro carinho.

Foi sem dúvida um dos mais altos expoentes da intelectualidade angrense no seu tempo.

(4) — Manuel Borges de Ávila foi, por seu espírito culto e alma benfazeja, uma das mais estimadas e respeitáveis individualidades do meio angrense. Natural de S. Jorge, aqui passou grande parte da sua mocidade, prestando o seu concurso generoso a todas as instituições de beneficência, sobretudo ao Asilo de Infância Desvalida em cuja direcção se manteve durante anos consecutivos, dotando-o com melhoramentos vultosos para os quais, paciente e profiquamente, angariava donativos de toda a espécie, promovendo subscrições e organizando peditórios por toda a ilha. Fale-

ceu com a provecta idade de 87 anos, em 11 de Agosto de 1958, deixando de si saudosa memória. Manteve assídua correspondência com o poeta Armando Cortes Rodrigues de quem era admirador e amigo.

LI

Casa do «Bico-Roxo»

A parte norte deste prédio, cuja frente tinha duas janelas em cada andar, era antigamente um prédio separado e foreiro à confraria de Santo António da Sé, à qual pagava de foro cento e vinte réis, moeda insulana.

Era uma casa de dois andares, com lojas e páteo. Nela habitou durante muitos anos, o comerciante José Bento (1), estabelecido nos baixos com loja de fazendas. Tinha o n.º 6 na Rua Duque de Palmela e os n.os 52 e 60 na Rua da República. Confinava a norte com prédio que pertencia a Luís Meireles do Canto e Castro Merens de Távora (ora edifício dos C. T. T.) e ao nascente com casa e quintal pertencente a Fernando Clemente Brum e depois a Eugénio da Silva Camacho. A sul e poente com, respectivamente, as ruas da Sé e do Palácio (depois do Duque de Palmela).

Foi pelo Montepio Terceirense adquirido a herdeiros do comerciante Francisco Lourenço da Silva, conhecido por «*Bico-Roxo*», em 19 de Junho de 1929, pela quantia de 200.000$00, moeda insulana, com o fim de ser demolido e no mesmo lugar edificar o actual edifício para sede do Montepio e Caixa Económica, esta no r/c com entrada pela esquina, em cuja construção dispendeu a quantia de Esc. 440.000$00. A inauguração foi feita em 1 de Novembro de 1939 (2).

Rua do Palácio (hoje do Duque de Palmela) vendo-se à direita a face oeste da **Casa do «Bico Roxo»** e a antiga sede do Club Musical Angrense (hoje estação dos C. T. T.) e à esquerda a **Casa do Mão-Gorda**

Casa do Montepio Terceirense
no local da Casa do «Bico Roxo»

Rua da República

(Antiga Rua da Sé)

Pela direita: Casa do Capitão João d'Ávila, Casa do Camacho e Casa do «Bico Roxo»

Rua da República

(Antiga Rua da Sé)

Pela esquerda: Casa do Capitão João d'Ávila, Casa do José Júlio e Casa do Alfredo Mendonça. Na rua os típicos carros do Espírito Santo que ainda se mantém (Foto dos princípios do séc. XX)

Adquirida a Caixa Económica do Montepio Terceirense pelo Banco Português do Atlântico, de Lisboa, no mesmo prédio instalou a sua agência, inaugurada no dia 2 de Maio de 1968. Na cerimónia da assinatura do contrato, falou o presidente da Assembleia Geral, sr. João de Oliveira Gouveia, proprietário e comerciante, há anos radicado nesta ilha, e o sr. Brás Cabrita de Almeida Conde, administrador-delegado daquela casa bancária. A escritura foi lida pelo Dr. Henrique da Costa Braz, chefe da Secretaria Notarial e assinada pelos membros da direcção do Montepio, srs. Arnaldo F. Lobão, José Vicente Bettencourt Jr., Manuel Machado Çota e Manuel Pedro Farinha, e pelos srs, Brás Cabrita de Almeida Conde e Dr. António da Cunha Gameira, director da Zona Sul do referido Banco.

---

(1) — De seu nome Bento José de Matos, natural do concelho de Vila Verde, era irmão de Luís Manuel de Matos Faria, também comerciante em Angra (Vid. CASA DO HENRIQUE DE CASTRO), vendeu o prédio por dez contos a Francisco Lourenço da Silva (Bico-Roxo). Faleceu em Abril de 1910.

(2) — Vid. «Memória Histórica» pelo então presidente da direcção do M. P. a propósito da comemoração do 1.º centenário daquela associação — 1960 — Angra do Heroísmo — publicada em separata de «Atlântida», orgão do Instituto Açoreano de Cultura.

LII

Casa do Camacho

Pertenceu a Fernando Clemente Brum e depois a Manuel da Silva Camacho e filho Eugénio da Silva Camacho, sendo adquirida aos herdeiros deste ([1]) pelo comerciante Eduardo Duarte Gouveia que a demoliu para construir o actual prédio em que reside, tendo nos baixos um estabelecimento de fazendas e modas denominado «LOJA DAS MEIAS», com modernas e magníficas instalações.

Era casa de loja e sobrado. Nos baixos do antigo prédio esteve estabelecido, durante muitos anos, Jacinto Cardoso da Silva, com loja de louças. Foi entusiasta das ideias republicanas já nos últimos anos da monarquia, quando ainda eram muito poucos os que militavam no partido, a tal ponto que, tendo o grupo proposto para candidato republicano o nome do ilustre terceirense, Faustino da Fonseca, apenas conseguiu reunir sete votos! Por tal motivo ficou o grupo conhecido por «*Os Sete do Faustino*».

Eduardo Guilherme Martins também ali esteve estabelecido com loja de louças, e Rocha Lemos com um estabelecimento de quinquilharias em que vendia jogo da lotaria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Também aí esteve estabelecida a «LOJA ADÃO», quando começou a ser demolido o prédio em frente onde estava estabelecida.

(1) — Eram: sua viuva, D. Margarida Bettencourt Camacho e filha, D. Guiomar Margarida Camacho Figueiredo Pinheiro de Bettencourt, viuva do advogado António Júlio Figueiredo Pinheiro de Bettencourt, filho do antigo notário desta cidade, João Maria Pinheiro de Bettencourt.

LIII

Casa do Capitão João d'Ávila

Foi adquirida pelo Banco de Portugal a João Machado Gomes para instalação, em edifício próprio, da respectiva agência nesta cidade, que até então, estava alojada no rés-do-chão do palácio dos capitães-generais, na parte sul, onde hoje existem as repartições do comando militar da Terceira e do distrito de recrutamento e mobilização n.º 17 (Largo 22 de Junho).

Pertenceu ao capitão João d'Ávila, herói do cerco ao Castelo e das lutas pela Independência (1).

Nela se instalou o «*Colégio das Senhoras Fedricas*» (2), para ali transferido do prédio na mesma rua, conhecido por «CASA DO MANUEL CONSTANTINO» depois de por este ser adquirido o velho prédio para remodelação.

Era um amplo prédio, confinando a nascente com a «CASA DO JOSÉ JÚLIO» e a poente com a «CASA DO CAMACHO». Dispunha de um grande reduto (quintal e pomar) nas traseiras, confinando com a Rua da Esperança, para onde dava acesso. Tinha saguão lageado, com banqueta de pedra, como era de uso ao tempo da construção (sec. XVII) e escadaria nobre, em lajes. Em «*Um Terceirense Notável*», diz o Dr. Valadão J.º, referindo-se ao recheio das propriedades ao cap. João d'Ávila pertencentes: «*Todas as suas casas e quintas tinham catres, bufetes e tambore-*

Edifício do Banco de Portugal
em construção no local da Casa do Capitão João d'Ávila

Edifício do Banco de Portugal

tes, e possuia ricas joias e baixelas que figuram no dote da neta quando se casou: — colar de ouro com 290 fusís, aneis, cruz, botões de ouro, pratos de prata, salvas, pêra de âmbar, copo e taça de prata, garfos e facas com extremos de ouro...» etc.

Nos baixos da casa houve vários estabelecimentos: a «LOJA FELISBERTO» (com mercearias, do lado nascente, entre 1888 e 1899), um de mercearias e louças pertencente a Eduardo Guilherme Martins (no lado poente) e outro em que Salomão Alves Levy tinha escritório e depósito de vários produtos, especialmente chá Gorreana, de cuja empresa era representante nesta ilha. Também ali esteve instalada uma oficina de alfaiate e a guardasolaria dos Irmãos Seara (espanhois) transferida depois para a «LOJA DOS ESPANHOIS», nos baixos da «CASA DO MANUEL CONSTANTINO», na mesma rua (3).

A casa do capitão João d'Ávila é hoje um belo edifício com rés-do-chão alto, com magníficas instalações para a indústria bancária que serve, como agência do «BANCO DE PORTUGAL» emissor do País. Foi seu construtor o mestre de obras Manuel de Almeida Chaves, jorgense, que deixou o seu nome ligado a muitas outras construções, entre elas a do actual edifício dos correios, e a reconstrução do seminário de Angra.

A casa do capitão João d'Ávila tinha o n.º 12 de polícia.

---

(1) — O capitão João d'Ávila nasceu na freguesia de N. S. da Conceição de Angra. Era filho de Jerónimo Dias Davila, natural de Valadolid e de Ana Salta, também espanhola. Teve acção preponderante, como presidente do município de Angra, nos sucessos que precederam a aclamação de D. João IV em 1641 e depois, durante o cerco ao Castelo, tendo praticado actos de valor nos sucessivos combates entre sitiados e sitiantes. Comandou as forças entrincheiradas no reduto da Boa Nova. Fora ele quem, como presidente do Senado, convocara o capitão-mor João de Bettencor e autoridades locais para uma sessão especial após a visita do governador D. Álvaro, em que ficou assente organizar sem demora uma companhia de ordenança para defesa da cidade, estabelecendo o Corpo da Guarda na Praça, que seria o primeiro centro de resistência às ordens dimanadas do poder castelhano.

Passado o período de lutas que terminou com a rendição do Castelo, mandou construir em 1657 o primeiro «*bairro para operários*» em S. João de Deus e fundou o Convento dos Capuchos onde jaz sepultado com sua mulher e filha. (Vid. «Épocas», Liv. V, pág. 112). Por carta régia de 10 de Junho de 1647 foi-lhe concedido o seguinte brasão de Armas: — Um escudo posto ao balom com o campo de oiro, e, no meio dele, uma árvore verde posta entre duas águias negras estendidas uma de cada parte, e, por diferença, uma moleta de azul; elmo de prata, aberto, guarnecido de oiro, paquife composto do próprio metal e cores das armas, e por timbre, uma das próprias águias das armas.

(2) — Assim conhecido por ter sido dele fundador Frederico Augusto Lopes da Silva (Senior), cujas filhas leccionavam instrução primária e lavores. Teve a primeira sede na Rua de Santo Espírito n.º 16, que foi sede do Montepio Terceirense em 1880 e mais tarde escola primária do professor Henrique Flores. No mesmo prédio, funcionou ainda até 1966, a «Escola Particular Angrense» de Agostinho José Vieira de Areia.

O colégio transferiu-se depois para o edifício da Rua da Sé pertencente a D. Ana Augusta Bettencourt Moniz, viuva de João Moniz de Sá Corte Real. Quando este prédio foi adquirido por Manuel Constantino de Sousa Enes, para ser demolido e ali construir a sua residência, o colégio mudou-se para a CASA DO CAPITÃO JOÃO D'ÁVILA, ao tempo na posse de Luís de Barcelos Merens Lobo cujos herdeiros venderam a João Machado Gomes, tendo mudado nessa altura para a casa da Rua do Salinas (hoje do General Carmona) pertencente nesta data a herdeiros do Dr. Joaquim da Rocha Alves, na qual o colégio se extinguiu por morte das dirigentes.

No «*Colégio das Senhoras Fedricas*», nasceu em 17 de Maio de 1913 a poetisa Adelaide Sodré, cujos inspirados sonetos foram compilados por iniciativa do presidente da câmara municipal de Angra, Dr. Elmiro Mendes, e publicados em folheto por ocasião dos jogos florais que no salão nobre do município se realizaram em 1937. Muitas outras composições se encontram dispersas por jornais e revistas do Arquipélago. Foi amadora dramática e declamadora de merecimento. Com 25 anos de idade entrou para a Congregação de S. Vicente de Paulo, encontrando-se há muito radicada em França. Era filha de José Maria Sodré Júnior e de Adelaide Lopes da Silva Sodré.

(3) — Como nota curiosa, bem reveladora dos costumes da época, diremos o que, por conhecimento directo, nos transmitiu o falecido

proprietário da «LOJA DO COELHO», sr. António Coelho Mendes, então lúcido octogenário a quem devemos muitos e interessantes apontamentos, dispersos nestas «*Memórias*», informando que na «MERCEARIA FELISBERTO», a que acima nos referimos, se juntavam os criados das casas mais abastadas de Angra, e que na «MERCEARIA DO MANUEL DA SILVA» (Giguinha) mencionada no capítulo referente à «CASA DO MÃO GORDA», se reuniam as «*criadas de servir*» que ali iam fazer suas compras. Chegava a este ponto a rígida separação dos sexos naqueles velhos tempos...

LIV

Casa do José Júlio

Foi de João de Bettencourt Vasconcelos, capitão-mor de Angra em 1641, que a herdara de seus maiores, cujo solar era na Madre de Deus.

Nela residiu José Teodósio de Bettencourt Vasconcelos e Lemos, fidalgo cavaleiro da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo, sargento-mor e major do corpo de ordenanças de Angra, coronel agregado do regimento de milícias da mesma cidade (1818), senhor e herdeiro da casa e morgados de seus antepassados (Madre de Deus). Era filho de Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos, fidalgo cavaleiro da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e da Ordem de S. Bento de Aviz, sargento-mor das Ordenanças de Angra e brigadeiro do Exército. Tendo abraçado o partido de D. Miguel, teve de emigrar para Londres, onde faleceu, sendo esta casa sequestrada pelo governo liberal, após a revolução de 1828. É de tradição familiar que José Teodósio, no início das prisões por elementos liberais, se escondeu no solar da Madre de Deus, por detrás do altar da ermida, tendo daí passado para a ilha de S. Jorge donde seguiu para Inglaterra, furtando-se assim às perseguições que lhe eram movidas.

Nesta casa se instalou então a primeira tipografia dos Açores[1], sendo a parte ocidental destinada para a imprensa e a oriental

para residência do director. Em 17 de Abril de 1830, saíu deste prelo o primeiro número da «CHRONICA DA TERCEIRA», redigida pelo académico Simão José da Luz Soriano, cujo lugar de director lhe fora confiado pelo major Bernardo de Sá Nogueira (depois Marquês de Sá da Bandeira) que na Terceira desembarcara em 18 de Dezembro de 1829. O jornal vendia-se na oficina de encadernação de A. J. Gonçalves Cota, numa das lojas da casa. Na que tinha os n.os 18 e 20, abriu depois a «LOJA HAVANEZA» o hebraico David Levy que em 1888, foi adquirida por Manuel Severino Soares de Avelar e após a morte deste, passou a Alfredo de Mendonça & Comp.a.

Em virtude de desinteligências entre Simão José e o Marquês de Palmela, o jornal passou a ser redigido por José Estevam Coelho de Magalhães e outros emigrados, até que, em 23 de Abril de 1832, foi transferida a imprensa para S. Miguel, acompanhando a Expedição Liberal (2).

Em 13 de Janeiro de 1871, por carta de arrematação passada pelo juiz de direito da comarca de Angra, foi adquirida por Bento José de Matos Abreu, comerciante nesta cidade, a Mateus José de Araújo que a reconstruira em 1852, dando-lhe nova fachada. Por interferência de José Rodrigues Fartura, sócio de Matos Abreu, sofreu novos reparos, com pequenas alterações, e assim se tem conservado até hoje. Nas autos de arrematação voluntária em que foram suplicantes o dito Mateus José de Araújo e consorte, figura no valor de 7.500$000. Foi herdada por José Júlio da Rocha Abreu, deste passou a seu filho Eduardo Pereira Abreu e deste a sua filha D. Maria do Livramento de Mesquita Abreu Pamplona Forjaz, casada com o Dr. Cândido de Menezes Pamplona Forjaz, professor do liceu (hoje aposentado), escritor e jornalista, actual director do «Diário Insular», por partilhas de 29 de Maio de 1947, nas notas do Dr. João Rodrigues Júnior, de Angra (3).

Foi também conhecida por «CASA DO AGAPITO», por nela ter habitado Agapito Pamplona Rodovalho, capitão reformado de artilharia, que tomou parte activa na revolução de 1821, seguindo a causa liberal, e faleceu em Angra a 1 de Maio de 1863. Seu filho, Militão Pamplona Corte Real que, quando da Expedição Liberal, ao desembarcar no Mindelo, empunhava a bandeira ofere-

cida por D. Maria II ao Batalhão de Caçadores 5, fez toda a campanha até à Convenção de Évora Monte e faleceu em Angra a 8 de Março de 1890. Outro seu filho, Júlio Pamplona, combateu desde os Açores até ao Porto, entrando em Valongo, Ponte Ferreira, Souto Redondo, Lordelo, Leiria, Torres Novas, etc.. O 3.º filho, Joaquim Maria, foi o porta-bandeira na revolução de 22 de Junho de 1828, em Angra (Vid. «Breviário», de G. Lima, pág. 147).

Nos baixos estão instalados, no lado ocidental o estabelecimento de fazendas, fundado por Bento José de Matos Abreu em 1840 e que passou depois a Emílio Borges de Ávila & Irmão, a seus sucessores e hoje na posse de Jorge Leonel S. Bettencourt que muito melhorou as instalações anteriores, e na parte oriental os escritórios da firma José Júlio da Rocha Abreu Sucs.(4). A casa tem o n.º 26 da Rua da República.

(4) — A imprensa, desembarcada em Angra de bordo da galera americana James Cropper, vinda de Plymout, no dia 14 de Fev.º de 1829, foi transportada para o Castelo de S. João Baptista, sendo armada no vestíbulo do palácio do governador. A direcção foi confiada ao alferes de Infantaria 13, Pedro Alexandrino da Cunha, tendo como sub-director Simão José da Luz Soriano. Agregaram-se lhes depois dois compositores profissionais Simões e Portugal, bem como o impressor Moura Machado, com o batedor de balas Joaquim José Soares, todos do Batalhão de Voluntários da Rainha. Como auxiliar havia o soldado imigrado António José Gonçalves Cota, encadernador, que era encarregado das brochuras, venda de impressos, etc. (um filho deste, José Juliano Gonçalves Cota, foi notário em Angra). Depois de ferida a Batalha de 11 de Agosto, foi ainda agregado o compositor João António de Avelar, que fazia parte da Brigada de Marinha miguelista e fora feito prisioneiro. Só depois de constituido o quadro acima citado, é que a tipografia se instalou na Rua da Sé. A 17 de Abril de 1830 aparece o 1.º número da «Chrónica da Terceira», primeiro jornal publicado em prelos açorianos.

Num interessantíssimo trabalho publicado pelo Dr. Cândido Pamplona Forjaz, em separata dos Vol. XXI - XXII (1963 - 64 do Boletim do I. H. I. T.), cita-se o caso curioso de ter aparecido e estar na posse do autor, entre os 44 números da colecção conhe-

cida, outro n.º 1 com data de 14 do mesmo mês e ano (3 dias antes ao de 17, também com o n.º 1) que é diferente, não só na data e na «*Apresentação*» como no conteúdo. Intitula-se o referido trabalho «*A Chronica da Terceira e o seu Redactor Simão José da Luz Soriano - Um enigma bibliográfico*», que recomendamos aos leitores desta nota para mais profundo conhecimento do estranho caso, talvez único no mundo português.

(2) — Quando foi criada a perfeitura dos Açores, com sede em Angra, regressou à Terceira, sendo então instalada na ermida da Boa Nova, ao tempo profanada, tendo ficado sob a direcção do sargento e compositor João de Sousa Ribeiro.

(3) — Informações gentilmente cedidas, em grande parte, pelo estudante universitário, Sr. Jorge de Abreu Forjaz, em 1965. Nas montras do estabelecimento de Bento de Matos Abreu foram expostos pela primeira vez retratos a craion feitos pelo então jovem artista Inocêncio Correia de Lima que foi exímio executante nesta arte.

(4) — Nestes escritórios foi empregado, durante muitos anos, o jornalista Diocleciano Maria da Silva, filho de Luís Maria da Silva, natural da Graciosa e de D. Ermelinda Soares de Avelar, das Velas, S. Jorge. Diocleciano Maria da Silva colaborou largamente na imprensa de Angra e foi, durante alguns anos, correspondente nesta cidade de «*O Comércio do Porto*», um dos mais antigos e conceituados diários da capital nortenha.

LV

Casa do Alfredo Mendonça

Foi mandada construir por Joaquim Teixeira Brasil, que para o efeito adquiriu duas casas velhas ali existentes. Tinha o n.º 14 de polícia. Após a revolução de 1828, o governo liberal nela estabeleceu a Pagadoria Geral Militar, criada pela portaria de 17 e ordem do dia n.º 19, de 2 de Julho do mesmo ano, a qual, por decreto de 6 de Setembro de 1831, passou a denominar-se Pagadoria Geral Militar das Ilhas dos Açores e se extinguiu por decreto de 10-12-1868.

O comendador Joaquim António de Mendonça e Menezes nela estabeleceu o 1.º Consulado do Brasil nesta cidade, do qual foi primeiro titular. (Passou ao n.º 22 de polícia).

Por morte do comendador Menezes, montou ali escritório o sobrinho deste, Alfredo de Mendonça, que foi comerciante e industrial de renome. Era íntimo amigo do escritor terceirense Alfredo de Mesquita.

Adquiriu em 1888, a «LOJA HAVANEZA» (1) que foi do hebraico David Levy, e tinha como primeiro empregado Francisco Ávila Vasconcelos (*Ávila da Havaneza*), pai de Atanásio A. Vasconcelos. Fundou várias fábricas de lacticínios, das quais a de Santa Bárbara alcançou extraordinária fama pela pureza e qualidade de seus produtos que, dispondo de maquinaria moderna para a sua confecção, rivalizavam com muitos congéneres do estrangeiro.

Nesta casa instalou os escritórios da firma Alfredo de Mendonça & Comp. de que era gerente, e da Companhia de Navegação «*WHITE STAR LINE*» de que era agente nesta ilha, tendo promovido excursões de turistas. Fomentou a propaganda dos Açores no estrangeiro, sobretudo em Inglaterra e França onde por várias vezes se deslocou para esse fim. Imprimiu em português, francês e inglês, um folheto de propaganda turística, ilustrado que fez distribuir pelas agências daquela companhia e outro sobre o fabrico de manteiga e queijos, produtos de sua exportação.

Deu tambem notável impulso à Associação Comercial de Angra do Heroismo de que foi presidente da direcção, instalando condignamente a sua sede no 1.º andar do prédio da Rua de S. João n.º 33 onde se encontra, e promovendo sessões culturais e de interesse para o estudo de desenvolvimento comercial da ilha Terceira. No salão que a elas se destinava, se realizaram também várias exposições de pintura, desenho, fotografia e outras. Também desenvolveu notável acção como presidente da direcção do Lawn--Tennis Club, cujas instalações beneficiou grandemente.

Foi durande alguns anos tesoureiro da junta geral do Distrito e colaborou largamente na Imprensa, pugnando pelo desenvolvimeno industrial e turístico dos Açores

Nos baixos da casa, hoje pertencente a D. Gabriela Oliveira, que a herdou de D. Maria Santa Brasil, sua madrinha (filha de Joaquim Teixeira Brasil, um dos vereadores da Câmara mais entusiastas para a sua reconstrução, no Sec. XIX), tiveram estabelecimento de fazendas, Francisco Augusto de Ávila J.º, por alcunha «*Chenica*», muito conhecido e conceituado na praça e, já no presente século, Joaquim Dias de Oliveira, que o passou a Guilherme Pinto & Oliveira(2), depois Mário Ribeiro Garcia e, actualmente, Raul Paim, proprietário da «LOJA DAS CASIMIRAS», a que associou seus filhos, girando sob a firma Raul Paim & Filhos, Ld.ª, tendo remodelado toda a instalação. Esta firma é agente em Angra dos automóveis SINCA. No primeiro andar está hoje o escritório e depósito da «TABACARIA BERBEREIA» e da «LOJA DAS CASIMIRAS», e no segundo andar o «SINDICATO NACIONAL DOS TÉCNICOS E OPERÀRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL», do distrito de Angra do Heroismo.

(1) — Tinha à porta um boneco articulado, que movia a cabeça e os olhos, com expressão cómica, e também uma caixa do correio. O «*boneco da Havaneza*», assim como o «*boneco do Arengas*» (Francisco Gonçalves do Couto Arengas, com loja na Rua do Galo) foram os primeiros articulados e com movimentos, que no género apareceram, tornando-se muito populares na cidade, usando as raparigas qualquer das duas expressões, para classificar, depreciativamente, os rapazes que lhes faziam namoro e de quem não gostavam.

(2) — Desfizeram a sociedade em 1919, ficando todo o activo e passivo a cargo do sócio Oliveira. Neste estabelecimento, vindo já do que na praça possuia António Alves de Oliveira (Chico Rito), foi caixeiro Alfredo Luís da Costa, que se salientou por sua acção em favor do Descanso Semanal, como presidente da Associação dos Caixeiros. Era de ideias avançadas, militando já no Partido Republicano Português, quando veio do Continente. Embarcando para Lisboa cerca de 1903/1904, alistou-se em várias associações secretas (Carbonária e outras) tendo tomado parte activa no regicídio, com o revolucionário Buiça, ambos autores do atentado que vitimou o rei D. Carlos e o príncipe D. Luís Filipe, quando atravessavam o Terreiro do Paço, de regresso de Vila Viçosa.

LVI

Casa do Henrique de Castro

Era um dos prédios mais antigos da cidade, com traça do Séc. XVII. Fazia esquina da Praça para a Rua da Sé e tinha, na fachada sul, grande sacada de madeira, com ralos, e na do nascente duas, separadas por uma janela de guilhotina que encimava e portão de entrada. O beiral era de fiada tripla de telhas, como naquele século estava em uso e existe ainda nalguns velhos edifícios citadinos. Junto à esquina, do lado da Rua da Sé, havia um «*passo*» fixo, frente ao qual, na procissão de Passos, se fazia o «*encontro*» da imagem do Senhor dos Passos que sai da igreja de N.ª S.ª da Conceição, com a de N.ª S.ª que, também conduzida processionalmente, sai da igreja do Colégio. Mantendo a tradição, depois de demolido o «*passo*» ali se colocava um volante, de madeira, no dia da referida procissão. Hoje o «*passo*» é à entrada da ermida de N.ªS.ª da Saúde, na Praça da Restauração.

Nos meados do Séc. XIX era seu proprietário Henrique de Castro. Passou depois (1881) às herdeiras deste, D. Mariana e D. Emília de Castro, que em 1921 a venderam a José da Cunha da Silveira e Sousa, das Velas, S. Jorge, casado com D. Francisca Dart de Castro. Adquirida pela Caixa Económica de Angra, em 1941, foi vendida dez anos depois (1951) à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, que apeou o edifício para no mesmo local construir o da actual Agência.

Nos baixos do edifício, no extremo norte, funcionou em 1896 a terceira sede do Montepio Terceirense (indicada com xx na gravura). Nas lojas da esquina, esteve instalada a «LOJA DO GAIATO», com mercearia e cafés. Como usasse expor às portas, em grandes sacos, as diferentes qualidades de café que vendia, o rapazio que por lá passava, aproveitando-se das facilidades, costumava meter a mão furtivamente nas sacas e tirar uma mão-cheia de grãos. O «*Gaiato*», como alcunharam o proprietário, serviu-se de certo estratagema para apanhar os deliquentes, o qual consistia em armar uma «*ratoeira de pancada*» e esconde-la entre os grãos. Escusado será dizer que, caçado o primeiro delinquente e divulgado o caso, acabou o doloso costume, e os sacos puderam então continuar em exposição sem que daí resultasse dano para o proprietário, pois todos passaram a ter receio da «*ratoeira do Gaiato*», expressão que perdurou ainda, na gíria popular, após a extinção do estabelecimento, como aviso aos incautos.

Após o «*Gaiato*» esteve o comerciante Luís Manuel de Mota Faria, com estabelecimento de fazendas que passou mais tarde a Manuel de Jesus Ferreira (conhecido por «*Ferreira dos Pirolitos*» por ter montado a primeira fábrica de refrigerantes nesta cidade). Adquirido por Custódio de Paula Carvalho (1), passou pouco depois à firma «FELISBERTO & COSTA» que, tendo de abandonar o edifício para este ser demolido, abriu o estabelecimento denominado «LOJA DOS 3 GLOBOS» nos baixos da «CASA DE MANUEL CONSTANTINO» a que nos referimos.

No primeiro andar, quando da mobilização de tropas por ocasião da Segunda Guerra Mundial, instalou-se a COMISSÃO DISTRITAL DE ABASTECIMENTOS sob a direcção superior do coronel Feliciano António da Silva Leal, heroi das Campanhas de Àfrica na Primeira Grande Guerra, que fora também delegado do Governo no Arquipélago e comandante militar dos Açores. Foi um dos mais condecorados oficiais do Exército no seu tempo. O seu valioso espólio encontra-se à guarda do Museu Regional de Angra.

---

(1) — Filho de Francisco de Paula Carvalho e de D. Jenuina Margarida de Cortona, era natural da freguesia de N.ª S.ª da Conceição de Angra, e esteve, com seu irmão António, no Brasil, em meados do Séc. XIX.

Casa do José Júlio

Onde se instalou a tipografia em que se compunha e imprimia a «Chronica da Terceira»

Casa do Henrique do Castro

Depois de retirado o «Passo», na esquina voltada à Rua da República

Praça da Restauração
(Praça Velha)
Princípios da segunda metade do séc. XX
Pela direita: Casa do Corpo da Guarda, Casa do Manuel Pacheco e
Agência da Caixa Geral de Depósitos

Rua da República

(Antiga Rua da Sé)

Vista da Praça da Restauração

À direita: Casa do Henrique de Castro onde se encontra hoje a agência da Caixa Geral de Depósitos

LVII

Casa de Manuel Pacheco

Era de Manuel Pacheco Ferreira e foi vendida a Heliodoro do Carvalhal Borges, passando a sua viuva, D. Maria Júlia do Carmo Lemos.

Tem nos baixos instalado o depósito da «FÁBRICA DE TABACOS FLOR D'ANGRA», da firma José Braz & Filhos, Suc. Lda. A «FLOR D'ANGRA» foi fundada em 1887, e está dotada de aparelhagem ultra-moderna para o fabrico de cigarros normais, extra-longos, com e sem filtro e multi-filtro, cujas marcas: — FAMA, INSULAR, ARGOS, IDEAL, MAGESTIC, ROYAL, PORTUGAL, POP, além do popularíssimo COMERCIAL (de 20 ou 25 cigarros) são das mais procuradas pelos fumadores da ilha. Produz também picados finos, simontes e rapé. A firma é a única exportadora de «*tabaco em rama*» desta ilha, cuja qualidade se impõe aos consumidores e produtores.

LVIII

Casa do Corpo da Guarda

Desde quando, em 1611, fora reconstruido o primitivo edifício do senado angrense, sèriamente danificado pelos sismos de 1608, a Guarda passou a alojar-se, no dizer do P.e Leonardo de Saa Soto Mayor, «*de baixo dos alpendres da Câmara, por que ainda se não tinha acabado o corpo della que na praça se fazia*» (1). De facto, só em 1641, nas proximidades da proclamação da Independência, a câmara resolvera adquirir «*humas boas casas no canto da praça e n'ellas armarão hum corpo de guarda, com baixos, e altos para metterem n'elle soldadesca de guarnição*». Isto nos diz o P.e António Cordeiro na sua «*História Insulana*» (Vol. II, pág. 167) sem nos revelar a quem as comprara a câmara, e nenhum documento encontrámos do qual se permita concluir também a quem as houvera vendido, até 1828. Nesta data sabemos nós que pertencia a Luís Meireles do Canto e Castro (2), porquanto, nos tempos que precederam a revolução liberal, se faziam, na sua casa «*à praça*», reuniões políticas do Partido Miguelista, a que ele era afeiçoado, e às quais concorriam o tenente do Real Corpo de Engenheiros, Roberto Luís Mesquita Pimentel, e os oficiais de milícias Bento José de Labre de Bettencourt Vasconcelos e Lemos, José Moles Vieira e outros, do que resultou, após o triunfo da revolução de 28, ter sido Luís Meireles intimado pela Junta Provisória,

em 30 de Dezembro do mesmo ano, a sair para Inglaterra, sob ameaça de lhe serem sequestrados os bens caso seguisse para Portugal. Não obstante porém, e antes mesmo de ter abandonado a Terceira, o sequestro foi efectivado em «*9 de Janeiro de 1829*».

Em 1834, Luís Meireles encontrava-se exilado em Paris, e lá escreveu e publicou uma «*Memória sobre as Ilhas dos Açores e principalmente sobre a Ilha Terceira*», obra que se encontra no Arquivo Distrital, mas que nenhuma luz faz sobre a história da «CASA DO CORPO DA GUARDA», nos pontos em que ela se torna deficiente.

Em 1847, a câmara resolveu dotar a cidade com um imóvel que fosse digno do senado angrense, «*pelas ruinas gravíssimas do actual*», e cuja construção iniciaria logo no ano seguinte. Como ficasse privada de continuar no edifício em demolição, instalou-se provisòriamente «*no edifício do corpo da guarda*». Tê-lo-ia adquirido? Certamente, porque após o sequestro isso lhe seria facilitado. Mas sucede que, em 1849, pretendendo sanear os terrenos circundantes, teve de entrar em contacto com os proprietários de alguns prédios para proceder à vedação da Travessa da Saúde, aparecendo, entre aqueles, Luís Meireles como «*proprietário da Casa do Corpo da Guarda*», situada ao canto da praça e cujas traseiras davam para a referida travessa. Alegando inconvenientes que se prendiam com a serventia que dela usufruiam os respectivos prédios, nenhum dos proprietários (3) chegou a acordo e a travessa continuou aberta até à reconstrução da ermida em 1884, cuja fachada, alargando-se, a fechou completamente para o lado da praça, continuando porém a dar serventia aos aludidos prédios pelo lado da Rua do Marquês, até que, após a inauguração do Jardim Duque da Terceira, e o incêndio que devorou um cinema nela instalado, foi encerrada ao trânsito por um gradeamento, tal como hoje se encontra.

Em 1853, a câmara deliberou transferir-se para «*uma casa mais decente e apropriada*», pelo que alugou a casa de Merens de Távora na «*rua do Palácio*» (4) onde instalou os vários serviços e os arquivos municipais, tendo, em 1859, «*vendido em hasta pública*» a «CASA DO CORPO DA GUARDA» por 700$100 reis, a João Pereira Forjaz de Lacerda (5) que lhe modificou a fachada em

1863, a qual, com ligeiras alterações, se conserva ainda, ostentando na parte voltada à praça, o brazão de armas dos Pereiras e Lacerdas, acrescido dos dos Soares de Albergaria e Sarmentos. Neste mesmo ano se procurou demolir a ermida, mas sem resultado.

A travessa que se pretendia fazer desaparecer, era «*um campo de imundícies e de despojos públicos*», segundo a expressão camarária. E de facto por muito tempo o foi, porque mesmo depois de vedada, para o lado da praça, ainda, pela servidão do lado da Rua do Marquês, entravam os próprios lixos da cidade, transportados numa grande carroça, puxada a bois, que Mateus Bernardo da Silva, então proprietário do hotel que no edifício existia, adquirira para o efeito, pois se encarregara da «*limpesa*» duma parte da cidade! Ainda na primeira metade do presente século podiam ler-se, na imprensa local, reclamações e protestos contra este abuso, dirigidos aos serviços de limpesa da própria câmara que desde o 1.º de Maio de 1895 havia tomado tais serviços à sua conta.

No primitivo edifício, junto à ermida, Guilherme António de Lima Monteiro tinha uma «*botica*» em 1844 (6). Nela se estabeleceu em 21 de Dezembro de 1883, o farmacêutico António Casimiro Mourato (7). Foi depois de remodelada a fachada, que Mateus Bernardo da Silva, empresário da Praça de Toiros de S. João, montou o «HOTEL ANGRENSE». Tinha um «*trem*» especialmente destinado ao transporte dos toureiros que contratava para actuarem no seu tauródromo e ia nele recebe-los ao cais da alfândega, utilizando-o depois nas idas e vindas para a Praça em dias de corrida.

Também no primeiro andar do mesmo prédio funcionou, para o lado da Rua Direita, a estação telégrafo-postal de Angra e, em 1916, o «HOTEL CENTRAL», de João Espínola dos Santos, que passou depois a «PENSÃO CENTRAL», sendo pertença de seus herdeiros até passar à posse de Manuel Adriano da Costa (8). Nos baixos, para o lado da ermida e já no presente século, abriu ao público a «MINERVA CUNHA», onde se executavam trabalhos tipográficos ligeiros e tinha papelaria anexa. Depois ali se instalou, também com papelaria e uma secção de sapataria, António Mendes Leal, passando, no ramo de sapataria, a Eugénio de Aguiar, sendo hoje sede da agência da firma J. H. Ornelas & Comp.ª, Suc. Ltd.ª.

Na esquina para a Rua Direita (hoje Rua de Lisboa) nos números 1 a 4 se estabeleceu Abel Rodrigues Moutinho, em 1897, com loja de fazendas e modas, denominada «PETIT LOUVRE». A ele se associou depois Eugénio Valadão, sendo hoje do filho deste, Francisco Brasil Valadão. Na frente oeste, para os lados do jardim público, existiu a «PAPELARIA LOURENÇO», de Francisco Lourenço da Silva (por alcunha «*Bico Roxo*»), hoje em parte depósito da «LOJA DO ADRIANO», que lhe fica fronteira e pertenceu a Adriano Gomes de Figueiredo (9), estando na posse dos seus herdeiros. No extremo norte do prédio, o comerciante José Toste de Carvalho montou em 1966 um estabelecimento de fazendas, sob a firma José Toste & Filho, denominado «CASA NOVA».

Junto ao velho edifício, no lado norte da praça, se realizava a venda ao público de galinhas e outras aves, ovos e manteiga, a qual se manteve até 18 de Novembro de 1848, data em que foi transferida para o largo do Colégio. Só depois de abrir o mercado Duque de Bragança, passou a ser feita ali, com todos os outros géneros de consumo corrente.

Quando a câmara se transferiu para a «CASA DO CORPO DA GUARDA», por se terem iniciado as obras dos paços do concelho, o presidente resolveu transferir para ali o «*sino de correr*» Parece porém que ofendia a estética do edifício e houve protestos por tal motivo, o que levou o presidente a submeter o caso à vereação «*alegando contudo que o sino se tocava em obediência a uma disposição legal não revogada*». A câmara porém resolveu que se pedisse à autoridade eclesiástica para que o sino tocasse na Sé, ao que esta acedeu, sob condição de se darem «*mais mil reis ao sineiro, que ficou a ganhar 6.000 reis por ano*». O que vem aspado nesta nota foi extraído da secção «*Vária*» do Boletim do I. H. I. T. (n.º 7, pág. 318 e 319), sob o título «*O Sino de Correr*», da autoria do Dr. Luís Ribeiro, que assim conclue: «*...e o sino foi apeado na Casa do Corpo da Guarda (sessão de 22 de Julho) tudo acabando em paz*».

---

(1) — Vid. ALEGRIAS DE PORTUGAL, pág. 58.

(2) — Luís Meireles era filho de Luís Francisco Meireles do Canto e Castro e D. Joana Eusébia de Ornelas Paim da Câmara. Nasceu a

16 de Maio de 1785 e faleceu a 9 de Maio de 1824. Casou com D. Francisca Paula Merens de Távora. Era fidalgo cavaleiro da Casa Real, foi condecorado com a comenda da Ordem da Conceição por D. Miguel I, em 1830, e fez parte, como vereador, do senado de Angra. Foi capitão da companhia de ordenanças a cavalo e membro do Governo Absoluto. Foi sócio da «*Academie d'Horticulture*» de Paris e escreveu «*Memória sobre as Ilhas dos Açores e principalmente sobre a Ilha Terceira*».

(3) — Os restantes, todos miguelistas de nomeada, eram: Manuel Gonçalves Fagundes (vid. CASA DO FAGUNDES), João Carvalhal da Silveira e o capitão reformado João Bernardo de Almeida.

(4) — Luís Meireles, após uma memória sobre «*Expostos*» apresentada quando vereador à Câmara, ofereceu as suas «*casas nobres, em frente ao Quartel General*», para nelas se recolherem as amas que trouxessem os meninos a vacinar. Luís Meireles, como acima dissemos, era casado com D. Francisca Paula Merens de Noronha e Távora a quem pertencia então o edifício de que falamos. Nele habitou o poeta terceirense Francisco de Azevedo Cabral, sendo, depois, sede do Club Musical Angrense, até ser adquirido pelos C. T. T. para a construção do edifício actual.

(5) — Acta de 27 de Abril de 1859. João Pereira era fidalgo cavaleiro da Casa Real e faleceu a 11 de Abril de 1867. O prédio só lhe foi entregue no ano seguinte ao da venda (1860) depois de ter terminado o prazo de contrato de arrendamento com o boticário Monteiro. Em 1875 estava ainda na posse de Nuno Álvaro Pereira Sarmento de Lacerda, que faleceu em Dezembro de 1877. Em 1870, João Pereira Pacheco de Mello, como procurador do proprietário, fez o arrendamento do prédio a Francisco Cabral de Melo «*agenciário, actualmente com casa de hospedaria*», por 210 000 reis anuais, com a condição de lhe ser adeantado o dinheiro necessário «*para o pagamento, colocação e obramento das grades para as janelas da Praça da Restauração que ainda as não tem*» o que prova estar ainda ao tempo inacabada (L.º 19 de Notas do N. Bett. fls. 8 v.).

(6) — Era natural de Almeida e tinha carta registada desde 1831. Foi o fundador da «*Farmácia Monteiro*» que ocupava todas as lojas do edifício, conjuntamente com a drogaria, a primeira que encontramos na vida comercial da cidade. Em 1858 fundou na rua da Guarita n.º 11 uma oficina de destilação de álcool a vapor. Falecido por volta de 1870, a filha, D. Joana Augusta Monteiro, mudou a farmácia para a Rua Direita (onde hoje está a Farmácia Lisboa) e, cerca de 1889, vendeu-a a Luís Pereira da Cunha (anterior responsável) que depois se associou a Pedro de Lemos, farmacêutico, natural da Terra-Chã, constituindo a firma «*Farmácia Cunha & Lemos*», que passou a Pedro de Lemos e foi a precursora da «*Farmácia Lisboa*».

Na primitiva farmácia da praça junto à ermida, estabeleceu-se em 21 de Dezembro de 1882 o farmacêutico António Casimiro Mourato, poeta e jornalista de mérito, tendo colaborado em vários jornais.

Muitos destes apontamentos foram extraídos do trabalho que o Dr. Manuel de Sousa Menezes publicou no Boletim do I. H. I. T. (n.º 15, de 1957, pág. 63 a 66) intitulado «Médicos, Cirurgiões e outros da arte de curar na Ilha Terceira».

(7) — Para a récita de gala realizada no Teatro Angrense em 21 de Janeiro de 1895, dedicada ao Exército Português, escreveu a poesia «*Aos Herois Expedicionários*», ali recitada com grande êxito.

(8) — Muitas das informações que serviram de base neste trabalho, colhi-as com grande proveito na série de artigos publicados por Pedro de Merelim em «A UNIÃO», por ocasião do 1.º Centenário do Palácio Municipal de Angra, onde o leitor encontra preciosa documentação acerca da vida do município. Do mesmo autor tenho recebido outras notas e apontamentos, generosamente cedidos, que aproveito o ensejo para agradecer reconhecido, bem como a outros amigos a quem tenho solicitado informações indispensáveis ao bom prosseguimento da obra encetada, sobretudo após a ausência do meio a que fui forçado.

(9) — Adriano Gomes de Figueiredo, natural de Leiria, trouxe para a ilha Terceira, da formosa «Flor do Lis», onde o amadorismo pela Arte de Talma tem raizes fundas, um novo impulso e um entusiasmo que breve fez renascer entre os angrenses o gosto, ao tempo decaído, por esse género de diversões, ressuscitado màgicamente pelo seu entusiasmo e pelo seu concurso generoso, de boa disposição contagiante, em que uma verve natural constituia excitante magnífico para o marasmo então dominante.

Toda a dificuldade surgida, encontrava remédio pronto e solução adequada na sua viva imaginação, incapaz de aceitar um desalento que tolhesse a marcha, só admitida como ascencional, frente a uma meta que teria de ser alcançada, quaisquer que fossem os obstáculos. E foi desse querer e dessa determinação que triunfaram quase todos os empreendimentos levados a cabo pelos «*amadores dramáticos*» desse tempo, aos quais ele dava sempre a sua contribuição, tão valiosa quanto desinteressada.

Excelente declamador, tinha também uma voz apreciável, bem timbrada, que permitia sair-se bem, não apenas em cenas dramáticas ou de comédia, mas também em operetas e revistas, dando relevo aos papeis e de todos sabendo tirar o melhor partido. Como timbre do seu carácter, da sua camaradagem sem atritos, realça o facto de, tendo trabalhado de parceria com os melhores amadores de então, entre os quais citaremos, sem desprimor

para ninguém, Ângelo Teixeira e Henrique Lima Gomes, jamais haver um deslise ou incorrecção que o incompatibilizasse com qualquer dos componentes do grupo, desde os ensaiadores (por natureza exigentes) até ao mais modesto comparsa, pois até os carpinteiros de cena e outros trabalhadores do palco sentiam por ele verdadeira simpatia, sendo com todos lhano e afável, como aliás o era para os fregueses do seu estabelecimento comercial, frequentado por todas as camadas sociais, com o à-vontade e prazer com que se visita a casa dum amigo íntimo.

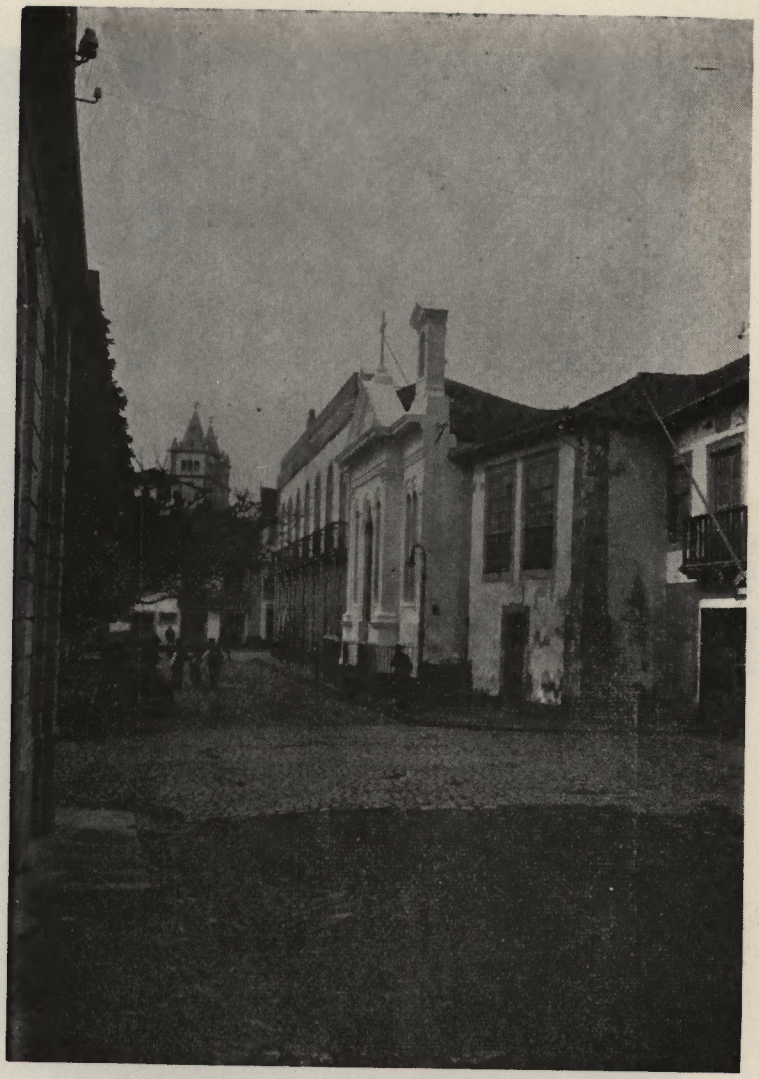
No Teatro Angrense, nos palcos das associações e até nos serões familiares, o Adriano era assíduo na prestação do seu concurso artístico, recitando versos, cantando cançonetas e toadilhas de vário género, contando anedotas, impondo assim o seu real mérito, como animador excepcional que sempre foi, até ao limiar da morte que cedo o vitimou.

Como um Amigo sincero, do meio e das gentes que o circundavam, Angra pranteou-o merecidamente. Aqui lhe deixo esta nota de saudade, como preito de admiração e verdadeira estima que sempre lhe tributei.

Praça Velha

(actual Praça da Restauração)

Pela esquerda: Casa do Corpo da Guarda, Ermida dos Santos Cosme e Damião (depois Ermida da Saúde) e Travessa, nos fins do século XIX



Ermida da Saúde

Pela direita: parte da Casa do Fagundes
Ermida da Saúde e Casa do Corpo da Guarda
Ao fundo as torres da Sé Catedral

Praça da Restauração

(Praça Velha)

Pela esquerda: **Casa do Fagundes**

Casa do Fagundes

No local onde se encontra hoje o Hotel de Angra

LIX

Ermida dos Santos Cosme e Damião

(N.ª S.ª da Saúde)

Na carta de Linschoten, desenhada em 1595, a ermida dos Santos Cosme e Damião (1) situava-se na esquina de uma rua ou travessa, paralela, pelo N., à Rua da Esperança, frente ao «*Chafariz da Praça*», precisamente no lugar onde foi construida, em 1638 (ou 1637 no dizer de Sampaio) a igreja do Colégio.

Os Jesuítas vieram para a Terceira em 1570 e a carta régia que autoriza a construção do Colégio Novo tem a data de 23/III/1572.

Só em 1574 ou 1575 chegou a esta ilha, com outros padres «*o irmão Francisco Dias, mestre de obras, para ver o sítio e fazer a traça do Colégio*» (Saudades da Terra — Liv. IV, pág. 126) sendo escolhido o terreno em que, diz-se, assentava a casa onde nascera João Baptista Machado, mais tarde missionário, torturado no Japão em 1617 — o «*João Baptista Português*», como vem designado em cartas da época.

O lançamento da primeira pedra foi feito em 10 de Maio de 1595, tendo presidido ao acto D. Manuel de Gouvela, 8.° bispo da diocese (2). mas os Jesuítas só ali se estabeleceram definitivamente em 1651 (3).

Em 1599, grassando em Angra uma grande epidemia que vitimou numerosas pessoas, foi instalada uma casa de saúde na travessa que ligava o largo do Chafariz da Praça à Praça dos Santos Cosme e Damião, e só então à travessa teria sido dado o nome de «*Travessa da Saúde*». A esse tempo já deveria ali existir, há pelo menos 7 anos, a ermida que dera o nome à praça e passaria depois, após a extinção da calamidade, à invocação de N.ª S.ª da Saúde pois já assim era conhecida quando dos sucessos que precederam a aclamação de D. João IV em 1641 (4).

Teria sido transferida portanto, do lugar em que Linschoten a assinala, para a praça, à esquina da travessa, nos fins do século XVI, talvez por volta de 1592, quando Simão Gonçalves de Távora (5) fazia parte do senado angrense, pois sabe-se que a antiga ermida fora mandada construir «*por um dos ascendentes do Conselheiro Merens de Távora*» (6). O facto de ter de ser retirada do Largo do Chafariz da Praça para dar lugar à futura construção do Colégio e as facilidades que para um tal empreendimento encontraria Simão de Távora, como membro do senado em 1592, para erguer o novo templo na praça principal da cidade, leva-nos a admitir que tenha sido essa a data da transferência, coincidente com o nome de «*Praça dos Santos Cosme e Damião*», como a designam os cronistas do século XVII, o qual se manteria ainda por algum tempo, mesmo depois de, em 1599 ou 1600, arvorada a «*bandeira da saúde*», ter sido mudada a invocação da ermida para N.ª S.ª da Saúde.

Com a ermida da Natividade (7) deve ter-se dado um caso semelhante, pois também Linschoten a apresenta no lado nascente da rua hoje denominada do Duque de Palmela e não no lado poente onde presentemente se encontra, certamente por ter havido necessidade de libertar o terreno em cuja área estava implantada e fora incluido na grande cerca do convento, compreendida entre a Rua da Esperança, a sul, e a Rua do Marquês, a norte e leste.

Os factos acima mencionados explicam a razão porque, na época em que Linschoten esteve na Terceira (entre 1589 e 1591) nenhuma menção se fizesse na famosa carta às obras do «*Colégio Novo*», por ao tempo o Colégio se encontrar na rua de Jesus, na

casa que em 1570 lhe fora doada por João da Silva do Canto, com ermida anexa da invocação de N.ª S.ª das Neves.

Tentativas várias feitas pela Câmara para se demolir a ermida e para vedar ao trânsito a Travessa da Saúde, por ser considerada «*um campo de imundícies*», resultaram infrutíferas, por a tal desígnio se oporem os proprietários dos prédios a que ela dava serventia; mas, por alvará do bispo D. João Maria, datado de 19-7-1880, que autorizava a reconstrução da ermida, a nova fachada foi alargada à custa da travessa, pelo que esta foi finalmente encerrada ao trânsito, embora mantivesse ainda o acesso pelo norte. Em 1884 estava concluída. Para auxiliar as despesas com a sua reconstrução, realizaram-se várias festas beneficentes e entre estas um espectáculo no Teatro Angrense, em que o grupo cénico da Recreio dos Artistas representou a peça «Gabriel e Lusbel», na noite de 17 de Março de 1881.

Embora de maiores dimensões que a anterior, a ermida é relativamente pequena, tendo uma só capela onde estão as imagens de N.ª S.ª da Saúde e aos lados as de Santa Ana e S. José. Dispõe de um coro alto, por cima da porta de accesso. Era desviada da via pública por um gradeamento de ferro.

No séc. XVII foi nela instituída por um mercador de nome Agostinho de Oliveira, a Confraria dos Escravos da Senhora, cantando-se diàriamente o chamado «*Terço da Senhora*», como identicamente se fazia nas ermidas da Boa Nova e dos Remédios. Cordeiro diz que Agostinho de Oliveira era «*homem de vida igualmente devota, e exemplar*» («*Insulana*» Vol. II, pág. 54).

Algumas Efemérides da Ermida

Um dos factos mais notáveis ligados à história da ermida e que o povo considerou milagroso, ocorreu na quarta-feira de Trevas, 27 de Março do ano de 1641 em que, aclamado já D. João IV na Praia, se faziam em Angra preparativos de insurreição contra os castelhanos.

O governador do castelo de S. Filipe, D. Álvaro de Viveiros, havia já mandado recolher à fortaleza toda a pólvora que se

encontrava dispersa pela cidade. Restava apenas o material de guerra existente na Casa da Polvora, à Praça, na esquina da travessa, oposta à da ermida. Mas o seu guardião, Cristóvão de Lemos, acolhera-se ao Castelo aos primeiros sintomas de rebelião e levara as chaves consigo. O povo, amotinado, procurou arrombar as portas exteriores dos referidos armazéns; contudo, uma das interiores, fortemente chapeada, continuava a resistir a todos os esforços. Então, quando o desânimo já de todos se apoderava, o P.e António de Abreu, da Companhia de Jesus, conseguiu, com a chave da ermida que era completamente diferente, abrir a malfadada porta que impedia o livre acesso aos armazéns, o que logo entre o povo foi considerado como milagre de Nossa Senhora.

Quando já se iniciava o cerco ao Castelo, na sexta-feira Santa, a 29 de Março, foi pelo povo transferida, da igreja da Misericórdia, a imagem do Senhor Santo Cristo que ali se venerava desde os fins do século XVI (8), para a ermida de N.a S.a da Saúde, acto que se revestiu de grande solenidade, com votos de que só voltaria à sua igreja após a rendição dos castelhanos. Ali de facto se manteve venerada pelos fieis até ao dia 8 de Março de 1642, isto é, logo após a rendição, sendo levada em triunfo ao «Torreão da Bandeira» no referido castelo, onde recebeu as salvas de artilharia da Ordenança em conjunto com a bandeira nacional. Foi reconduzida depois, processionalmente, à sua antiga igreja, com toda a pompa, incorporando-se no cortejo, além do cabido, do clero, da nobreza e de muito povo, o provedor da Fazenda, Agostinho Borges de Sousa que, atrás do pálio, conduzia um retrato, em tamanho natural, do rei D. João IV, em homenagem ao qual, por proposta do P.e Joaquim Cabral, foi dada à fortaleza de S. Filipe o nome de S. João Baptista, procedimento que havia de merecer inteira aprovação e reconhecimento do monarca.

Conta Maldonado que, em sinal de regosijo, foram disparadas «*quarenta e oito peças e mil e quatrocentos arcabuzes*» durante esta homenagem.

Do Culto dos Santos Cosme e Damião

Os irmãos Cosme e Damião eram de origem árabe e foram médicos na Síria. Denominavam-nos «Anargyros» (inimigos do dinheiro) pelas muitas obras de caridade que praticavam no desempenho de seu munus. Foram degolados em Egea, na Sicília, em 287. Os seus restos mortais foram para Roma no pontificado de Felix IV.

«*La Vie des S. S. Côme et Damien*», de Henry Dancher, refere porém que outros irmãos ou parentes, dos mesmos nomes, médicos também, existiram depois do séc. VI, e foram citados em vários agiógrafos gregos. Vêm mencionados pela primeira vez no martirológio composto no séc. X por ordem do imperador Basílio. Contudo não foram estes, mas os primeiros, que deram origem ao culto e devoção de que resultou a instituição de confrarias em várias nações da Europa, a primeira das quais foi constituída em Paris, em 25 de Fevereiro de 1255, na igreja de S, Cosme e São Damião, da mesma cidade, erecta em 1255. Esta confraria foi reconhecida por um édito de Filipe o Belo em 1311, e durou até à revolução do séc. XVIII. Por toda a França havia porém já várias igrejas consagradas aos mesmos padroeiros, segundo refere Victor Forot, no «*aesculape*», em 1924, e ali se tem conservado até ao séc. actual.

O mesmo aconteceu em Itália, Espanha e Portugal, havendo ainda capelas em muitos templos aos dois padroeiros levantadas, como o provam a existente na charola da Sé de Lisboa, danificada por um dos terramotos que destruira parte da igreja e foi reconstituida por D. Afonso IV, estando hoje retirada do Culto. Gabriel Pereira, em «A Arte Portuguesa», aprecia-a do seguinte modo: «*A grade, os túmulos, o altar, a abóbada, tornam esta capella da charola da Sé de Lisboa um monumento de singular significação na arte portuguesa*».

Os santos Cosme e Damião eram patronos dos médicos, cirurgiões, barbeiros e sangradores, e estes constituiam as irmandades ou confrarias existentes em cada cidade ou região, havendo porém inscritos outros de regiões diferentes, até do estrangeiro,

segundo se verifica nos estatutos ainda existentes, firmados com os selos e brazões onde figuram as imagens dos santos. O culto foi sempre celebrado em 27 de Setembro de cada ano, conforme assinala ainda o «*Flos Sanctorum*».

O primeiro da «*arte de ssollorgia*» que aparece «*na parte de Angra*» é Diogo Gonçalves, com carta passada por D. Manuel em 6 de Outubro de 1515, conforme refere o Dr. Manuel Menezes no Boletim n.º 15 do I. H. I. T.. Teria sido este o fundador da dita ermida ? O que dela sabemos e pouco é, diz-nos apenas que já existia quando, em 1591, saíu da Terceira o holandês Linschoten que, em 1595, traçou a famosa carta onde ela vem assinalada.

Diogo Gonçalves era «*morador em a villa d' Angra*», mas também o era João Galego, com carta desde 12 de Junho de 1539, passada por D. João III, e que «*com algumas mezinhas de hervas e raizes sabia curar muitas enfermidades de fisiqua*», pelo que a câmara e o físico-mór passaram a respectiva autorização para poder «*curar de fisica na dita cidade*».

Na «*parte da Praia*» muitos houve até com data anterior às que acima apontamos, mas não é de crer que nenhum desses tenha vindo fundar a ermida em Angra e não consta que na Praia outra existisse. É natural porém que, a partir pelo menos da fundação das Misericórdias nesta ilha, em 1498, já existiriam «*surgiões*» e barbeiros-sangradores nos dois concelhos, ou os haveria até desde a vinda dos primeiros povoadores. Todavia, só alguns estariam munidos do diploma real, e esse facto, ao tempo bastante honroso para o possuidor determinaria, por parte destes, o voto de instituir uma ermida ou capela a seu santo padroeiro. Tal honraria era, não só título de distinção, como imprescindível, pois que os barbeiros não podiam fazer parte da Casa dos Vinte e Quatro, ou exercer os cargos de «*juiz nem escrivão do dito offîcio (. . .) sem primeiro ser irmão dos santos Cosme e Damião seus oragos*» como se lê no Liv. 14, fls. 67 da Chancelaria de D. João IV, em que se esclarece também que «*se não entenda no particular de ter tenda de barbiar senão naquelles que depois della se examinarem de surgião e não nos já antes della estavam examinados de surgiães . . .*»

Apesar porém da importância que teriam as Confrarias ao

tempo organizadas, não consta, nem em Lisboa nem em Angra, que estas tomassem parte nas várias procissões em que outras mais antigas ou mais recentes, costumavam incorporar-se. Daqui outra dificuldade para encontrar-se a data presumível da sua existência em Portugal, embora haja a certeza de que as havia desde o séc. XIII pelo menos, sendo por isso de admitir que para os Açores tenham vindo com os primeiros povoadores.

---

(1) — Vid. gravura in «*Ruas da Cidade*», extra texto a págs. 64.

(2) — «*A Diocese de Angra*», do cónego Augusto Pereira, pág. 60.

(3) — Boletim do I. H. I. T., n.º 9, pág. 126.

(4) — Sampaio, na «*Memória*», diz, a pág. 239 (nota 1): «*Conquanto a História nada diga em relação á mudança de nome desta ermida, parece-nos que ella teve origem em 1599, com a fundação d'um hospital de saude proximo daquelle templo, por occazião da grande epidemia da peste que assolou quasi toda a ilha*». O Dr. Manuel de Menezes opina que tenha sido o tabardilho, e não a peste (Bolet. do I. H. I. T. n.º 6, pág. 1). A proximidade das datas deve estar na origem do facto de a designação «*da Saúde*», não se ter radicado na tradição popular, mudando o nome à praça. Contudo, nos termos dum casamento celebrado em 15 - 1 - 1634, na freguesia da Sé, a ermida vem ainda nomeada como «*dos Santos Cosmes*» («*Ruas da Cidade*», do Dr. H. Braz, pág. 7).

No antigo edifício do Hospital da Saúde, funcionou o «SALÃO DE VARIEDADES», para teatro e cinema, destruido por um incêndio em 29 de Outubro de 1914. Fora seu fundador Gervásio Lima, associado a outros dedicados admiradores da arte cinematográfica.

(5) — O 1.º Távora que apareceu na Terceira foi Francisco Gonçalves de Távora, oriundo da Madeira, que veio no Séc. XVI e aqui casou com Inez ou Beatriz Estaço, da qual teve Simão Gonçalves de Távora. É de notar que Linschoten esteve na Terceira de 1589 a 1591 e portanto não admira que a sua *carta*, só traçada em 1595, ainda situasse a ermida no Largo do Chafariz da Praça.

(6) — «*Memória*», de Sampaio, pág. 239.

(7) — Era dos «*pretos que servem a cidade*», diz o Padre Cordeiro («*Insulana*», pág. 280) e «*Havia junto dela um hospicio de pretos*», acrescenta o Dr. Sampaio, em «*Memória*», pág. 240.

(8) — Diz Maldonado que a imagem fora feita com destino à igreja paroquial da freguesia, por um lavrador de Santa Bárbara ou S. Bartolomeu, muito habilidoso, que a esculpira dum tosco madeiro, com tal perfeição que o povo julgou tamanha arte por milagrosa

e, a muitas instâncias, se conseguiu que a oferecesse à igreja da Misericórdia da cidade. Supõe-se que esse facto tivesse ocorrido antes de 1577, em que João da Silva do Canto, então falecido, deixara em testamento que aos pés da dita imagem se colocassem bilhetes com os nomes dos órfãos, para serem sorteados os que deveriam receber os legados por ele deixados.

LX

Casa de Fagundes

Foi adquirida pela Câmara cerca de 1550 e vendida depois ao «*cidadão brasileiro*» Manuel Gonçalves Fagundes (1).

Inscrita na conservatória do Registo Predial sob o n.º 2124, é designada por «*casa nobre e graneis*». Situava-se à esquina da antiga Travessa da Saúde, na Praça, tendo por conseguinte uma parte da fachada na referida travessa, e outra na praça, a qual se prolongava pela Ladeira de S. Francisco (hoje Rua de João de Deus) até ao muro que limitava a cerca do convento de S. Francisco.

Foi «*Casa da Pólvora*» da cidade nos séculos XVI e XVII (2). A câmara tinha-a adquirido para residência dos Corregedores, pelo que também era conhecida por «*Casa do Corregedor*» (3).

Foi sede do primeiro Teatro Angrense, inaugurado em 23 de Janeiro de 1842, e serviu depois para armazém dos materiais de construção destinados ao novo paço do concelho em 1848. Parece portanto dever-se concluir que o teatro teve vida efémera, mas, dado que o edifício se compunha de duas partes distintas — casa e graneis — é muito possível que a parte destinada a moradia tenha sido poupada a outras utilizações, tanto mais sabendo-se que pròpriamente a «*Casa da Pólvora*» se situava na

esquina da travessa e a habitação dos corregedores era para o lado da ladeira.

Por testamento de Manuel Gonçalves Fagundes foi legada a José Maria da Silva Leal, governador civil de Angra desde 1859 a 1861 e fundador do asilo de mendicidade de Angra do Heroismo.

Na parte do edifício que dava para a Ladeira de S. Francisco, funcionou a escola particular do professor Henrique Flores que ali tinha também residência.

No rés-do-chão esteve instalada a secção de aferimento de pesos e medidas da câmara municipal.

No primeiro andar existiu a primeira sede do grupo dos Escuteiros de Portugal, quartel da Guarda Nacional Republicana e a repartição de Finanças. Foi depois parcialmente apeado para, cerca de 1932, se construir a sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários que, desde a sua fundação, em 11 de Março de 1922 (4), se encontrava desde Junho do mesmo ano instalada no rés-do-chão do prédio (junto à ermida) onde também estivera por algum tempo a cocheira de José Dias da Fonseca, cavaleiro tauromáquico e excelente equitador. Foi totalmente demolido em 1964 para dar lugar à construção do novo hotel da cidade, encontrando-se concluido um novo quartel para os bombeiros na Rua Cinco de Outubro, na antiga cerca do convento da Conceição onde existia a Praça do Gado (hoje Praça Arantes e Oliveira).

---

(1) — Seria este Fagundes quem deu o nome à «*Casa do Fagundes*»? Como muito antiga a designação, pomos o caso de quarentena, até pelo menos sabermos a quem pertenceria ela antes da Câmara a ter adquirido, pelos anos de 1550. Os Fagundes são dos primeiros povoadores da Terceira, e até Gonçalves de Antona Baldaia casou em segundas núpcias com D. Inez Fagundes, filha de Rodrigo Afonso Fagundes que veio para a Terceira com Jácome de Bruges e nascida no Continente donde seu pai a trouxe. Rodrigo fixou-se certamente na Praia, mas poderia ter vindo para Angra logo depois de 1461, juntando-se aos que Álvaro Martins Homem trouxera consigo para esta parte da ilha, ainda não povoada. Pelo menos com os seus descendentes isso aconteceu, pois Lopo Gil Fagundes, neto de Isabel Fagundes, casou em Angra com Catharina Affonso de

Azevedo (dos Boins) cuja família nela tivera assento desde início e Álvaro Martins Fagundes estabeleceu aqui um vínculo em 2-1-1556, bem como seu filho Heitor, em 14-7-1563. Em que «*Casa nobre*» viveram? Se era a da Praça, por esse motivo lhe adviria a designação popular. Caso contrário, tal designação será relativamente recente, apenas do tempo em que o «*cidadão brasileiro*» Manuel Gonçalves Fagundes a comprou à Câmara, em data que não consegui encontrar, mas foi com certeza entre 1824 e 1842 pois antes de publicar os «*Annaes*», Drumond escrevia que «*há poucos anos*» a Câmara a vendera (Vid. Vol. IV, pág. 54, nota 41). Manuel Gonçalves era entusiasta pela Arte de Talma, e com o seu auxílio se fundou no seu prédio, para o lado da Travessa da Saúde, o primeiro Teatro Angrense, inaugurado a 23 de Janeiro de 1842. Pagava de renda 200$000 reis anuais.

(2) — Nela se passou o episódio conhecido por «*Milagre de N.ª S.ª da Saúde*» quando se sublevou o povo contra o domínio castelhano.

(3) — Foi de uma das varandas desta casa, voltada para a praça, que o corregedor José Joaquim Cordeiro falou ao povo, repreendendo os excessos cometidos no levantamento que se verificou no dia 3 de Agosto de 1823 em que se efectuaram numerosas prisões de «*liberais*», sendo o próprio corregedor preso na madrugada do dia seguinte e depois demitido do seu cargo. Todo o prédio compunha-se de mais 4 casas para a travessa, granel com 2 andares, lojas, «*pomar de espinhos produzindo 24 caixas de laranja*», quintais e jardim.

(4) — Foram antecessores desta corporação, a «*Real Associação dos Bombeiros Voluntários*» e o «*Corpo Municipal de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo*», este instituído pelo município e cujo regulamento data de 23 de Julho de 1902. Vários comandantes exerceram suas actividades na organização do serviço de incêndios, dos quais citaremos o Dr. José de Azevedo Castelo Branco, seu primeiro presidente, capitão Filipe Lobo, Adriano Augusto dos Santos, Francisco Cardoso Gaspar, capitão Aniceto António dos Santos, Álvaro Pereira da Silva, Tomás Borba e o actual comandante Manuel Machado Cota, além de, interinamente, o 2.º comandante Luís Gonzaga e alguns vereadores do respectivo pelouro. Antes da aquisição de material auto, e quando o quartel estava ainda no rés-do-chão da «*Casa do Fagundes*», na parte junto à ermida da Saúde, o pronto-socorro era tirado por uma forte parelha de muares, adestradas de tal modo que, logo que uma campainha para o efeito instalada nas baias, dava sinal de fogo, os animais enfiavam a cabeça nas molhelhas (colares), suspensas por cima das mangedouras e, puxando-as, faziam cair os arreios completos sobre o dorso, indo assim, já arreadas, tomar o devido lugar

à frente da viatura, prontas a iniciar a marcha. Era ao tempo comandante Francisco Cardoso Gaspar que se distinguiu por forma notória no adestramento do pessoal, realizando a miúdo exercícios de salvamento em diversos edifícios da cidade, em que os bombeiros demonstravam a sua grande classe. Posteriormente, foi também notável a acção desenvolvida pelo 2.º patrão Gregório Franco Jr. na aquisição duma auto-bomba e duma escada Magirus, adquiridas em parte por subscrição pública e que vieram melhorar grandemente a dotação em material. À criação dum posto de socorros, pertencente à secção de saúde, denominada «*Cruz Verde*», deu notável impulso, como enfermeiro chefe, Américo Vieira da Silva e Mário Silvano Abohbot, entre outros dedicados colaboradores que ali mantiveram um serviço de assistência digno do maior apreço.

(5) — Foi cavaleiro tauromáquico de renome e um dos nossos melhores equitadores, tendo deixado discípulos de mérito invulgar, como Virgínio Ávila, que também se distinguiu no toureio a cavalo e foi mestre de quase todos os cavaleiros que, posteriormente, actuaram na Praça de S. João. Era ele quem preparava as suas montadas. Como director do «*Circo Terceirense*», notabilizou-se pela apresentação da célebre «Boneca» — uma éguinha da raça dos «*garranos*» da Terceira, que adestrou para o volteio, «dançava» o tango e fazia outras habilidades próprias de circo, com perícia e técnica iguais pelo menos às que outras companhias de profissionais traziam aos Açores nessa época. Virgínio Ávila faleceu em 13 de Abril de 1969.

Em cima:

Pormenor da Carta de Linschoten, da Praça às Covas (Cidade de Angra)

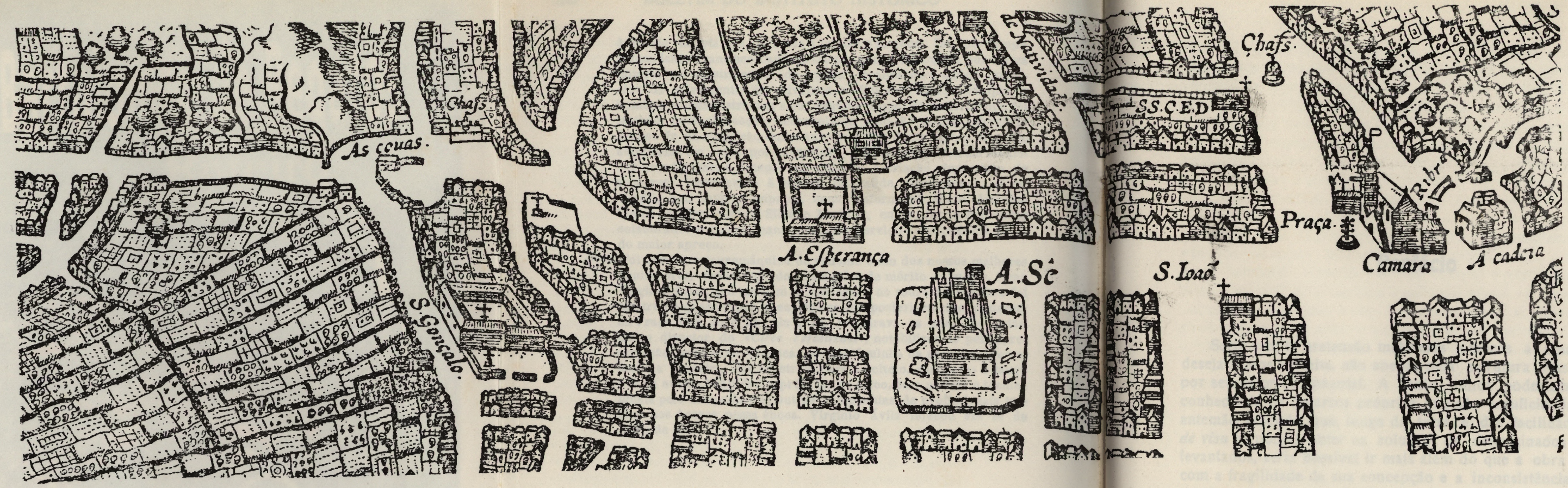
Em baixo:

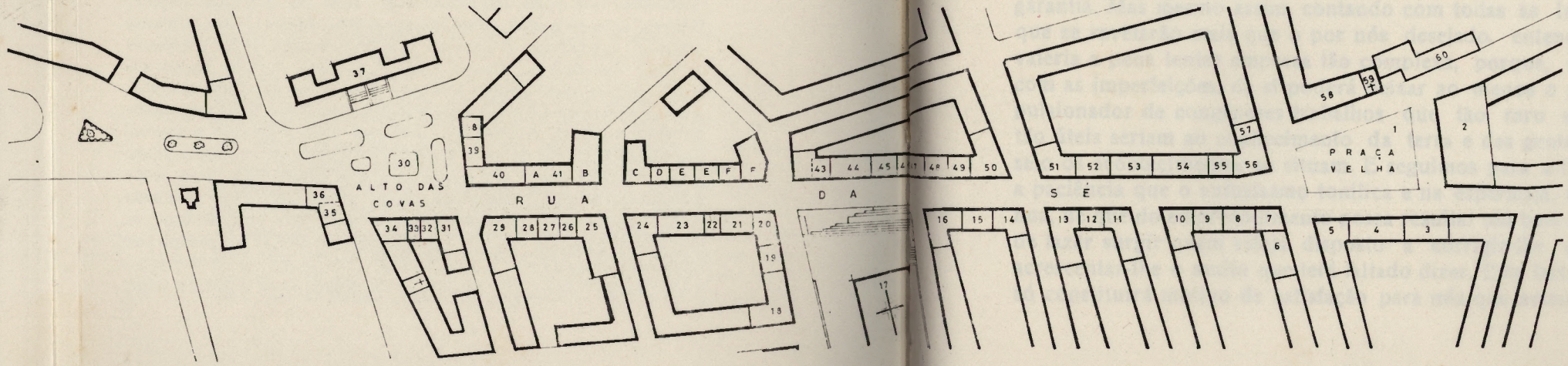
(À esquerda)

Pormenor da Planta do Castelo de S. João Baptista e da Cidade de Angra Capital das Ilhas dos Açores feita por Ordem do ILL.mo E EX.mo SÑR. Conde de S. Lourenço Capp.am General e Gov.dor destas Ilhas pello Sarg.to Mor do Real Corpo de Engenheiros Joze Rodrigo d'Almeida em 1806

(À direita)

Planta actual (da Rua da Sé) da Praça às Covas (Cidade de Angra do Heroísmo)


As couas.
Chafs.
S.Gonçalo.
A.Esperança
A.Sé
S.Ioão
Praça.
Camara
A cadeia
Chafs.
S.S.C.E.D


ALTO DAS COVAS
RUA DA SÉ
PRAÇA VELHA

Posfácio

Seria estulta pretensão metermos ombros a uma obra que desejassemos perfeita, não apenas pela estrutura mas sobretudo por seu valor documental. A tanto nunca poderiamos aspirar, conhecendo os recursos próprios que são insuficientíssimos e de antemão sabendo que, longe da terra e das facilidades que só *de visu* se podem obter na solução de determinados problemas levantados, seria possível ir mais além do que a obra demonstra com a fragilidade da sua concepção e a inconsistência dos argumentos que nela ressaltarão por vezes, sem base absoluta de garantia. Mas mesmo assim, contando com todas as imperfeições que se revelarão mais que o por nós desejado, entendemos que valeria a pena tentar empresa tão complexa, porque, de mistura com as imperfeições, de si poderá deixar ao menos o germen impulsionador de congéneres trabalhos que tão raro aparecem e tão úteis seriam ao conhecimento da terra e das gentes em cujo seio os acontecimentos se situam. E seguimos para a frente, com a paciência que o entusiasmo tonifica e na esperança, talvez ingénua, de que do empreendimento possa resultar um bem maior : — o de fazer surgir quem esteja disposto a corrigir-lhe os erros e acrescentar-lhe o muito que terá faltado dizer. Este facto, a dar-se, só constituirá motivo de satisfação para nós que acima de tudo

nos esforçamos exactamente por atingir o objectivo inicial, isto é, o de produzir obra útil. Se só no futuro se colherem frutos sazonados e limpos de impurezas, isso pouco importa ao objectivo, pois até o valimento dos seus propósitos reforçará.

Para porém se conseguir o que vai feito, houve que solicitar a colaboração de muitos, quer pelo conhecimento directo de factos só insuficientemente esclarecidos, quer pelas indicações dadas para a pesquisa de documentos essenciais à verdade, sempre ansiosamente procurada. Tudo resultaria inútil se à boa vontade de um só fosse confiado um tal labor. Porisso, a todos que muito nos auxiliaram queremos deixar consignado o nosso melhor agradecimento pela colaboração prestada, não podendo contudo deixar de especificar o pessoal que no Arquivo Distrital e no Museu Regional de Angra trabalha, a começar pelo director, ilustre e presado amigo Sr. Dr. Baptista de Lima, a quem todos os terceirenses devem inestimáveis serviços, na recolha e salvaguarda de documentos preciosos que sem a sua acção e perseverante esforço estariam talvez irremediàvelmente perdidos.

Para estes e para quantos, no decorrer dos textos e por lapso de memória, não ficaram mencionados especificadamente, os melhores agradecimentos do autor.

Frederico Lopes.
(João Ilhéu)

ÍNDICES:

Do Texto

	Da Praça às Covas	9
	Do Povoamento da parte de Angra	16
I	— A Praça	22
II	— O Nobilíssimo Senado	30
	A Casa da Câmara	35
	Principais Efemérides do Senado Angrense (desde a sua fundação até a inauguração do actual edifício)	40
III	— Casa do José Braz	71
IV	— Casa do Fartura	78
V	— Casa da Viuva Cruz	82
VI	— A Casa do Conde de Vila Flor	84
VII	— Casa de Jacinto Cândido	89
VIII	— Casa da Caixa Económica	92
IX	— Depósito do Senhor Emílio	100
X	— Capela de S. João Baptista	102
XI	— Casa do Moutinho	110
XII	— Casa do Adão	115
XIII	— Casa do Dr. Valadão	118
XIV	— Casa do João Manuel Martins	123
XV	— Casa do Manuel Constantino	124
XVI	— Casa do Dr. Noronha	128

XVII	— A Sé (Santa Sé do Salvador)	130
	A Igreja da Sé	133
	Principais Efemérides da Diocese de Angra	138
XVIII	— Casas do Corvelo	215
XIX	— I — Casas do Francisco Latoeiro	218
XX	— II — Casas do Francisco Latoeiro	219
XXI	— Casa do Mourato	221
XXII	— Casa do Joaquim Mendes	225
XXIII	— Casa do João Crisóstomo	226
XXIV	— Casa de José do Casão	228
XXV	— Casa do General Elias	229
XXVI	— Casa de Joaquim Vieira Coelho	231
XXVII	— XXVIII — Casas do Pompeu	234
XXIX	— Casa do João Coelho ou do Comendador	236
XXX	— O Alto das Covas	238
XXXI	— Casa do Cabeceiras	249
XXXII	— Casa da Hermínia	251
XXXIII	— Casa do Brasileiro Melo	253
XXXIV	— Casa do Chico Corvelo ou do «Mãos-Grandes» ou «Mão-Gorda» (também conhecida por prédio do Severo Moniz)	254
XXXV	— Casa do Manduca Areias	256
XXXVI	— Casa do Henrique do Porto	260
XXXVII	— Convento da Graça	262
XXXVIII	— Casa de Francisco Coelho Nogueira	269
XXXIX	— Casa do Martins	270
XL	— Casa de D. Violante	274
XLI	— O Convento da Esperança	278
	O Convento da Esperança (Cont.)	
	A) — Casa de João Maria Tomaz	282
	B) — Casa do Kilberg	284
	C) — Casa do Soares das Cinco	286
	D) — Casa do Baptista	288
	E) — Casa do Doutor Fernando Rocha	290
	F) — Casa de Jacob Abohbot	292
XLII	— XLIII — Casa de Inácio Cardoso Leal	295
XLIV	— Casa do Manuel Vitorino	301
XLV	— Casa do Zeferino	304
XLVI	— Casa do Severiano	305

XLVII — Casa do José Lestinho 307
XLVIII — Casa da Confederação Operária 310
XLIX — Casa do Teixeira Organista 314
L — Casa do Mão-Gorda 318
LI — Casa do «Bico Roxo» 324
LII — Casa do Camacho 326
LIII — Casa do Capitão João d'Ávila 328
LIV — Casa do José Júlio 332
LV — Casa do Alfredo Mendonça 336
LVI — Casa do Henrique de Castro 339
LVII — Casa do Manuel Pacheco 341
LVIII — Casa do Corpo da Guarda 342
LIX — Ermida dos Santos Cosme e Damião (N.ª S.ª da Saúde) 349
Algumas Efemérides da Ermida 351
Do Culto dos Santos Cosme e Damião 353
LX — Casa do Fagundes 357
Posfácio 361

Das gravuras

Isolário del P. Coronelli — a págs. 28/29

A Praça, a Câmara e a Cadeia (séc. XV)
Pormenor da Carta de Linschoten — » » » »

A Casa da Câmara no séc. XVII — » » » »

Festas de S. João na Praça Velha em 1861
Lado sul — Lado ao poente — » » » »

A Praça da Restauração nos começos do séc. XX — a págs. 44/45

O átrio da Câmara Municipal
Aspecto actual — » » » »

Salão Nobre da Câmara Municipal
Meados do séc. XX — » » » »

Salão Nobre da Câmara Municipal
Aspecto actual — » » » »

Constituição Heráldica (Armas e Bandeira)
de Angra do Heroísmo — a págs. 60/61

Bandeira actual do Município — » » » »

Bandeira de D. Maria II existente no
Salão Nobre da Câmara Municipal de
Angra do Heroísmo — » » » »

Sala das Sessões da Câmara Municipal — » » » »

A antiga Biblioteca Municipal vendo-se o bibliotecário e escritor Gervásio da Silva Lima — a págs. 76/77

Casa do José Braz — Frontispício à esquerda no primeiro plano. De uma gravura colorida francesa do segundo quartel do século XIX (Autor do desenho e possivelmente litografia: Lebreton) — » » » »

Casa do José Braz — Aspecto actual — » » » »

Casa do Vila Flor — » » » »

Rua da República (antiga Rua da Sé) Vista da Praça da Restauração — a págs. 92/93

Casa do Jacinto Cândido — Nos baixos a loja do Crisóstomo — » » » »

José Júlio da Rocha Abreu — » » » »

Casa da Caixa Económica — » » » »

Casa da Loja do Buraco — Antiga Ermida de S. João — » » » »

Sé Cathedral da Cidade d'Angra — Ilha Terceira. Reprodução recente de uma gravura do segundo quartel do século XIX — a págs. 172/173

Sé Catedral de Angra e Ilhas dos Açores — » » » »

Sé Catedral de Angra e Ilhas dos Açores Interior, vendo-se o Orgão Grande — » » » »

Sé Catedral de Angra e Ilhas dos Açores Estante coral — » » » »

Sé Catedral de Angra e Ilhas dos Açores Frontal da parte lavrada do Altar do Santíssimo — » » » »

Sé Catedral de Angra e Ilhas dos Açores Lado a Sul: «O Sítio» (aspecto actual) — » » » »

Sé Catedral de Angra e Ilhas dos Açores Lado a Sul: «O Sítio» (aspecto anterior) — » » » »

Sé Catedral de Angra e Ilhas dos Açores Frontispício das Constituições Sinodais do Bispado (1560) — » » » »

Rua da República (Antiga Rua da Sé) Pela direita: Casa do Dr. Noronha, Casa do Manuel Constantino, Casa do João Manuel

Martins, Casa do Dr. Valadão, Casa do Adão, Casa do Moutinho a págs. 216/217
Casas do Corvelo — Ao centro, antes da reconstrução, vendo-se a procissão do Santíssimo descendo a escadaria da Sé (fins do século XIX)
I — Casas do Francisco Latoeiro — À direita » » » »
Casas do Corvelo — Aspecto actual » » » »
II — Casas do Francisco Latoeiro » » » »

Casa do Mourato a págs. 224/225
Joaquim de Almeida Tavares do Canto — Morgado de Almeida (Vid. Casa do Mourato) » » » »

Casa do General Elias a págs. 244/245
Alto das Covas (Lado Sul) Pela direita: Casa do Chico Corvelo ou do «Mãos Grandes», Casa do Brasileiro Melo, Casa da Hermínia e Casa do Cabeceiras (esquina da R. dos Canos Verdes)
Rua da República, vista do Alto das Covas » » » »
Casa do Manduca Areias (Quando nela residia Frederico Augusto Lopes da Silva) » » » »
Convento da Graça — Esquina da Rua da Madre Deus, antes das demolições efectuadas » » » »

Convento da Graça — Muro da cerca e chafariz, arquinhas e bebedoiro do Alto das Covas, antes das demolições efectuadas a págs. 260/261
Chafariz das Covas — Aspecto actual, à entrada do dispensário do I. A. N. T. » » » »
Convento da Graça — Muro da cerca e antigo mictório e Chafariz das Covas antes das demolições efectuadas » » » »
Convento da Graça — Ao tempo em que ali esteve instalada a Recreio dos Artistas » » » »

Convento da Graça — Portão principal e muro da cerca até à Rua Queimada, antes das demolições efectuadas a págs. 268/269
Convento da Graça — Trazeiras do edifício no início das demolições » » » »
O Alto das Covas (Ângulo N. E.) Desde o portão da

Graça à Rua do Rego — Casa do Francisco Coelho Nogueira, mais tarde do Dr. Guilherme Pinto que a acrescentou para N. (esquina da Rua do Rego) e Casa do Martins — a págs. 268/269

Inauguração solene do novo Largo Dr. Oliveira Salazar (Antigo Alto das Covas) — » » » »

Casa de D. Violante — Esquina da Rua da República (antiga Rua da Sé) — a págs. 284/285

Casa de D. Violante — Tecto do salão — » » » »

Convento da Esperança — A egressa Ana Augusta Peregrino Faleiro Toste — » » » »

Convento da Esperança — «Mercado Duque de Bragança» (antiga cerca do Convento) actualmente transformado — » » » »

Convento da Esperança — Pela direita: Casas de Jacob Abolabot (a seta indica as janelas pertencentes à sinagoga) — a págs. 300/301

Casa de Inácio Cardoso Leal — Ao tempo da fotografia já ali estava instalada a Pastelaria Atanásio — » » » »

Praça (de toiros) do Espírito Santo — Ano de 1896 — » » » »

A Pastelaria Atanásio — Por volta de 1917 — » » » »

A Pastelaria Atanásio — Frequentadores do primeiro quartel do séc. XX — » » » »

Casa de Inácio Cardoso Leal — Já dividida em duas moradias com modificação da fachada. A Pastelaria Atanásio ocupa todo o rés-do-chão. Esquina: «Canto do Atanásio» — » » » »

Pela esquerda: Casa do Manuel Vitorino e casa do Zeferino. — a págs. 308/309

Rua da República (Antiga Rua da Sé) Pela esquerda: Casa da Confederação Operária (antiga), Casa do Teixeira Organista e Casa do Mão-Gorda (nesta distingue-se o que foi granel e a casa de moradia) — » » » »

Casa da Confederação Operária — Quando da Direcção faziam parte Artur Moniz Silva, como presidente, e Manuel José de Azevedo (Vid. Casas do Francisco Latoeiro) como tesoureiro, foi lançada a ideia desta nova sede, o que só poude concretizar-se após uns poucos de anos de trabalho e diligências várias por parte dos acima citados e de outros consócios — a págs. 308/309

Casa do Mão-Gorda — Aspecto actual — » » » »

Rua do Palácio (hoje do Duque de Palmela) vendo-se à direita a face oeste da Casa do «Bico Roxo» e a antiga sede do Club Musical Angrense (hoje estação dos C. T. T.) e à esquerda a Casa do Mão-Gorda — a págs. 324/325

Casa do Montepio Terceirense no local da casa do «Bico Roxo» — » » » »

Rua da República (Antiga Rua da Sé) Pela direita: Casa do Capitão João d'Ávila, Casa do Camacho e Casa do «Bico-Roxo» — » » » »

Rua da República (Antiga Rua da Sé) Pela esquerda: Casa do Capitão João d'Ávila, Casa do José Júlio e Casa do Alfredo Mendonça. Na rua os típicos carros do Espírito Santo que ainda se mantém (Foto dos princípios do séc. XX) — » » » »

Edifício do Banco de Portugal em construção no local da Casa do Capitão João d'Ávila — a págs. 328/329

Edifício do Banco de Portugal — » » » »

Casa do José Júlio — Onde se instalou a tipografia em que se compunha e imprimia a «Chronica da Terceira» — a págs. 340/341

Casa do Henrique de Castro — Depois de retirado o «Passo», na esquina voltada à Rua da República — » » » »

Praça da Restauração — (Praça Velha)

Princípios da segunda metade do séc. XX — Pela direita: Casa do Corpo da Guarda, Casa do Manuel Pacheco e Agência da Caixa Geral de Depósitos — a págs. 340/341

Rua da República (Antiga Rua da Sé)
Vista da Praça da Restauração. À direita: Casa do Henrique de Castro onde se encontra a Agência da Caixa Geral de Depósitos — » » » »

Praça Velha (actual Praça da Restauração) — Pela esquerda: Casa do Corpo da Guarda, Ermida dos Santos Cosme e Damião (depois Ermida da Saúde) e Travessa, nos fins do século XIX — a págs. 348/349

Ermida da Saúde — Pela direita: parte da Casa do Fagundes — Ermida da Saúde e Casa do Corpo da Guarda — Ao fundo as torres da Sé Catedral — » » » »

Praça da Restauração (Praça Velha) Pela esquerda: Casa do Fagundes — » » » »

Casa do Fagundes — No local onde se encontra hoje o Hotel de Angra — » » » »

Pormenor da Carta de Linschoten, da Praça às Covas (Cidade de Angra) — a págs. 360/361

Pormenor da Planta do Castelo de S. João Baptista e da Cidade de Angra Capital das Ilhas dos Açores feita por Ordem do Ill.mo e Ex.mo Sñr. Conde de S. Lourenço Capp. am General e Gov.dor destas Ilhas pelo Sarg.to Mor do Real Corpo de Engenheiros Joze Rodrigo d'Almeida em 1806 — » » » »

Planta actual (da Rua da Sé) da Praça às Covas (Cidade de Angra do Heroísmo) — » » » »

Para além de gravuras antigas que nos foram gentilmente cedidas por entidades e empresas particulares, reconhecemos as que foram feitas sobre fotos de António José Leite, José Sebastião de Castro e outros artistas falecidos, bem como as feitas por Foto Cruz, Sucrs., Rodolfo Brum, Foto Lilaz, Bento Ormonde e Mini-Foto.

Errata importante

A pág. 81, nota (5), onde se lê «Grupo 11 de Agosto», leia-se «Grupo 15 de Agosto».

VIDA DO INSTITUTO

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25 DE MAIO DE 1965.

Aos vinte e cinco dias do mês de Maio do ano de mil novecentos sessenta e cinco, no Salão Nobre do Paço da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, realizou-se uma reunião ordinária dos sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, convocada nos termos do artigo segundo do Regulamento, e em segunda convocação por não se achar presente a maioria dos sócios à hora convocada para a primeira reunião. Estiveram presentes Sua Ex.ª o Governador do Distrito Autónomo, Doutor Teotónio Machado Pires, sócio efectivo do Instituto e os Excelentíssimos Senhores, Doutor Agnelo Ornelas do Rego, Presidente da Junta Geral e Presidente honorário do Instituto, Tenente-Coronel José Agostinho, Presidente, Doutor Francisco Lourenço Valadão Júnior, João Dias Afonso, Francisco Coelho Maduro Dias e o secretário, Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima.

Aberta a sessão pelas 20 horas e 30 minutos foi lida e aprovada a acta da anterior reunião. Seguidamente o Presidente explicou as razões pelas quais não foi possível realizar-se a reunião prescrita pelo Regulamento para o mês de Janeiro, tendo as mesmas sido aceitas por unanimidade.

Trataram-se, antes da Ordem da Noite, os seguintes assuntos:

1) Por proposta do Presidente foi lançado na acta um voto de sentimento pelo falecimento em Ponta Delgada do sócio correspondente do Instituto Histórico, Capitão Aniceto António dos Santos, terceirense ilustre, que depois de se ter evidenciado nesta sua terra, ainda bastante novo como impulsionador de várias actividades, principalmente no campo desportivo, se fixou na ilha de São Miguel, onde alcançou grande prestígio, tendo desempenhado por alguns anos o cargo de Governador do Distrito de Ponta Delgada.

2) Também por proposta do Presidente foi lançado na acta um voto de congratulação pela nomeação de Sua Ex.ª Rev.ma, o Senhor D. José Pedro da Silva, Bispo de Tiava sócio honorário do Instituto, para Prelado da Diocese de Viseu

3) Expôs o Presidente que, embora não seja prática usual do Instituto, em reuniões como a deste dia, fazer referência a obras publicadas fora das actividades desta agremiação, propunha que se abrisse uma excepção para registar o aparecimento do livro «Beato João Baptista Machado de Távora-Mártir do Japão», da autoria de Monsenhor José Machado Lourenço, Presidente do Instituto Açoriano de Cultura e antigo Missionário, do qual o autor ofereceu um exemplar ao Instituto Histórico. Algumas razões impõe esta excepção. Uma delas, o facto do Beato João Baptista Machado ter atingido pela sua vida inteiramente consagrada à pregação e expansão da Fé, e coroada finalmente pelo martírio que justificou a sua Beatificação, o lugar mais alto entre os varões terceirenses que têm tornado glorioso o nome desta Ilha; em segundo lugar, por ser o Beato João Baptista Machado o Patrono reconhecido da Diocese de Angra e do Distrito de Angra do Heroismo; ainda também pela devoção com que a Junta Geral do Distrito Autónomo comemora em cada ano a data do seu martírio, no desejo de manter vivo o culto do Patrono do Distrito, cuja canonização é

uma aspiração dos terceirenses, vindo agora o livro de Monsenhor José Machado Lourenço proporcionar uma oportunidade, há muito desejada, de divulgar a vida e santidade do Beato Terceirense. Por tal motivo, propôs o Presidente, e foi unanimemente aprovado que se transmitissem a Monsenhor José Machado Lourenço vivas congratulações pela publicação do seu valioso e oportuno livro.

4) Comunicou o Presidente achar-se de visita a esta Ilha o Reverendo Padre Joaquim Esteves Lourenço, que foi um dos sócios fundadores do Instituto Histórico, e que presentemente exerce o seu munus junto das comunidades açorianas recentemente fixadas no Canadá. O Sr. Dr. Baptista de Lima, usando da palavra pôs em relêvo a figura deste sacerdote, senhor de apreciável cultura e de desusado espírito compreensivo do valioso concurso que a Arte presta ao Culto, podendo bem apontar-se como notável exemplo aos servidores da Igreja. Recordou o Dr. Baptista de Lima que o Rev. Esteves Lourenço compenetrado do valor arquitectónico da igreja de São Sebastião desta ilha onde paroquiava, ao iniciarem-se as obras de reparação que puseram a descoberto vestígios do seu estilo primitivo, logo se pronunciou por uma restauração completa do templo, a qual demorou muitos anos a ser iniciada. Isto desgostou uma grande parte dos seus paroquianos, que preferiam uma reparação apressada que manteria aquele magnífico templo, modelo da arquitectura gótica do período henriquino no estado de lamentável ruina e desvirtuamento artístico em que se encontrava. Daqui lhe advieram dissabores que lhe abalaram a saúde e o levaram por fim a partir para os Estados Unidos. Por isso, propunha e foi unanimemente aprovado, que se enviassem saudações ao Reverendo Joaquim Esteves Lourenço, lembrando o nosso reconhecimento pela sua atitude tomada nas circunstâcias que relatou.

5) Pelo Senhor Dr. Baptísta de Lima foi comunicado ter sido informado pelo Ex.mo Comandante do Batalhão Independente de Infantaria n.º 17 e Governador do Castelo de São João Baptista Sr. Tenente-Coronel Garrido Borges, ter o Ministério do Exército autorizado o restabelecimento do serviço de salvas naquela fortaleza, conforme fora solicitado com instância, e por várias vezes,

pela Câmara Municipal da Presidência do mesmo Senhor. Esta comunicação foi acolhida com unânime apreço, por se ver terminado finalmente o lamentável interregno do dito serviço na histórica fortaleza. Foi significado ao Sr. Dr. Baptista de Lima o devido reconhecimento e apresentadas felicitações por ver assim coroados de êxito os esforços que para tal fim empregara.

6) Pelo Presidente foi lida uma carta do Secretário-tesoureiro da União Portuguesa do Estado da Califórnia, Senhor Carlos Almeida, comunicando que aquela benemérita associação fraternal de San Leandro, Estado da Califórnia, está organizando um sistema de medidas destinadas a revigorar entre a população portuguesa dos Estados da Califórnia e Nevada, o culto das tradições portuguesas e a defesa do idioma pátrio. Para isso estabeleceu uma Biblioteca, exclusivamente composta de obras portuguesas, pedindo ao Instituto a oferta de publicações e livros, pelo Instituto editados. Foi deliberado que se envie à U. P. E. C. os números do Boletim ainda não esgotados, assim como as publicações do Instituto ou por ele patrocinadas, que estejam disponíveis.

7) Pelo Presidente foi informado ter recebido do Rev. Cónego Dr. Artur da Cunha Oliveira, secretário permanente das Semanas de Estudos, comunicação de que a IV Semana de Estudos se realizará em Ponta Delgada de 6 a 15 de Setembro com o programa junto à mesma comunicação, do qual foi dado conhecimento aos sócios presentes.

8) Pelo Presidente foi dado conhecimento de um oficio do Ex.mº Professor Dr. Vitorino Nemésio, comunicando a constituição sob a sua Presidência da Comissão Nacional do V Centenário de Gil Vicente e o Programa das Comemorações projectadas, solicitando ao mesmo tempo a colaboração do Instituto na ordem de iniciativas que ao mesmo interessam.

Examinado o Programa, verifica-se que ele abrange alguns grupos de realizações patentemente fora do âmbito das actividades do Instituto, como são Iniciativas Editoriais, Representações teatrais, Simpósio Vicentino. Poderá talvez o Instituto colaborar directa ou indirectamente na realização de conferências ou leituras vicentinas ou em outras eventuais iniciativas. Como no programa figura a realização de exposições de espécies vicentinas de Biblio-

tecas Públicas e particulares foi deliberado transmitir o pedido do Professor Vitorino Nemésio, e Programa das Comemorações, ao Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, Sr. Dr. Baptista de Lima e solicitar deste nosso consócio as sugestões que se lhe oferecerem para a realização do desejo do Presidente da Comissão Nacional.

9) O sócio Sr Maduro Dias propôs, e foi aprovado por unanimidade, que se lançasse na acta um voto de congratulação pela concessão da Medalha de Ouro da Cidade, feita pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ao Presidente do Instituto, Tenente-Coronel José Agostinho, que agradeceu.

Passou-se em seguida a tratar dos assuntos que, segundo o Regulamento deviam ser apresentados nesta reunião, conforme se segue:

10) Apresentação do Relatorio e Contas da Gerência do ano de 1964.

O Presidente leu o Relatório da actividade do Instituto no ano de 1964, o qual foi aprovado por unanimidade de votos sendo mais deliberado o seguinte:

1.º) Que se manifeste ao Sr. Dr. Baptista de Lima o reconhecimento e apreço do Instituto pelos esforços coroados de pleno êxito que tem empregado para, quer como Delegado da 6.ª Secção da Junta Nacional de Educação, para a realização de importantes trabalhos de restauração na fortaleza de São João Baptista pela Direcção dos Monumentos Nacionais, e como Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para transformar o lugar da Salga, com o monumento comemorativo e o arranjo do local e restauração dos fortes, num conjunto digno do facto histórico que ali se desenrolou, assim como para perserverar da ruina outros padrões de importância militar da ilha Terceira, como foram a recuperação dos fortes de S. Mateus e do Negrito. Igualmente a atribuição pela Câmara da sua Presidência a arruamentos da cidade de Angra do Heroísmo, de nomes de terceirenses que se notabilizaram por feitos militares ou outros merecimentos.

2.º) Que ao nosso consócio, Senhor Henrique Borba, se transmita também o louvor e apreço do Instituto pelos seus trabalhos no sentido de completar e rectificar o conhecimento do

folclore musical da Ilha Terceira, e ainda pela tradução de importante trabalho sobre orgãos desta Ilha, da autoria de Mr. T. Gablinz e acrescentamento do mesmo com investigações diligentemente feitas e por aquele nosso consócio.

3.°) Tendo surgido na composição da parte relativa à linguagem do trabalho sobre a ilha de São Jorge, da autoria da Dr.ª Elsa Mendonça, grandes dificuldades técnicas, foram as mesmas vencidas pela habilidade e dedicação do nosso consócio, Sr. Maduro Dias a quem o Instituto manifesta também o justo louvor e reconhecimento.

Foram apresentadas e aprovadas as contas do ano de 1964. Verificou-se que a receita montou a 37.0[illegible]4$10, a juntar ao saldo do ano anterior que foi de 35.252$70. A despesa subiu a 43.825$00, incluindo-se na mesma a composição e impressão do volume 18.° do Boletim, referente ao ano de 1960. O saldo que passou para o ano de 1965 foi de 28 511$00.

Foi aprovado um voto de agradecimento à Junta Geral do Distrito Autónomo e ao seu Exmo Presidente Sr. Dr. Agnelo Ornelas do Rego pela concessão dos subsídios e mais facilidades que lhes tem sido solicitadas para manter as actividades do Instituto.

11) Foi lido e aprovado o *Plano da actividade para 1965*, organizado nos moldes do ano anterior.

12) *Trabalhos para publicação do Boletim*. Pelo sócio Sr. Henrique Borba foi submetida para publicação uma lista dos discos gravados, consoante a escolha folclórica do Sr. Prof. Artur Santos, com esclarecimentos sobre as actividades populares em que tais composições se fazem ouvir (folias e bailes populares, e actos religiosos, etc.), para habilitar a mesa a responder a perguntas que a tal respeito lhe são dirigidas. Este trabalho foi organizado pelo Sr. Henrique Borba a pedido do Presidente, por este nunca ter recebido tais esclarecimentos do Sr. Prof A. Santos de quem os solicitou com instância.

O mesmo sócio, Sr. Henrique Borba, apresentou um trabalho contendo anotações e comentários às composições recolhidas pelo Sr. Prof. A. Santos, também para publicação, tendo sido deliberado

que, como é normal, seja prèviamente dado conhecimento deste trabalho do Sr. Henrique Borba ao Sr. Professor Santos.

Foi ainda deliberado publicar oportunamente, o texto inglês da viagem de Mr. E. Howe aos Açores em 1891, fazendo o Presidente instancias a pessoa de reconhecida competência que queira obsequiosamente fazer a respectiva tradução em português. A publicação desta tradução já foi anteriormente autorizada.

E não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a sessão, pelas 22 horas e 45 minutos, lavrando-se a presente acta.

ass.) *José Agostinho*
Manuel Coelho Baptista de Lima.

REUNIÃO PARA ELEIÇÃO DA MESA PARA O BIÉNIO 1966-1967.

No dia treze de Dezembro de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Angra do Heroísmo, no Salão Nobre da Junta Geral do Distrito Autónomo, realizou-se a reunião dos sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, para eleição dos sócios que hão-de compor a mesa no biénio de 1966-1967, e bem assim dos respectivos substitutos, conforme preceitua o § 3.º do artigo 9.º dos Estatutos.

Estiveram presentes: O Ex.mo Senhor Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo e Presidente honorário do Instituto, Dr. Agnelo Ornelas do Rego; Tenente-Coronel José Agostinho, Presidente do Instituto e os Senhores: Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Arquitecto Fernando de Sousa, Francisco Coelho Maduro Dias, Henrique Vieira de Borba, Monsenhor Inocêncio Enes, João Dias Afonso e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário.

Aberta a sessão pelas 20 horas e 15 minutos foi lida e aprovada a acta da anterior reunião. O Presidente, depois de agradecer ao Ex.mo Presidente da Junta Geral a honra da sua presença, e de comunicar a concessão do subsídio para fazer face a despesas com a publicação do Boletim do Instituto no ano de 1966, conce-

dido pela Junta Geral, explicou o motivo pelo qual a reunião para a presente eleição não se realizou no primeiro Domingo do corrente mês, tendo os sócios presentes aceite unanimente a explicação dada.

Expresso à Junta Geral o agradecimento do Instituto pelo subsídio concedido, procedeu-se à eleição, conforme as normas prescritas no art.º 8.º do Regulamento do Instituto, ficando eleitos os seguintes sócios para os cargos que vão indicados, os quais já exercem no biénio que finda agora:

Mesa, efectivos:

Presidente, Tenente-Coronel José Agostinho,
Secretário, Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima,
Tesoureiro, Francisco Coelho Maduro Dias.

Substitutos:

Presidente, Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior,
Secretário, João Dias Afonso,
Tesoureiro, Dr. Rafael Valadão dos Santos.

O Presidente agradeceu, em nome dos eleitos, a prova de confiança mais uma vez manifestada nesta eleição, para com os mesmos, encerrando a sessão pelas 20 horas e 45 minutos.

ass.) *José Agostinho*
Manuel Coelho Baptista de Lima

1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1966

No dia trinta e um de Janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Angra do Heroísmo e edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo, realizou-se a primeira reunião ordinária dos sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, convocada nos termos do artigo segundo do Regulamento do Instituto, achando-se presentes: Sua Excelência o Governador do Distrito Autónomo e sócio efectivo do Instituto, Doutor Teotónio Machado Pires; o Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta Geral e Presidente honorário do Instituto, Doutor Agnelo

Ornelas do Rego, e os Senhores: Tenente-Coronel, José Agostinho, Presidente do Instituto, Doutor Francisco Lourenço Valadão Júnior, Doutor Cândido Pamplona Forjaz, Francisco Coelho Maduro Dias, João Dias Afonso, Dona Maria Francisca de Bettencourt e Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, secretário.

Aberta a sessão pelas 20 h. 10 m, foi lida e aprovada a acta da anterior reunião.

O Presidente, leu o relatório sobre a actividade do Instituto no ano de 1965, o qual foi aprovado por unanimidade de votos.

O Presidente pôs então à votação as seguintes propostas contidas no relatório, as quais foram todas igualmente aprovadas por unanimidade:

1) Que o trabalho do Dr. Martinho Cunha da Silveira, sobre os Flamengos nos Açores, que se tinha decidido incluir no volume 19/20, respeitante a 1961-1962 cuja impressão está a terminar, seja publicado no volume 21/22 (1963-1964), sendo esta transferência motivada pelo facto do volume 19/20 contar já um número de páginas e estampas que abrangem o dobro do espaço de um volume único.

2) Que, quando sejam publicados volumes duplos do Boletim como vai agora acontecer, a cota respectiva, a pagar pelos sócios seja também o dobro da estabelecida na reunião extraordinária de 28 de Outubro de 1961, isto é, será de 60$00, sendo fixado o preço de venda de cada volume duplo na quantia de 100$00.

3) Que, tendo ruído parte do tecto da igreja do Castelo de São João Baptista, com ameaça de ruina total, se secundem perante a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes as instâncias já feitas, e já parcialmente atendidas, pelo Sr. Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, junto da mesma Direcção Geral, para que sejam tomadas as urgentes medidas de protecção daquele monumento nacional.

4) Que se inste perante a Câmara Municipal pela conservação das fortalezas desta ilha que foram ùltimamente restauradas, assim como dos recintos anexos às mesmas fortalezas.

5) Que se solicite do Governo Civil de Angra do Heroísmo uma relação das famílias da Ilha de São Jorge que recentemente partiram para Angola, onde vão fixar-se, com os possíveis dados

sobre a identidade dos componentes dos agregados familiares e localidades onde residiam naquela Ilha e onde vão fixar-se, para que tudo seja publicado oportunamente no Boletim do Instituto, para documentação histórica de mais este esforço, de gente açoriana, de ir povoar parcelas do território nacional espalhadas por outros continentes.

6) Que se transmita ao Ex.mo Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital o agradecimento do Instituto pela realização da Exposição Bibliográfica Vicentina, em comemoração do V Centenário de Gil Vicente, conforme fora solicitado em virtude da deliberação tomada na reunião ordinária de 25 de Maio de 1965, assim como congratulações pelo êxito da mesma exposição, onde foram apresentadas 219 espécies, algumas de alto valor bibliográfico.

7) Que se transmita à Junta Geral do Distrito Autónomo o agradecimento do Instituto pelo auxílio que este Corpo Administrativo dispensa a esta agremiação, não só monetàriamente, mas através de outras concessões que facilitam as nossas actividades. E que se mencione em especial um agradecimento ao Ex.mo Presidente da Junta Geral e Presidente honorário do Instituto, Senhor Dr. Agnelo Ornelas do Rego pela boa vontade que constantemente manifesta perante os pedidos que lhe são dirigidos para tal fim.

A seguir foram apresentadas as contas de gerência do ano de 1965, por onde se verifica que as receitas montaram na quantia de 87.872$00 que, juntas ao saldo de 1964, que foi de 28.511$00 dão um saldo de 116.383$00. As despesas importam em 48.161$00. Havendo portanto um saldo que passa para o ano de 1966, na importância de 68.222$00 que se prevê venha a cobrir as despesas previstas, que incluem o resto da despesa com a publicação do volume duplo 19/20 e a despesa total com a publicação do volume 21/22.

Foram patentes os documentos de receita e despesa, tendo as contas sido plenamente aprovadas por unanimidade de votos.

Foi seguidamente aprovada por unanimidade de votos, cumpridas as formalidades regulamentares, a eleição para sócio correspondente do Instituto, do Senhor Dr. Rafael de Vasconcelos

Azevedo, terceirense ilustre, com longa e brilhante carreira como professor liceal, que foi durante algum tempo Director dos Serviços de Instrução da Província de Angola, e últimamente, por alguns anos leitor de Português na Universidade de Montpellier, desempenhando presentemente funções docentes na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Foram admitidos como sócios contribuintes os seguintes senhores: Engenheiro Álvaro Gonçalves Lourenço de Freitas, residente em Lisboa; Manuel da Silveira Paiva, funcionário da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada; e Jacob Tomaz Pereira, investigador da história, etnografia e assuntos de interesse científico, na ilha das Flores onde reside (na vila das Lajes).

Por proposta do Sr. Dr. F. L. Valadão Júnior, foi aprovado que se inste junto do Ex.mo Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, pela reabertura da Biblioteca Municipal «José Silvestre Ribeiro», como meio de auxiliar e fomentar estudos naquela Vila, de assuntos que interessam às actividades do Instituto Histórico.

Tomou-se ainda conhecimento de que o Ex.mo Reitor do Liceu Nacional pensava em promover naquele estabelecimento de ensino uma adequada comemoração do Centenário de Gil Vicente, tendo-se sugerido que seja significado ao Ex.mo Reitor o regosijo do Instituto por tal resolução que vem dar incremento às comemorações do Centenário neste Distrito, nas quais o Instituto se acha interessado por incumbência da Comissão Central do Centenário, presidida pelo Ex.mo Senhor Prof. Dr. Vitorino Nemésio, sócio honorário do Instituto.

Finalmente usou da palavra Sua Ex.a o Dr. Teotónio Machado Pires, Governador do Distrito, que manifestou o desejo de que o Instituto se associasse às Comemorações do 40.º aniversário da Revolução Nacional, que implantou o sistema governativo que tem promovido o ressurgimento nacional, sob a égide de Salazar. A Cultura recebeu notável impulso nas suas mais variadas facetas e o estímulo do seu desenvolvimento chegou até aos Açores, não havendo dúvida de que de tal estímulo resultaram as instituições culturais que se tem fundado nestas ilhas, tendo sido o Instituto Histórico uma das primeiras. Razão há portanto para que o Insti-

tuto, que institucionalmente é alheio a manifestações de carácter político, adira ao movimento de gratidão que a Nação reserva para esta Comemoração.

A proposta de Sua Ex.ª o Governador foi recebida com aplauso por todos os presentes, ficando deliberado que o Presidente fique encarregado de propôr o modo como o Instituto há-de cooperar na mesma Comemoração, depois de ouvido Sua Ex.ª o Governador na devida oportunidade.

E, não havendo mais nada a tratar, encerraram-se os trabalhos pelas 21 horas e 50 minutos.

ass.) *José Agostinho*
Manuel Coelho Baptista de Lima.

2.º REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1966

No dia 31 de Maio de 1966, nesta cidade de Angra do Heroísmo e no edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo, realizou-se a segunda reunião ordinária dos sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, convocada nos termos do art.º 2.º do Regulamento do Instituto, achando-se presentes: Sua Ex.ª o Governador do Distrito Autónomo, Dr. Teotónio Machado Pires, sócio efectivo do Instituto; o Ex.mo Senhor Presidente da Junta Geral e Presidente honorário do Instituto, Dr. Agnelo Ornelas do Rego; e os Senhores; Tenente - Coronel José Agostinho, Presidente do Instituto, Francisco Coelho Maduro Dias, Henrique Vieira de Borba, João Dias Afonso, Dr. José Leal Armas, Dr. Rafael Valadão dos Santos e Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima (secretário).

Aberta a sessão pelas 20 h. e 40 m., foi lida e aprovada a acta da reunião anterior.

1. Dando conta do expediente havido, desde a última reunião, o Presidente referiu-se em especial à comunicação pelo Secretário Permanente das Semanas de Estudos dos Açores, Rev. Cónego Dr. A. Cunha de Oliveira, do esboço do programa da V Semana de Estudos, a realizar em Angra do Heroísmo na 1.ª quinzena de

Outubro do corrente ano. Foi aprovada por unanimidade a concordância já manifestada pelo Presidente com o referido programa, conforme fora autorizado em reunião anterior. O Instituto dará todo o possível apoio a este importante empreendimento, conforme tem procedido anteriormente.

2. Comunicou seguidamente o Presidente que haviam sido tomadas providências, pelas entidades solicitadas, sobre os seguintes assuntos tratados na anterior reunião: reparação do tecto da Igreja do Castelo de São João Baptista, já em curso, pela Direcção dos Monumentos Nacionais; promessa de atenção da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para a conservação das fortalezas da ilha, ùltimamente restauradas pela mesma Câmara, quando era presidida pelo Dr. Baptista de Lima; comunicação da Câmara Municipal da Praia da Vitória de já estar há tempos a funcionar a Biblioteca Municipal Silvestre Ribeiro.

Foi ainda comunicado pelo Presidente ter sido recebida do Governo Civil de Angra do Heroísmo a relação dos casais agrícolas da ilha de São Jorge que emigraram para Angola em Janeiro de 1966 no vapor «Lima», aproveitando das excepcionais facilidades concedidas pelo Governo, através do Ministério do Ultramar, por solicitação de Sua Ex.ª o Governador do Distrito Autónomo, a sinistrados dos abalos de terra ocorridos em 1964. Foi já anteriormente deliberado que esta lista seja publicada oportunamente no Boletim do Instituto. Conjuntamente foi recebida também uma cópia do relatório do ajudante de pecuária, Gilberto da Silva Jarroca, que acompanhou estes emigrantes, que foram em número de 321 pessoas distribuidas por 58 casais, tendo levado consigo 336 cabeças de gado.

3. Publicado o volume 19/20, relativo a 1961/1962, do Boletim, foi pelo Presidente comunicado ter já começado na tipografia o trabalho de composição e impressão do volume 21/22, relativo a 1963/1964, conforme já fora anteriormente deliberado e com os originais já aprovados para publicação neste volume.

Foram também apresentados mais alguns trabalhos para oportuna publicação, a qual foi aprovada.

4. Comemoração do II Centenário da criação da Capitania Geral dos Açores.—Trocadas impressões sobre o assunto, foi

resolvido agradecer ao Sr. Dr. Baptista de Lima, Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, a intenção que pormenorizadamente expôs, de realizar no Arquivo uma exposição de espécies documentais dos Arquivos da extinta Capitania Geral dos Açores, a qual permitirá pôr em relevo a acção desenvolvida pela Capitania Geral nos mais diversos ramos da Administração Pública do Arquipélago. Está sendo elaborado um inventário desse considerável volume de documentos, que ocupam muitas estantes do Arquívo Distrital para onde foram transferidos do Governo Civil de Angra do Heroísmo.

5. Homenagem ao escritor e poeta Vitorino Nemésio, na comemoração do cinquentenário da publicação do seu primeiro trabalho literário. — O Sr. Dr. Baptista de Lima comunicou a próxima remessa para o Museu Regional do retrato do nosso eminente patrício e sócio honorário do Instituto, da autoria do pintor Abel Manta, adquirido para tal efeito pela Junta Geral do Distrito Autónomo e a inaugurar solenemente, por iniciativa do Instituto Histórico quando da próxima esperada visita do homenageado a esta ilha. Foi também deliberado que se ultimassem as deligências já feitas para a vinda a Angra do Heroísmo, expressamente para fazer o elogio literário de Vitorino Nemésio, nessa sessão solene, de um ilustre professor universitário, convidado pelo Instituto, por intermédio do Sr. Dr. Baptista de Lima, tendo o Ex.mo Presidente da Junta Geral, presente na reunião, dado a concordância e o apoio da Junta Geral para a efectivação da homenagem ao ínclito terceirense nos termos propostos que foram unanimemente aprovados.

E, não havendo mais nada a tratar encerrou-se a sessão pelas 22 horas e 45 minutos.

ass.) *José Agostinho*
Manuel Coelho Baptista de Lima

Publicações Recebidas

Por oferta e por troca com o «Boletim» do Instituto, receberam-se e muito se agradecem as seguintes publicações :

Nos anos de 1965-1966 :

Instituto da Propriedade Urbana, por João Afonso Corte-Real — 1961.

Actividades Portuguesas — Turismo — Arquipélago da Madeira (dois exemplares) — II S., N.º 3 — 1965.

Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto — Vol. XXVIII, Fasc. 1/2 — 1965.

O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549) —Vol. II—1964.

Pesquisas — Comunications — Vol. 3 — 1962-1965.

Pesquisas — Gomes Freire de Andrade — N.º 16 —1965.

O Castelo — Jornal do B. I. I. 17 — Ano I — N.º 2 — 1965.

Índice Cultural Espanhol — Ano XX — N.ºs 234 — 235 — 236 — 237 — 1965.

Boletim do Gabinete Português de Leitura — 1965.

Boletim Pecuário — Ministério da Economia — Ano XXXII — N.º 3 — 1964.

Revista Portuguesa de História — Vol. I — Tomo VI —1965.

Estudos Históricos — Departamento de História — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — Marilla — N.º 2 — 1963.
O Instituto — Coimbra — Vol. 125.º — 1964.
Estudos de Castelo Branco — N.º 19 — 1966.
O Castelo — Jornal do B. I. I. 17 — Ano I — N.º 4 — 1966.
Exposição Gil Vicente — Catálogo das Obras Expostas — Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroismo — 1965.
Reprints — Catálogo — 1965.
Arquivo do Distrito de Aveiro — N.º 124 — 1965.
Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — S. 83.ª — N.ºs 1/3-4/6 — 1965.
Arquivo de Beja — Vol. XXII — 1965.
Revista de Guimarães — Soc. Martins Sarmento — Vol. LXXV — N.ºs 1/4 — 1965.
Boletim de Trabalhos Históricos — Guimarães — Vol. XXIII — N.ºs 1/4 — 1963.
O Instituto — Coimbra — Vol. 126.º — 1965.
Agronomia Lusitana — Estação Ag. Nacional — Vol. 25 — N.ºs 1 e 2 — 1963 ; Vol. 26 — N.º 1 — 1964.
Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares — Tomo XXI — C. 3/4 — 1965.
O Castelo — Jornal do B. I. I. 17 — Ano I — N.º 6 — 1966.
Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos — N.º 11 — 1964.
H. A. Bulletin — Vol. X — N.º 2/3 — 1964 ; Vol. XI — N.º 2/4 — 1965.
O Instituto — Coimbra — Vol. 127.º — Tomo 1 — 1965.
Revista de Etnografia — Junta Distrital — Porto — Vol. V — Tomo 2 — 1965.
Índice Cultural Espanhol — Ano XX — N.º 238/239 — 1965 ; Ano XXI — N.ºs 240/241 — 1966.
Revista da Faculdade de Ciências — Lisboa — Vol. XIII — Fasc. 2.º — 1965.
Canadiana Before 1867.
Reprints — Catalogue — Supplement — 1965/66.
Reprints — Catalogue — 1966.

Revista Portuguesa de História — Coimbra — Tomo XI — Vol. 1 — 1964.
Estudos de Castelo Branco — N.º 20 — 1966.
Lares — Ano XXXI — Fasc. I-II — 1965.
Revista de História — S. Paulo — Brasil — Ano XXX — N.º 61 1965; Ano XXXI — N.ºs 62-63-64 — 1965.
Portugal Maior — Ilha Terceira (2 exp.) — 1966.
Arquivo do Distrito de Aveiro — N.º 125 — 1966.
El Museo de Pontevedra — Congresso Mariano — Vol. XIV — — 1960; Vol. XV — 1961; Vol. XVI — 1962; Vol. XVII — 1963.
Arquivo do Distrito de Aveiro — N.º 126 — 1966.
Índice Cultural Espanhol — Ano XXI — N.ºs 242/243 — 1966.
H. A. Bulletin — Vol. X — N.º 4 — 1964; Vol. XII — N.º 1/2 — 1966.
Historical Abstracts — Vol. 10 — Índice-N.
Osterreichische Akademie der Wissenschaften-Vien
Aufsatze zur Portugiesischen Kulturgeschichte — 1964.
Dumbarton Oaks Papers — Harvard University
Boletim do Gabinete Português de Leitura — Mensagem do Sr. Embaixador, etc. — 1965.
Boletim do Gabinete Português de Leitura — Camões — Gil Vicente — Bocage — Questão Coimbrã — 1965.
A Igreja e a Irmandade dos Clérigos — Câmara Municipal do Porto — Vol. XXXVI — 1965.
Revista de Etnografia — Junta Dist. do Porto — Vol. VI — Tomo I — 1966.
Boletim Cultural — Câmara Municipal do Porto — Vol. XXVIII Fasc. III/IV — 1965.
Batalha de Montes Claros: Tema de Reflexão — (Ultramar e Independência Nacional) Salvador Dias Arnaut — 1966.
Boletim Pecuário — Ministério da Economia — N.ºs 1, 2, 3 — Ano XXXIII — 1965.
Agronomia Lusitana — Estação Agronómica Nacional — Vol. 25 — N.º 3 — 1963; Vol. 26 — N.º 2 — 1964.
Revista de Guimarães — Soc. Martins Sarmento — Vol. LXXVI — N.º 1/2 — 1966.

Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos — N.º 13 — 1966.

O Castelo — Jornal do B. I. I. 17 — Ano I — N.os 8-9-10-11 — 1966.

Bibliografia Analítica de Etnografia Portuguesa — Centro de Estudos de Etnologia Peninsular — 1965.

Ensaios Etnológicos — Junta de Investigações do Ultramar — N.º 52 - 1961.

Moinhos de Vento — Açôres e Porto Santo — 1965.

Os maganjas da Costa — Contribuição para o estudo dos sistemas de parentesco dos povos de Moçambique — Junta de Investigações do Ultramar — 1965.

Técnicas Primitivas de Olaria com referência especial à África — Junta Distrital do Porto (Separata da Revista de Etnografia, n.º 5).

Da Olaria Primitiva ao Torno de Oleiro, com especial referência ao Norte de Portugal — Junta Distrital do Porto — (Separata da Revista de Etnografia n.º 7).

Moulins Portugais — Junta Distrital do Porto (Separata da Revista de Etnografia n.º 6).

Os elementos fundamentais da Cultura Portuguesa Jorge Dias — Agência Geral do Ultramar — 1960.

Penela na obra de dois escritores (Fernão Lopes e Eloy de Sá Sotto Maior), Salvador Dias Arnaut — 1966.

Independência — Revista de Cultura Lusiada Soc. Histórica da Independência de Portugal — Ano XXV — N.º 34 — 1966.

UASD — Universidade de Santo Domingo — Vol. I — N.º 5—1965.

Revista de História — São Paulo — Brasil — Vol. XXXIII — N.º 65 — 1966.

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — N.os 1/3 — 1966.

Johnson Reprint — Price List — 1966.

Agronomia Lusitana — Estação Agronómica Nacional — Vol. 25 — N.º 4 — 1963.

Publications of the Maitland Club, Glasgow.

Publications of the Spalding Club.

Publications of the Bannatyne Club, Edinburgh.

Publications of the Abbotsford Club, Edinburgh.

ÍNDICE

Autor

Lopes (Frederico) — (João Ilhéu)

——— Da Praça às Covas — Memórias de uma Velha Rua 5

Assunto

Artigo

Da Praça às Covas — Memórias de uma Velha Rua, por Frederico Lopes (João Ilhéu) 5

Vida do Instituto

Actas das reuniões havidas nos anos de 1965 e 1966 377

Publicações recebidas 391

Este volume, que é o vigésimo terceiro e vigésimo quarto números do «Boletim» do Instituto Histórico da Ilha Terceira, acabou de se imprimir na oficina da Tipografia Andrade aos vinte e nove de Novembro de 1971.